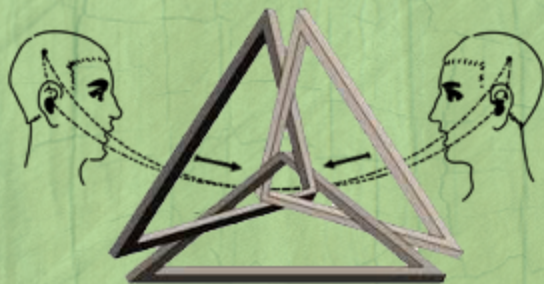


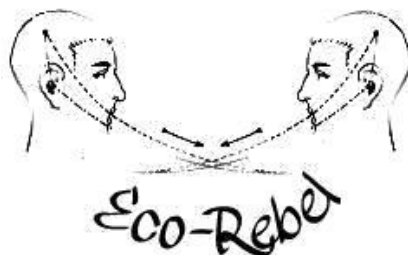
Ecolinguística

**Revista Brasileira de Ecologia e Linguagem
(ECO-REBEL)**

Volume 7, número 2, 2021



**Programa de Pós-Graduação em Linguística
Departamento de Linguística
Instituto de Letras
Universidade de Brasília**



Editorial

Os Organizadores

Prezadas leitoras, prezados leitores!

Este volume 7, número 2, 2021, de *ECO-REBEL*, começa com o artigo “Uma interpretação do conto ‘uma vela para Dario’ de Dalton Trevisan, escrito por Ubirajara Moreira Fernandes, que procura aplicar os princípios da ADE na análise de um texto literário. Apoiando-se também em Benveniste e Bakhtin, Fernandes mostra que, a despeito de a ADE ter como objeto preferencial o texto-discurso dialógico, os chamados textos-discursos monológicos também têm um fundo de dialogia, com o que não fugiriam do escopo holístico da disciplina, que tem ainda como pontos fulcrais a defesa da vida, juntamente com uma luta contra o sofrimento evitável. É um bom exemplo de aplicação da ADE, sobre a qual já existe um novo livro que, por sinal, tem como último capítulo justamente um estudo sobre o mesmo conto, embora de forma bastante diferente do de Ubirajara Fernandes. O livro está disponível na seção de e-books do site da linguística ecossistêmica, cujo endereço é:

<http://www.ecoling.unb.br/images/ADE.pdf>

O segundo artigo é “O ecossistema mental da língua e a psicolinguística” de Márcio M. G. Silva. Ele mostra que, a despeito de a ecolinguística vir sendo associada quase só à sociolinguística, há também muitas afinidades entre ecolinguística e psicolinguística, sobretudo na versão praticada pela falecida psicolinguista romena Tatiana Slama-Cazacu e sobretudo quando se pensa no ecossistema mental da língua.

O terceiro texto, “Contato linguístico no Brasil quinhentista: uma análise ecolinguística”, de Leonardo Kaltner & Viviane Teixeira, fala sobre o contato inicial entre portugueses e ameríndios em Porto Seguro, em 1.500, e sobre o tratamento discriminatório que se

ECO-REBEL

seguiu neste e em contatos ulteriores. Por este artigo se pode ver como o contato de línguas pode ser abordado de modo bastante produtivo da perspectiva da ecolinguística. Em quarto lugar vem o artigo de Anderson Nowogrodzki da Silva, “A pandemia de COVID-19 e os efeitos do discurso obscurantista instaurado nas redes sociais digitais”. O autor argumenta que o discurso obscurantista no Brasil (via *WhatsApp*, *Facebook*, *Instagram*, *Twitter* etc.) durante a pandemia de COVID-19, além de ser negacionista em relação ao discurso científico e à sua legitimidade social, fez das redes sociais digitais ambientes virtuais em que proliferam em grande escala e com extrema velocidade enunciados que tentem constituir e reafirmar as identidades dos usuários sem se importar com os fatos. Importa mais o como se diz do que o que se diz, com isso reiterando a face criada para o usuário.

O quinto artigo é “Linguagem, cultura e meio ambiente: a percepção dos atores de Maguari, na Floresta Nacional do Tapajós, Amazônia, Pará, Brasil”, de Maria dos Santos & Terezinha Costa-Hubes. As autoras mostram que na percepção da linguagem ambiental se revela claramente “o lugar de vivência”, “a relação cultura e ambiente” presente em diversas atividades, como o banho de rio. O artigo mostra as íntimas interações entre o meio ambiente mental e os dois outros, meio ambiente natural e meio ambiente social, embora as autoras não usem essa terminologia.

Em sexto lugar vem o artigo de George M Jacobs & Chau Meng Huat, intitulado “Changing perspectives on advocating for moving toward plant-based foods: reflections from two applied linguists”. O conteúdo do texto já transparece no título, mas uma de suas contribuições mais específicas e interessantes é uma crítica ao uso de *who* só para humanos e de *that* e *which* só para animais. Para os autores, essa distinção revela o caráter antropocêntrico da língua inglesa. A tese central do artigo é a defesa do consumo de alimentos de base vegetal contra os de origem animal.

O sétimo artigo, “Língua, comunidade e pluricentrismo à luz da ecolinguística”, de Davi Albuquerque, retoma conhecidos conceitos da variante brasileira da ecolinguística, a linguística ecossistêmica, para discutir a questão do que é língua e comunidade. O autor discute não apenas os conceitos linguístico-ecossistêmicos de língua e comunidade, mas mostra que o pluricentrismo permite conciliar a ideia de uma língua geral e as inúmeras comunidades de fala que podem ser detectadas nela. Cada uma dessas CF pode ser focalizada como “centro” da língua. E mais, pode-se até dispensar o conceito de pluricentrismo e adotar o acentrismo, ou seja, as línguas não têm um “centro”.

ECO-REBEL

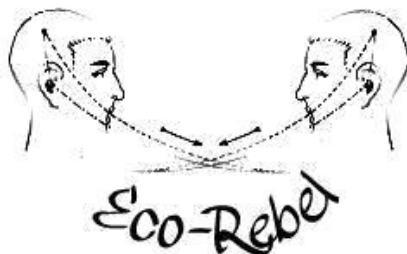
Este número contém ainda quatro resenhas e uma miniresenha. A primeira resenha é do livro *From Language Shift to Language Revitalization and Sustainability: A Complexity Approach to Linguistic Ecology*, de Albert Bastardas-Boada, resenhado por Pere Comellas. A segunda é do livro *A linguagem rural da região de Major Porto, município de Patos de Minas (MG): uma visão linguístico-ecossistêmica*, de Hildo Couto, feita por Mario L. M. Gaio. A terceira é do livro de Elza do Couto e Eliane Fernandes, *Análise do discurso ecossistêmica: teoria e prática*, já mencionado acima, com URL. Ela foi escrita por Zilda Dourado. A quarta resenha, escrita por Gilberto Araújo, é do livro *A vida secreta das árvores*, de Peter Wohlleben. A miniresenha, escrita por Hildo Couto, é do segundo livro da série Bloomsbury Advances in Ecolinguistics, intitulado *Storytelling and Ecology: Empathy, Enchantment and Emergence in the Use of Oral Narratives*, de Anthony Nanson.

O número conta ainda com uma interessante entrevista com o ecolinguista inglês Arran Stibbe, concedida ao ecolinguista chinês Guowen Huang. Ela nos permite ver não apenas algumas das principais ideias de Stibbe, mas até mesmo algumas informações sobre a ecolinguística chinesa.

Por fim, vem um obituário do simpatizante da ecolinguista Pierre Guisan.

Boa leitura a todas e a todos!

ECOLINGUÍSTICA: REVISTA BRASILEIRA DE
ECOLOGIA E LINGUAGEM (ECO-REBEL), v. 7, n. 2, 2021.



UMA INTERPRETAÇÃO DO CONTO ‘UMA VELA PARA DARIO’ DE DALTON TREVISAN PELA ADE

Ubirajara Moreira Fernandes (*Especialista em literatura brasileira aposentado e ambientalista*)

Abstract: The main objective of this article is to show the applicability of Ecosystemic Discourse Analysis (EDA) in the analysis of literary text-discourses, illustrating with “Uma vela para Dario” by Dalton Trevisan. I intend to strictly adhere to the principles of EDA, part of the version of Ecolinguistics called Ecosystemic Linguistics. The article begins by giving an outline of the theory. Because it is a relatively new theory, many attempts to apply it end up largely using the language of other theories, such as Bakhtin's theory and that of traditional DA. Even though the prototypical text-discourse in EDA is the dialogue, it can also be used for analyzing monological text-discourses and even highly abstract ones. For this theory the most important point in a text-discourse is not of political and/or ideological nature, but the defence of life and the fight against avoidable suffering. Political ideologies are subsidiaries of ecoideology. Due to the fact that it focuses on life, it emphasizes interactions, communicative or not, in its object.

Key-words: EDA; analysis of text-discourse; interaction; defence of life; fight against avoidable suffering.

Resumo: O principal objetivo deste artigo é mostrar a aplicabilidade da Análise do Discurso Ecolinguística (ADE) na análise de textos-discursos literários, exemplificando com “Uma vela para Dario” de Dalton Trevisan. Pretendo me ater estritamente aos princípios da ADE, parte da versão da Ecolinguística chamada Linguística Ecolinguística. Por isso, começo apresentando um esboço da teoria. Por ser relativamente nova, muitas tentativas de aplicação dela acabam usando em grande parte a linguagem de outras teorias, como a teoria de Bakhtin (1981) e a das AD tradicionais. Mesmo tendo o texto-discurso dialógico como prototípico, a ADE pode debruçar-se sobre textos-discursos monológicos e até textos-discursos altamente abstratos. Para ela, o busfils de um texto-discurso não são questões político-ideológicas, mas a defesa da vida e a luta contra o sofrimento evitável. As ideologias político-partidárias são subsidiárias da ecoideologia. Por centrar-se na vida, ela enfatiza no seu objeto as interações, comunicativas ou não.

Palavras-chave: ADE; análise de texto-discurso; interação; defesa da vida; luta contra sofrimento evitável.

1. Introdução

Esta é minha terceira incursão no domínio da Ecolinguística, mais especificamente no âmbito da parte da Linguística Ecolinguística chamada Análise do Discurso Ecolinguística. A primeira é um miniartigo, publicado em no *Boletim do GEPL* (FERNANDES 2020a). Sob forma revista e ampliada esse miniartigo foi publicado em inglês em Fernandes (2020b). Minha segunda publicação de cunho ecolinguístico é Fernandes (2021). A terceira é em parceria com Márcio M. G. Silva (SILVA; FERNANDES, 2021).

A ADE já foi objeto de todo o número anterior de *ECO-REBEL*. Os artigos que o integram já dão uma boa ideia sobre as bases teóricas e as possibilidades de aplicação da teoria. O primeiro artigo, por exemplo, é uma exposição dos princípios da teoria, em inglês (COUTO; COUTO; SILVA, 2021). No presente artigo, gostaria de voltar à questão da aplicação dela a um caso específico, mesmo porque muitos ensaios feitos presumivelmente em ADE são, na minha opinião, insatisfatórios.

A ADE é uma teoria de análise de textos-discursos relativamente jovem. Ela surgiu em 2013 e o primeiro livro dedicado a ela é de 2015. Existem também uns poucos artigos e capítulos de livros, além de dissertações de mestrado e teses de doutorado, bibliografia que pode ser vista em Couto (2020b) e no *site* da Linguística Ecolinguística, sobretudo na seção ADE e na do *site* Linguística Ecolinguística (www.ecoling.unb.br). A despeito de haver essa pouca literatura, os autores das tentativas de análise que tenho visto por aí aparentemente não a leram. Às vezes citam literatura secundária, em vez de ir às fontes primeiras. Notei que ignoram o fato de a ADE ser parte da versão da Ecolinguística chamada Linguística Ecolinguística, sendo esta última Ecologia Linguística, não Linguística Ecológica.

Por não lerem a bibliografia original pertinente, pelo menos não o demonstram em seus ensaios, muitos autores parecem pensar que usar palavras como “ecossistema”, “meio ambiente”, “ecologia”, “interação”, “diversidade” e outras faz um ensaio ser linguístico-ecossistêmico e, no caso, discursístico-ecossistêmico, um ensaio em ADE. Afora isso, muitos desses ensaios poderiam ter sido feitos em outros arcabouços teóricos e até sem arcabouço teórico nenhum; um jornalista bem-informado poderia fazer algo muito parecido. Como observou a ecolinguista chilena Celia González, “está circulando una mala versión del ADE, que lo mezclan con el AD crítico, y con la propuesta de Arran Stibbe” (comunicação pessoal).

Trocado em miúdos, esses ensaios não usam a linguagem da ADE nem a da Linguística Ecolinguística (de que ela faz parte) nem a da Ecologia, de que a Linguística Ecolinguística faz parte. Quando usam termos, conceitos e categorias presumivelmente pertencentes a essas disciplinas, com muita frequência o fazem de modo inadequado. O conceito mais usado inadequadamente é o de “ecossistema”. Várias publicações linguístico-ecossistêmicas salientam o fato de que, para sermos fiéis ao conceito original de ecossistema na Ecologia, só podemos considerar determinada situação um ecossistema se ela consistir em interações entre alguns interagentes em algum lugar. Não sendo esse o caso, quando muito se pode falar em “ecologia”, termo mais geral, como em “ecologia das línguas”.

Por esses e outros motivos, decidi fazer uma tentativa de análise, pela ADE, do conto “Uma vela para Dario”, de Dalton Trevisan, usando meu tempo livre de aposentado como professor de Literatura Brasileira e dando vazão ao meu gosto pela Ecologia, inclusive o ambientalismo, além da minha amizade com um estudioso de LE/ADE, que me pôs em contato com seu criador. Esse conto já foi objeto de análise pela ADE por Couto; Fernandes (2021), tentativa de análise que, a meu ver, contém muito pouco de ADE, como discutida na literatura original. Os capítulos teóricos são aceitáveis, mas onde se fala do conto passa-se longe do verdadeiro espírito da ADE. É preciso pôr as coisas no seu devido lugar. A minha análise do conto pode não ser a melhor possível, e não

o é. No entanto, ela procura se ater o mais fielmente possível ao âmbito epistemológico da Análise do Discurso Ecológica, usando seus conceitos e categorias bem como os da Ecologia, enfim, ele procura se manter no contexto da visão ecológica de mundo, falando a linguagem da ADE.

2. Um pouco de teoria

Não vou expor toda a teoria da Análise do Discurso Ecológica, em seus mínimos detalhes nem, muito menos, a Linguística Ecológica, como tem sido a praxe em quase todos os textos na área que tenho visto. Os princípios da LE e da ADE podem ser vistos no livro Couto; Couto; Borges (2015), em Silva (2020, 2021) e em Couto (2020b), além da literatura anterior que eles mencionam. Como já assinalado acima, Couto; Couto; Silva (2021) é um apanhado geral da teoria. Ater-me-ei aqui ao *minimum minimorum* teórico, acrescentando apenas algumas inovações propostas mais recentemente. A primeira delas consiste em que na ADE é preferível usar-se o composto “texto-discurso” em vez de apenas “discurso”. Com efeito, todo discurso tem que estar materializado em algum texto bem como todo texto contém algum discurso. Eles são as duas faces de uma mesma realidade, que é o produto da interação comunicativa, ou seja, um enunciado, aquilo que se está enunciando no processo de enunciação, no sentido de Benveniste (1989). Vale dizer, tudo se dá no contexto de uma ecologia da interação comunicativa, no sentido da Linguística Ecológica.

A segunda inovação surgiu devido ao fato de a área dos estudos sobre discurso, aliás, texto-discurso, ser uma das mais disseminadas entre todos os modelos teóricos da Linguística, sobretudo em países de língua latina. Trata-se da proposta de se usar o termo simples “discursística” em vez da locução “análise do discurso”. Em Couto (2020a, 2020b) encontra-se não só a proposta inicial do termo, mas também uma justificativa para sua adoção. Mas, como está ressaltado sobretudo no primeiro desses ensaios, dificilmente os praticantes de Análise do Discurso aceitarão substituir esta expressão por Discursística, a despeito das vantagens que isso representaria.

Nunca é demais insistir no fato de a ADE ser parte da LE, que é parte da Ecologia. Como sabemos, o conceito central desta ciência é o de ecossistema, e o conceito central e definidor do ecossistema é o de interação. Por esse motivo, no contexto do ecossistema linguístico, a língua é vista como interação (comunicativa), não como instrumento para interação (comunicativa), exatamente como no ecossistema biológico, em que interação é o conceito central. Isso tem como consequência o fato de o texto-discurso preferencial, prototípico na ADE (e na LE) ser o dialógico. No entanto, ela não exclui os demais tipos de texto-discurso. Por olhar para seu objeto holisticamente, ela pode ser usada para a análise do tipo de texto-discurso a que a AD tradicional se dedica, mas também para a de qualquer outro tipo de texto.

A despeito do fato de ter dito que não entraria em pormenores na teoria, creio que pelo menos umas quatro categorias da ADE devem ser lembradas aqui. A primeira é a defesa incondicional da vida. A segunda, a luta contra o sofrimento evitável. A terceira são as relações harmônicas, chamadas de comunhão. A quarta consiste em que o praticante de ADE pode usar todas as categorias e conceitos da Ecologia e da Linguística Ecológica. É importante ressaltar que ênfase em relações harmônicas (comunhão) não implica uma atitude à la Poliana, para a qual tudo está bem, às mil maravilhas, pois “a vida é bela”. Pelo contrário, na vida real há violências, crimes, roubos, desrespeito ao outro, insensibilidade para com seu sofrimento e falta de compaixão, como se pode ver no conto sob análise. A diferença relativamente às demais AD consiste em não partir de cara desses fatos negativos, mas agir como sugere a Análise do Discurso Positiva (MARTIN, 2004, 2006) e a filosofia de vida de Gandhi, ou seja, enfatizando o lado positivo a fim de se chegar ao negativo, ou procurando por um equilíbrio entre eles, pois constituem os dois lados de um *continuum*. Esse procedimento está representado até graficamente em Silva (2020, p. 101-102).

ECO-REBEL

Quando se fala em defesa da vida, ela é entendida em seu sentido biológico: os seres vivos nascem, crescem e morrem. Daí partir a ADE do ecossistema natural da língua: pessoas (P) de carne e osso convivendo em um lugar (T) específico e interagindo entre si pelo modo tradicional de interagir, que é sua linguagem (L). De modo geral, se parte da realidade concreta, físico-natural para, a partir dela, se chegar à dimensão mental e à social bem como às intersecções entre elas: a dimensão psicofísica e a psicossocial. No caso do conto a ser analisado mais abaixo, trata-se de um incidente no meio da rua, envolvendo diversas personagens. Mesmo sendo ficção, é um simulacro da vida real (SILVA, 2017). Aqui a obra de arte parece ser realmente de caráter mimético.

Quando se diz que a ADE olha para seu objeto de modo abrangente, holístico, é necessário acrescentar que cada investigador tem que dirigir o foco para um aspecto microscópico dele, fazendo uso do método da focalização. Como proposto por Marx e Engels no início de *A ideologia alemã*, a LE/ADE parte do mundo real, no caso, de pessoas de carne e osso, vivendo e convivendo em determinado lugar, também real. Trata-se da sua dimensão natural, tecnicamente denominada ecossistema natural da língua. Mas, essas pessoas têm um cérebro e uma mente (dimensão mental) e convivem em sociedade (dimensão social). As AD tradicionais se atêm geralmente ao social, quando muito chegando ao mental. Geralmente ignoram solenemente a dimensão natural. A Sociologia dominante tem horror ao mundo real, com seus odores. Pois bem, a ADE leva os três em conta, sempre na medita do possível, é claro. Ela é de cunho biopsicossocial.

Como exige a Linguística Ecológica, é necessário distinguir as relações do objeto de estudo com seu entorno (sua exoecologia) das relações que se dão em seu interior (sua endoecologia). A LE/ADE é multimetodológica e multidisciplinar. A ecometodologia que ela segue, permite conciliar a visão macroscópica com a microscópica fazendo uso método da focalização (GARNER, 2004; COUTO, 2018). Por outros termos, ela consegue conciliar a visão holística do objeto, sua exoecologia, com a análise de partes específicas desse objeto, na visão microscópica, sua endoecologia.

No *site* da Linguística Ecológica há uma seção dedicada à ADE (www.ecoling.unb.br), com muito material de interesse para a área.

3.Contextualização: visão macroscópica da exoecologia do conto

Vejam um pouco da vida do autor de “Uma vela para Dario”, Dalton Jérson Trevisan. Ele nasceu em Curitiba em 14 de junho de 1925, onde vive até hoje (início de março de 2021) com seus 96 anos. Trevisan é tido como um dos grandes contistas brasileiros, assunto que tem sido bastante explorado no âmbito dos estudos literários.

O conto em questão foi publicado pela primeira vez em *Cemitério dos Elefantes* (Rio de Janeiro: Record, 1964) e passou a integrar diversas outras coletâneas posteriormente. Eu estou usando a versão que saiu em *Vozes do retrato: quinze histórias de mentiras e verdades* (São Paulo: Ática, 1991, p. 25-26). Trata-se de um miniconto de apenas duas páginas, com cerca de 640 palavras, número que pode variar conforme a edição. Como disse Waldman (1997, p. 139), Trevisan lança mão da “subtração que basicamente significa suprimir e ‘enxugar frase, trechos de contos, reescritos estes sistematicamente a cada nova edição”, pois ele “tem na mira o haicai”. O próprio autor disse certa feita que vai “do conto para o soneto e dele para o haicai”.

Trata-se de um conto típico de Dalton Trevisan. Além das inúmeras análises que lhe têm sido dedicadas no âmbito dos estudos literários, ele tem sido objeto de pelo menos dois curtas-metragens em 16mm, como o de Rodrigo Ferrari Caetano (1994) e o de Samantha Capdeville (1998).

Trevisan começou a dar vazão a suas inquietações literárias ainda como estudante secundarista, criando o jornal *Tingui* em 1940, publicado até 1943 e no qual publicou *Sonetos tristes* e *Visos*,

ambos em 1941, obras que parece que ele renegou. Em 1946, ele cria a revista *Joaquim*, que durou até 1948. Nesta revista publicou o livro, *Sete anos de pastor* (1946). Trata-se de duas juvenildades de Trevisan, como diz Carollo (1987). No ano anterior já havia publicado a novela *Sonata ao luar* (1945). Nove anos depois publicou *Guia Histórico de Curitiba* (1954) e *Crônicas da Província de Curitiba* (1954) em formato popular. Uma década depois trouxe a lume *Cemitério dos Elefantes* (1964), seguido de *Morte na Praça* (1965) e *Desastres do Amor* (1968). Nesse mesmo ano recebeu o Prêmio Jabuti, no I Concurso Nacional de Contos, promovido pelo Estado do Paraná.

Desde a década de cinquenta do século passado, Trevisan tinha o hábito de publicar sua produção em forma de folhetos, como se faz na literatura de cordel e, mais uma vez como este, retratando o meio em que vivia, no caso, a cidade de Curitiba. Mas, o livro que marcou sua vida de modo indelével é *O Vampiro de Curitiba* (1965). A tal ponto que o autor passou a ser chamado justamente de O Vampiro de Curitiba em parte devido ao seu temperamento arredio, recluso, avesso a entrevistas.

Trevisan continuou publicando. Entre as obras que vieram a seguir contam-se *A Guerra Conjugal* (1970), *Crimes da Paixão* (1978), *Ah, É* (1994), *O Maníaco do Olho Verde* (2008), *Violetas e Pavões* (2009), *Desgracida* (2010), *O Anão e a Ninfeta* (2011), entre outras. Em 1959 Dalton Trevisan foi agraciado com o Prêmio Jabuti da Câmara Brasileira do Livro, por *Novelas Nada Exemplos*, que compilava cerca de vinte anos de produção literária. Dalton se dedicou quase exclusivamente ao conto. Ele só publicou um romance, *A Polaquinha*, em 1985.

Dalton Trevisan ganhou muitos outros prêmios. Um deles é o Prêmio Ministério da Cultura de Literatura, em 1996, pelo conjunto da obra. Recebeu ainda, juntamente com Bernardo de Carvalho, o I Prêmio Portugal Telecom de Literatura Brasileira, pelo livro *Pico na Veia*, em 2003. Um segundo foi o Prêmio Camões de 2012, em sua 24.^a edição. Este último é muito importante para os escritores de língua portuguesa por ser patrocinado por Brasil e Portugal, em conjunto. Um terceiro é o prêmio Clarisse Linspector da Fundação Biblioteca Nacional, em 2008, por *O maníaco do olho verde*.

O conto “Uma vela para Dario” em si é representativo das “mini-histórias” de Trevisan, que, como vimos, namora com o haicai. A seguir, vou falar do próprio conto, sua endoecologia.

4. Visão microscópica da endoecologia do conto

Nesta seção do artigo vou aproximar o foco diretamente no conto, a fim de avaliá-lo endoecologicamente, ou seja, sua interioridade. Para tanto, faz-se necessário focar primeiro em sua tessitura, como ele é organizado, enfim, o texto, o que será feito na primeira subseção. Na segunda falarei do discurso propriamente dito. Texto e discurso não são entidades cartesianamente separadas. Eles fazem parte de um todo, pois todo discurso vem materializado em um texto assim como todo texto contém algum discurso, motivo pelo qual a ADE sugere o composto “texto-discurso”. Se não contiver discurso, não será texto; se for discurso, está em um texto. Eles são as duas faces da mesma moeda. No entanto, para efeitos operacionais, de análise, pode-se dirigir o foco ora para um deles, ora para o outro, mas sempre mantendo em mente o que diz o método da focalização (SILVA, 2020). Por exemplo, quando o operador de uma câmera aproxima o foco e faz um *close*, é possível ver detalhes do rosto de uma pessoa na arquibancada de um estádio de futebol. Porém, todas as demais pessoas continuam lá, mesmo que momentaneamente não estejam sendo vistas (não estejam no foco). Tanto que basta recuar a câmera para que fiquem visíveis de novo (GARNER, 2004, p. 202). Olhar para o conto partindo da perspectiva da ADE é um procedimento bastante semelhante.

4.1. O texto

Quando encarado como parte de uma interação comunicativa e não como mero produto dela – com o que seria um artefato, uma mercadoria –, o texto é a face material do texto-discurso, aquilo de que o falante (ou escritor) se utiliza com o objetivo de levar o ouvinte (ou leitor) a entender o que ele quis dizer. Ele é o ponto onde se entrecruzam diversas relações na rede de interações que se dão na ecologia da interação comunicativa. Ele é um nó nesses entrecruzamentos. Esse nó pode ser o objeto de uma focalização provisória, mas apenas provisória, para efeitos de análise microscópica. Feito isso, a câmera recua e mostra o processo total. Trevisan faz com que tudo no texto se entreteça, se inter-relacione, de uma forma ou de outra. Dessa perspectiva, o texto que revela o discurso em questão é uma rede de inter-relações, inextricavelmente imbricadas nas inter-relações do respectivo discurso.

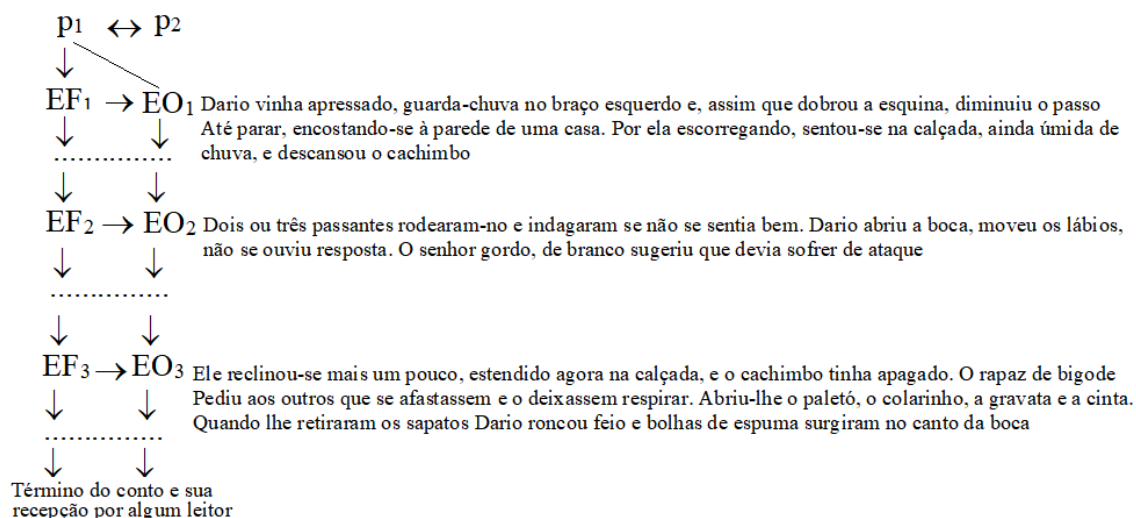
Pelo fato de a interação comunicativa ser o núcleo da linguagem, e pelo que acaba de ser dito, o texto monológico não é sua manifestação linguística prototípica, mas sim o texto dialógico. Na verdade, texto é um artefato, como outros artefatos culturais imateriais (COUTO, 2017). Porém, como essa teoria olha para seu objeto de estudo holisticamente, ela não exclui esses textos. Mais, indo além das AD tradicionais, ela não exclui nenhum tipo de texto, como se pode ver na pouca literatura já disponível. Em Couto; Couto; Borges (2015), por exemplo, temos tentativas de análise de um longo diálogo gravado ao vivo entre um professor e o pai de uma aluna na zona rural de Minas Gerais, de um texto científico (sobre Gramática Gerativa) e até de um silogismo, tipo de texto de que, que eu saiba, nenhuma teoria de AD tradicional tratou.

De texto-discurso científico temos pelo menos a análise feita por Halliday (1990), embora ele tenha procurado ver nele justamente aspectos que eventualmente permitiam uma leitura política, como fazem as AD tradicionais. E é o que Halliday fez. Mas, no próprio livro de 2015, encontram-se outras tentativas de análise. São elas: o discurso da empresa Agroceres, o de uma tese de doutorado comentando o discurso do Jornal Nacional (Rede Globo) sobre a usina de Belo Monte, o da questão “invadir *versus* ocupar” pelo MST analisada em um livro de AD, o da crueldade da criação industrial de porcos, o dos meninos de rua, do excerto de um diálogo maior (p. 118-120), excerto esse que foi objeto de todo um capítulo em Couto (2021, p. 123-134).

Como se pode ver em Couto; Couto (2019), da perspectiva da interação comunicativa, textos aparentemente monológicos como este devem ser considerados em dois momentos, se nos apoiarmos em ideias de Mikhail Bakhtin e Émile Benveniste. O primeiro momento é o de sua criação pelo escritor, em que há diálogo entre ele e seu alter-ego. O segundo é o da recepção do texto-discurso por leitores, comentaristas ou críticos, momento em que se tem pelo menos um simulacro (SILVA, 2017) da interação comunicativa prototípica.

Partamos da tese de que toda asserção é resposta a uma pergunta, mesmo que tácita (MAAS, 1977, p. 145, 155-156). Seguindo a proposta de Bakhtin (1981) de que os parágrafos seriam um tipo de “réplicas” de um diálogo e cindindo o escritor em “eu falante” e “eu ouvinte”, de acordo com a proposta de Benveniste (1989), em “Uma vela para Dario” teríamos um fluxo interlocucional *sui generis*, diferente dos prototípicos, como o apresentado em Couto; Couto (2019, p. 44). É diferente até do diálogo entre “eu falante” (EF) e “eu ouvinte” (EO) de um texto-discurso tido como monológico, apresentado na página 45 desse artigo. Aplicado ao conto de Trevisan, teríamos o que se mostra para os três primeiros parágrafos como se pode ver a seguir.

ECO-REBEL



No momento de criação do texto, o leitor (p₂) não está presente, motivo pelo qual o escritor (p₁) se cinde em “eu falante” (EF) e “eu ouvinte” (EO). No fluxo interlocucional do autor com seu alter-ego, as réplicas deste último não aparecem, o que está representado por reticências. Só num segundo momento, quando ocorre o término do conto e ele é recebido por algum leitor, p₂ pode entrar em ação, embora esse momento não esteja mostrado no fluxo.

No interior do conto, quase todas as interações se dão em silêncio, não verbalmente. Só quase no meio do conto uma “velhinha de cabeça grisalha grita que ele está morrendo” (uma exclamação), mas não há resposta verbal; logo em seguida, o motorista do táxi pergunta “quem pagará a corrida?”, “concordam em chamar a ambulância”; “alguém informa da farmácia na outra rua”; “um terceiro sugere lhe examinem os papéis”; “A última boca repete – *Ele morreu!*” (outra exclamação).

Por olhar para a vida real, nua e crua, a linguagem do texto é bastante enxuta. As frases são curtas, sem muitas subordinadas ou orações relativas. Há poucos adjetivos; as exceções visam a salientar que quem mais teve compaixão pelo sofrimento de Dario foram uma “velhinha de cabeça grisalha”, um “senhor gordo”, um “menino de cor e descalço”, ou seja, pessoas que de alguma forma fogem do comum. As orações são curtas, os períodos e parágrafos são curtos e sempre vazados em uma linguagem coloquial, sem termos especiosos.

Os verbos de ação estão todos no presente do indicativo, não no pretérito, que é o tempo narrativo mais comum. O presente do indicativo sequer é o “presente histórico” das gramáticas expositivas, em que ele é usado em lugar do pretérito. Parece que o autor está fazendo uma descrição objetiva de algo que está vendo.

A propósito de “Debaixo da ponte preta”, outro texto de Trevisan, Waldman (1997, p. 141-145) disse que na obra de Trevisan “evita-se a oração subordinada, e vai-se delineando a oração nominal como uso predileto do autor” (141). Parece que ele gostaria de escrever “ministorias” como se fossem “haicais” em prosa, termos que ele mesmo usou. Waldman continua dizendo que Trevisan apresenta “*flashes* do cotidiano em estado bruto” (143), com um “minimalismo de forma”. Do ponto de vista da relação linguagem-mundo, há uma outra asserção muito interessante dessa crítica. De acordo com ela, “Daltan procura fazer com que o que ele diz seja presença da coisa e não discurso *sobre* a coisa”. Assim, Trevisan diverge daqueles escritores que valorizam mais os malabarismos, acrobacias e pirotecnias verbais do que os problemas da vida das pessoas em seu meio natural. Mas, isso não significa que ele deixe a forma inteiramente de lado. Tanto que “nos seus melhores contos o método é francamente poético”. Assim, “atrás da narrativa, a poesia; atrás

da poesia, a narrativa”, mesmo que “sua independência em solo crítico-alegórico [esteja - UMF] fora de qualquer programa de grupo pré-estabelecido”. O fato é que “um certo coloquialismo [.....] dá o tom geral”. Trevisan faz uso da “prática hiper-realista de transferir para o texto linguagens prontas, *ready mades*, clichês que vêm do mundo da experiência cotidiana”. Tudo isso pode ser visto também em “Uma vela para Dario”.

A “introdução” se dá sem nenhuma preparação, mas captando algo acontecendo na rua, com um rápido “desenvolvimento” e uma “conclusão” em suspenso, sem *happy end*. De qualquer forma, a narrativa obedece a uma sequência lógica, não há antecipação nem postergação de cenas/episódios, mas uma sequência lógico-natural, da vida como ela é. Por estar intimamente ligado ao objeto, como veremos com Waldman mais abaixo, há coerência e coesão textuais. Passemos ao discurso por trás desse texto.

4.2. O discurso

Existem inúmeras definições do termo ‘discurso’. Para o que interessa no presente contexto, podemos dizer que discurso não passa daquilo que o autor quis dizer ao produzir o texto mais aquilo que os leitores reais e potenciais veem nele. O que acontece no conto em tela? Dito de outro modo, que sentidos e significados estão embutidos nesse texto? Abramos as cortinas a fim de vermos o que acontece no cenário em que a ação se desenrola, com tudo que lhe diz respeito: lugares, pessoas, objetos, ações, atitudes individuais, valores sociais etc.

Como é comum na obra de Trevisan, o conto mostra um instantâneo da vida na cidade, aquilo que em inglês se chama *footage* que, mais do que um único fotograma em filme antigo corresponderia ao que se chama sequência, ou sequência de fotogramas. Não se sabe o que veio antes do momento inicial, em que “Dario vem apressado, guarda-chuva no braço esquerdo” e depois que “o toco de vela apaga-se às primeiras gotas da chuva, que volta a cair”, última frase do conto.

O que temos é um acontecimento *sui generis* na rua que se torna o *leitmotiv* de tudo que se passa no conto: todas as interações e ausência de interação se dão em função desse acontecimento, um transeunte que de repente se sente mal, “diminui o passo até parar, encosta-se a uma parede”. O mal era tão intenso que ele “por ela (a parede - UMF) escorrega, senta-se na calçada” e “descansa na pedra o cachimbo”, o último ato consciente que praticou, pois, logo em seguida começou a agonizar e acabou morrendo. O que acontece depois é uma amostra do que se vê quando alguém precisa de ajuda nas ruas das grandes cidades.

Muitos curiosos se aglomeram em volta dele, outros espiam pela janela, como as “crianças de pijama”. Subitamente, “a velhinha de cabeça grisalha grita que ele está morrendo”. Alguns tentam colocá-lo em um táxi para lhe prestar socorro, mas o taxista deseja saber quem vai pagar a corrida e, diante do silêncio, recusa-se a levá-lo. Outros pensam em levá-lo até a farmácia, mas, como ele é “muito pesado”, largam-no “na porta de uma peixaria” com o que ele fica coberto de moscas.

Se todo mundo que viu a cena agisse como recomenda a Ecologia Profunda, teriam intervindo o máximo possível para amenizar o sofrimento de Dario ou, se isso já não adiantasse mais nada, pelo menos para resguardar sua dignidade, não o deixando ao relento, sob a chuva, próximo a uma peixaria e coberto de moscas. A autorrealização pessoal aqui falou mais alto do que o dever de interferir em prol da vida e contra o sofrimento evitável.

Dario devia ser bem de vida. Infelizmente, porém, quando se viu caído anônimo na rua, enfartando, era como qualquer morador de rua que luta pela sobrevivência no mundo “natural”. Na situação em que se encontrava, de nada servia sua presumível boa situação social. Nesse momento o que vale é a luta pela vida. Não é para menos que Couto (2015) publicou um pequeno texto demonstrando que “Todos são iguais perante a natureza”. Ela não faz distinção entre os que têm

ECO-REBEL

foro privilegiado (presidente da república, deputados, ministros etc.). Para ela não há privilégios, muito menos imunidade que, na verdade, é impunidade.

Nesse nível de luta selvagem pela vida, acontecem coisas que, para o senso comum são horrendas. Por exemplo, já no início da agonia de Dario, vão sumindo pouco a pouco o guarda-chuva, o cachimbo, os sapatos, “o alfinete de pérola na gravata”, sinal de que era bem de vida. Pouco depois, desaparece “o relógio de pulso”, “os bolsos vazios” mostram que alguém deve ter furtado tudo que ele tinha de valor neles, especialmente dinheiro, mas também a “aliança de ouro, que.... só destacava molhando no sabonete”. Alguém deve ter forçado a barra para tirar o anel do dedo da vítima.

A solidariedade para com o enfartado e moribundo Dario é mínima. Como já visto, os que se condoem do enfartado são a “velhinha de cabeça grisalha”, um “senhor gordo” e um “menino de cor e descalço”, vale dizer, pessoas que para a sociedade pertencem a algum tipo de minoria, quer concordemos com isso, quer não. No final, não há nenhuma solidariedade, a ponto de o cadáver ser deixado exposto na rua sob a chuva.

Em Fernandes (2021) eu falei em sofrimento, dor, respeito, compaixão e medo, salientando que dor existe basicamente no nível físico, natural; no mais seria apenas metaforicamente. O sofrimento pode ser físico, mental ou social (toda dor é sofrimento, mas nem todo sofrimento é dor). Certamente, o enfarte de Dario deve lhe ter causado um sofrimento muito grande, uma dor lancinante. Não obstante isso, o envolvimento dos presentes para ajudá-lo ficou longe do satisfatório. O taxista, por exemplo, estava mais preocupado com o lado econômico do que com o sofrimento do enfartado. Frequentemente há uma ausência de compaixão na sociedade moderna pelo sofrimento alheio, insensibilidade, um não querer se envolver.

A Ecologia Profunda defende a ideia de que todo ser vivo está sempre à procura da própria autorrealização, ou seja, daquilo que lhe faz bem, que ajuda a manter sua vida como ser vivo. Mas, a realidade da natureza é crua (*crudus* < latim). A natureza é indiferente a tudo, e Trevisan enfatiza bastante esse lado nu e cru da vida como ela é. Na natureza não há os valores sociais. Quando a vida natural dos indivíduos os faz procurar pelo que lhes é mais favorável, muitos deles podem cometer atos (ou deixar de cometer) que para a dimensão social da vida é considerado violento, cruel, insensível, sem compaixão. Na atualidade, há pessoas que cometem crimes com requinte de crueldade, coisa que entre os animais não humanos é incomum ou quase ausente.

Sabemos que a vida humana pode ser encarada de três perspectivas: natural, mental, social. Na obra de Trevisan parece prevalecer a primeira, mesmo quando fala de problemas sociais. Ele fala desses problemas sem subterfúgios. Ora, na natureza não existem ideias como as de honradez, honestidade, sensibilidade, compaixão etc. Ela é inteiramente governada por leis naturais, físicas. Ela é indiferente a tudo. Ironicamente, todos que se aproximaram de Dario deitado na rua ignoraram princípios deontológicos de grande valor na vida social. Tudo isso mostra que os humanos estão muito longe de ser os reis da criação, como queria Protágoras entre os gregos.

Uma prova de que Trevisan fala da vida ao natural é que ele não toca diretamente na questão do bem e do mal, do que é visto como bom ou como ruim pela sociedade. Ele simplesmente mostra o lado natural da vida. Por isso, as cenas que o leitor e/ou o crítico veem nas suas descrições para a sociedade são tidas como cruzeza, crueldade, maldade, desonestidade, falta de compaixão etc. A vida como ela é. Por outras palavras, Trevisan mostra o lado que a sociedade deseja evitar – ou escamotear –, o lado cru, cruento, cruel, insensível, impiedoso, sem os freios ou limites sociais (psicossociais), assim como Nelson Rodrigues mostra o lado libininoso-perverso das pessoas.

Há algumas exceções à indiferença ou falta de compaixão pelo sofrimento de Dario. Enumeremos algumas delas: 1) “Dois ou três passantes à sua volta indagam se não está bem”, mas “Dario abre a boca, move os lábios, não se ouve resposta”; 2) “A senhora de cabeça grisalha grita que ele está

morrendo”. Por isso era praticamente impossível defender a vida de Dario. Mas, como ela já estava se esvaindo, pelo menos tentar aliviar o sofrimento da passagem, de cujo destino ninguém retornou para dizer como é. É bem verdade que “o rapaz de bigode pede aos outros se afastem e o deixem respirar. Abre-lhe o paletó, o colarinho, a gravata e a cinta”. É verdade também que “um senhor piedoso dobra o paletó de Dario para lhe apoiar a cabeça. Cruza as suas mãos no peito” e que “um menino de cor e descalço vem com uma vela, que acende ao lado do cadáver”. Infelizmente, porém, ninguém se engaja na causa para valer, não quer se envolver. Eles intervêm até certo ponto, pois, como se vê no final do conto, o corpo é literalmente largado às moscas, debaixo de chuva. De todos que intervieram ou deixaram de intervir até certo ponto, quem menos poderia ser inculpado é justamente o menino, que, além de pobre – estava “descalço” – era criança. Como tal, as medidas que se faziam necessárias estavam além de sua capacidade.

Seguindo a proposta de intervenção da Ecologia Profunda, a ADE sugere a seus praticantes que lutem em prol da vida e contra sofrimento evitável. No caso, o sofrimento era inevitável, pois o enfarte se devia a causas anteriores ao cenário em que a história se passa. Sequer foi possível salvar a vida de Dario, pois não havia médicos entre os que se aproximaram dele quando agonizava. Porém, ninguém se envolveu para valer e acompanhou o enfartante até um pronto socorro. O que é pior, já no final, com Dario já morto, abandonaram seu corpo na rua.

5. Observações finais

Existem outras versões da Ecolinguística que se preocupam com a vida não humana, como a praticada por Arran Stibbe. O que ele faz é muito bem-vindo. No entanto, ele praticamente só defende a vida dos animais não humanos, com o que exclui os humanos de suas preocupações (STIBBE, 2015). A ADE é mais abrangente, seguindo a Ecologia Profunda, cujos seguidores frequentemente ouvem a pergunta: “Eles não são muito mais amigos dos animais do que dos humanos?”, vale dizer, não seriam eles misantropos? De acordo com Arne Naess, “a resposta consiste em que seja lá qual for a intensidade de sua luta pelos animais, ou pela vida selvagem, eles reconhecem a obrigação especial que têm pelos humanos”. Isso porque “o que procuramos não é uma mudança de cuidado de humanos para não humanos, mas uma extensão e aprofundamento de cuidado para com ambos” (NAESS, 1992). Embora Stibbe fale em Ecologia Profunda, em geral ele não inclui em suas preocupações os humanos que sofrem. Pois bem, a ADE se preocupa com a vida na face da terra em geral, o que inclui a vida humana e a não humana, de todos os seres vivos e até dos não vivos.

A Ecocrítica (GLOTFELTY; FROMM, 1996), praticada pelo pessoal da Literatura que se interessa por questões da natureza, tampouco é abrangente como a ADE. Com efeito, ela está preocupada é com “o estudo das relações entre literatura e meio ambiente físico”, como diz Glotfelty na Introdução, não direta e explicitamente com a defesa da vida. Ela acrescenta que “assim como a crítica feminista examina a linguagem e a literatura da perspectiva da consciência sobre gênero, e a crítica marxista enfatiza os modos de produção e a questão de classe econômica na leitura dos textos, a ecocrítica assume uma postura terrocêntrica nos estudos literários” (GLOTFELTY, 1996, p. xviii). Vale dizer, não há uma ênfase na vida na face da terra, mas no meio ambiente físico. Para a ADE a ênfase na vida é o busílis da questão.

Por fim, gostaria de acrescentar que o capítulo 5 da Parte II de Couto; Fernandes (2021) é dedicado à análise de “Uma morte para Dario”. Porém, as autoras abordaram o conto de uma maneira bastante diferente da que tentei fazer aqui. Elas se utilizaram talvez em demasia de conceitos de outras teorias sem necessariamente levar em conta como se pratica multidisciplinaridade adequadamente. Mas, é uma boa abordagem do assunto, abordagem que pode complementar a que tentei apresentar no presente artigo.

Referências

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: HUCITEC, 1981, 2ª ed.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral II*. Campinas: Pontes, 1989.

CAROLLO, Cassiana Lacerda. Tingui: um capítulo das juvenilidades de Dalton Trevisan. *Revista letras* n. 36, 1987, p. 260-272.

DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/rel.v36i0.19268>

COUTO, Elza; FERNANDES, Eliane. *Análise do discurso ecossistêmica (ADE): teoria e prática*. Brasília: PPGL/UnB, 2021, e-book disponível em

<http://www.ecoling.unb.br/publicacoes/livros/e-books>

COUTO, Hildo H. do. Todos são iguais perante a natureza. *Ilinguagem e Glotopolítica* 17/08/2015. Disponível em:

<http://ilinguagem.blogspot.com/2015/08/todos-sao-iguais-perante-natureza.html>

_____. Notas sobre o conceito de texto em linguística ecossistêmica. *ECO-REBEL* v. 3, n. 2, 2017, p. 22-36. Disponível em:

<https://periodicos.unb.br/index.php/erbel/article/view/9677/8545>

_____. A metodologia na linguística ecossistêmica. *ECO-REBEL* v. 4, n. 2, 2018, p. 18-33. Disponível em:

<https://periodicos.unb.br/index.php/erbel/article/view/12355/10835>

_____. Discursística. *Ilinguagem e glotopolítica*, 2020a. Disponível em:

<http://ilinguagem.blogspot.com/2020/03/discursistica.html>

_____. Análise do Discurso Ecossistêmica –ADE. *Árboles y rizomas* v. 2, n. 2, 2020b, p. 1-14 (Universidad de Santiago de Chile). Disponível em:

<http://www.revistas.usach.cl/ojs/index.php/rizomas/article/view/4634/26003658>

<https://doi.org/10.35588/ayr.v2i2.4634>

COUTO, Hildo. *A linguagem rural da região de Major Porto, município de Patos de Minas (MG): uma visão linguístico-ecossistêmica*. Campinas: Pontes, 2021.

COUTO; Hildo; COUTO, Elza. 2019. Uma leitura ecolinguística de “Se eu quiser falar com Deus” de Gilberto Gil. *ECO-REBEL* v. 5, n. 2, 2019, p. 40-53. Disponível em:

<https://periodicos.unb.br/index.php/erbel/article/view/27661/23798>

COUTO; Hildo; COUTO, Elza; SILVA, Anderson. Ecosystemic discourse analysis. *ECO-REBEL* v. VI, n. 1, 2021, p. 5-17. Disponível em:

<https://periodicos.unb.br/index.php/erbel/article/view/36017/29022>

COUTO; Hildo; COUTO, Elza; BORGES, Lorena. *Análise do discurso ecológica - ADE*. Campinas: Pontes, 2015.

FERNANDES, 2020a. “Mas ele não é corrupto”. *Boletim do GEPLÉ* 3, 2020a. Disponível em:

<http://www.ecoling.unb.br/images/numero3.pdf>

_____. “But he is not corrupt”: Not being corrupt justifies any delinquency and crime. *ECO-REBEL* v. 6, n. 4, 2020b, p. 73-77. Disponível em:

<https://periodicos.unb.br/index.php/erbel/article/view/35675/28326>

_____. 2021. Notas sobre sofrimento, dor, respeito, compaixão e medo, na análise de discursos pela ADE. *ECO-REBEL* v. 7, n. 1, 2021, p. 46-53. Disponível em:

<https://periodicos.unb.br/index.php/erbel/article/view/36698/29027>

GARNER, Mark. *Language: an ecological view*. Berna: Peter Lang, 2004.

GLOTFELTY, Cheryl; FROMM, Harold (orgs.). *The ecocriticism reader*. Athens: The University of Georgia Press, 1996.

ECO-REBEL

HALLIDAY, Michael. New ways of meaning: *The challenge to Applied Linguistics* 6, 1990, p. 7-36.

_____. *Halliday's introduction to functional grammar*. Londres: Routledge, 2014, 4ª. ed.

MAAS, Utz. Sprachliches Handeln I: Auffordern, Fragen, Behaupten. *Funk-Kolleg 2: Sprache*. Frankfurt: Fischer Taschenbuch Verlag, 1977, p.144-157, .

MARTIN, James R. Positive discourse analysis: Solidarity and change. *Revista canaria de estudios ingleses* n. 49, 2004, p. 179-200.

_____. Vernacular deconstruction: Undermining spin. *DELTA* v. 22, n. 1, 2006, p. 177-203.

NAESS, Arne. Deep Ecology for the 22th century. *The trumpeter* v. 9, n. 2, 1992. Disponível em: <http://trumpeter.athabascau.ca/index.php/trumpet/article/view/432>

SILVA, Anderson Nowogrodzki da. A criação de simulacros sobre o ecossistema linguístico: a comunicação virtual em jogos de *RPG* e *MMORPG*. *ECO-REBEL* v. 3, n. 2, 2017, p. 49-68.

SILVA, Márcio M. S. Coronavírus, ideologias e Análise do Discurso Ecológica. *ECO-REBEL* v. 6, n. 2, p. 2020, p. 90-106. Disponível em:

<https://periodicos.unb.br/index.php/erbel/article/view/32667/26622>

_____. Um estudo dos discursos do ex-capitão Jair Messias Bolsonaro pela Análise do Discurso Ecológica. *ECO-REBEL* v. 7, n. 1, 2021, p. 18-34. Disponível em:

<https://periodicos.unb.br/index.php/erbel/article/view/36696/29025>

SILVA; Márcio M. S.; FERNANDES, Ubirajara M. ADE, vida na face da terra e coronavírus, *ECO-REBEL* v. 7, n. 1, 2021, p. 35-45. Disponível em:

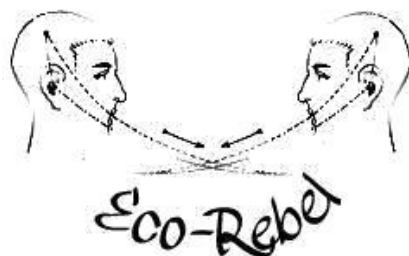
<https://periodicos.unb.br/index.php/erbel/article/view/36697/29026>

STIBBE, Arran. *Ecolinguistics – Language, ecology and the stories we live by*. Londres: Routledge, 2015.

WALDMAN, Berta. Mínimo múltiplo: do conto ao haicai de Dalton Trevisan. *Letras* (UFSM), janeiro/junho de 1997, p. 139-149.

Aceito em 15/02/21.

ECOLINGUÍSTICA: REVISTA BRASILEIRA DE
ECOLOGIA E LINGUAGEM (ECO-REBEL), V. 7, N. 2, 2021.



O ECOSSISTEMA MENTAL DA LÍNGUA E A PSICOLINGUÍSTICA

Márcio M. G. Silva (*Pesquisador independente, linguista, tradutor e ambientalista*)

Resumo: O objetivo deste artigo é mostrar que, contrariamente ao que seria de esperar, há muitas afinidades entre a variante brasileira da ecolinguística, a linguística ecossistêmica, e a psicolinguística, pelo menos com algumas de suas tendências e com exceção das gerativistas. Uma dessas tendências é a que foi praticada pela romena Tatiana Slama-Cazacu. As tarefas que ela atribuía à psicolinguística são praticamente as mesmas na linguística ecossistêmica. Entre essas tarefas estão a visão holística da língua, cujo núcleo seria a interação comunicativa, a multidisciplinaridade e muitas outras. Para Slama-Cazacu, a psicolinguística deve ser vista como um elo entre as diversas ciências da linguagem, o que me levou a dizer que ela defendia um psicolinguisticocentrismo. Mas, como se pode ver na coletânea TRAXLER & GERNSBACHER (2006), muitas outras correntes psicolinguísticas que trilham uma senda semelhante, inclusive nos países de língua inglesa.

Palavras-chave: Linguística ecossistêmica; Ecossistema mental da língua; Psicolinguística; Multidisciplinaridade.

Abstract: The objective of this article is to show that, contrary to what would be expected, there are many affinities between the Brazilian variant of ecolinguistics – ecosystemic linguistics –, and psycholinguistics at least with some of its tendencies, to the exclusion of the generative ones. One of these theories is the one practiced by the Romanian psycholinguist Tatiana Slama-Cazacu. The tasks she assigned to psycholinguistics are much the same in ecosystemic linguistics. Among these tasks are the holistic view of the language, whose core would be communicative interaction, multidisciplinarity and many others. For Slama-Cazacu, psycholinguistics should be seen as a link between the various language sciences, which led me to say that she advocated a kind of psycholinguisticocentrism. But, as can be seen in the collection TRAXLER & GERNSBACHER (2006), many other psycholinguistic currents, including in the English-speaking world.

Key-words: Ecosystemic linguistics; Mental Ecosystem of language; Psycholinguistics; Multidisciplinarity.

1. Introdução

Com muita frequência a ecolinguística tem sido associada à sociolinguística. Alguns autores chegam a perguntar se a primeira é parte da segunda. No entanto, se é para se falar de inclusão de uma disciplina na outra, seria justamente o contrário: a sociolinguística é que poderia ser enquadrada no arcabouço ecolinguístico. A sociolinguística se dedica apenas à faceta social da língua, no que é imbatível. Harald Haarmann já havia dito que "a ecolinguística não é um substituto da sociolinguística, mas um princípio de investigação mediante o qual os fundamentos da sociolinguística podem avançar consideravelmente" (HAARMANN, 1996, p. 843). O que é mais, a ecolinguística, mais especificamente, a linguística ecossistêmica, considera seu objeto em sua totalidade, de forma holística, com todos os esclarecimentos que isso requer. Alguns deles serão vistos no presente ensaio.

Muitos autores associam a ecolinguística à etnolinguística, às vezes confundida com linguística cultural e, mais ainda, com linguística antropológica. Na verdade, a associação da ecolinguística com a etnolinguística faz mais sentido do que a que se faz com a sociolinguística. Como o prefixo *etno-* já sugere, a etnolinguística geralmente se dedica ao estudo de como pequenos grupos étnicos percebem e conceptualizam o seu entorno e como falam dele. Enfim, como os aspectos desse entorno influenciam a língua e como ela pode direcionar o comportamento dos falantes em relação a ele. Tudo isso lembra muito os ecossistemas linguísticos discutidos na seção 2 logo a seguir. Os falantes são o lado povo/população (P), o entorno o lado meio ambiente ou território (T) e, finalmente, o modo como se fala dele é a língua (L).

A psicolinguística e a ecolinguística já haviam sido associadas no final da década de setenta do século passado, quando o psicolinguista Kurt Salzinger propôs uma nova disciplina que ele chamou justamente de ecolinguística (1979). Aparentemente, ele ainda não tinha ouvido falar das duas vezes que o termo aparecera antes de 1979. O fato é que ele era um psicolinguista behaviorista e estava certo de que estava propondo uma nova disciplina. O mais importante de seu artigo no presente contexto é o ter associado ecolinguística e psicolinguística. Infelizmente, porém, ele não teve seguidores. Não vou discutir suas ideias, mas elas são em grande parte similares às da linguística ecossistêmica. Portanto, ele é pioneiro também na própria história da ecolinguística.

Com exceção de Salzinger (1979), de meu conhecimento não há nenhuma associação da ecolinguística à psicolinguística, exceto o fato de a linguística ecossistêmica reconhecer, ao lado do ecossistema social e do natural, o ecossistema mental da língua. O que é mais, essa versão da ecolinguística tem mostrado que o ecossistema mental é um elo entre o natural e o social, fato indiretamente reconhecido pela psicolinguista Slama-Cazacu (1995: 17, 18), que não levou em conta a então nascente ecolinguística.

O presente ensaio tem por objetivo discutir as afinidades da linguística ecossistêmica com a psicolinguística, via ecossistema mental da língua. No entanto, afinidades de natureza semelhante existem ainda com a neurolinguística, o conexionismo, a psicologia (sobretudo a psicologia social), a neurobiologia e outras. Seria interessante se outros investigadores atacassem essas outras frentes. Isso enriqueceria muito nosso conhecimento sobre o ecossistema mental.

Gostaria de ressaltar que, neste artigo, o termo "ecolinguística" será entendido como 'linguística ecossistêmica', a não ser onde/se estiver explicitamente estipulado de outro modo.

2. Os ecossistemas linguísticos

Gostaria de começar este ensaio repetindo algumas ideias já bem conhecidas no âmbito da ecolinguística brasileira, muitos deles publicados nesta revista. Seguindo o reducionismo típico da visão ocidental de mundo – que os linguistas ecossistêmicos abreviam como VEM –, algumas teorias veem a língua como fenômeno quase exclusivamente social, quando não exclusivamente

social, como faz naturalmente a sociolinguística (de diversos matizes) e a análise do discurso (de diversos matizes), entre outras. Saussure (1973) a vê como psicossocial, ou seja, com um pé no mental e outro no social. Outras teorias veem nela algo mental, ou com um pé no mental e outro no natural (psicofísico), como é o caso da gramática gerativa de Noam Chomsky. Para outras, ela seria algo apenas físico, natural, caso dos primeiros pensadores gregos, como os hilozoístas e outros mais recentes, além de algumas vertentes das ciências fonéticas (muito foneticista labora como se a linguagem fosse apenas som físico). Para o ramo da ecolinguística que se pratica no Brasil, a linguística ecossistêmica, adepta da VEM, a língua é tudo isso ao mesmo tempo. Ela apresenta uma faceta física (natural), uma mental e uma social. Para ela, a língua é de caráter biopsicossocial.

Antes que o gaiato pergunte se o linguista ecossistêmico é onisciente por estudar a língua de todos os pontos de vista possíveis, gostaria de acrescentar que, como previsto no perspectivismo de José Ortega y Gasset (1883-1955) e outros (Husserl, Nietzsche etc.), cada estudioso individual deve escolher uma perspectiva, a partir da qual pode investigar apenas um aspecto de seu objeto de estudo, mas consciente de que fez um recorte, portanto, não ignora as demais facetas. Ele faz isso mediante o método da focalização (GARNER, 2004), que deu uma das maiores contribuições ao surgimento da ecometodologia da linguística ecossistêmica, declarada e decididamente multimetodológica. Em Couto (2018b), encontra-se uma pormenorizada discussão dessa metodologia. No presente momento, vou direcionar o foco para o ecossistema mental da língua para, como já dito, compará-lo ao que se vem fazendo na psicolinguística. Começo situando-o no contexto dos demais ecossistemas linguísticos, embora isso já seja relativamente bem conhecido. Primeiramente, faz-se necessário explicitar o que se entende por ecossistema linguístico em geral e inserir o ecossistema mental nesse contexto. Não vou definir o ecossistema biológico. Basta dizer que, para que determinado objeto sob investigação seja considerado um ecossistema, precisa necessariamente apresentar todas as três características (propriedades, componentes) do ecossistema biológico, pois foi na biologia que o conceito nasceu (TANSLEY, 1935). Em ecologia, só se pode falar em ecossistema se houver interações (I) entre determinados interagentes (P) em determinado lugar (T). Não havendo a tríade T, P e I, não haverá ecossistema. Isso está pormenorizadamente discutido em Couto (2018c).

Direcionando o foco para o ecossistema linguístico, temos o ecossistema integral da língua, apresentado na figura 1. Os três nomes que ele recebe representam três perspectivas de se olhar para ele.

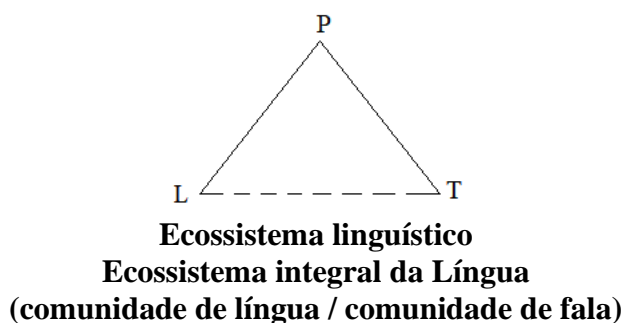


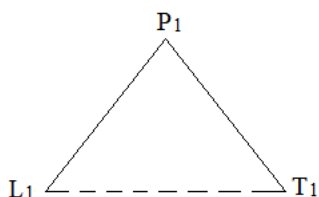
Fig. 1

A expressão “ecossistema linguístico” é um termo geral, que se justifica pela visão ecossistêmica geral a que pertence, por ser quase exatamente igual o ecossistema biológico, como tem sido demonstrado em diversas publicações. O termo ecossistema integral da língua visa a mostrar que ele integra três outros, engloba-os. Além do mais, esse ecossistema pode ser encarado da perspectiva da comunidade de língua e da da comunidade de fala. Vejamos brevemente os

ECO-REBEL

ecossistemas natural e social da língua, uma vez que o mental é o objeto central do presente ensaio e será abordado mais abaixo. Nos ecossistemas biológicos, fala-se em meio ambiente de determinado organismo ou população de organismos: a relação se dá entre o organismo e seu meio ambiente. Como a língua é interação, sempre que o ecolinguista falar em meio ambiente da língua estará se referindo ao lugar, o *locus*, dessa interação. Ela não é um organismo (um ser) para se relacionar com seu meio.

Ultrapassado o umbral do ecossistema integral da língua e fazendo uma primeira aproximação do foco, o que vemos logo em seguida é o ecossistema natural da língua, representado na figura 2. Os índices visam a distingui-lo dos demais ecossistemas linguísticos. O único ecossistema cujos componentes não têm índices é o ecossistema integral da língua (fig. 1).

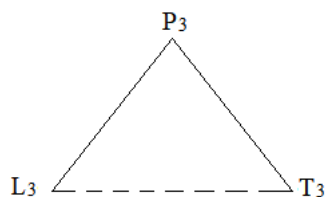


Ecossistema natural da língua

Fig. 2

Exemplificando com o caso dos kamaiurás do Parque Indígena do Xingu, P₁ representa o povo kamayurá, como conjunto dos indivíduos/pessoas de carne e osso como um aglomerado de pessoas, com nomes próprios, que convivem em seu território (T₁), o trato de terra do Parque que constitui o território desse povo. L₁, por seu turno, compreende os aspectos fisiológicos (sons etc.), proxêmicos, cinésicos, paralinguísticos etc. das interações comunicativas que se dão entre as pessoas. Aquilo que é percebido por quem chega de fora e não conhece a língua. É a língua da perspectiva do que tem de natural.

Fixando o foco no outro extremo do domínio do ecossistema integral, chegamos ao ecossistema social da língua, visualizado na figura 3.



Ecossistema social da língua

Fig. 3

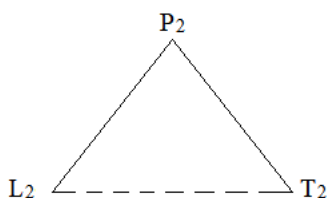
No ecossistema social da figura 3, P₃ está para a totalidade dos indivíduos da comunidade kamaiurá, por exemplo, como interindividualidades, de seres sociais, cada um deles com diversos papéis e diversas identidades sociais. Essa totalidade constitui a coletividade. L₃ representa a língua como as interações verbais que se dão no interior desse ecossistema, ou seja, a língua como fenômeno social. Quanto a T₃, é o lugar, o *locus* dessas interações, a sociedade. Entre esses dois últimos ecossistemas, está o ecossistema mental da língua, objeto principal deste ensaio. Falarei dele na próxima seção. Antes, porém, gostaria de comentar o terceiro termo, melhor, o par de termos, que se vê na figura 1 acima, a questão da comunidade de língua e da comunidade de fala. A comunidade de língua é o domínio da língua como sistema, equivalente aproximado do ecossistema biológico chamado de bioma, que se encontra onde se encontra independentemente do ecólogo (eis alguns biomas: tundra, taiga, floresta, floresta tropical, cerrado etc.). Do mesmo modo, o domínio do que chamamos língua inglesa compreende Inglaterra, Estados Unidos,

ECO-REBEL

Canadá, Austrália, Nova Zelândia e outras regiões do mundo, independentemente dos linguistas. A comunidade de fala, por seu turno, equivale ao lado mais ecossistêmico-ecológico dos fenômenos da linguagem. Ela é definida pelo observador, como o é também o ecossistema biológico. Assim, o linguista ecossistêmico pode delimitar o Brasil todo como a comunidade de fala que irá investigar. Pode ainda delimitar só o estado de São Paulo ou, então, só a cidade de São Paulo. Pode ainda delimitar o bairro da Lapa, um quarteirão desse bairro ou uma rua ou até uma família residente, por exemplo, na rua Clélia. No caso da família, P é constituído de pai, mãe, filhos; T é o domínio da casa/apartamento; L é constituído pelos padrões de interação comunicativa (PIC) vigentes no seio da família, majoritariamente a variedade paulistana do português, mas também alguns PIC específicos da família. O linguista ecossistêmico poderia, por fim, delimitar apenas dois membros da família em diálogo, o que constituiria uma comunidade de fala mínima. A comunidade de fala máxima é o domínio da comunidade de língua. Porém, ninguém estudaria esses dois extremos como comunidade de fala. De qualquer forma, tudo isso está em perfeita sintonia com a conceituação original de ecossistema na ecologia feita por Tansley (1935), criador do termo.

3. O ecossistema mental da língua, elo entre o natural e o social

Na verdade, o ecossistema mental da língua deveria ter vindo logo depois do natural, pois, assim que começa a interagir com os indivíduos vivendo e convivendo em seu território, o visitante começa a notar que eles têm conhecimento das regras de interação comunicativa, as regras interacionais, subjacentes aos atos de interação comunicativa. Essas regras estão armazenadas, e são processadas, no ecossistema mental. Cada indivíduo tem esse conhecimento, que é muito semelhante, ou quase idêntico, em todos eles. Esse ecossistema linguístico está representado na figura 4.



Ecossistema mental da língua

Fig. 4

Como já está estabelecido nas breves apresentações prévias desse ecossistema, L₂ está para tudo que se passa na mente dos indivíduos no momento que falam ou ouvem alguém falando. Trata-se das interações neurais, interações neuro-linguísticas (não confundir com neurolinguísticas, sem hífen). É a língua como fenômeno mental. P₂ representa os agentes dessas interações, que são os neurônios (axônios, dendritos), com suas sinapses. T₂ é o lugar, o "território", o *locus* dessas interações, que é o cérebro. Na verdade, T₂ abrange todo o sistema nervoso central e o periférico. O primeiro é composto pelo encéfalo e a medula espinal ou raquidiana. O encéfalo é formado pelo cérebro, o cerebelo, o tálamo, o hipotálamo e o tronco encefálico. O encéfalo, para o que aqui interessa, se subdivide em hemisfério esquerdo, onde se centralizam as interações neuro-linguísticas, e o hemisfério direito. O sistema nervoso periférico, constituído pelos nervos e gânglios nervosos, também se interliga com o cérebro ou com o encéfalo em geral, pois é ele que estabelece comunicação do indivíduo com o meio ambiente natural, com o mundo. O sistema nervoso em funcionamento, sobretudo o encéfalo, constitui o que se chama mente, representado

ECO-REBEL

por P_2 na figura 4, no caso, a mente de cada indivíduo da comunidade tomado isoladamente, ficando suposto, como já dito, que todas as mentes são muito semelhantes, diferenciando-se uma da outra apenas em detalhes irrelevantes. O investigador se dedica apenas a um desses indivíduos, mas tomando-o como representativo dos demais. Sinoticamente, temos: P_2 = mente; T_2 = cérebro; L_2 = língua como fenômeno mental.

Os componentes do ecossistema mental da língua contêm o índice $_2$ não por acaso. Ele está entre o ecossistema natural e o social, fato mostrado na figura 5: o ecossistema natural ($L_1P_1T_1$) está à sua esquerda; o social ($L_3P_3T_3$), à direita. O mental ($L_2P_2T_2$) se encontra no meio dos dois com a base virada para cima, base que confina com a base do ecossistema integral da língua ($L_0P_0T_0$), cujos componentes contêm o índice $_0$ para sinalizar que ele é de caráter geral. Abrangendo todos os ecossistemas linguísticos temos ainda o ecossistema cultural $L_cP_cT_c$, em que o índice $_c$ está para “cultural”.

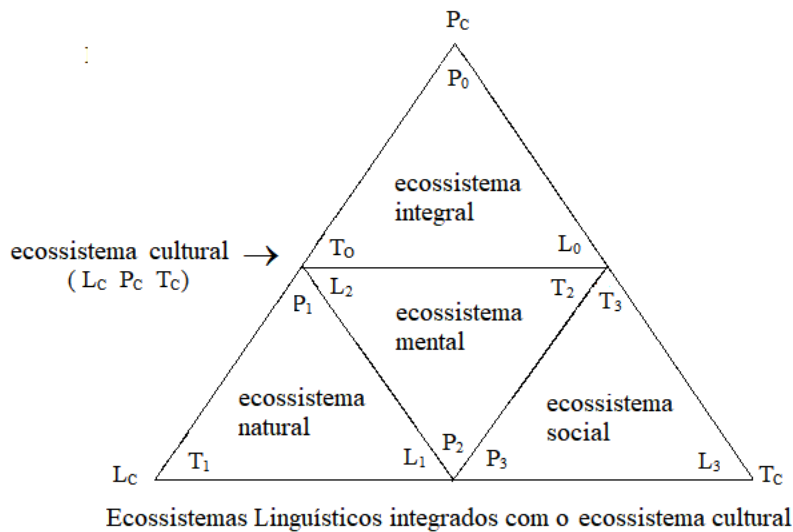


Fig. 5

Tudo é visto via cultura, pois ela envolve os três ecossistemas linguísticos básicos. No entanto, o papel central cabe ao ecossistema mental. Quem chega a uma comunidade ameríndia, por exemplo, tem o primeiro contato com o ecossistema natural ($L_1P_1T_1$), normalmente com alguns indivíduos que se mostrarem mais simpáticos. Depois de algumas tentativas de interação, o estranho começa a perceber e reconhecer as regras interacionais aí vigentes, armazenadas no ecossistema mental ($L_2P_2T_2$), dos indivíduos. Após algum tempo a mais, passa a ter acesso aos valores sociais de tudo que cada pessoa diz, com o que chegou ao ecossistema social da língua ($L_3P_3T_3$). Nesse momento, já tem também uma visão geral da cultura dessa comunidade ($L_cP_cT_c$). A apropriação das palavras e da língua da comunidade pelo forâneo se dá aproximadamente como representado na ampulheta da lexicalização, discutida mais abaixo.

Em suma, tudo começa pelo natural, passando pelo mental até chegar ao social. A figura 6 deixa isso bem claro. O mental tem por suporte o natural e é suporte do social. Tanto que Mufwene (2001) disse que a língua é uma espécie parasita da população, que se apoia no natural (N). Por isso, pelo menos alguns aspectos do natural podem subsistir sem o mental (M), com ou sem o social, e pelo menos alguns aspectos do mental podem subsistir sem o social (S). O social depende do mental e do natural.

ECO-REBEL

S
|
M
|
N

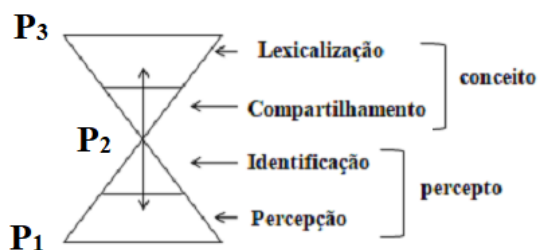
Inter-relações entre os ecossistemas linguísticos básicos

Fig. 6

O que se tem investigado em praticamente todas as vertentes da psicolinguística se acomodaria no interior do ecossistema mental da língua. A ponto de podermos afirmar que, *mutatis mutandis*, tudo que Haarmann, (1996, p. 843) disse acima das relações entre ecolinguística – no caso presente, linguística ecossistêmica – e sociolinguística, via ecossistema mental da língua.

Como já sugerido acima, é bem verdade que o ecossistema mental da língua vem sendo estudado parcelarmente por ciências como a neurolinguística, a biolinguística, a psicologia social, o conexionismo e a psicolinguística, entre outras neurociências. A neurolinguística, por exemplo, investiga processos de aquisição (formação), processamento e desestruturação da linguagem. Fatos sobre os quais sabemos muito pouco. De qualquer forma, já no século XIX Pierre Broca (1824-1880) havia constatado a dominância do hemisfério esquerdo na articulação da língua. Por "dominância" deve-se entender que os processos linguísticos se dão preferencial e majoritariamente nesse hemisfério, o que não significa que o hemisfério esquerdo também não seja ativado de alguma forma. Carl Wernicke (1848-1905) concluiu que as imagens sonoras estavam localizadas no lobo temporal esquerdo, posterior ao córtex auditivo primário.

Vejamos o modelo da ampulheta da lexicalização como visualizado na figura 7 a fim de discutir a aquisição do vocabulário, e da língua em geral. Aqui vamos seguir o percurso onomasiológico, o movimento que vai da coisa à palavra. Sabemos que, após formada, a palavra pode ser usada para designar outras coisas, movimento semasiológico, fato que não será investigado aqui.



Ampulheta da Lexicalização

Fig. 7

Em Couto (2021) há uma bela descrição do que se passa nesse processo. Diz o autor:

Da interação visual que o menino *Dinho* começou a ter com uma pequena árvore que ficava a uns cem/duzentos metros de sua casa, acompanhada de uma interação tátil, e talvez até olfativa, logo que pôde se locomover até ela *Dinho* – como pessoa física (membro de P₁) – começou a senti-la, percebê-la, momento da percepção. Como a árvore estava muito próxima à porta da sala da casa, o contato, a interação com ela foi se intensificando, a ponto de ele passar reconhecê-la, a identificá-la: momento da identificação, que já implica uma elaboração mental. Nesse momento, passou a haver uma certa consciência da existência da árvore. *Dinho* começou a ter uma imagem da árvore, uma elaboração mental, processo representado por P₂ no capítulo “Bases teóricas”. Ele passou a ter um percepto em seu conhecimento, conhecimento inteiramente individual, que poderíamos chamar de conhecimento perceptual (COUTO, 2021, p. 68).

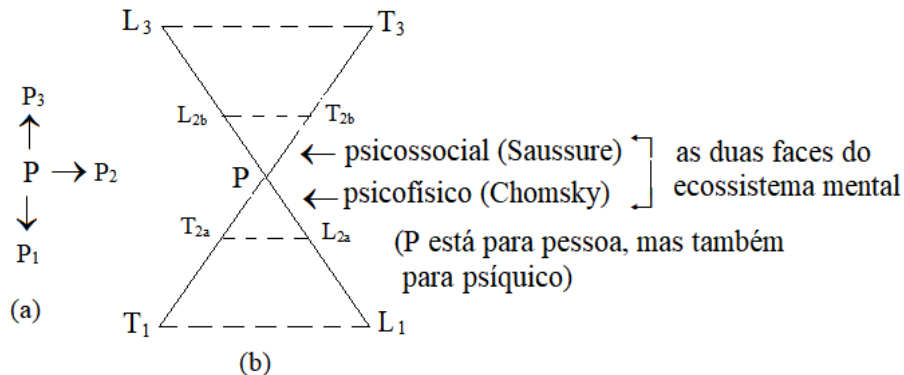
ECO-REBEL

Logo em seguida, vem o segundo momento do processo, aquele em que uma segunda pessoa (o irmão *Datim*) começou a compartilhar com *Dinho* a experiência com a árvore. Continuemos reproduzindo as palavras do autor:

A situação começou a mudar partir do momento em que o irmão *Datim*, quatro anos mais novo, começou a ter a mesma experiência, e certamente passou pelos dois momentos, da percepção e da identificação, concluindo a etapa de formação de uma imagem da árvore e adquirindo o respectivo percepto. A ida dos dois juntos à árvore e o fato de interagirem com ela, inclusive trepando nela, levou a um compartilhamento de toda a experiência. Esse compartilhamento fez com que os dois irmãos comesçassem a interagir entre si referindo-se ela, a falarem sobre ela, com o que surgiu naturalmente um novo conceito e um item lexical para designá-la, ou seja, a palavra *Arvinha*, momento da lexicalização. Nesse momento, tanto *Dinho* quanto *Datim* eram parte de P₃, a totalidade dos membros da comunidade de fala como seres sociais (COUTO, 2021, p. 68).

O autor continua dizendo na mesma página que “tudo isso foi reforçado mediante o compartilhamento da experiência com os outros membros da família”. A língua como um todo surge (ontogenética e filogeneticamente) por processos semelhantes.

Podemos refinar o modelo da ampulheta como se pode ver na figura 8, no que considero uma humilde contribuição minha ao conhecimento de todo o processo.



Ampulheta da lexicalização ampliada

Fig. 8

O ecossistema mental é de fundamental importância para a existência de uma língua. Ele é o elo da cadeia que vai do natural ao social. O natural fornece a infraestrutura, a base material para a sua existência, mas ele só se consolida quando sancionado pelo social. A figura 8 mostra que P (mente/cérebro) pode ser lido para cima, com o que formaria o lado psicossocial da língua (P₂, T_{2b}, L_{2b}), como na teoria de Saussure. Pode também ser lido para baixo, formando o lado psicofísico da língua (P₂, T_{2a}, L_{2a}), como na gramática gerativa de Noam Chomsky.

Assim sendo, só se pode dizer que uma língua existe quando apresenta as três dimensões e quando há pelo menos duas pessoas (p₁, p₂) da comunidade (de língua/de fala) que interajam comunicativamente por meio dela. Se uma das duas desaparecer, a língua também desaparece, pois não há ninguém com quem a que ficou possa interagir comunicativamente. Linguístico-ecossistemicamente, se há uma única pessoa que conheça as regras sistêmicas, e até algumas regras interacionais, a língua está morta. Porém, se aparecer algum falante que havia desaparecido, pode-se dizer que a língua ressuscitou, ou reapareceu. No geral, a língua morre quando morre o penúltimo falante.

Vejamos uma descrição de como um item lexical está armazenado em um único ponto. Como o cérebro é uma complexa rede de conexões entre neurônios, os conceitos associados a cada um

desses itens é apenas um ponto (nó) em que uma série dessas conexões se sobrepõem. Como diz Lamb (2000: 177), "o nó para uma categoria conceptual parece ter conexões para/de um grande número de nós que representam suas propriedades, para/de outros nós conceptuais e para/de outros subsistemas. Por exemplo, conceitos para categorias de objetos visíveis têm conexões com nós da área visual; os de categorias de objetos auditivos, para/de nós da área auditiva e assim por diante. Tomando o conceito ^Cgato, por exemplo, temos conexões visuais relativas à aparência dos gatos, conexões auditivas para 'miau' e outros sons feitos pelo gato, conexões táteis para o que sentimos ao tocá-lo. Além disso, há conexões para outros conceitos que representam informação sobre gatos no sistema de informação da pessoa em cujo sistema essas conexões se formaram". Assim sendo, "o conhecimento de uma pessoa sobre gatos é representado no sistema de informação por uma pequena rede, que compreende centenas ou milhares de nós, incluindo uma rede visual para traços visuais, uma rede auditiva para o 'miau' e assim por diante, todas 'mantidas juntas' por um nó coordenador central, ao qual podemos dar o rótulo ^Cgato". A linguística neurocognitiva desse autor desenvolveu um sistema gráfico para representar essas conexões, de modo quase icônico. Para uma primeira abordagem a essa teoria, pode-se consultar Couto (1982).

Na verdade, todo o conhecimento da língua pelos indivíduos da comunidade está armazenado no cérebro por processos semelhantes. É o caso das regras interacionais, que incluem as regras sistêmicas, enfim, toda a língua.

Se por um lado os dados resultantes da observação das lesões sugerem que é impossível delimitar uma área do encéfalo inteiramente associada ao processamento sintático, por outro lado sabe-se que o córtex temporal anterior não tem sido associado a nenhuma função linguística. No entanto, as pesquisas têm demonstrado que ele estaria associado a *déficits* sintáticos. Conjuntos de áreas do córtex esquerdo perisylviano contribuem com o processamento sintático e alguns processos semânticos. Enfim, os dados indicam que o processamento sintático se baseia na ação conjunta de diferentes áreas do cérebro, cada uma com sua especialização relativa. É importante ressaltar também que as áreas envolvidas na compreensão da fala não são necessariamente as mesmas que são ativadas em sua produção.

Como constatou Michel Paradis há muito tempo atrás, as pessoas "que aprenderam duas línguas no começo de suas vidas ativam regiões do cérebro que se interseccionam, quando as processam. Aqueles que aprenderam a segunda língua mais tarde ativam duas regiões distintas do cérebro para as duas, uma região para cada língua" (PARADIS, 1980).

Quando ouvimos ou lemos uma palavra, nosso cérebro ativa não só a ela, mas também outras que estejam associadas a ela. Nosso conhecimento da língua inclui não apenas as palavras reais, mas também as potenciais, do mesmo modo que entendemos não apenas as frases que já ouvimos, mas todas as frases possíveis da língua, inclusive as sem sentido, como *Colorless green ideas sleep furiously* (ideias verdes incolores dormem furiosamente), de Chomsky. Enfim, nosso cérebro tem o acervo não apenas das formas ativadas (em uso), mas também das inativadas, previstas pelas regras sistêmicas da língua, mas que não estão em uso. No nível morfológico, a combinação de morfemas *re.stitu.cion.al.ismo* é formada pelas mesmas regras sistêmicas que levam à formação de *con.stitu.cion.al.ismo*. No entanto, só a segunda está ativada; a primeira continua inativada. Isso contribui para a autonomia relativa da linguagem frente ao mundo, ou ao seu entorno, após formada: ela tem mais recursos expressivos do que aqueles de que os membros da comunidade fazem uso em suas interações diárias.

De um modo mais geral, a linguística ecossistêmica não usa o conceito de "estrutura". Ela prefere trabalhar com o de redes, mais especificamente redes de interação orgânicas. Em nível microscópico, como no plano de Deleuze & Guattari (2000), até que se pode falar em estrutura, mas apenas provisória e operatoricamente.

Existem muitas outras questões pertinentes ao ecossistema mental da língua. Uma delas é o número de palavras que cada indivíduo domina, que giraria em torno de 50.000 (FRANÇA, 2005), embora um número exato seja difícil de ser determinado. Entre as questões em aberto, teríamos a determinação do *locus* da gramática.

4. Psicolinguística

A psicolinguística nasceu no contexto do estruturalismo americano, de base behaviorista, caso do já mencionado Salzinger (1979). Logo em seguida, ela assumiu a visão gerativista de Noam Chomsky, a ponto de se falar em “revolução chomskyana”. Diante do “imperialismo” das ideias chomskyanas, começa a haver uma reação ainda no final desse período. Mesmo assim, o gerativismo continua ativo na psicolinguística até os dias de hoje (SCLiar-CABRAL, 1991, p. 8-32). Há correntes na psicolinguística que se atêm mais ao aspecto “cognitivo”, ou seja, à interação pessoa-mundo da linguística ecossistêmica, frequentemente, usando o modelo da gramática gerativa. Podemos chamar a abordagem de natureza comportamental de “visão interacionista” e a gerativa de “visão formalista”. Essas duas tendências podem ser vistas também na monumental coletânea organizada por Traxler; Gernsbacher (2006). Os diversos ensaios aí inclusos mostram a diversidade de abordagens existentes atualmente na psicolinguística.

No que tange à visão interacionista, Scliar-Cabral (1991) disse, reportando-se a Saussure, que “seu modelo do circuito da fala é uma antecipação sobre o que será o objeto da psicolinguística, ou seja, os processos envolvidos na produção e recepção das mensagens” (p. 12). A autora continua afirmando que “a psicolinguística, [tem] como projeto a pesquisa dos processos envolvidos na comunicação linguística” (p. 25). A autora expõe o “modelo integrado, contextual, interativo, dinâmico e criativo de recepção e produção” (p. 121-131, 132-144). É “um modelo *integrado e contextual* porque, na comunicação linguística típica, emissor e receptor estão presentes, cercados pelas mesmas coordenadas espaço-temporais, isto é, pela mesma situação” (p. 122). Como se vê, parece um linguista ecossistêmico falando.

Scliar-Cabral fala extensivamente da obra da psicolinguista romena Tatiana Slama-Cazacu, que diz que “a futura Psicolinguística (e a presente também) será multidisciplinarmente conectada, ou deixará de existir” (p. 10). A autora acrescenta que, “como ponto de partida, irei valer-me de exemplos concretos: em estudos e pesquisas psicolinguísticas, precisa-se de mais conexões com outras disciplinas – tanto diretamente relacionadas à linguagem ou comunicação em geral (como linguística, aquisição da linguagem, ensino de línguas estrangeiras) quanto relacionadas a outros domínios em que a linguagem e a comunicação interferem (como educação, meios de comunicação de massa, tecnologias que relacionam comunicação a eletrônica, computação etc. – nos anos 50 e 60, ela e os colegas achavam que o “moderno” era ser “interdisciplinar”: linguística + psicologia-”. Slama-Cazacu continua: “Confrontada com a Linguística propriamente dita, a Psicolinguística é uma ciência explanatória, que opera com fatos linguísticos *concretos*, com as ‘mensagens’ que circulam entre emissores e receptores, e que encontra sua explanação em processos psicológicos (gerados em seres humanos *concretos*, que vivem em contextos de relacionamento social)” (SLAMA-CAZACU, 1995, p. 10-12).

Segundo Slama-Cazacu, “vivemos uma época de negociações, e elas são predominantemente *orais*”. De acordo com ela, os estudos linguísticos apresentam “duas faces: centrífuga e centrípeta, a partir do ponto de referência constituído pela Psicolinguística”, com o que defende uma espécie de psicolinguisticocentrismo, com perdão pelo tamanho da palavra. Nesse sentido ela continua dizendo que “as ciências dedicadas a *língua e comunicação*, ou a estas relacionadas, podem beneficiar-se da Psicolinguística tanto como ponto de partida quanto elo entre elas; nesse movimento dinâmico a partir de a para, é necessário, no momento atual, que a Psicolinguística seja

o 'primum movens' e, enfatizando o valor desse princípio, de *conexões multidisciplinares*. Cabe, pois, dada a importância desta disciplina para os nossos tempos, à Psicolinguística dar o primeiro passo" (SLAMA-CAZACU, 1995, p. 15-18). Em suma, parece que a autora está expondo os princípios da linguística ecossistêmica. Ela fala em interação como o núcleo da linguagem, em multidisciplinaridade, em valorização do contexto e outras características.

Em Nădrag (2009, p. 97-198), encontra-se um apanhado geral das ideias de Slama-Cazacu, que tem uma "concepção 'dinâmico-contextual' sobre a comunicação", critica a concepção de linguagem como "expressão", em vez de "como atividade psíquica bilateral, de emissão e recepção", ou seja, a interação comunicativa. Nădrag continua salientando que "a psicolinguística romena, por intermédio de T. Slama-Cazacu, desde o começo [tem visto a linguística - MGS] como um estudo interdisciplinar voltado para um fenômeno complexo que é a comunicação humana, com tudo que isso implica: relação bilateral entre parceiros, código linguístico e não linguístico, determinação social, organização estrutural do sistema de signos, da mensagem, do contexto em que circulam as mensagens, das pessoas – todos os parceiros. A hipóstase fundamental em que aparece a linguagem deve ser procurada na situação de diálogo incluída no contexto sócio-histórico que influencia profundamente a comunicação em todas as suas manifestações" Nădrag (p. 97-198). Nădrag (2009, p. 99-1900) fala também da "sintaxe mista" de Slama-Cazacu, que consiste em "incluir entre os elementos verbais também elementos não verbais em uma mesma unidade sintática". Aí se incluem "os componentes cinésicos, os articulatório-bucais, as expressões faciais utilizadas intencionalmente com os elementos gestuais, numa realização complexa, auditiva e visual que devem ser interpretadas em toda a sua complexidade com vistas à comunicação integral". Acrescenta que "muito importante é a perspectiva do olhar e a posição dos parceiros no espaço". Isso antecipa a regra interacional número 1 da linguística ecossistêmica. Nădrag diz que "não se pode operar com um locutor 'ideal', não se pode ignorar a comunicação real nem muito menos isolar o enunciado do contexto da comunicação". Por fim, Nădrag fala da "sintaxe dialogada, definida assim: situação em que as réplicas do diálogo se completam reciprocamente, formando uma única unidade sintática (proposição, frase)". Isso veio a ser a unidade comunicativa mínima da linguística ecossistêmica, que compreende a solicitação de p_1 e o atendimento de p_2 , como no exemplo a seguir:

- p_1 : *Maria foi ao cinema?*

- p_2 : *Não, ela foi ao teatro*".

Tanto o "não" quanto o "ela" anafórico mostram a conexão entre os dois "enunciados". Isto é a sintaxe dialogada, assunto não muito comum nos estudos linguísticos transfrásticos. Em Couto (2017b), há uma síntese das principais ideias de Slama-Cazacu sobre contexto.

Pelo fato de ser interdisciplinar e multidisciplinar, e por enfatizar a interação, a psicolinguística apresenta muitas similaridades com a linguística ecossistêmica, como um todo, e não apenas com o ecossistema mental da língua. Praticamente tudo que se faz na psicolinguística pode ser adotado pela linguística ecossistêmica, no que se refere ao ecossistema mental da língua. Isso significa que esse ecossistema é desnecessário? Não. Significa que a linguística ecossistêmica pode ser adotada como um arcabouço, via ecossistema mental da língua, para os estudos que se fazem na psicolinguística, na linha do que Haarmann (1996) disse da relação entre sociolinguística e ecolinguística.

5. Observações finais

No fundo, no fundo, a abordagem formalista hipotetiza que existe uma gramática universal. De acordo com ela, por exemplo, o enunciado mínimo consta de uma ação, um agente e um paciente. Assim sendo, o problema lógico de aquisição da linguagem se resumiria a mostrar como cada língua particular parametriza este universal de modo específico. Algumas delas indicam (parametrizam) agente (sujeito) e paciente (objeto) colocando o primeiro antes do verbo e o segundo depois, como as línguas românicas e o inglês. São as línguas SVO. Outras invertem (parametrizam) a ordem, colocando o objeto antes do verbo e sujeito depois dele, como o hixkaryana (KALIN, 2011). São línguas OVS. Mas, há também línguas OSV, como o nadëb, além de outras ordens.

Um terceiro grupo de línguas, indica (parametriza) o que são sujeito e objeto mediante flexões, como o latim. Em *poeta patriam amat* (o poeta ama a pátria), os termos poderiam vir em qualquer ordem sem perigo de mal-entendidos, pois é o nominativo de *poeta* que faz a palavra ser sujeito e o acusativo de *patriam* ser o objeto. Outras línguas, por fim, indicam (parametrizam) essas funções mediante partículas, como o japonês *neko-wa nezumi-o tabemashita* (*neko* ‘gato, *nezumi* ‘rato’, *tabemashita* ‘comeu’), em que o que faz de *neko* sujeito é a partícula *wa* e de *nezumi* objeto a partícula *o*.

Os formalistas tratam essas parametrizações como peças de um tabuleiro de xadrez. A tarefa do linguista é manipular a ordem dessas peças. Para um interacionista como o linguista ecossistêmico, o que importa é procurar na história e na cultura dos falantes se há evidências para se entender o uso de uma ou de outra estratégia. Na verdade, se se usa a estratégia x, y ou z é de somenos importância. O que importa é se há interação comunicativa eficaz.

Referências

- BARR, Dale J.; KEYSAR, Boaz. Perspective Taking and the Coordination of Meaning in Language Use. In: TRAXLER & MORTON (orgs.), 2006, p. 901-937.
- CHOMSKY, Noam. A biolinguística e a capacidade humana. *Ecolinguística: Revista Brasileira de Ecologia e Linguagem (ECO-REBEL)*, 2017, v. 3, n. 2, p. 05-21. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/erbel/article/view/26581/18833> (acesso: 07/09/2018).
- COUTO, Hildo Honório do., Linguística ecossistêmica. *Ecolinguística: Revista Brasileira de Ecologia e Linguagem (ECO-REBEL)* v. 1, 2015, n. 1, p. 47-81. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/erbel/article/view/15135/10836> (acesso: 07/09/2018).
- _____. Mapa mental. *Ecolinguística: revista brasileira de ecologia e linguagem (ECO-REBEL)* v. 3, n. 1, 2017a, p. 206-227. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/erbel/article/view/24561/17630> (acesso: 07/09/2018).
- _____. *Contato interlinguístico: da interação à gramática*, 2017b. e-book disponível em: <http://www.ecoling.unb.br/images/e-book-Forma.pdf> (acesso: 19/09/2018).
- _____. Ecosistema cultural. *Ecolinguística: Revista Brasileira de Ecologia e Linguagem (ECO-REBEL)* v. 4, n. 1, 2018a, p. 44-58. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/erbel/article/view/28724/20242> (acesso: 12/09/2018).
- _____. 2018b. A metodologia na linguística ecossistêmica. *Ecolinguística: Revista Brasileira de Ecologia e Linguagem (ECO-REBEL)* v.4, n. 2, 2018, p. 18-33. Disponível em:
- _____. Fonologia: argumentos em prol de uma fonética-fonologia ecossistêmica. *Revista de letras*, v. 37, n. 2, 2018c., p. 42-57. Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/46801/1/2018_art_hhcouto.pdf
- _____. *A linguagem rural da região de Major Porto, município de Patos de Minas (MG): uma visão linguístico-ecossistêmica*. Campinas: Pontes, 2021.

ECO-REBEL

- DEULEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs: Capitalismo e esquizofrenia*. Vol I. São Paulo: Editora 34, 2000, 1ª. ed., 2ª reimpressão.
- FRANÇA, Aniela Improta. Neurolinguística. *Ciência hoje*, vol. 36, n. 21, 2005, p. 20-25.
- GARNER, Mark. *Language: An ecological view*. Berna: Peter Lang, 2004.
- GARNHAM, Alan; GARROD, Simon; SANFORD, Anthony. Observations on the Past and Future of Psycholinguistics. In: TRAXLER; MORTON (orgs.), 2006, p. 1-18.
- HAARMANN, Harald. Ökologistik. In: *Kontaktlinguistik*. Berlim: Walter de Gruyter, 1996, p. 842-852.
- KALIN, Laura. *Hixkaryana: the derivation of Object Verb Subject word order*. UCLA, dissertação de mestrado, 2011.
- LEWIN, Kurt. *Principles of topological psychology*. New York: McGraw-Hill, 1936.
- MOLLICA, Maria Cecília; FERRAREZI JR., Celso (orgs.). *Sociolinguística, sociolinguísticas*. São Paulo: Contexto, 2016.
- PELTZER-KARPF, Annemarie; WAGNER, Manuela. Nurturing nature: The ecologically-driven interplay of brain and environment in early communication. In: KETTEMANN, Bernhard; PENZ, Hermine (orgs.). *ECOnstructing language, nature and society: The Ecolinguistic Project revisited*. Tübingen: Stauffenburg, 2000, p. 357-374.
- LAMB, Sydney M. Neuro-cognitive structure in the interplay of language and thought. In: PÜTZ, Martin; VESPOOR, Marjolijn H. (orgs.) *Explorations in linguistic relativity*. Amsterdam: Benjamins, 2000, ap. 173-196.
- LEVELT, Willem J. M. Introduction. In: Gazzaniga, Michael S. (org.) *The new cognitive neurosciences*. Cambridge: The MIT Press, 2000, p. 843-844.
- NĂDRAG, Lavinia. O abordare psiholingvistică a cercetărilor referitoare la comunicare. *Intertext* 1-2, 2009, p. 95-101.
- PELTZER-KARPF, Annemarie; WAGNER, Manuela. Nurturing nature: The ecologically-driven interplay of brain and environment in early communication. In: KETTEMANN, Bernhard & Hermine PENZ (orgs.). *ECOnstructing language, nature and society*. Tübingen: Stauffenburg, 2000, p. 357-374.
- PARADIS, Michel. Language and thought in bilinguals. *The sixth LACUS Forum*. Columbia, S. C.: Hornbeam Press, 1980.
- RIBEIRO, Branca Telles; GARCEZ, Pedro M. (orgs.). *Sociolingüística Interacional*. São Paulo: Loyola, 2002, 2ed.
- SALZINGER, Kurt. 1979. Ecolinguistics: A radical behavior theory approach to language behavior. In: AARONSON, D.; REIBER, R. W. (orgs.). *Psycholinguistics research*. Hillsdale, NJ: Erlbaum, 1979, p. 109-130.
- SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de lingüística geral*. São Paulo: Editora Cultrix, 1973, 5ª ed.
- SCHMALTZ NETO, Genis Frederico. Para compreender o meio ambiente mental: Anotações de um ecolinguista sobre o cérebro. Comunicação lida no *II Encontro Brasileiro de Imaginário e Ecolinguística*, UEG, Formosa-GO, 11-12/11/2015. Resumo disponível em: <http://www.ecoling.unb.br/images/EBIMEII.pdf> (acesso: 08/09/2018).
- SCLIAR-CABRAL, Leonor. 1991. *Introdução à psicolinguística*. São Paulo: Ática, 1991.
- SLAMA-CAZACU, Tatiana. *Langage et contexte*. Haia: Mouton, 1961.
- _____. La psicolingüística y la aplicación del método dinámico-contextual en la dialectología. *Anuario de Letras. Lingüística y Filología* XI, 1973, p. 35-57.
- _____. Por que uma nova perspectiva para a psicolinguística: "Uma ciência multidisciplinarymente conectada". *Letras de hoje* v. 30, n. 2, 1995, p. 9-20.

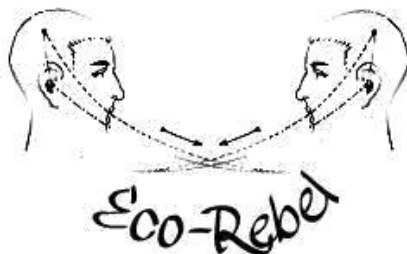
ECO-REBEL

TANSLEY, Arthur G. 1935. The use and abuse of vegetational concepts and terms. *Ecology* 16,3, 1935, p. 284-307.

TRAXLER, Matthew J.; A. GERNSBACHER, Morton (orgs.). *Handbook of psycholinguistics*. Amsterdam: Elsevier, 2006, p. 901-937, 2ed.

Aceito em 05 de junho de 2021.

ECOLINGUÍSTICA: REVISTA BRASILEIRA DE
ECOLOGIA E LINGUAGEM (ECO-REBEL), V. 7, N. 2, 2021.



CONTATO LINGUÍSTICO NO BRASIL QUINHENTISTA: UMA ANÁLISE ECOLINGUÍSTICA

Leonardo Ferreira Kaltner (UFF)
Viviane Lourenço Teixeira (UFF)

Abstract: This article consists of a study on linguistic contact, from a historical and diachronic perspective, in 16th century Brazil, an interdisciplinary theme between Linguistic Historiography (HL) and Ecolinguistics (EL) (SWIGGERS, 2013). For this purpose, we have as object of analysis the description of the first attempt of linguistic contact registered in the Letter of Pero Vaz de Caminha (CORTESÃO, 1967), whose report of the morning of April 23, 1500, Thursday, presents the interaction between navigators and the Tupiniquim indigenous people at the coast of Brazil (BUENO, 2016). As a theoretical basis for analysis, we use EL, HL and Ecological Discourse Analysis (ADE). As a method, we use Textual Criticism (CT), in order to analyze an excerpt of the document in its original 16th century form. Finally, we analyzed the issue of contact languages and prejudiced language, in the description of indigenous peoples (COUTO, 2007; 2015), as a *tópos* of rhetoric (SWIGGERS, 2013) of historical documents on linguistic colonization in Brazil. **Key-words:** Ecosystemic Linguistics; Linguistic Historiography; 16th century Brazil; Indigenous languages; Portuguese language.

Resumo: Consiste o presente artigo em estudo sobre o contato linguístico, em perspectiva histórica e diacrônica, no Brasil quinhentista, tema interdisciplinar entre a Historiografia Linguística (HL) e a Ecolinguística (EL) (SWIGGERS, 2013). Para esse intuito, temos como objeto de análise a descrição da primeira tentativa de contato linguístico registrada na *Carta de Pero Vaz de Caminha* (CORTESÃO, 1967), cujo relato da manhã do dia 23 de abril de 1500, quinta-feira, apresenta a interação inicial entre os navegadores e os indígenas Tupiniquim na costa do Brasil (BUENO, 2016). Como fundamentação teórica de análise, nos valem da EL, da HL e da Análise do Discurso Ecológica (ADE). Já como método nos valem da Crítica Textual (CT), a fim de analisar excerto do documento em sua forma original quinhentista. Analisamos, por fim, a questão das línguas de contato e a linguagem preconceituosa, na descrição dos povos indígenas (COUTO,

2007; 2015), como um *tópos* da retórica (SWIGGERS, 2013) dos documentos históricos sobre a colonização linguística no Brasil.

Palavras-chave: Linguística Ecosistêmica; Historiografia Linguística; Brasil quinhentista; Línguas indígenas; Língua portuguesa.

1. Contato de línguas na América portuguesa: o início

No desenvolvimento do processo de colonização na América portuguesa, no século XVI, o contato de línguas foi um fator social determinante para a interação entre os navegadores e os povos indígenas (KALTNER, 2020). Os poucos relatos dessas interações iniciais são oriundos de uma documentação de base europeia, não havendo relatos supervenientes das comunidades indígenas no processo (MARIANI, 2004). Porém, a partir dessa documentação, e de uma análise multidisciplinar, é possível tecer uma análise crítica sobre essas interações iniciais no Brasil quinhentista.

A interdisciplinaridade entre a Historiografia da Linguística (HL) e a Ecolinguística (EL) é proposta por Pierre Swiggers (2013), a fim de se desenvolver uma análise do pensamento linguístico em contextos em que a tradição letrada e acadêmica não eram preponderantes, caso do Brasil quinhentista, até o estabelecimento da política missionária, tema da Linguística Missionária (LM):

there is much interesting work to be undertaken in the field of the historiography of Brazilian linguistics. On the one hand, there remains much to be done in terms of study of authors, texts, academic curricula, etc.; on the other hand, there is much that remains to be done in terms of perspectives: the history of Brazilian linguistics lends itself not only to a study from the point of view of the history of science, but also from a sociolinguistic and sociological point of view, from an **ecological-linguistic point of view**, and from the point of view of institutional history and cultural history (SWIGGERS, 2015, p. 7, grifo nosso).

O Brasil quinhentista é um ecossistema linguístico *sui generis* e complexo, cuja análise depende de uma dinâmica de reflexão glotopolítica e historiográfica, para se descrever seu plurilinguismo inicial. Atualmente, as línguas indígenas são minoritárias, como fruto do processo de colonização linguística. Nesse aspecto, os estudos historiográficos atuais também têm por intuito valorizar as culturas indígenas, demonstrando que são elementos fundamentais de constituição do Brasil, antes mesmo do processo de colonização de matriz europeia. O território, em disputa no projeto colonial, é um dos atores mais singulares no processo de interações interculturais, registrado na documentação superveniente.

Para desenvolver esse estudo, optamos por analisar um relato específico, considerado o registro oficial da primeira tentativa de contato linguístico na América portuguesa quinhentista, a *Carta de Pero Vaz de Caminha* (RIBEIRO, 2002), tendo sido este tema também tratado em coletânea publicada em 2003, sob o prisma ecolinguístico (RONCARATI, ABRAÇADO, 2003, p. 253-271). A *Carta de Pero Vaz de Caminha* (CORTESÃO, 1967) apresenta um relato da manhã do dia 23 de abril de 1500, quinta-feira, em uma interação entre os navegadores e os indígenas Tupiniquim na costa do Brasil (BUENO, 2016). Analisamos no texto o relato, buscando compreender como esse processo se desenvolveu.

Como fundamentação teórica para a análise, nos valem da Ecolinguística (EL) e da Análise do Discurso Ecológica (ADE), já como método nos valem da Crítica Textual (CT), a fim de analisar o documento em sua forma original, escrito na língua portuguesa quinhentista. Analisamos, por fim, a questão das línguas de contato, utilizadas nessa interação, e o *tópos* retórico (SWIGGERS, 2013) da linguagem preconceituosa na descrição dos povos indígenas (COUTO,

2007, 2015), tema necessário no trato com os documentos históricos quinhentistas sobre a colonização linguística no Brasil.

Eduardo Bueno assim descreve o panorama linguístico e cultural na primeira interação, quando as caravelas portuguesas ancoram no litoral de Porto Seguro, e um pequeno escaler é lançado em direção à terra, em um momento em que os navegadores avistam pessoas caminhando na praia:

Então, na areia, às margens daquele regato, entre a mata e o mar, os portugueses viram “homens que andavam pela praia, obra de sete ou oito”. A um sinal do comandante-mor, os capitães dos outros navios embarcaram em batéis e esquifes (barcos pequenos, tipo escaler) e se dirigiram à nau capitânia para uma breve reunião. Logo após esta, Cabral decidiu enviar à terra o experiente Nicolau Coelho, que estivera na Índia com Vasco da Gama. Junto com ele, seguiram Gaspar da Gama, “o judeu da Índia” – que, além do árabe, falava os dialetos hindus da costa do Malabar –, mais um grumete da Guiné e um escravo de Angola. Os portugueses conseguiam reunir, assim, a bordo de um escaler, homens dos três continentes conhecidos até então, e capazes de falar seis ou sete línguas diferentes (BUENO, 2016, p. 87).

Um fenômeno linguístico interessante de se notar, em relação ao contato de línguas nesse contexto, é que a interação não era restrita a navegadores europeus. O rótulo colonialista de Velho Mundo, o *Vetus Mundus*, representado pelos continentes da África, Ásia e Europa, que compunham o paradigma das navegações, se chocava com um Novo Mundo, o *Novus Mundus*, a América, em uma perspectiva intercultural. Estava marcada a multiculturalidade na presença de Gaspar da Gama, vindo da Índia (KALTNER, TEIXEIRA, SANTOS, 2019), Nicolau Coelho, navegador português, também de um grumete da Guiné e de um escravo de Angola, que, provavelmente, eram proficientes em quimbundo, assim, diversas línguas foram utilizadas na tentativa de interação inicial com os indígenas Tupiniquim, sem sucesso. O multiculturalismo e a diversidade linguística eram patentes, porém, mesmo assim, com intérpretes diversos, não foi possível estabelecer contato linguístico com os indígenas Tupiniquim¹, diretamente, utilizando-se os grupos em contato apenas de uma linguagem gestual e visual (BUENO, 2016, p. 88).

2. Ecolinguística (EL) e o plurilinguismo no Brasil quinhentista

Dessa primeira interação inicial, narrada na Carta de *Pero Vaz de Caminha*, de 1500, o único registro linguístico que restou é o da Língua Portuguesa, em que foi redigida a carta. A importância do vernáculo português nas navegações dos séculos XV e XVI é evidenciada em documentação da época, sendo um dos principais marcos metalinguísticos as obras gramaticais *Gramática da linguagem portuguesa*, do frade Fernão de Oliveira, em 1536, e a *Gramática da Língua Portuguesa* do gramático humanista João de Barros, em 1540, quando se publicam gramáticas vernaculares com a finalidade de expandir a língua pelos domínios ultramarinos (BASTOS, PALMA, 2004).

Uma gramática sobre a língua de contato no Brasil quinhentista, a língua dos indígenas de cultura Tupinambá, seria desenvolvida apenas no final do século por Anchieta (1595), depois publicada na tipografia de Coimbra, a *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil*,

¹ BUENO, 2016, p. 88: “Os indígenas com os quais Nicolau Coelho travou o primeiro contato eram, se saberia mais tarde, do grupo Tupiniquim. Pertenciam à grande família Tupi-Guarani, que, naquele início do século XVI, ocupava praticamente todo o litoral do Brasil. Os Tupiniquim eram cerca de 85 mil e viviam em dois locais da costa brasileira: no sul da Bahia, da altura de Ilhéus até a foz do rio Doce (já no atual estado do Espírito Santo), e numa estreita faixa entre Santos e Bertioga, no litoral norte de São Paulo”. A nação indígena de etnia Tupiniquim seria uma das primeiras aliadas dos portugueses, no processo de colonização, durante décadas.

de 1595 (ALTMAN, 2012). Porém, à época da expedição de Pedro Álvares Cabral às Índias, em 1500, nos nove dias em que a frota portuguesa esteve aportada na costa brasileira, a língua vernacular só se fixou no território pela escrita documental de Caminha e de outros escrivães da armada.

Podemos descrever essa comunidade quinhentista em interação a partir do conceito de ecossistema linguístico (COUTO, 2007), mais especificamente, a partir do conceito de “comunidade de fala efêmera” (COUTO, 2016) a fim de analisarmos o relato de Pero Vaz de Caminha. As primeiras tentativas de contato linguístico, nesse ecossistema linguístico formado durante nove dias, na então chamada Ilha de Vera Cruz, foram registradas e nos dão uma visão geral, do lado europeu, do processo pelo qual posteriormente a colônia viria a se constituir. Alguns personagens são fundamentais nesse processo de análise do contato linguístico inicial: os navegadores Bartolomeu Dias e Nicolau Coelho, o língua Gaspar da Gama e o missionário franciscano Frei Henrique de Coimbra. Além desses, os dois degredados, abandonados na costa brasileira, um deles nomeado na carta: Afonso Ribeiro, foram pioneiros no contato com as comunidades indígenas costeiras.

O rótulo (SWIGGERS, 2013) Ilha de Vera Cruz nomeia esse ecossistema linguístico inicial. Convém tecermos algumas considerações teóricas, acerca do paradigma descritivo da EL para interpretar a constituição da Ilha de Vera Cruz como um ecossistema linguístico, em que se deu a interação descrita pelo escrivão Pero Vaz de Caminha. Nota-se na descrição da carta que o contato linguístico ocorre sem fala, sendo gestual e visual, porém com uma interação, inicialmente pacífica, entre navegadores e indígenas, nessa região de contato. O território, rotulado como Ilha de Vera Cruz, é um fator central para a constituição do contato linguístico sem fala, em uma perspectiva ecossistêmica.

A EL engloba em seu arcabouço teórico não só os estudos de Linguagem, a Linguística propriamente dita, como dialoga também com a Ecologia, isto é, apresenta uma visão teórica holística que se vincula ao estudo das relações entre língua e meio ambiente (COUTO, 2007). Esse fator é fundamental para se compreender o início do contato linguístico na América portuguesa quinhentista, antes mesmo da colonização, propriamente dita, pois os nichos ecológicos do mar, das praias e da floresta são elementos fundamentais nessa interação humana inicial, que redundaria na constituição de um espaço de contato, as feitorias.

Dessa forma, conforme Couto (2007) a EL nos permite compreender o meio ambiente como mediador entre culturas diversas, em uma situação de contato linguístico, o que vemos na narrativa de Pero Vaz de Caminha ao descrever a tentativa de contato entre os navegadores e os indígenas Tupiniquim. Por outro lado, a EL se organiza na análise de dimensões, ou ecossistemas, em que as atividades sociais relacionadas à língua se concretizam. A EL, portanto, se vale de uma terminologia conceitual específica, adotando como paradigma conceitos linguísticos e ecológicos em uma síntese na estruturação de sua organização epistemológica (HAUGEN, 2016).

Assim, a EL deriva em um campo teórico nomeado Linguística Ecossistêmica (LE), a saber: “a **linguística ecossistêmica** é uma variante da ecolinguística que, como o próprio nome já sugere, tem no ecossistema seu ponto de partida” (COUTO, COUTO, BORGES, 2015, p. 91, grifo dos autores). Nesse aspecto, cumpre salientar que a Ilha de Vera Cruz, o espaço de contato linguístico formado pela aportagem das naus portuguesas em Porto Seguro, no ano de 1500, por nove dias, é um ecossistema linguístico, na visão teórica da EL. Esse ecossistema linguístico, formado pelos navios aportados, os indígenas no litoral, suas aldeias mais adentro, foi o nicho ecológico em que se desenvolveu essa interação inicial. Não foi um espaço permanente, devido à natureza do lugar em que a Ilha de Vera Cruz se situou, o litoral de uma baía.

ECO-REBEL

A partir da LE, surge o debate sobre a constituição de uma Análise do Discurso Ecológica (ADE), que se caracteriza por uma visão mais crítica em relação às desigualdades sociais e históricas, destacando, porém, as injustiças derivadas de questões ambientais, climáticas e ecológicas. Por uma questão de rotulagem, também passou a ser conhecida como Linguística Ecosistêmica Crítica (LEC). O processo de colonização dá uma ideia de correlação assimétrica entre colonizador e colonizado, o que se reflete na disputa pelos principais nichos ecológicos, quando o colonizador expulsa as comunidades indígenas litorâneas ao longo do século XVI de seu território. Na narrativa de Pero Vaz de Caminha essa realidade colonialista está latente, ainda se reflete apenas como uma retórica de que a posse da terra era de D. Manuel I, rei absolutista de Portugal, e a percepção dos indígenas como súditos da coroa.

Logo, nesse aspecto, esse meio ambiente linguístico não é fixo, organizando-se como uma comunidade de fala efêmera, pois, como um ecossistema, ele é composto pelo povo, uma determinada comunidade humana em interação, ele é formado tanto por falantes quanto por pessoas que se comunicam mesmo sem o uso da fala, por fim, é um *locus*. Os navegantes que desembarcaram em 23 de abril de 1500 e os indígenas Tupiniquim, que estavam no litoral da Baía Cabralia, formaram um povo, nessa visão teórica, ao menos durante essa interação inicial.

A visão centralizada na ecologia é o paradigma da EL. Dessa forma, não se trata a EL de uma vertente linguística ecológica, mas de uma vertente de ecologia linguística, não sendo a ecologia apenas um adjetivo para qualificar uma prática científica de reflexão linguística, pois no caso de uma linguística ecológica, teríamos a EL apenas como uma ramificação da Linguística tradicional, de cunho antropocêntrico, sem a noção de ecossistema social. De acordo com Couto (2013, 2015, 2016) a centralidade ecológica na EL está no conceito de Macroecologia, em virtude de haver um território, anterior à ocupação humana, que é o suporte para toda a interação, e os fazeres culturais dos ecossistemas humanos. O território da Ilha de Vera Cruz, que Caminha narra, é anterior à ocupação humana, mesmo à ocupação por indígenas da cultura Tupiniquim e da chegada dos navegantes europeus.

Nesse aspecto, cumpre salientar que o ecossistema social humano só se torna viável, assim como o contato linguístico, devido a uma série de fatores ecológicos, que a EL nomeia como território. De uma longa formação geológica mineral, climática, pela diversificação de espécies vegetais e animais, o ecossistema, enquanto território, se equilibra, até o despontar da ocupação humana. No contexto do Brasil quinhentista, é configurado pelas migrações Tupi, que datam do século X d.C., e, posteriormente, pela chegada de europeus, africanos e asiáticos, pelas técnicas de navegação no século XVI. Só com esse território se configuraria o que Caminha rotula como Ilha de Vera Cruz.

Dessa forma, a Ilha de Vera Cruz, próxima a Porto Seguro, não era uma mera paisagem, narrada de forma pitoresca na língua portuguesa do século XVI, pelo escrivão da armada real, era antes um ecossistema, um elemento imprescindível para a interação entre indígenas Tupiniquim e europeus, talvez o início pacífico de um processo de colonização que se demonstraria posteriormente doloroso para os povos indígenas, ao longo de séculos, um projeto colonial que, desde meados do século XVI, se configuraria como um projeto mercantilista e escravocrata, baseado no tráfico humano, que constituiria, por fim, uma sociedade marcada pelo racismo estrutural. Todas as mazelas da sociedade brasileira se desenvolveram sobre um ecossistema social complexo, cujos nichos ecológicos foram disputados, palmo a palmo, desde o início do processo colonial.

A Macroecologia se subdivide em ciências interdisciplinares, também holísticas, que abordam uma matriz ecológica e social, em sua estruturação. Podemos destacar a Ecologia Filosófica, a Ecologia Biológica, a Sociologia Ambiental, a Antropologia Ecológica e a Psicologia

ECO-REBEL

Ambiental, que atuam como campos derivados da Macroecologia (COUTO, 2007). A EL também deriva da Macroecologia, não sendo apenas uma metáfora da disciplina, mas campo analógico específico das relações entre língua e meio ambiente, na interação entre dois sistemas: o linguístico e o ecológico, de forma indissociável. Na narrativa de Caminha, o autor afirma que a fala não foi compreendida por causa do mar.

A diversidade linguística e o multiculturalismo são patentes na Ilha de Vera Cruz. Além do idioma dos Tupiniquim, Nicolau Coelho era falante de língua portuguesa, Gaspar da Gama, um dos intérpretes oficiais da esquadra era versado em alemão, dialetos itálicos usados na navegação, português, hebraico e outras línguas semíticas de contato da Índia, já o grumete da Guiné e o escravo de Angola, muito provavelmente, eram versados nas línguas de contato da África, como o quimbundo e línguas semíticas, como o árabe. O primeiro contato linguístico, narrado por Caminha, quando o escaler com Nicolau Coelho, desce até o litoral e os indígenas e os navegantes se veem pela primeira vez se realizou por uma interação em que não foi possível a fala, havendo uma comunicação gestual, que é narrada em detalhes na carta quinhentista.

O ecossistema linguístico, formado por um organismo, o povo, a comunidade linguística formada por pessoas que interagem, como falantes, nessa situação os navegadores e os indígenas, encontra-se em um habitat, o território, que se constitui como um *locus* específico, a Ilha de Vera Cruz. Nessa relação entre povo e território, o ecossistema linguístico se forma pela tentativa de contato linguístico pelo uso de diversas línguas, pelos intérpretes e navegadores, mas se concretiza apenas pela linguagem gestual, de valor mais universal. A fim de facilitar a descrição do ecossistema linguístico, apresentamos um gráfico.

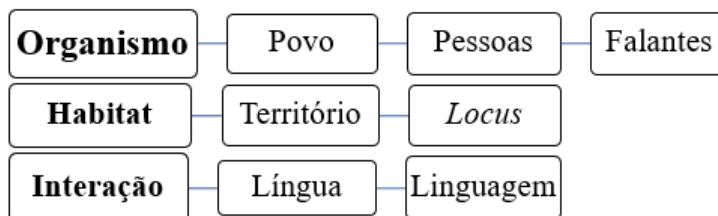


Imagem 1. Ecossistema linguístico

3. A narrativa de Pero Vaz de Caminha: o primeiro contato e o “azo” do mar

Analisamos, como fonte, a narrativa documental da carta de Pero Vaz de Caminha, datada de 1500, escrita em Porto Seguro. O manuscrito encontra-se no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT, [1500] 2020), a partir do qual inúmeras edições foram publicadas, sendo a que alcançou mais prestígio acadêmico no contexto brasileiro do século XX foi a edição de Jaime Cortesão. O relato da primeira tentativa de contato linguístico está registrado em um excerto da primeira folha do manuscrito, no verso dessa página, e em um excerto da segunda folha, que apresentamos a seguir, com uma leitura semidiplomática e atualização ortográfica para o vernáculo, no apêndice do texto.

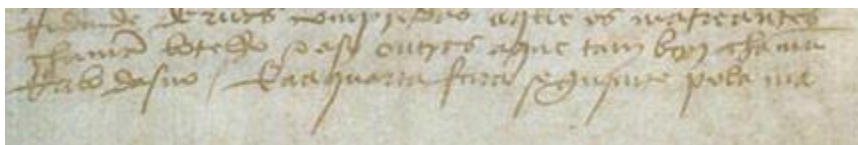


Imagem 2. Excerto da Carta de Caminha (fl. 1)

ECO-REBEL

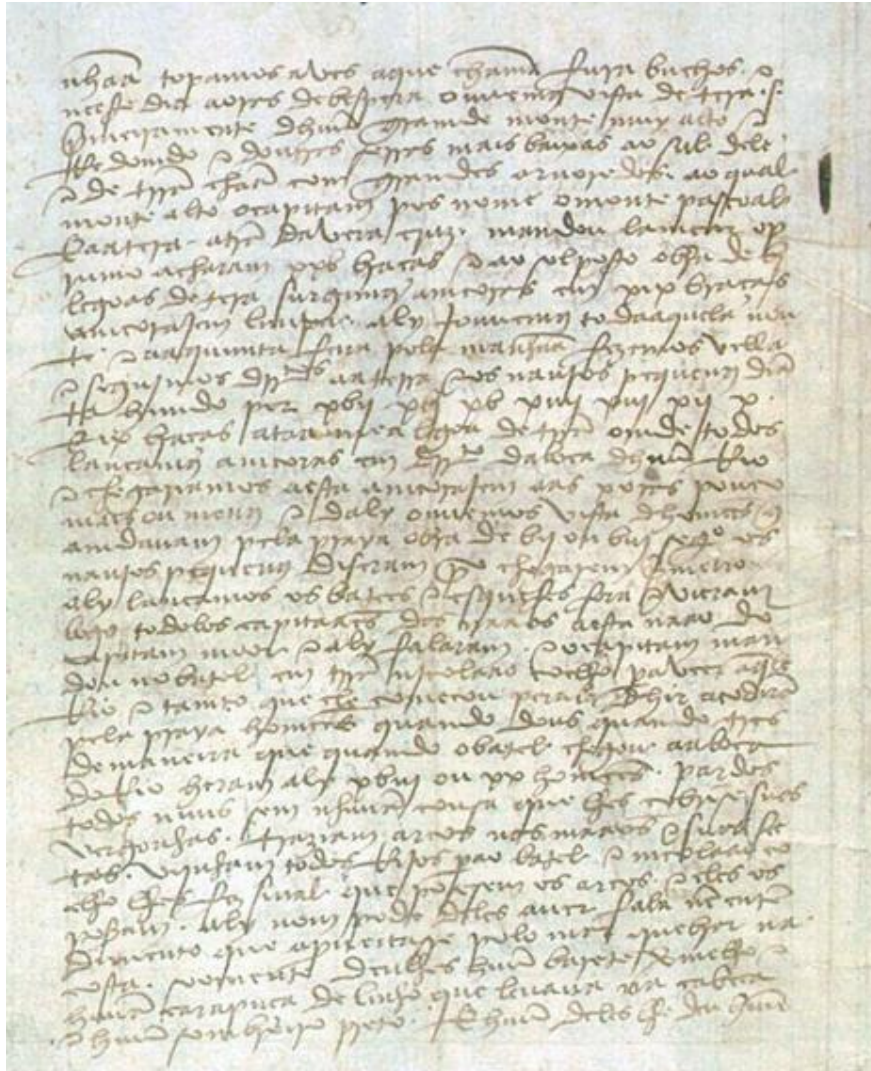


Imagem 3. Excerto da Carta de Caminha (fl. 1v)

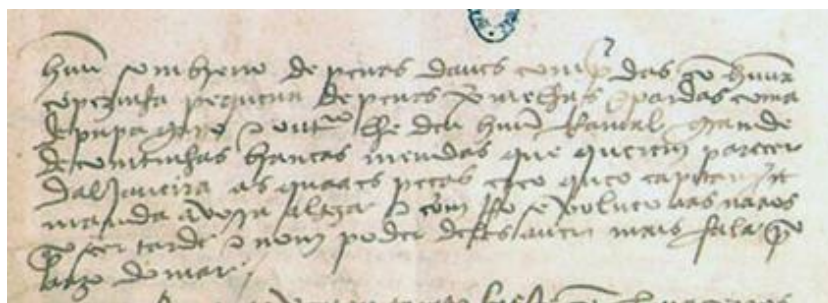


Imagem 4. Excerto da Carta de Caminha (fl. 2)

Na perspectiva do europeu, o primeiro contato é narrado como um avistamento, um contato entre o organismo, os navegantes, e o habitat, a América portuguesa, que forma esse ecossistema inicial, um contato entre povo e território. A interação com o território pela língua se dá pela toponímia, logo é o que ocorre após a descrição do *locus*, quando o capitão nomeia um monte de Pascoal e a terra como Terra de Vera Cruz, criando topônimos europeus, vinculados à tradição cultural judaico-cristã, inspiração das navegações, em uma análise etnotoponímica:

ECO-REBEL

E à quarta-feira seguinte pela manhã, encontramos aves que chamam de fura-buchos, e neste dia, à hora das Vésperas, tivemos o avistamento de terra, a saber, primeiramente, de um grande monte muito alto, e redondo, e de outras serras mais baixas ao sul dele e de terra plana, com grandes arvoredos, monte ao qual o capitão pôs o nome de monte **Pascoal** e à terra de a **Terra de Vera Cruz** (ANTT, [1500] 2020, fl.1-2, grifo nosso).

O encontro com uma espécie conhecida de aves é citado na carta por Caminha. Para ter sido citado pelo escrivão, esse fato, inicialmente sem grande relevância, é o primeiro contato com o ecossistema da América portuguesa. O escrivão dá ao leitor uma ideia de reconhecimento pelos navegadores de que o ecossistema encontrado é contínuo com o mundo já conhecido, logo segue a mesma ordem natural. As aves, a terra, o monte muito alto, as serras mais baixas, com grandes arvoredos, são os elementos nomeados na narrativa de Caminha que apresentam uma realidade já conhecida aos navegantes, uma percepção de continuidade do mundo natural naquele ambiente visitado. Um topônimo vernacular português novo amplia a visão de mundo europeia, a Terra de Vera Cruz, integrando este novo ecossistema à língua.

Após esse primeiro contato apenas com o território, anoitece e o relato de Caminha se encerra havendo uma sequência de narrar os dias e as noites, como ciclos naturais, na navegação. Na sequência, na quinta-feira pela manhã, os navios começam a sua aproximação do litoral. Há uma gradação na distância percorrida pela narrativa do escrivão, quando os pequenos navios se aproximam da embocadura de um rio. Era cerca de 10 horas da manhã, quando os navegantes avistaram os primeiros homens no continente, os indígenas Tupiniquim, em número de sete ou oito. Os detalhes numéricos são uma constante na narrativa técnica do escrivão, para atestar a veracidade dos fatos, como *tópos* retórico:

E à quinta-feira pela manhã, levantamos vela, e seguimos, diretamente, até a terra, e os navios pequenos iam adiante, indo por 17, 16, 15, 14, 13, 12, 10 e 09 braças até meia légua de terra, onde todos lançamos âncoras, em direção da boca de um rio, e teríamos chegado a esta ancoragem às 10 horas, pouco mais ou menos. E dali tivemos o avistamento de homens que andavam pela praia, obra de 7 ou 8, segundo os navios pequenos disseram por chegarem primeiro (ANTT, [1500] 2020, 1500, fl.1-2).

Os navegadores viram os homens no litoral e por eles foram vistos. Estabelecia-se assim a comunicação visual, com uma aproximação lenta, a fim de não despertar reciprocamente desconfiança. Os grupamentos humanos que se viam ali estavam se constituindo como um novo povo, ao menos naquele contato visual inicial, no circuito da EL: P-L-T. O contato era visual e não permitia o estabelecimento da fala.

Os navegadores se reuniram, a fim de deliberar sobre o novo acontecimento de terem encontrado uma população que já ocupava o território, um tema que deve ter sido tratado na assembleia que reuniu os capitães das naus portuguesas: “ali lançamos os bateis e esquifes fora, e vieram logo todos os capitães das naus a esta nau do capitão mor e ali falaram” (ANTT, [1500] 2020). Além do contato visual inicial, surge o interesse de se aproximarem para tentarem travar um contato linguístico com os habitantes que já ocupavam o território avistado pelos navegantes.

Um escaler, pequena embarcação, com Nicolau Coelho, experiente navegador português, Gaspar da Gama, cristão-novo, descendente de judeus e intérprete trazido da Índia por Vasco da Gama, Frei Henrique de Coimbra, franciscano, um grumete da Guiné e um escravo de Angola compunham esse séquito, que tentaria estabelecer o contato linguístico com os indígenas Tupiniquim na embocadura do rio, na Baía de Santa Cruz Cabrália, próximo à atual Porto Seguro. Os membros dessa comitiva eram hábeis especialistas em estabelecer contato linguístico no contexto das navegações portuguesas no século XVI, na Europa, na costa da África e na Ásia, indiana e islâmica.

ECO-REBEL

Os indígenas Tupiniquim os reconheceram também como homens, talvez não tenham sido os primeiros navegadores que vissem, talvez o reconhecimento entre si fosse recíproco, como os navegadores os descreveram. No momento em que se encontravam no mesmo território da praia, na foz de um rio passaram a formar um novo povo, em contato, que buscava uma língua para se comunicar.

Os navegadores em menor número, logo foram cercados por cerca de vinte homens, carregando arcos e flechas, tensionados, preparados para disparar, mas não o fizeram. O primeiro contato demonstrava a desconfiança entre os grupos:

E o capitão mandou no batel, em terra, Nicolau Coelho para ver aquele rio e tanto que ele começou a ir para lá acodiram pela praia homens, ora dois, ora três, de maneira que quando o batel chegou à boca do rio eram ali 17 ou 20 homens pardos todos nus, sem nenhuma coisa que lhes cobrisse suas vergonhas. Traziam arcos nas mãos e suas setas (ANTT, [1500] 2020, fl.1-2).

Caminha descreve os homens indígenas como pardos, nus, sem nenhuma coisa que lhes cobrisse suas vergonhas. Uma imagem que inaugura a linguagem preconceituosa na literatura colonial. Para descrever o homem Tupiniquim, o escrivão faz uma analogia com os navegadores, como homens do Velho Mundo, da Europa, da África e da Ásia. Nessa analogia, o escrivão os descreve como homens pardos, em uma descrição etnocêntrica. A alteridade é marcada pela cor da pele, após um contato visual. Os europeus e Gaspar da Gama, vindo da Ásia, mas de origem europeia, seriam apenas homens, o grumete da Guiné e o escravo de Angola, vindos da África, seriam negros, já os indígenas pardos.

A descrição “todos nus” também se dá por analogia, pois os indígenas Tupiniquim não estavam completamente nus, mesmo os navegadores portugueses e africanos não estavam com o corpo totalmente coberto. Assim, o escrivão português necessita explicar o que era o nu indígena, em sua visão de mundo: “sem nenhuma coisa que lhes cobrisse suas vergonhas” (ANTT, [1500] 2020). Era a nudez do baixo ventre indígena que os incomodava, a ponto de ser ressaltada. Os dois atributos, como a cor da pele e a nudez do baixo ventre, na visão de mundo etnocêntrica do escrivão, era o que diferenciava ambos os grupos, por analogia. Por fim, como instrumento de caça e defesa, os indígenas Tupiniquim portavam arcos e flechas, tensionados contra os navegadores.

Os indígenas se aproximavam do batel de Nicolau Coelho, que rompeu esse contato meramente visual com um gesto. O experiente navegador português fez um sinal, com as mãos, para que os indígenas na praia, provavelmente mais jovens, abajassem os arcos. O contato gestual, após o contato visual inicial, foi iniciado, caracterizando essa comunidade de fala efêmera (COUTO, 2016). Talvez os indígenas se aproximassem para capturar os navegadores, dessa forma, o ritmo e a cautela da aproximação de ambos os grupos, sua percepção e intenção, foram fatores que permitiram a interação:

Vinham todos rijos para o batel e Nicolau Coelho lhes fez sinal para que abajassem os arcos e eles os abaxaram. Ali não pode haver deles nem fala nem entendimento que aproveitasse, por o mar quebrar na costa, somente deu-lhes um barrete vermelho e uma carapuça de linho, que levava na cabeça e um sombreiro preto (ANTT, [1500] 2020, fl.1-2).

O sinal, um signo gestual, deixou ambos os grupos frente a frente. Iniciou-se uma tentativa de fala, com diversos idiomas europeus, africanos e asiáticos, os indígenas Tupiniquim devem em seu turno ter tentado utilizar de sua língua derivada do idioma dos Tupinambás, e as variantes conhecidas, o que seria estudado por missionários nas décadas subseqüentes. Não houve possibilidade de fala, nem entendimento. O escrivão culpou o mar, que quebrava na costa. O território se impunha como o elemento que não permitia a comunicação entre povos diversos em suas línguas.

ECO-REBEL

O mar não é em sentido denotativo um elemento que possa atrapalhar o contato linguístico, a descrição dada pelo escrivão ultrapassa a credibilidade de um relato verossímil. Metaforicamente, o mar que separava ambos os povos e criou a barreira linguística entre a Europa, a África e a Ásia, com esse “novo mundo”, rotulado como a América portuguesa, era uma divisão territorial do ecossistema, ocorrida há muito mais tempo do que a ocupação humana recente por seus povos.

Um mar de séculos de dispersão e imigrações separava aquela comunidade recém-formada de navegadores do Velho Mundo e indígenas Tupiniquim. Era o ecossistema rotulado como oceano Atlântico a fronteira que separou esses povos em territórios e línguas distintas. A partir das navegações quinhentistas europeias e da vida litorânea indígena, na imigração dos povos Tupi, podendo ser datada com o início aproximado em 1000 d. C. que seria possível o encontro no dia 23 de abril de 1500, uma manhã de quinta-feira.

Nicolau Coelho presenteia os indígenas com a cobertura de sua cabeça: “deu-lhes um barrete vermelho e uma carapuça de linho, que levava na cabeça e um sombreiro preto” (ANTT, [1500] 2020, fl. 1-2). O gesto singelo de hospitalidade de Nicolau Coelho seria complementar ao gesto anterior de abaixar os arcos pelos indígenas Tupiniquim. O barrete vermelho, a carapuça de linho e o sombreiro preto eram chapéus. Nicolau Coelho, vendo que os indígenas Tupiniquim utilizavam cocares e cobriam as suas cabeças percebe que esse seria um meio adequado de iniciar o contato. Os indígenas percebem o gesto e aceitam o presente, que retribuem:

E um deles lhe deu um sombreiro de pena de aves compridas, com uma copazinha pequena de penas vermelhas e pardas, como a de papagaio, e outro lhe deu um ramal grande de continhas brancas e miúdas, que querem parecer semente de aljaveira, peças as quais creio que o capitão manda a vossa alteza, e com isto se volveu às naus por ser tarde e não poder deles haver mais fala por azo do mar (ANTT, [1500] 2020, fl.1-2).

Os indígenas Tupiniquim da praia compreendem o sistema de comunicação proposto por Nicolau Coelho, e assim se inicia o processo de escambo, de troca de mercadorias, o que possibilitaria a formação de feitorias. Nicolau Coelho retorna à nau com o cocar, uma copazinha pequena de penas vermelhas e pardas, e um colar de continhas brancas e miúdas, que seriam endereçadas ao rei D. Manuel I pelos navegadores. Inutilmente, tentaram o contato linguístico mais uma vez, e o escrivão relata que o barulho do mar impediu a fala. Os navegadores retornam às naus e se encerra essa primeira tentativa de contato linguístico, que seria o vislumbre de uma relação luso-tupi mais duradoura que viria a seguir.

4. Linguagem preconceituosa, colonialismo e etnocentrismo

No excerto da carta analisado, a linguagem preconceituosa utilizada na descrição dos indígenas Tupiniquim ainda não está expressa como encontramos em outras passagens e mesmo em documentos do período colonial, mais enfáticos. Todavia, a percepção de identificar povos pela cor de sua pele, em analogia, é uma das bases do racismo, que estava no olhar colonizador dos navegantes, e se estruturaria junto com a colônia ultramarina. Os negros e os pardos seriam os colonizados, assim como a África e as Américas, enquanto a Europa seria o centro irradiador. O território da Ásia estaria mais como um parceiro mercantil ou mesmo concorrente, dada a distância para a colonização efetiva.

Não temos o relato do lado indígena Tupiniquim sobre o primeiro contato, que Caminha descreve, mas podemos por analogia indagar como foi a recepção da vinda dos navegadores em suas rodas de conversa com os anciões da aldeia. Não sabemos se descreveram os europeus, africanos e asiáticos pela cor de sua pele diversa, notando que eles cobriam as suas “vergonhas”. Os presentes de Nicolau Coelho devem ter causado o mesmo interesse que o cocar e o colar de

continhas que os indígenas deram aos portugueses. Certamente, os indígenas fizeram alguma narrativa oral sobre o fato, pois demonstraram interesse nos navegadores, porém, talvez não fosse esse o primeiro contato com navegadores, vindos de tão longe.

A visão indígena Tupiniquim do que Caminha relatou aos europeus se perdeu, porque as tradições orais indígenas não se desenvolveram pela fixação documental com uso da técnica da escrita, o que do lado português era uma herança greco-romana dos reinos europeus absolutistas e estava se firmando no vernáculo. Porém, o fato de não termos esse relato não significa que os indígenas Tupiniquim tiveram apenas uma recepção passiva dos navegadores europeus. Questionamentos sobre quem eram aqueles homens e sobre os seus barcos, de onde vieram e o que estavam buscando no território dos indígenas Tupiniquim deveriam ter sido levantadas pelas lideranças indígenas.

A nação indígena Tupiniquim não estava totalmente isolada, havendo interações com outras comunidades indígenas, logo participavam de alianças e de guerras, estabeleciam trocas e contato. O seu território se mantinha em um equilíbrio de poder com outras nações indígenas, logo também era estruturada a sua sociedade em aldeias. O ecossistema social estava já estabelecido, assim, desenvolveram técnicas tão complexas como a navegação, para a sobrevivência nesse *locus*, o que permitiu o seu desenvolvimento populacional.

Com a chegada de estranhos em seu território, os indígenas Tupiniquim utilizaram no primeiro contato o que deveria ser sua convenção ao lidar com esse tipo de caso. Aproximaram-se, cuidadosamente, com os arcos tencionados, mas não dispararam, aguardando o primeiro passo dos navegadores recém-chegados. O gesto de Nicolau Coelho, pedindo que abaixasse as armas, foi prontamente atendido, e houve uma troca de presentes, chapéus, pois era um ponto de intersecção entre ambos os povos o hábito de cobrir a cabeça. Depois desse contato inicial, tentaram ainda se comunicar pela fala, mas nenhum dos dois povos era hábil para compreender os sistemas linguísticos dos outros.

Quando se afastaram, encerrando esse primeiro contato, foram relatar para as suas lideranças o que sucedera. Os indígenas Tupiniquim podem ter narrado em sua perspectiva de diversos modos aquele encontro, talvez o medo dos navegadores, talvez a sua calma, as suas feições estranhas e diferentes, esse relato, porém, se perdeu no tempo. Já Nicolau Coelho e os outros que estavam no escaler narraram tudo que perceberam e sentiram para o escrivão Caminha, que buscou relatar ao rei D. Manuel I, apenas acrescentando o detalhe do mar ter atrapalhado a conversação, para não falar sobre a imperícia dos intérpretes. O registro em língua portuguesa quinhentista chegou à posteridade, centralizando a narrativa sobre esse processo de contato linguístico no lado europeu e se naturalizando como ponto de vista hegemônico.

Em uma visão ecológica de mundo, o ecossistema se compõe de organismos, habitat e a sua interação, como supracitado. Já para a EL, há um ecossistema linguístico, como fundamento: “o equivalente do ecossistema biológico no estudo dos fenômenos da linguagem é o **ecossistema linguístico**” (COUTO, 2015, p. 92, grifo do autor). Outra perspectiva de organização da EL se dá pela Linguística Ecossistêmica (LE), uma variante da disciplina, como Couto define: “é uma espécie de ecolinguística radical, no sentido de ir à raiz da ecologia, ou melhor, de partir da raiz da **macroecologia**” (COUTO, 2015, p. 88, grifo do autor).

A LE, como variante da EL, tem como objeto de estudo central os ecossistemas linguísticos, divididos em três espectros: o ecossistema linguístico natural, o social e o mental, que podem se organizar em uma visão holística no ecossistema linguístico integral. Essa divisão, em três espectros: natureza, sociedade e indivíduo, busca desfazer uma visão antropocêntrica de mundo já estabelecida, em que apenas a sociedade e o indivíduo são analisados em relação aos fatos linguísticos, como individuais e sociais. O espectro natural, que percebe o ser humano

enquanto espécie, leva em consideração a relação da espécie humana com outras espécies animais, vegetais e o meio ambiente.

O ecossistema natural da língua é representado pelas interações entre povo (P), língua (L) e território (T). A materialidade da língua depende de entidades físicas, como o suporte territorial e a existência de uma comunidade humana, como a nação dos indígenas Tupiniquim, ou o reino absolutista português no século XVI, que eram povos distintos. A noção de povo é ampla, como a totalidade de uma grande comunidade linguística, heterogênea e diversa, mas com traços identitários comuns, como uma língua que os caracterize (COUTO, 2007).

Já o ecossistema social da língua pressupõe uma coletividade como organismo socialmente organizado, em uma estrutura social. Assim: “coletividade mais sociedade constituem o **meio ambiente social da língua**” (COUTO, 2015, p. 94, grifo do autor). Em relação aos indígenas Tupiniquim, uma aldeia, ou conjunto de aldeias, seria esse organismo social, enquanto para os navegadores, sua armada seria uma coletividade. Do organismo que é o povo, derivam as coletividades institucionalizadas que organizam o meio ambiente social, para o convívio humano.

Por fim, há o ecossistema mental da língua, quando o organismo é o indivíduo. A mente é o *locus* como sede da língua, nesse ecossistema, e as atividades mentais individuais são os componentes que permitem as interações. Nessa perspectiva analítica individual, o único registro que temos no contato linguístico quinhentista é a atividade de Pero Vaz de Caminha, que redigiu a carta. A escrita é um fato linguístico individual. Assim, só uma individualidade, entre tantas outras, ficou registrada nesse contato linguístico quinhentista: a de Pero Vaz de Caminha, escrivão da armada portuguesa. O território do ecossistema mental da língua é o cérebro, o *locus* mental, que pode ser representado na escrita, por exemplo.

Dessa forma, podemos compreender o documento quinhentista, que descreve o contato linguístico entre navegadores e indígenas Tupiniquim, como a visão de mundo de um indivíduo, sobre um processo muito mais complexo, que envolveu diversos atores. Sendo a visão individual sempre reducionista, dada a sua característica de não representar os fenômenos linguísticos e sociais em sua totalidade, tende a reduzir as interações a um único indivíduo. Assim, o relato quinhentista apresenta apenas o lado europeu das navegações, reduzindo o lado indígena, que serve apenas como um contraponto para descrever o feito naval. O outro não é visto também como um indivíduo, como um sujeito. Na linguagem preconceituosa, o indígena se torna apenas parte de uma paisagem a ser conquistada.

A narrativa documental de Caminha é um ponto de vista, mas não o único olhar possível sobre as comunidades indígenas quinhentistas, nem apresenta o olhar que os indígenas Tupiniquim tinham de si mesmos. Como se fixou na escrita, pelo tempo, o relato individual foi se tornando central, a um ponto em que a narrativa dos navegadores, e, posteriormente, dos colonizadores, passou a suprimir até a visão que os indígenas possuíam sobre si mesmos, e moldou a visão que a sociedade derivada desse processo de colonização naturalizou. A esse fenômeno damos o nome de etnocentrismo.

5. Indígenas Tupiniquim e Análise do Discurso Ecológica

Atualmente, os indígenas Tupiniquim ocupam um território no Espírito Santo, com uma população de quase três mil habitantes, sendo falantes de língua portuguesa (ZORZETTO, 2020). Para se debater a questão indígena no Brasil contemporâneo, que é o contexto atual de recepção dos documentos coloniais, a Análise do Discurso Ecológica (ADE) oferece o aparato epistemológico teórico-metodológico para uma análise crítica das questões políticas que envolvem esse debate.

A ADE tem uma rotulagem alternativa, como Linguística Ecológica Crítica (LEC), logo sua visão de mundo é crítica, em relação à descrição do ecossistema linguístico pela LE. Essa visão crítica se constitui pelo posicionamento político perante os fatos linguísticos. A ADE não é vinculada aos discursos ambientalistas, mas a uma visão ecológica de mundo, em que os ecossistemas sociais e humanos em interação com as espécies animais e vegetais são situadas como tema de centralidade, diferindo de uma visão de mundo apenas antropocêntrica.

Em relação aos ecossistemas em que predominam comunidades humanas, a ADE possui uma visão crítica sobre as desigualdades sociais, de gênero e raciais, porém, sem uma visão política cunhada apenas em uma visão negativa de mundo (COUTO, 2015). Nesse aspecto, convém tecer uma diferenciação entre a ADE e a Análise Crítica do Discurso (ACD), ou Análise do Discurso (AD). Como a ACD, ou AD, se interessa pela análise das relações de poder e o seu comprometimento para com a sociedade, denunciando as opressões, com conotações negativas, na estrutura social, já a ADE busca um posicionamento crítico direcionada para o lado positivo de defesa da vida (FILL, 2015).

A ecologia, como visão de mundo, é a busca da melhoria de vida no convívio humano, um processo evolucionário, não um processo revolucionário, como Couto sugere: “Como se vê em Martin (2004), a ACD é ‘necessariamente negativa’. Por isso, ele sugere que se assumam uma atitude mais ‘positiva’, no seio de fazer do mundo um lugar melhor” (COUTO, 2015, p. 131). A ADE parte do princípio de que a ecologia pode intermediar os conflitos humanos e permitir uma interação mais sustentável, em uma perspectiva de baseada na ecologia social.

Em relação à análise dos documentos quinhentistas, como a carta redigida por Pero Vaz de Caminha, a ADE permite identificar o pensamento de colonizadores, que se estruturou com uma linguagem preconceituosa no ecossistema social formado no Brasil. Mesmo depois de séculos, a manutenção do mesmo pensamento como herança colonial precisa ser revista, para que os documentos possam ser reinterpretados e sirvam de auxílio à reflexão de uma sociedade mais sustentável e inclusiva, que leve em consideração não apenas a herança europeia na formação da América latina, o que naturalizou o etnocentrismo como um movimento permanente e cotidiano de colonização de si mesmo.

Referências

- ALTMAN, Cristina. História, Estórias e Historiografia da Linguística Brasileira. *Revista todas as letras*, v. 14, n. 1, 2012, p. 14-37.
- ANCHIETA, José de. *Arte de grammatica da lingua mais usada na costa do Brasil*. Coimbra: António de Mariz, 1595.
- ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO (ANTT). Carta de Pero Vaz de Caminha de 1500. <http://digitalq.arquivos.pt/details?id=4185836> (acesso:28/08/2020).
- BASTOS, Neusa M. O. B., PALMA, Dieli V. (orgs.) *História entrelaçada: a construção de gramáticas e o ensino da Língua Portuguesa do século XVI ao XIX*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.
- BUENO, Eduardo. *A viagem do Descobrimento*. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2016.
- CORTESÃO, Jaime. *A obra de Pero Vaz de Caminha*. Lisboa: Portugalia, 1967.
- COUTO, Hildo H. O que vem a ser ecolinguística, afinal? *Cadernos de Linguagem & Sociedade*, v. 14, n. 1, 2013, p. 275-313.
- COUTO, Hildo H.; COUTO, Elza K. N. N. do; BORGES, Lorena A. de O. *Análise do discurso ecológica (ADE)*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.
- COUTO, Hildo H.; COUTO, Elza K. N. N. do; ARAÚJO, Gilberto P. de; ALBUQUERQUE, Davi B. de. (Org.). *O paradigma ecológico para a ciência da linguagem: ensaios ecolinguísticos clássicos e contemporâneo*. Goiânia: Editora UFG, 2016.

ECO-REBEL

COUTO, Hildo H. Comunidade de fala revisitada. *Revista Brasileira De Ecologia E Linguagem (ECO-REBEL)*, v. 2, n. 2., 2016, p. 49-72.

<https://periodicos.unb.br/index.php/erbel/article/view/9690> (acesso em 06/07/2021).

FILL, Alwin. Ecolinguística: a história de uma ideia verde para o estudo da linguagem. *Revista Brasileira De Ecologia E Linguagem (ECO-REBEL)*, v.1, n.1, 2015, p.7-18.

HAUGEN, Einar. Ecologia da linguagem. In: COUTO, Hildo H., COUTO, Elza K. N. N. do; ARAÚJO, Gilberto P. de; ALBUQUERQUE, Davi B. de (Org.). *O paradigma ecológico para a ciência da linguagem: ensaios ecolinguísticos clássicos e contemporâneo*. Goiânia: Editora UFG, 2016, p. 57- 75.

KALTNER, Leonardo F. *O pensamento linguístico de Anchieta e de Carl von Martius: estudos historiográficos*. Ponta Grossa: Atena Editora, 2020.

KALTNER, Leonardo F., TEIXEIRA, Viviane L., SANTOS, Melyssa C. S. Gaspar da Índia: o língua e o Brasil quinhentista. *Revista Confluência*, n. 57, 2019, p. 9-35.

MARIANI, Bethania. *Colonização linguística*. Campinas: Pontes, 2004.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

RONCARATI, Cláudia, ABRAÇADO, Jussara (org.). *Português Brasileiro: contato linguístico, heterogeneidade e história*. Rio de Janeiro: 7letras, 2003.

SWIGGERS, Pierre. Linguistic Historiography in Brazil: impressions and reflections. *Cadernos de Historiografia Linguística do CEDOCH*, v. 1, n. 1., 2015, p. 2-7, 2015.

SWIGGERS, Pierre. A historiografia da linguística: objeto, objetivos, organização. *Revista Confluência*, n. 44/45, 2013, p. 40-59.

ZORZETTO, Ricardo. Os últimos Tupiniquim. *Revista Fapesp*, n. 288, 2020.

<http://revistapesquisa.fapesp.br/os-ultimos-tupiniquim> (acesso em: 11/04/2021).

Aceito em 09/06/2021.

Apêndice

E aaquarta feira segujmte pola manhã topamos aves aque chamã fura buchos e neeste dia aoras de bespera ouuemos vjsta de tera .s. premeiramente dhuũ grande monte muy alto. e rredondo e doutras serras mais baixas ao sul dele. e de trra chaã com grandes aruoredos. ao qual monte alto ocapitam pos nome omonte pascoal. E aatera atera davera cruz. mandou lamçar oprumo acharam xxb braças e ao sol posto obra de bj legoas de tera surgimos amcoras em xix braças amcorajem limpa. aly jouuemos todaaquela noute. e aaquimta feira pola manhã fezemos vella. e segujmos dirtos aaterra eos naujos pequenos diãte himdo per xbij xbj xb xiiij xij xij x. e ix braças ataa mea legoa de trra omde todos lancamos amcoras em dirto daboca dhuũ rrio e chegariamos aesta amcorajem aas x oras pouco mais ou menos e daly ouuemos vista dhomeês q~ andauam pela praya obra de bij ou biiij seg° os naujos pequenos disseram por chegarem primeiro... /

aly lancamos os batees e esquifes fora evieram logo todosos capitaães das naaos aesta naao do capitam moor e aly falaram. e ocapitam mandou no batel em trra njcolaa coelho peraveer aq~le rrio e tamto que ele comecou perala dhir acodirã pela praya homeês quando dous quando tres de maneira que quando obatel chegou aaboca do rrio heram aly xbiiij ou xx homeês pardos todos nuus sem nhuũa cousa que lhes cobrisse suas vergonhas. traziam arcos nas maãs esuas seetas. vijnham todos rrijos perao batel e nicolaa coelho lhes fez sinal que posesem os arcos. e eles os poseram. aly nom pode deles auer fala nẽ entẽdimento que aproueitasse polo mar quebrar na costa. soomente deulhes huũ barete vermelho e huũa carapuça de linho que leuaua na cabeça e huũ sombreiro preto. E huũ deles lhe deu huũ sombreiro de penas daues compridas cõ huũa copezinha pequena de penas vermelhas epardas coma de papagayo e outro lhe deu huũ rramal grande de comtinhas brancas meudas que querem parecer daljaueira as quaaes peças creio queo capitam. manda avossa alteza e com jsto se volueo aas naaos por seer tarde e nom poder deles mais fala por aazo do mar. /

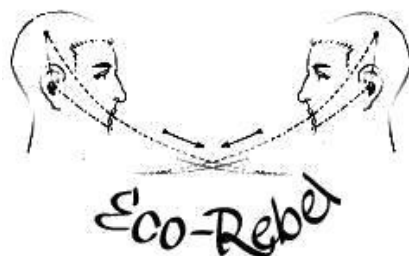
(E à quarta-feira seguinte pela manhã, encontramos aves que chamam de fura-buchos, e neste dia, à hora das Vésperas, tivemos o avistamento de terra, a saber, primeiramente, de um grande monte muito alto, e redondo, e de outras serras mais baixas ao sul dele e de terra plana, com grandes arvoredos, monte ao qual o capitão pôs o nome de monte Pascoal e à terra de a Terra de Vera Cruz. Mandou lançar o prumo. Acharam 25 braças, e ao sol posto, obra de 6 léguas de terra, levantamos âncoras em 19 braças. Ancoragem limpa. Ali descansamos por toda aquela noite.

E à quinta-feira pela manhã, levantamos vela, e seguimos, diretamente, até a terra, e os navios pequenos iam adiante, indo por 17, 16, 15, 14, 13, 12, 10 e 09 braças até meia légua de terra, onde todos lançamos âncoras, em direção da boca de um rio, e teríamos chegado a esta ancoragem às 10 horas, pouco mais ou menos. E dali tivemos o avistamento de homens que andavam pela praia, obra de 7 ou 8, segundo os navios pequenos disseram por chegarem primeiro.

Ali lançamos os bateis e esquifes fora, e vieram logo todos os capitaães das naus a esta nau do capitão mor e ali falaram. E o capitão mandou no batel, em terra, Nicolau Coelho para ver aquele rio e tanto que ele começou a ir para lá acodiram pela praia homens, ora dois, ora três, de maneira que quando o batel chegou à boca do rio eram ali 17 ou 20 homens pardos todos nus, sem nenhuma coisa que lhes cobrisse suas vergonhas. Traziam arcos nas mãos e suas setas. Vinham todos rijos para o batel e Nicolau Coelho lhes fez sinal para que abajassem os arcos e eles os abaixaram. Ali não pode haver deles nem fala nem entendimento que aproveitasse, por o mar quebrar na costa, somente deu-lhes um barrete vermelho e uma carapuça de linho, que levava na cabeça e um sombreiro preto. E um deles lhe deu um sombreiro de pena de aves compridas, com uma copazinha pequena de penas vermelhas e pardas, como a de papagaio, e outro lhe deu um ramal grande de continhas brancas e miúdas, que querem parecer semente de aljaveira, peças as quais creio que o capitão manda a vossa alteza, e com isto seolveu às naus por ser tarde e não poder deles haver mais fala por azo do mar).

ECOLINGUÍSTICA: REVISTA BRASILEIRA DE

ECOLOGIA E LINGUAGEM (ECO-REBEL), V. 7, N. 2, 2021.



A PANDEMIA DE COVID-19 E OS EFEITOS DO DISCURSO OBSCURANTISTA INSTAURADO NAS REDES SOCIAIS DIGITAIS

Anderson Nowogrodzki da Silva¹ (*Universidade de Brasília/GEPL/NE LIM*)

Resumo: O presente artigo tem por objetivo discutir os efeitos da disseminação do discurso obscurantista no Brasil durante a pandemia de COVID-19, além de enfatizar suas implicações e reflexos para o discurso científico e para a sua legitimidade social. Observou-se que as redes sociais digitais (*WhatsApp, Facebook, Instagram, Twitter etc.*) se tornaram ambientes virtuais em que se proliferam em grande escala e com extrema velocidade enunciados que possibilitam constituir e reafirmar as identidades dos usuários. Tomou forma, desse modo, um sistema em que o que se diz importa menos do que o modo como o dizer reitera a face criada para o usuário. A interação comunicativa virtual pressupõe que se compartilhe com velocidade, já que as informações não cessam em se atualizar, e as redes sociais virtuais propiciam um ambiente confortável para que se leiam apenas textos curtos (sem ser necessário procurar fontes ou fazer uma leitura crítica) e para que se possa compartilhá-los com apenas um toque, que é condicionado pela imagem de si que se busca criar para a audiência invisível com quem se está conectado. Abre-se espaço, assim, para a reprodução massiva de enunciados que não compactuam com fatos (as chamadas *Fake News*). A democratização dos ambientes virtuais aliada ao cenário político-social instaurado no Brasil em 2020 possibilitou a emergência de um forte negacionismo científico, sustentado pela difusão das *Fake News*, já que uma série de perspectivas discursivas que permeiam a atualidade se alicerçam na oposição ao discurso científico. Partindo da perspectiva da Linguística Ecolinguística e da Análise do Discurso Ecolinguística, propostas por Couto (2013), Couto & Borges (2015) e Couto & Fernandes (2021), e dos princípios da interação comunicativa virtual proposta por Nowogrodzki da Silva (2018), observa-se que o discurso obscurantista virtual e sua legitimação feita por figuras públicas, tendo por base *fake news* ou a distorção dos fatos, estabeleceram e disseminaram valores de verdade que se opõem ao que já era tido como axioma pela ciência. Deslegitima-se o discurso científico a fim de exaltar elementos ideológicos que

¹ Doutorando do Programa de Pós-graduação em Linguística (Área de concentração: Linguagem e Sociedade; Linha de pesquisa: Língua, Interação Sociocultural e Letramento) da Universidade de Brasília (UnB), sob a orientação do Prof. Dr. Hildo Honório do Couto. E-mail: a.nowogrodzki2@gmail.com.

ECO-REBEL

perpassam identidades, como o conservadorismo, a moralidade cristã, a ideologia neoliberal, o nacionalismo e a idolatria da força militar na condução do Estado. Para clarificar essas relações, analisam-se enunciados compartilhados via redes sociais digitais diversas que reproduzam o discurso obscurantista, buscando entender o impacto que causam nos diversos âmbitos da sociedade durante um momento calamitoso, como a pandemia de COVID-19, no Brasil.

Palavras-chave: Ecolinguística; Discurso obscurantista; Redes sociais digitais; Pandemia; *Fake news*.

Abstract: This paper is intended to discuss the obscurantist discourse effects in Brazil during the COVID-19 pandemic, emphasizing the implications and consequences in the scientific discourse, thinking about the social legitimacy. We observed that the social networks (WhatsApp, Facebook, Instagram, Twitter etc.) became virtual environments in which statements that enable the establishment and reaffirmation of the user's identities proliferate on a large scale and very quickly. Thus, a system emerges in which what people say matters less than how much this reiterates the face created for the user. The virtual communicative interaction presupposes a quick sharing of what is said, because the information does not cease to change. Social networks provide a comfortable environment for reading only short texts (no need to look for sources or to a critical reading) that are shared with just one touch. This dynamic allows the users to create an image of themselves to the invisible audience they are connected to. In this case, statements that do not agree with the truth are massively formulated (the so-called fake news). The democratization of virtual environments combined with the political and social scenario introduced in Brazil in 2020 allowed the emergence of a strong denial of science, supported by the dissemination of fake news sustained on a series of discursive perspectives that are based on opposition to scientific discourse. Based on Ecosystemic Linguistics and Ecosystemic Discourse Analysis, proposed by Couto (2013), Couto, Couto & Borges (2015), in Couto & Fernandes (2021) as well as in the virtual communicative interaction principles proposed by Nowogrodzki da Silva (2018), we observed that the virtual obscurantist discourse and its legitimation made by public figures, based on fake news or distorted facts, establishes and disseminates perspectives about the truth that deny what was already considered an axiom by science. The scientific discourse is delegitimized in order to exalt ideological elements that permeate identities, such as conservatism, Christian morality, neoliberal ideology, nationalism and the idolatry of military force that drives the State. To clarify these assertions, we analyze statements shared via social networks that reproduce the obscurantist discourse, seeking to understand the impact they have on different spheres of society during a calamitous moment, such as the COVID-19 pandemic in Brazil.

Keywords: Ecolinguistics; Obscurantist discourse; Social network; Pandemic; Fake news.

Considerações iniciais

O Brasil passa por um momento conturbado em sua história, marcado pela pandemia de COVID-19 e por um ambiente de polarização política que dificulta a coesão da população e das

ECO-REBEL

instituições governamentais no enfrentamento de uma das adversidades mais devastadoras dos últimos anos. No momento em que este artigo está sendo escrito, perderam-se mais de 555 mil vidas humanas brasileiras infectadas pelo coronavírus. Não é apenas um número vazio, são seres humanos pertencentes a famílias, a comunidades, importantes para aqueles que os rodeavam e que por eles nutriam afeto. Uma situação extrema que deveria ser superada por meio de cooperação, comunhão e união de toda a sociedade, foi estendida por diversos fatores. Dentre eles, destaca-se o discurso obscurantista que se instalou vagarosamente no Brasil nos últimos anos e que, aos poucos, vem deslegitimando o discurso científico, disseminando-se nos ambientes virtuais, baseando-se em experiências empíricas não comprovadas e no uso de viés de confirmação para se sustentar, alicerçando-se na dificuldade da ciência nacional em socializar o conhecimento científico com os setores da sociedade menos letrados.

É olhando para essa conjuntura que o presente artigo se estrutura, na busca por entender os efeitos do discurso obscurantista que permeia as redes sociais digitais no Brasil durante a pandemia de COVID-19. Para tanto, toma-se como alicerce teórico-metodológico a Análise do Discurso Ecológico (ADE), um viés dos estudos discursivos desenvolvido dentro da Linguística Ecológica (LE), proposto por Couto (2013), detalhado por Couto, Couto & Borges (2015) e refinado por Couto & Fernandes (2021). Além disso, observa-se a complexidade inerente à interação comunicativa virtual e suas características com base na perspectiva de Nowogrodzki da Silva (2018), que aborda a transposição das interações face a face para o ambiente virtual a partir das bases da LE. Nesse sentido, são detalhados, por meio de uma visão ecológica, os elementos que fazem parte de um modelo de interação comunicativa em ambientes virtuais e o modo como o contato entre interactantes nas redes sociais digitais se desenvolve, possibilitando vislumbrar os fatores que permitem a difusão massiva de informações falsas e anticientíficas na internet.

Este artigo traz em seu corpo, ainda, o DNA da Ecofilosofia e da Ecologia Profunda, perspectivas fundamentais na constituição da ADE, derivadas do pensamento de Naess (1973; 1986; 1987). O autor estabelece o ambientalismo como uma pequena parte que constitui uma visão ecológica de mundo (VEM), a partir da qual erigiu seus estudos e suas práticas em vida, asseverando que um olhar ecológico precisa alcançar níveis mais profundos e refletir sobre temas extremamente complexos que permeiam a sociedade, tais como: diversidade, complexidade, autonomia populacional, descentralização, simbiose (cooperação), igualdade e divisão de classes.

Acredita-se que o presente trabalho possa conduzir o leitor à reflexão, trazer informações necessárias à sociedade, gerando impactos em seu comportamento, e, por meio de uma análise discursiva ecossistêmica, provocar outros pesquisadores a produzirem estudos que evidenciem a reprodução do discurso obscurantista como um sinal de emergência para que modifiquemos o fazer científico e para que alcancemos os setores da sociedade que estão privados da produção intelectual acadêmica.

1. Princípios teórico-metodológicos da Análise do Discurso Ecossistêmica

Como base teórico-metodológica que fundamenta este artigo, utiliza-se a Análise do Discurso Ecossistêmica (também conhecida, em textos mais antigos, como Análise do Discurso Ecológica), uma vertente da Linguística Ecossistêmica (ramo da Ecolinguística desenvolvido por Couto (2007, 2015) no Brasil). Essa teoria se alicerça sobre algumas bases fundamentais, que permitem ao pesquisador vislumbrar o objeto estudado a partir de uma perspectiva crítica, reflexiva e humanizada, sem perder de vista os recursos e os procedimentos metodológicos que são próprios do fazer científico no âmbito da Linguística. A Linguística Ecossistêmica tem como foco o ecossistema linguístico, ou seja, um ambiente em que pessoas, convivendo num mesmo território, interagem comunicativamente por meio de uma língua. A ADE se debruça sobre o mesmo objeto de estudos, mas focaliza um elemento específico, que é o discurso. Dessa forma, busca-se descrever e analisar como se constituem e se dinamizam os sentidos (valores discursivos) na interação e quais são os seus efeitos para a comunidade de fala em que circulam, observando sua emergência no complexo de elementos que constitui uma ecologia da interação comunicativa em meio a um ecossistema linguístico.

É fundamental que se defina o conceito de discurso na ADE, entendendo-o como a relação estabelecida entre os modos de ver/interpretar o mundo, ou seja, como perspectivas dinâmicas que se transformam a todo o tempo numa relação recíproca entre os atos de interação comunicativa, caracterizados por Couto (2015) como a comunicação estabelecida por interactantes num momento específico de interação, e os valores discursivos que predominam em dado ecossistema linguístico, observando o que pode ser dito a partir deles e em oposição a eles.

Pretende-se abordar aqui, em primeiro lugar, como perspectiva fundamental para a aplicação da ADE, a Ecologia Profunda como uma base para a constituição de uma Visão

ECO-REBEL

Ecológica de Mundo (VEM) e de uma Ecofilosofia. Esse modo de ver o mundo promove a estruturação de um campo do conhecimento que se desenvolve de forma ativa, na busca constante por mudanças que deponham em favor da comunhão e da harmonia. Como uma proposta de Naess (1973), a Ecologia Profunda objetiva promover transformações a partir de um olhar profundo sobre as relações ecossistêmicas. Para o autor, é necessário se atentar a problemas que excedem as lutas ambientalistas (sem deixar de contemplá-las). Para Naess (1986), o ser humano deve ser entendido como parte do ambiente em que vive, num todo relacional, numa rede de relações, ao invés de vê-lo como se estivesse apenas inserido no ambiente. Dessa forma, atribui-se igual valorização a todas as formas de vida, considerando a necessária interdependência entre os organismos. Evidencia-se, por consequência, a importância da diversidade para a manutenção da própria vida, aumentando o potencial de sobrevivência do ecossistema, buscando coexistir e cooperar, vivendo e deixando viver.

De acordo com Naess (1987), o ser vivo precisa se direcionar à sua autorrealização, entendendo-se enquanto parte do ecossistema em que vive, percebendo que o ambiente que habita e os demais organismos que o cercam constituem uma extensão de si. Dessa forma, intenta-se não reduzir a riqueza inerente à diversidade, posicionando-se contra as ações que podem causar desequilíbrios ao ecossistema. Coloca-se, assim, o pesquisador numa busca constante pela homeostase em meio à entropia. Entendendo todos esses princípios, assume-se uma postura ecofilosófica contra as relações de exploração e opressão, optando, ao invés disso, pela autorrealização mútua. A defesa da autossuficiência e da autonomia mental e material das comunidades e organismos auxilia na proposição de novas perspectivas. Assim se constitui, neste estudo, o papel do pesquisador ativo por meio de uma análise reflexiva dos discursos que circulam num ecossistema, visando entender os valores discursivos que constituem as formas de pensar, agir e interagir e propor formas realizáveis de amenizar as violências que permeiam dado ecossistema e são sustentadas discursivamente, como demonstram Couto & Fernandes (2021). O potencial de promover mudanças se dá por meio da conscientização enquanto processo de longo prazo ou de proposições que possam ser realizadas de forma prática.

De acordo com Couto, Couto & Nowogrodzki da Silva (2021), o método da focalização é necessário para que se possa entender a complexidade inerente à dinâmica discursiva, aproximando-se microscopicamente para observar as interações comunicativas que se constituem como materialidades específicas de forma representativa e afastando-se a fim de vislumbrar um

panorama macroscópico dos discursos em um ecossistema linguístico, abarcando o holismo proposto pela LE como forma de contemplar a totalidade ecossistêmica. Como complemento, Couto & Fernandes (2021) apontam o método indiciário como caminho para proceder com uma hermenêutica do discurso, em que a análise dos valores discursivos que permeiam a materialidade deve se basear na regularidade dos indícios que se evidenciam na descrição linguística e na coerência existente entre eles.

Para Couto (2015), pela gama de conceitos que apresentam e pela concretude metodológica, teórica e epistemológica, a LE e a ADE possuem um alicerce sólido o suficiente para que possam analisar quaisquer fenômenos linguísticos, valendo-se de uma postura interventiva que atua em prol da vida, configurando-se como uma perspectiva ética da vida, uma ecofilosofia.

2. Redes sociais digitais e valores de verdade

Partindo dos princípios da ADE, faz-se necessário entender que a busca pelos valores discursivos por meio dos métodos da focalização e indiciário tem como foco três procedimentos: a descrição da interação comunicativa, a análise linguística (contemplando as linguagens diversas mobilizadas pelos interagentes e o modo como contribuem para a produção de valores discursivos) e a reflexão sobre os efeitos dos discursos no ecossistema. Com a finalidade de descrever uma interação, é necessário detalhar a Ecologia da Interação Comunicativa (EIC). Para tanto, observam-se seus elementos constitutivos que, como propõem Couto, Couto & Borges (2015), seriam: falantes em interação (considerando quem são, suas identidades múltiplas e suas posições sociais); assuntos (focos comunicativos); regras interacionais (regularidades culturais que permitem estabelecer uma interação comunicativa inteligível) e um cenário (meios ambientes físico, mental, social, histórico e cultural que influenciam diretamente os modos de falar e o que é ou não legitimado naquele espaço). Quando se pensa, porém, em tipos diferentes de interação comunicativa é preciso definir suas características para que se possa entender o modo como se produzem sentidos em diferentes modelos comunicacionais.

Este artigo se propõe a analisar o discurso obscurantista que se dissemina e se reproduz principalmente nas redes sociais digitais, por isso, faz-se necessário considerar uma forma de interagir comunicativamente que não é a prototípica (face a face). É preciso entender as

ECO-REBEL

características da interação comunicativa virtual e os efeitos que a ausência de um corpo físico produz, observando principalmente o ambiente propício e confortável para que o usuário reproduza e dissemine inverdades que dão corpo material ao discurso obscurantista e que tomam força pelo modo como se configuram e pela capacidade de escalabilidade, facilidade de leitura e compreensão, acessibilidade, reprodutibilidade e por reforçar uma máscara digital que o falante busca estabelecer para o seu avatar no ambiente virtual. Segundo Nowogrodzki da Silva (2019), existem diferentes tipos de interação comunicativa e eles devem ser levados em consideração no momento de desenvolvimento de um estudo no campo da Ecolinguística, pois modificam drasticamente os modos de interagir. A descrição das características de uma interação comunicativa é fundamental para entender a qual tipo de interação ela pertence. A forma mais prototípica de interação é a interação comunicativa face a face, em que falante e ouvinte são intercambiáveis e dialogam num mesmo espaço e num mesmo tempo, mobilizando para tanto diversas regras interacionais que permitem produzir sentidos e manter a comunicação. Distanciando-se desse padrão comunicativo, encontra-se a interação comunicativa virtual, que se baseia nos princípios de desterritorialização e de virtualização das interações. Sendo assim, o território enquanto espaço físico é eliminado junto da corporeidade do falante e dá lugar a um complexo interacional virtual. Forma-se um simulacro virtual, estruturado como uma projeção de uma realidade diferente do mundo físico, em que os falantes se constituem em avatares criados por eles mesmos. A virtualidade ainda permite formular um espaço em que as verdades produzidas e os modos de agir e interagir são próprios da interação comunicativa virtual e estão limitados às ferramentas disponibilizadas pela rede social digital que liga os usuários, causando reflexos, no entanto, nos meios ambientes físico, mental e social em que os falantes estão inseridos. Esses fatos contribuem para perceber como o uso indiscriminado e banal das redes sociais digitais pode impactar a vida em comunidade e provocar a reprodução de inverdades que fundamentam práticas prejudiciais para o conjunto social.

Na medida em que surgiram, no fim do século XX e no início do século XXI, tecnologias da comunicação e da informação capazes de conectar pessoas em diferentes tempos e espaços, tomou forma um novo modo de comunicação, um nível diferente no qual a interação comunicativa acontece, produzindo uma abstração em relação ao espaço físico. A ruptura estabelecida no ecossistema linguístico é derivada de um processo de desterritorialização, que provoca uma quebra nesse ecossistema ao suprimir um de seus elementos fundamentais, o território, retirando, por

ECO-REBEL

consequência, a instância física de sua integralidade, ou seja, extraindo as relações físicas e corpóreas presentes nas interações entre organismo-organismo e organismo-mundo. Apesar de modificar o ecossistema linguístico, a interação comunicativa não é impedida, sendo estabelecida em redes sociais digitais por meio de ferramentas interacionais, que permitem emular aspectos físicos num ambiente virtual, compensando sua ausência. Por consequência, a interação comunicativa virtual pode ser entendida como um modo abstrato de interação, uma maneira de se comunicar que pode ser estudada pela Ecolinguística por meio da comparação entre o nível mais prototípico de interação linguística (face a face) e o afastamento em relação a ele. Desse modo, segundo Nowogrodzki da Silva (2019), a interação comunicativa virtual pode ser vista como uma extensão de diversos ecossistemas ou comunidades de fala, criada para conectá-los num ambiente virtual. Toma forma, portanto, de acordo com Nowogrodzki da Silva (2018), um modelo comunicacional que se distancia do que é prototípico (interação comunicativa face a face), tendendo a afastar fisicamente os indivíduos em interação, na medida em que eles não precisam se encontrar no mesmo lugar ou no mesmo tempo de fala. A partir do exposto, pretende-se, na próxima seção, analisar o modo como o discurso obscurantista se dissemina nas redes sociais digitais, o que o legitima, as características das materialidades linguísticas que constituem o discurso obscurantista (*fake news*) e como a ausência da corporeidade facilita a ruptura com os pactos sociais estabelecidos.

3. Ecos do discurso obscurantista durante a pandemia de COVID-19 no Brasil

A pandemia de COVID-19 no Brasil aliada a um cenário político instável que tem raízes históricas profundas, a um sistema que inviabiliza a democratização da ciência por sobrecarregar e desvalorizar pesquisadores, ao avanço tecnológico que conecta todo o globo terrestre por meio de redes sociais digitais e à ausência de projetos públicos dedicados à formação crítica e reflexiva de cidadãos em relação ao uso dos ambientes virtuais constituíram uma conjuntura de obscurecimento do conhecimento científico e da produção de verdades baseadas, cada vez mais, no empirismo não comprovado. Constitui-se, assim, comunidades de fala em que o discurso obscurantista se instalou e ganhou espaço progressivamente por meio das redes sociais digitais, materializando-se principalmente na forma de *fake news* e sendo legitimado por figuras públicas prestigiadas por certos grupos sociais.

ECO-REBEL

O ponto mais sensível desse complexo de elementos é que o discurso fundamenta práticas, formas de agir, de dizer e de pensar que impactam nas relações estabelecidas nos meios ambientes físico, mental e social. A partir do momento em que os olhares críticos são suprimidos por uma estrutura que inviabiliza a contemplação e a reflexão, produz-se uma massa populacional que baseia suas práticas naquilo que é mais simples de assimilar e de comprovar por meio de suas experiências diárias (conhecimento empírico).

Num país democrático, em que uma educação que liberta, conscientiza e faz pensar criticamente é obstada, os grupos sociais mais numerosos e com menor acesso à cultura e ao conhecimento formal tendem a eleger líderes com quem se identifiquem, que falem em seus próprios termos, que gerem senso de pertencimento e indignação contra um ambiente político historicamente marcado por corrupção.

O atual presidente do Brasil, Jair Messias Bolsonaro, constituiu, nas eleições de 2018, a representação de uma figura heroica, ilibada e revolucionária contra o sistema político vigente, marcado pela corrupção e pela valoração discursiva de que todo político é “ladrão”, associado à figuras de terno e gravata, de classe média alta, prolixas e, por muitos, consideradas pedantes. Apesar de atuar como representante político do povo há quase 30 anos e fazer parte do sistema político vigente no Brasil, a pouca visibilidade de Bolsonaro até 2018, a linguagem acessível, os apelos polêmicos nas redes sociais digitais e a busca por construir uma imagem popular gerou a esperança de mudança, de renovação e de enfrentamento do sistema que a população almejava. Esse processo político sistematizou o uso de inverdades e se tornou um vetor potencializador do discurso obscurantista. É importante sintetizar esse contexto para que se possa vislumbrar o crescimento do uso de *fake news* e a consequente potencialização do discurso obscurantista em razão do uso estratégico de inverdades com finalidades políticas, tendo por base uma forte polarização ideológica que conduz a uma situação em que o diálogo não é possível.

Bolsonaro foi eleito como autoridade máxima do poder executivo do Brasil pela identificação popular com a sua figura, sem que se averiguasse o quão preparado estava para lidar com a gestão do país e para dialogar com os demais poderes (o que é fundamental em uma república federativa presidencialista), se cercou de pessoas alinhadas aos seus modos de pensar e de agir, sem aceitar o contraditório e sem conseguir construir relações diplomáticas com a oposição, passando a se sustentar por meio de polêmicas recorrentes e de inverdades. Todos esses

ECO-REBEL

elementos fundamentam a produção de um ambiente legitimado para que se reproduza o discurso obscurantista, na medida em que ele é mobilizado pelo presidente da república, que foi eleito por parecer representar parte considerável da população brasileira. Para além disso, esse processo político criou bolhas sociais (virtuais ou não) em que o discurso obscurantista se dinamiza.

A dinâmica das redes sociais digitais, que identifica regularidades no comportamento dos usuários por meio de algoritmos e passa a reproduzir com mais incidência publicações que se alinham às suas formas de pensar e de agir, contribui também para esse processo, na medida em que o falante deixa de se expor, aos poucos, ao diálogo mediado pelo contraditório, fomentando a polarização político-ideológica.

A fim de entender como se configuram e se disseminam nas redes sociais digitais as *fake news*, principal motor material para a potencialização do discurso obscurantista, observam-se, na sequência, publicações realizadas em diversas redes sociais digitais, enfatizando suas características estruturais, seus aspectos linguísticos e interacionais, visando contemplar os princípios da ADE por meio da descrição e da posterior análise da EIC de cada materialidade, o que possibilita a observação de indícios recorrentes que conduzirão aos valores discursivos nela impregnados.

É necessário observar que, a materialidade denominada *fake news* diz respeito a notícias que não correspondem à verdade, ainda que parcialmente, e intentam manipular ou enganar outras pessoas para que acreditem ser verdades, podendo variar nas motivações pelas quais foram criadas. Ao observar como as *fake news* são sistematizadas, podem-se visualizar regularidades, o que ajuda a identificá-las e a entender a emergência dos valores discursivos que atuam na dupla função de constituir o discurso obscurantista e de ser constituído por ele.

As *fake news* podem aparecer de diferentes formas, mas seguem um mesmo padrão estrutural e de regras interacionais. A fim de observar esse fenômeno social e linguístico ecossistêmico, analisam-se duas materialidades representativas disseminadas em diversas redes sociais digitais e relacionadas à pandemia de COVID-19 no Brasil, buscando entender como ecoa o discurso obscurantista e que impactos causa para a permanência da vida num momento tão delicado.

ECO-REBEL

A primeira materialidade linguística (Figura 1) a ser analisada se trata de um vídeo compartilhado massivamente por meio do WhatsApp. O vídeo apresenta uma situação em que o Ministério Público Federal (MPF) de Uberlândia (Minas Gerais) teria chegado à conclusão de que não existem pesquisas que confirmem a eficácia da imunização por meio da vacinação. Um procurador do MPF (Cléber Eustáquio Neves) aparece em entrevista no vídeo e pede a proibição da vacina em território nacional, indicando, ainda, a preocupação de outros países com efeitos adversos, alegando a existência de reações e ressaltando que o Japão teria recomendado a não aplicação da vacina.

Figura 1: Fake News sobre suspensão de vacinas



Fonte:

Disponível em: < <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2021/08/05/verificamos-mpf-suspensao-vacina/> > Acesso em: 5 de ago. de 2021

Apesar de a entrevista ser real, ela foi tirada de contexto, referindo-se, na verdade, a um acontecimento de 2015, sem nenhuma conexão com a pandemia atual. O vídeo foi retirado de uma entrevista em que se falava sobre a polêmica que envolvia o pedido de proibição da vacina contra o HPV (essa ação foi, inclusive, julgada improcedente). O mesmo procurador, no ano de 2021,

ECO-REBEL

moveu uma ação para que o acesso a imunizantes contra a COVID-19 fosse garantido para a cidade de Uberlândia. O Japão, até agosto de 2021, já vacinou quase metade de sua população e continua o processo de vacinação. O vídeo está editado e fragmentado, para que o assunto do qual tratava em sua versão original não seja exposto, condicionando o usuário das redes sociais digitais a associar o que é dito ao atual estado de pandemia. Para condicionar ainda mais esta percepção, o vídeo conta com um texto verbal escrito que assevera “Bem que nosso presidente quis avisar mais o povo não quer dar ouvidos, quando se fala a verdade. Agora vem as consequências”.

Algumas características precisam ser observadas na constituição do texto multimodal da Figura 1, para que se possa entender o valor discursivo inerente ao vídeo e os impactos que ele pode vir a causar. As *fake news* não trazem em seus corpos marcas de autoria que permitam entender quem as produziu, portanto, ao reproduzir esse tipo de conteúdo, o usuário toma para si a autoria, assumindo-o como parte das suas crenças, ideias e valores frente à sua audiência invisível (os contatos que podem visualizar a postagem). Ao mobilizar este texto, o usuário se posiciona politicamente no cenário atual, pois, ao usurpar o papel de autor, demonstra o apoio à figura presidencial e às suas visões de mundo substanciadas por uma forte oposição à ciência. Para comprovar isso, observa-se o uso do pronome possessivo “nosso” em relação ao substantivo “presidente”, fazendo uma referência ao grupo social para o qual se fala, apoiadores do presidente que, por terem votado nele e se alinharem às suas perspectivas, o tratam como parte desse agrupamento, o que é reforçado pela oposição subsequente na menção ao “povo”, mencionado em terceira pessoa do singular, como opositores que não deram ouvidos ao que dizia Bolsonaro, criando uma oposição entre o grupo de apoiadores do presidente e o restante da população.

É perceptível ainda a relação estabelecida na figura 1 entre o que fala o presidente e a verdade, mesmo que não se mencione nenhum dizer de Bolsonaro. Ressaltando sua imagem como a de alguém em quem se deve acreditar cegamente, ainda que essa mensagem, que corrobora as falas presidenciais, seja mobilizada por uma notícia fora de contexto que nada tem a ver com a pandemia de COVID-19 e, portanto, caracteriza-se como *fake news*. Essa relação estabelecida demonstra como os dizeres de Bolsonaro, que não correspondem à verdade ou que diminuem a importância da ciência para a sociedade, legitimam o uso de *fake news* com motivações político-ideológicas, sem nenhum caráter científico, utilizando mentiras para reforçar crenças já descartadas pela ciência. O texto ainda fala em consequências por não ouvir o presidente, que

ECO-REBEL

fomentou a divulgação e a compra de medicamentos para o chamado “Kit COVID”, reforçando crenças de que a prevenção à infecção pelo vírus poderia ser feita por meio da ingestão de certos medicamentos. Em favor desse argumento, a figura 1 se apoia no medo de consequências advindas da vacinação como forma de desmotivar a imunização da população. É importante destacar que o uso de medicamentos preventivos em relação à COVID-19 foi descartado pela ciência e continuou sendo motivado pelo governo brasileiro.

Em sua estrutura, a figura 1 traz características muito expressivas e regulares em *fake news*, que podem ajudar a identificá-las, esclarecê-las e prevenir seu compartilhamento. Nota-se o uso de expressões exageradas, muitas vezes de cunho religioso, para chamar a atenção da audiência para o conteúdo, como é o caso do item lexical “Misericórdia” em letras brancas sobre um fundo preto, com a fonte um pouco maior que as demais, destacando-se nas imagens. O texto ainda conta com dois emoticons (representações de emoções pictográficas que são muito comuns e recorrentes em *fake news*) representando expressões assustadas ou de surpresa, que indicam um conteúdo chocante e revelador. O uso inadequado, de acordo com a norma estatal, da pontuação, a ausência de concordância entre as palavras “vem” e “consequências” e a escrita de “mais” ao invés de “mas” indicam algo comum na reprodução de *fake news*, o uso de uma linguagem escrita que não está prevista na gramática normativa. A ausência de referências ou fontes é também algo regular nesse tipo de postagem, além de conter muitos cortes e não fazer especificações sobre o conteúdo abordado.

A presença de conspirações antivacinas já é um indicativo de que as notícias podem ser falsas ou maquiadas. O que é mais grave na reprodução da figura 1, que representa inúmeros textos acerca do mesmo assunto, é a capacidade de se reproduzir rapidamente em ambientes virtuais, pois tende a produzir um choque emocional no leitor que observa uma personalidade pública de prestígio, o procurador do MPF de Uberlândia, dizendo que as vacinas podem causar reações e que está movendo ação pela proibição das vacinas em razão da ausência de estudos que comprovem sua efetividade, como se houvesse argumentos que depusessem contra o processo de imunização durante a pandemia de COVID-19. Esse tipo de notícias está gerando um forte movimento antivacinas e, paralelamente, promovendo a seletividade em relação a qual vacina será tomada. Isso impacta drasticamente na gestão da pandemia, que tende a aumentar e se potencializar por meio de variantes enquanto a totalidade da população não for vacinada. A produção em cadeia

ECO-REBEL

de textos que reiterem a associação entre a vacinação e consequências negativas gera o valor discursivo de que a ciência não age em favor da população, eclipsando o discurso científico em favor de estratégias políticas legitimadas por figuras públicas que garantem espaço ao discurso obscurantista.

A fim de observar outras características que permeiam a materialização do discurso obscurantista, debruça-se sobre a figura 2, compartilhada por meio do *Facebook*, afirmando que as máscaras são inefetivas na prevenção da infecção pelo coronavírus. A publicação assevera que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) teria admitido que as máscaras não têm efeito em relação ao vírus.

Figura 2: Fake News sobre o não funcionamento das máscaras



Fonte: Disponível em: < <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2021/07/30/verificamos-anvisa-evidencias-mascaras-covid-19/>> Acesso em: 5 de ago. de 2021

ECO-REBEL

A informação que consta na publicação é falsa, já que, em todo o mundo, pesquisas comprovam a efetividade do uso de máscaras para diminuir o potencial de infecção pelo vírus, estabelecendo-a como medida preventiva que dificulta a inalação e a difusão de gotículas e aerossóis expelidos por pessoas que estejam infectadas, já que o vírus não se desloca pelo ar sozinho. A eficácia das máscaras varia, mas isso não as torna inefetivas.

Outra informação que consta na publicação é falsa, a Anvisa não admitiu que as máscaras não são eficazes contra a infecção pelo vírus. Pelo contrário, a agência incentiva o uso do equipamento como recurso preventivo e segue as orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS), como se pode verificar no site da instituição. Na verdade, a informação falsa provém do fragmento de um ofício enviado pela Anvisa para a Defensoria Pública da União, em Goiânia (Goiás) e tirado de contexto, pois versava exclusivamente sobre máscaras de tecido em relação às quais não é possível definir um índice de eficácia, na medida em que podem ser fabricados com materiais diversos, o que não significa que são ineficazes.

A página que fez a publicação carrega o nome de Cristiano Caporezzo que, inclusive, aparece com seu nome no canto superior esquerdo (ao lado da bandeira do Brasil com um crucifixo branco ao centro, símbolo que remete à sua postura política conservadora) e sua imagem no canto inferior esquerdo, o que reforça a tese de que as publicações reiteram a imagem que o usuário quer criar para o seu avatar digital. No caso de Caporezzo, que é vereador da cidade de Uberlândia (Minas Gerais), a publicação carrega marcas de autoria em busca de se constituir enquanto figura pública popular, direcionando a postagem para um grupo específico, já que o nome da página se constitui do sobrenome do vereador e da expressão “Bolsonaro Presidente”, dando a entender que as postagens que aparecem na página se direcionam a uma comunidade de fala virtual específica, os apoiadores do presidente Bolsonaro. Alinhado às perspectivas mobilizadas pelo líder do poder executivo federal, o vereador tem sua biografia publicada no site da prefeitura de Uberlândia, em que se podem observar características como: posição político-conservadora; cristão; possui carreira como militar; alinha-se à direita, no espectro político; lutou contra o fechamento do comércio durante a pandemia; defendeu o tratamento precoce (com o uso de medicamentos considerados pela ciência como inefetivos no combate ao coronavírus). Na biografia de

ECO-REBEL

Caporezzo, o coronavírus é chamado de “vírus chinês” o que, mais uma vez, ressalta o alinhamento do vereador com o discurso obscurantista que permeia o governo federal.

A fim de observar as características que se evidenciam na figura 2 e que são regulares em *fake news*, nota-se o uso de caixa alta em todo o texto escrito, com uma chamada polêmica relacionada ao valor discursivo de que máscaras são desnecessárias no combate à pandemia (o que pode se relacionar, potencialmente, à crença de que a imunidade de rebanho seja um método efetivo para dar fim à pandemia). Esses elementos chamativos atraem o leitor e o impactam, principalmente se tiverem relação com suas crenças pessoais, levando-o a compartilhar. Além disso, a descredibilização das convenções adotadas para o controle da pandemia é um traço recorrente nesse tipo de publicação. Outros elementos a serem considerados são: a ausência de referências ou *links* que direcionem ao texto completo produzido pela Anvisa; tentativa de deslegitimar a OMS como autoridade em saúde.

A análise das duas figuras demonstra o quão prejudicial pode ser o uso de uma posição pública de poder para disseminar inverdades por meio de *fake news* como estratégia para construir uma imagem política. Motivar a população a não utilizar máscaras por meio de uma página que carrega o nome do presidente da república e de um vereador (além de sua imagem e nome na publicação) pode acarretar a produção de comportamentos, formas de dizer e de agir que excedem o ambiente virtual e têm o potencial de dificultar o controle da pandemia em um país que não provê condições para o distanciamento social. Esses são efeitos potenciais do discurso obscurantista.

O uso das ferramentas “curtir” e “compartilhar” nas plataformas digitais (*Facebook* e *Instagram*) potencializam respectivamente a legitimação e a reprodução das *fake news* analisadas, pois relacionam a aceitação da comunidade de fala virtual em que se está inserido e a reiteração da imagem de si que se deseja criar como avatar como parâmetros para selecionar o que se posta, sem ao menos conferir a veracidade, já que o alto índice de compartilhamentos de publicações advindas de páginas e de contatos considerados “confiáveis” promove a sensação de segurança para que se compartilhe notícias que se alinham a ideias com alicerce empírico não comprovado, crenças e posicionamentos político-ideológicos. O mesmo acontece no *WhatsApp*, mas se baseia no uso de diferentes ferramentas, como o envio de imagens, textos, áudios e vídeos para grupos e pessoas específicas ou para uma lista de transmissão (que abarca diversos contatos). As redes sociais e o sistema capitalista criaram, em conjunção, uma sociedade em que o tempo está

ECO-REBEL

associado à produtividade e tudo precisa ser feito de forma rápida, sem momentos dedicados à contemplação. O excesso de informações advindo das redes sociais digitais, a velocidade de atualização dos *feeds* dos usuários ou das interações via *WhatsApp*, a falta de políticas públicas que visem o letramento digital crítico e a ausência de tempo para a prática reflexiva sobre o que se lê, produzem uma sociedade passiva e reprodutora de textos que constituem virtualmente as identidades de quem os reproduz, ainda que sejam *fake news*, conduzindo a um estado de manipulação constante por parte de quem elabora essas notícias. Dessa forma o discurso obscurantista se instala com cada vez mais força nas redes sociais digitais e se estende para os ecossistemas linguísticos, reverberando nas práticas e conduzindo a uma condição preocupante de descrença científica e de predomínio de verdades múltiplas fragmentadas que levam à confusão conceitual entre fatos e opiniões.

Apesar desse contexto, as redes sociais digitais (principalmente o *Facebook*) têm tomado certas iniciativas para amenizar a reprodução e a legitimação de *fake news*, como notificar usuários que curtem postagens desse tipo, excluir publicações e suspender contas de usuários.

Constituiu-se uma conjuntura de pós-verdade no Brasil, ou seja, passou-se a atribuir valores discursivos de verdade a dizeres ou ideias que não se baseiam em fatos, mas em quão regulares eles são nos grupos sociais com os quais as pessoas se identificam e o quanto eles se adequam às identidades do falante, sem que haja espaço para o pensamento crítico e para a verificação das informações. As redes sociais digitais tornam esse processo mais drástico, pois o usuário pode se projetar na tela como um avatar, como assegura Nowogrodzki da Silva (2018), utilizando diferentes publicações e ferramentas interacionais para reforçar a máscara digital que deseja criar, podendo ser um reflexo, uma aproximação, uma distorção ou uma criação fantasiosa em relação aos meios ambientes físico, mental e social em que vive. Passa a importar mais o quanto as publicações corroboram para a produção de uma imagem de si do que o compromisso com a verdade e com os pactos sociais estabelecidos em sociedade. Isso parece estar associado ao fato de que o corpo não se encontra em risco (seja em aspectos físicos, mentais ou sociais), motivando a disseminação de posições extremas e de preconceitos. A violência se legitima aos poucos nos ambientes virtuais pois o impacto nos meios ambientes físico, mental e social se dão de forma indireta.

ECO-REBEL

Em meio a uma pandemia, o uso e a reprodução em escala de *fake news* que constituem materialmente e potencializam o crescimento do discurso obscurantista é preocupante, pois geram instabilidade no controle e no combate ao vírus, na medida em que a ciência, o discurso científico, e suas orientações são deslegitimadas e desacreditadas, além de repercutir em ações de resistência ao isolamento social, ao uso de máscaras, à vacinação e à disseminação do conhecimento científico. Isso se aprofunda, principalmente, quando a figura presidencial e aqueles que a cercam, enquanto representantes de parte considerável da população, reafirmam as *fake news* e desconsideram o fazer científico como recurso para superar a adversidade, dificultando a gestão da pandemia, já obstada pelo fato de a coesão política do executivo com as demais instituições governamentais ser inexistente e não promover diálogos diplomáticos em prol de ações conjuntas.

4. Considerações finais

O discurso obscurantista que circula nas redes sociais não tem como lastro moral a punição ou a empatia, apenas a busca constante por preservar a imagem que se quer construir de si em um avatar, orientando-se por uma ética do ego, uma vez que o corpo físico, mental e social não se encontra em risco direto e os demais usuários não se apresentam como pessoas de carne e osso, passíveis de sentir e sofrer diretamente.

As redes sociais limitam os usuários à própria bolha social e desestimulam o contato entre discursos diversos, engessando e reafirmando ideias até que elas sejam levadas a extremos, por isso, torna-se cada vez mais necessário traçar vias para uma educação direcionada às tecnologias, partindo de uma perspectiva crítica.

Para além da alfabetização digital, que permite ao falante saber utilizar as ferramentas digitais dispostas em simulacros virtuais, é preciso desenvolver um processo de letramento digital, que permita ao usuário entender as redes sociais como uma extensão de sua vida cotidiana, desenvolvendo a capacidade de perceber de forma crítica os impactos que as práticas virtuais podem gerar para o conjunto da sociedade. A consciência da cidadania precisa se estender aos ambientes virtuais e o fazer cidadão precisa ser constituído por meio de um viés educacional, que preze por um olhar empático e reflexivo, visando disseminar uma postura questionadora em

ECO-REBEL

relação ao que se lê, sem perder de vista uma base racional e científica, que possa dar sustentação aos questionamentos ou aos valores de verdade compartilhados.

A academia precisa alcançar novos espaços e se fazer ouvir, deixar de lado os preconceitos e se infiltrar nos ambientes populares brasileiros por meio de uma linguagem acessível e de uma roupagem atraente, falar de forma simples sobre a complexidade que permeia a ciência, sem empobrecer o conhecimento. Este texto, para além de um artigo científico, é um chamado para que se estoure a bolha intelectual instalada nas universidades e para que se escoe pelos ambientes marginalizados. Precisa-se, acima de tudo, deixar de lado o egocentrismo cultivado por uma elite acadêmica envaidecida.

Para além de um ambiente democrático que dá voz aos silenciados indiscriminadamente, as redes sociais digitais deveriam ser mediadas por uma formação cidadã consciente, que provenha de políticas públicas bem estruturadas, visando um projeto de letramento digital crítico.

Referências

COUTO, H. H. *Ecolinguística: estudo das relações entre língua e meio ambiente*. Brasília: Thesaurus, 2007.

_____. O que vem a ser ecolinguística, afinal? *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, v. 14, n. 1. 2013. p. 275-312.

_____. Linguística Ecosistêmica. *Ecolinguística: Revista Brasileira de Ecologia e Linguagem (ECO-REBEL)*. v. 1, n. 1. 2015. p. 47-81. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/erbel/article/view/9967>> Acesso em 21 de setembro de 2019.

COUTO, H. H.; COUTO, E. K. N. N.; BORGES, L. A. O. *Análise do discurso ecológica (ADE)*. Campinas: Pontes Editores, 2015.

COUTO, H. H.; COUTO, E. K. N. N.; NOWOGRODZKI DA SILVA, A. Ecosystemic Discourse Analysis (EDA). *Ecolinguística: Revista Brasileira De Ecologia E Linguagem (ECO-REBEL)*. v. 7, n.1. 2021. p. 05–17. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/erbel/article/view/36017> Acesso em 21 de julho de 2021.

COUTO, E. K. N. N.; FERNANDES, E. M. F. *Análise do discurso Ecosistêmica (ADE): teoria e prática*. 1. Ed. Brasília: Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Linguística, 2021. Disponível em:

ECO-REBEL

<http://www.ecoling.unb.br/images/ADE.pdf> (acessos: 20 de julho de 2021).

NAESS, A. The shallow and the deep, long-range ecology movement. A summary. *Inquiry*. University of Oslo. v. 16. n. 1. 1973. pp. 95-100

_____. Deep ecology in good conceptual health. *The Trumpeter*. Canadian Ecophilosophy Network. v. 3. n. 4. 1986. p. 18-22.

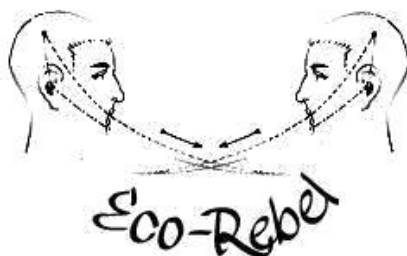
_____. Self-realization: an ecological approach to being in the world. *The Trumpeter*. Canadian Ecophilosophy Network. v. 4. n. 3. 1987. pp. 35-42

NOWOGRODZKI DA SILVA, A. Avatares: o uso de máscaras digitais em simulacros virtuais. *Revista de Letras*. v. 2, n. 37. 2018. pp 98-108.

NOWOGRODZKI DA SILVA, A. Confluências entre a sociolinguística qualitativa e a ecolinguística: práticas religiosas virtualizadas. *Ecolinguística: Revista Brasileira De Ecologia E Linguagem (ECO-REBEL)*. v. 5, n. 2. 2019. p. 54-74.

Aceito em 11/08/2021.

ECOLINGUÍSTICA: REVISTA BRASILEIRA DE
ECOLOGIA E LINGUAGEM (ECO-REBEL), V. 7, N. 2, 2021.



LINGUAGEM, CULTURA E MEIO AMBIENTE: A PERCEPÇÃO DOS ATORES DE MAGUARI, NA FLORESTA NACIONAL DO TAPAJÓS, AMAZÔNIA, PARÁ, BRASIL

Maria Mirtes Cortinhas dos Santos (UFOPA)
Terezinha da Conceição Costa-Hubes (UNIOESTE)

Resumo: Este artigo é resultado de pesquisa realizada na Flona do Tapajós, na Comunidade de Maguari. Trata-se de atividade de pós-doutoramento na Unioeste, em parceria com Ppgsaq da Ufopa, vinculado ao Procad, com apoio da Capes. O principal objetivo foi compreender a percepção da linguagem ambiental de cinquenta atores, com apoio do método fenomenológico. Os resultados revelam que: a) a linguagem ambiental para o meio ambiente expressa mais o lugar de vivência; b) a relação cultura e ambiente estão imbricadas em distintas atividades, entre elas o banho no rio; c) a cultura é explicada pelo convívio presente da sociedade, dentre outros.

Palavras-chave: Meio Ambiente. Linguagem Ambiental. Cultura. Flona do Tapajós.

Abstract: This article is the result of research carried out at Flona do Tapajós, in the Community of Maguari. This is a postdoctoral activity at Unioeste, in partnership with Ppgsaq of Ufopa, linked to Procad, with support from Capes. The main objective was to understand the perception of the environmental language of fifty actors, with the support of the phenomenological method. The results reveal that: a) the environmental language for the environment expresses the place of experience; b) the relationship between culture and environment are intertwined in different activities, including bathing in the river; c) culture is explained by coexistence in society, among others.

Keyword: Environment. Perception. Environmental language. Culture. Tapajós Flona.

1 Introdução

Conhecer a grandiosidade da Amazônia, representada em seus territórios, na beleza natural de seu ecossistema, de sua história, de sua cultura, na variedade linguística de seu povo – os indígenas, os ribeirinhos, os quilombolas, os extrativistas, de modo geral, os (as) amazônidas –

ECO-REBEL

tem movido o olhar de pesquisadores (as) em diferentes séculos, em diferentes décadas, em diferentes lugares e em diferentes áreas de conhecimentos.

Ao adentrar o universo da Amazônia brasileira, essencialmente em Unidade de Conservação Ambiental Federal, a Comunidade de Maguari, na Floresta Nacional do Tapajós¹, vivenciamos uma das experiências mais significativas de nossa atuação profissional. E mais, enquanto pesquisadora amazônida, além de educadora ambiental desenvolvendo atividades de pesquisa e extensão na Amazônia, no oeste paraense, desde os anos 2000, e pertencente ao GEPEEA², da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), vínhamos discutindo e executando atividades que envolvem as questões do meio ambiente. Todavia, interessava-nos ampliar o universo de conhecimentos sobre as questões ambientais (expressa na forma da linguagem e da cultura), do povo amazônida, por entendermos que ainda há muito a se desvendar sobre a Amazônia no que diz respeito à linguagem ambiental, à cultura e às dificuldades de seu povo, vinculado no universo científico. Assim sendo, na pesquisa de Pós-doutoramento³ intitulada ***Linguagem, Cultura e Meio Ambiente: a percepção dos atores de Maguari, na Floresta Nacional do Tapajós, Amazônia, Pará, Brasil***⁴, levantamos os seguintes questionamentos: qual a linguagem sobre meio ambiente, do qual faz parte? Há uma relação deste meio ambiente com a cultura local? Quais são as atividades cotidianas que envolvem o meio ambiente? Como estas atividades são desenvolvidas? Quais os desafios do dia a dia que a população local enfrenta no meio ambiente?

¹ A Floresta Nacional do Tapajós é Unidade de Conservação – UC Federal da natureza localizada na Amazônia, criada através do Decreto nº 73.684, de 19 de fevereiro de 1974. Possui atualmente área de 527. 319 hectares. A UC abrange municípios de Aveiro, Belterra, Placas e Rurópolis, no Oeste do Estado do Pará. O objetivo da UC é o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas (Lei .9. 985/2000). O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio é o órgão gestor da Unidade (disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/flonatapajos/>>. Acesso em 06 de ago. de 2019).

² Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Educação Ambiental, da Universidade Federal do Oeste do Pará, é interdisciplinar, criado em 2016, cadastrado no CNPq.

³ Realizado no Programa de Pós-graduação em Letras, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Campus de Cascavel, Estado do Paraná, vinculado ao Programa Nacional de Cooperação Acadêmica (PROCAD/Amazônia), mais especificamente ao Projeto articulador *Nas teias da Amazônia: sujeitos, identidade, territorialidades, linguagens e diversidades*, aprovado pelo Edital 021/2018 – CAPES/Amazônia. Este projeto configura-se como uma parceria acadêmica que aproxima, numa perspectiva interdisciplinar, dois Programas de Pós-Graduações da Região Norte brasileira, representados pela Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) e uma instituição da região Sul, representado pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), visando a consolidação de dois Programas de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Linguagem e Saberes (PPLSA/UFPA), Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Ambiente e Qualidade de Vida (PPGSAQ/UFOPA), e fortalecimento do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL/UNIOESTE).

⁴ Destacamos que a pesquisa foi autorizada pelo Sisbio (ICMBio), sob N° 68225-1, de 25/02/2019 e pelo Comitê de Ética com Parecer de N° 3.264.852, do dia 15 de abril de 2019.

ECO-REBEL

Como você percebe a importância do meio ambiente (natural e social) em uma Unidade de Conservação Ambiental? Tais indagações foram importantes para responder as principais hipóteses que corresponderam a nossa pesquisa: a) a linguagem ambiental está muito ligada às tradições culturais como: a arte, a pintura, a religião, a dança, dentre outras; b) o conhecimento de meio ambiente está associado a fatores naturalísticos, devido à escassez de conhecimento ligado às ações da sociedade em termos econômicos, políticos, educacionais, religiosos, etc.; c) a relação meio ambiente e a cultura local para os moradores limita-se aos aspectos conservacionistas, por estarem inteiramente vivendo em uma área de Unidade de Conservação Ambiental; d) a importância do lugar se dá pela vivência num ambiente natural e à prática da sustentabilidade.

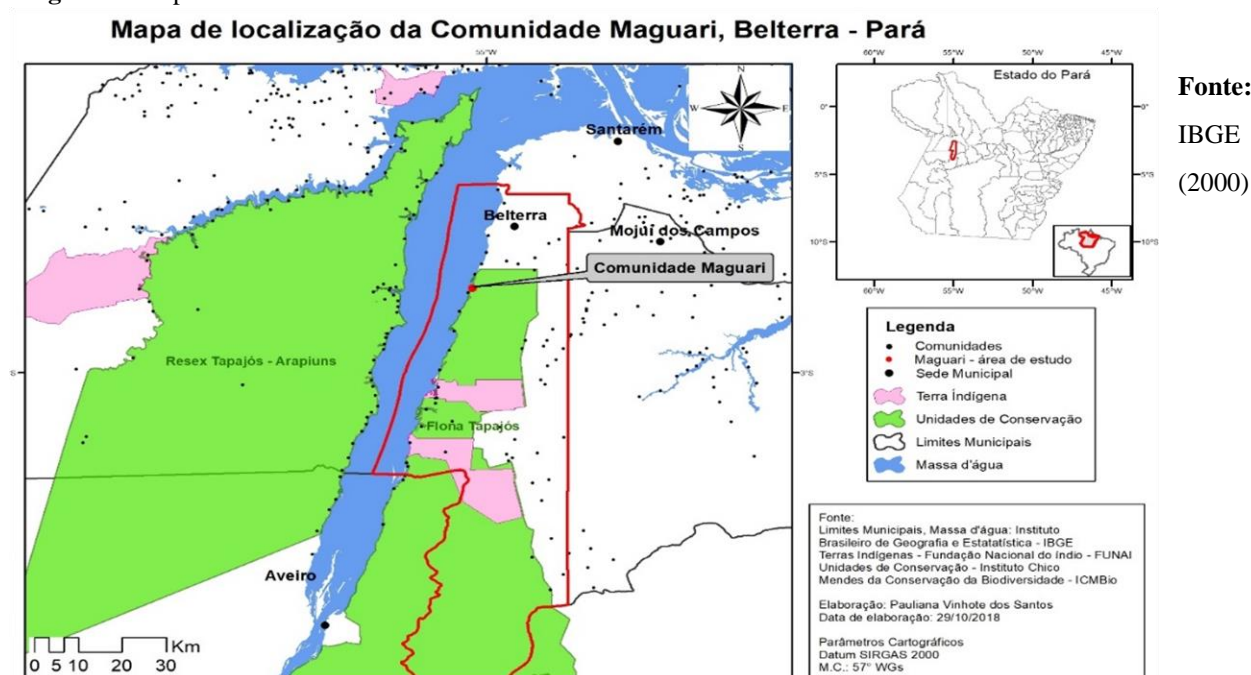
Definimos como objetivo principal compreender a percepção de linguagem ambiental associada ao processo cultural, a partir das multiplicidades de práticas realizadas por atores que vivem nessa Área de Unidade de Conservação Ambiental. Especificamente, propomo-nos a conhecer características socioeconômicas e desafios enfrentados pelos moradores da Comunidade Maguari, ao relacionar linguagem ambiental e cultura local; identificar seu entendimento sobre meio ambiente; se estabelecem relação entre meio ambiente e cultura local numa área de Unidade de Conservação; verificar os desafios cotidianos que a comunidade enfrenta em relação ao meio ambiente; e, por fim, refletir sobre a importância do meio ambiente (natural e social) em uma área de flona.

Frisamos que os dados levantados no estudo serão oportunos, do ponto de vista científico, pois poderão contribuir com pesquisadores e pesquisadoras que se interessam pelo tema averiguado, ampliando-se, assim, o conhecimento sobre atores que habitam a Floresta Nacional do Tapajós. Segundo o ICMBio (2019, p. 246) a Flona do Tapajós é hoje um dos sítios de pesquisa mais estudados da Amazônia, com o acúmulo de mais de quatro décadas de pesquisas voltadas para o entendimento dos processos ecológicos e interações entre seres humanos e a floresta amazônica. Do ponto de vista social, a pesquisa muito tem a contribuir com os conhecimentos da população local e de outras que habitam na Floresta Nacional do Tapajós, e tais conhecimentos poderão ser estendidos às futuras gerações dos habitantes, não somente de Maguari, mas também dos povos que habitam nas regiões circunvizinhas (Área de Unidade de Conservação Ambiental), na Amazônia.

2 Metodologia

A área de estudo de nossa pesquisa é Maguari, uma comunidade situada à margem direita do Rio Tapajós, na Floresta Nacional do Tapajós (Flona), no município de Belterra, oeste do Estado do Pará, e tem uma população composta por 96 (noventa e seis) famílias, com total de aproximadamente 432 (quatrocentos e trinta e dois) habitantes (ICMbio-MMA, 2019, p. 93). O acesso a Maguari, com saída do município de Santarém no Estado do Pará, pode ser feito por dois fluxos a saber: via fluvial, através do rio Tapajós, e via terrestre, pela Rodovia BR 163 - Cuiabá-Santarém (Figura 1).

Figura 1 - Representatividade do *locus* de estudo



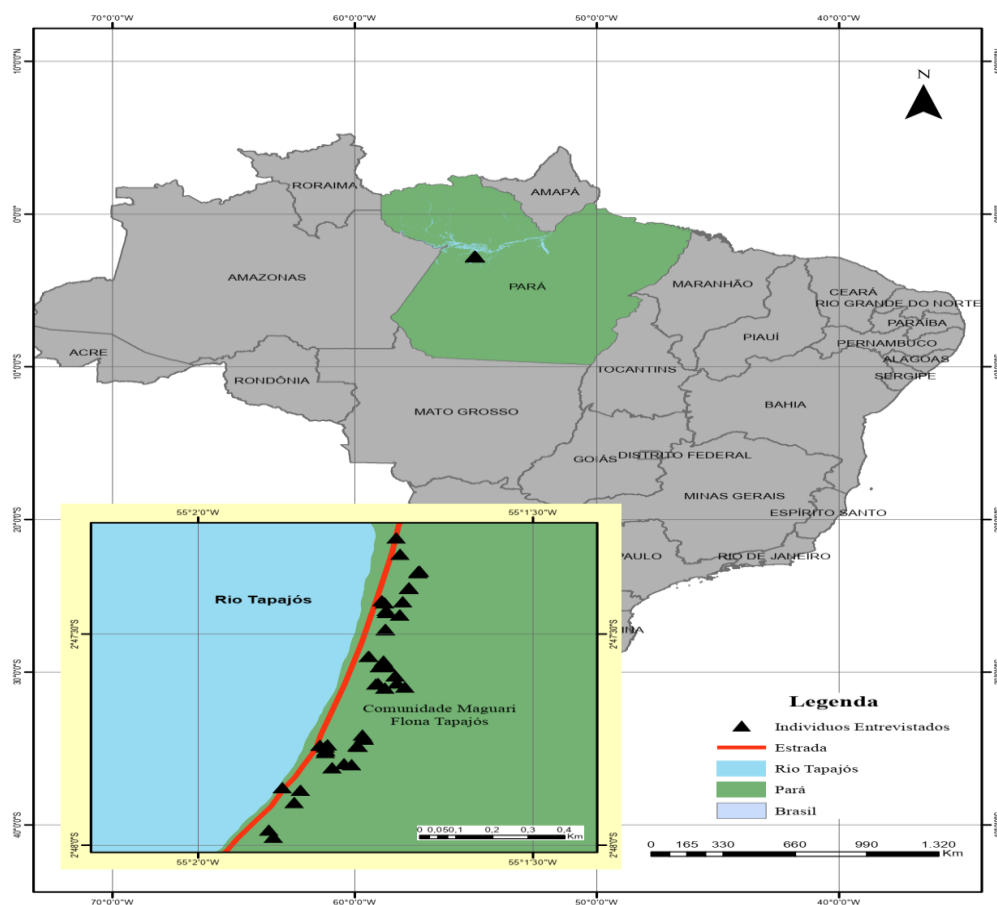
Quanto ao método da pesquisa, optamos pelo Fenomenológico, por se tratar de um estudo que está estritamente ligado à percepção (subjetividade) dos atores (comunitários). Gil e Silva (2015, p. 102) acenam que este método “se volta para o estudo do fenômeno, isto é, das coisas em si mesmas e não do que é dito sobre elas”.

Os participantes da pesquisa foram 50 (cinquenta) pessoas que vivem na Comunidade de Maguari, escolhidas de forma aleatória, numa faixa etária entre 20 (vinte) a 65 (sessenta e cinco) anos. Quanto à abordagem se amparou na qualitativa e quantitativa. No primeiro caso, optamos por extrair dados a partir da subjetividade dos participantes e, o segundo caso, permitiu-nos mensurar os dados subjetivos, transferidos para o Programa *Excel*, gerando percentuais expostos em gráficos para a realização das análises. Sobre os instrumentos empregados, realizamos

ECO-REBEL

entrevistas estruturadas, recorrendo a uma linguagem acessível, de modo que os participantes entendessem e pudessem responder de acordo com suas vivências e culturas. Destacamos que a comunidade foi avisada antecipadamente pelo seu representante acerca da realização das entrevistas, que ocorreram nos dias 01 a 05 de julho do ano de 2019 (já mencionado). A Figura 2 representa o *locus* de coleta das informações.

Figura 2 - Mapa do *locus* de coleta de dados



Fonte: IBGE, 2010, organizado pela pesquisadora (2019)

Sobre a compilação dos dados, seguimos o modelo de análise de Travassos (2004, p. 27-28), que se aproxima de análise de conteúdo, expressa da seguinte forma: inicialmente as falas dos participantes foram registradas uma a uma; em seguida, fizemos uma leitura criteriosa, agrupando as ideias que coincidiam, separando-as daquelas mais originais e das que fugiam do tema proposto. Para a questão da *percepção da linguagem ambiental*, optamos por buscar, nas falas dos entrevistados, seus entendimentos, para os quais estabelecemos como categorias de análise: o

entendimento de meio ambiente, a relação meio ambiente e cultura, atividades cotidianas e meio ambiente, desenvolvimento das atividades e meio ambiente, desafios e meio ambiente, importância do meio ambiente natural e social.

3 Resultados e discussões

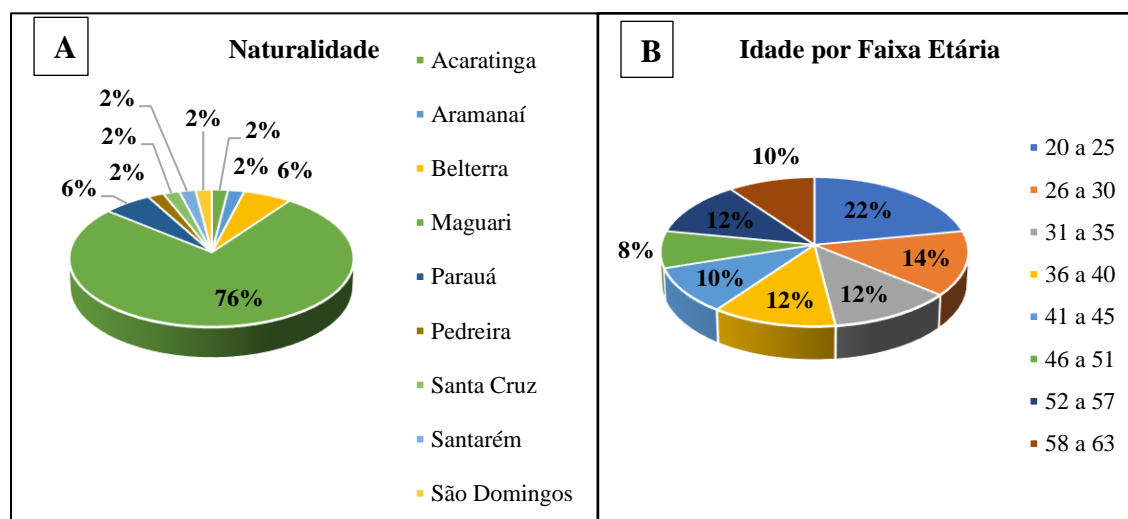
3.1 Análise do Perfil dos Informantes

As primeiras análises correspondem ao perfil dos entrevistados e 08 (oito) questões foram feitas: à naturalidade, à idade, ao sexo, à raça, à escolaridade, à religião, à profissão e ao estado civil. Quanto à naturalidade, a maioria dos informantes nasceu na própria comunidade de Maguari e uma pequena parcela é oriunda de Belterra e Parauá, seguida de outras localidades (Acaratinga, Aramanaí, Pedreira, Santa Cruz, Santarém e São Domingos), conforme registra a Figura 3A.

Estudo feito por Santos (2014, p. 48) revela que em Maguari, de um total de 146 (cento e quarenta e seis) entrevistados, 69% são moradores que ali nasceram ou são filhos de pessoas que moram no local, mas que saíram por algum tempo, tiveram seus filhos fora e depois retornaram. Muitos foram os motivos para decidirem morar ou retornar para a Comunidade Maguari.

No que se refere à idade dos informantes, estabelecemos o intervalo de 5 anos, no qual nitidamente a prevalência é da faixa etária de 20 a 25, equivalente a 22%, como pode ser comprovado na Figura 3B.

Figura 3 - A e B: representatividade da naturalidade e a idade por faixa etária dos participantes do estudo

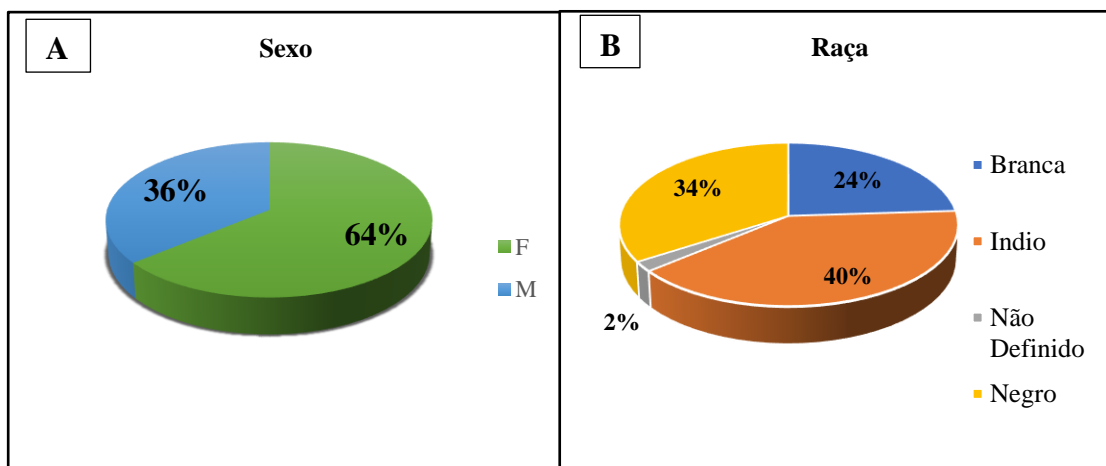


Fonte: Dados organizados pela pesquisadora (2019)

ECO-REBEL

Entre os pesquisados, a maioria 64% são mulheres e os homens atendem apenas 36% dos percentuais levantados. Quanto à raça, há expressividade para a índia 40%, seguido da negra 34% e branca 24%, apenas 2% não quiseram definir-se. Tais percentuais estão explícitos na Figura 4A e B.

Figura 4 - A e B: representação do tipo de sexo e raça dos moradores



Fonte: Dados constituídos pela pesquisadora (2019)

A incidência de 64% do sexo feminino pode estar relacionada ao fato de que, como as mulheres se encontram com mais tempo disponível em suas residências, se disponibilizaram mais para participar da entrevista, ao contrário dos homens, que normalmente saem cedo de suas residências para o trabalho. A pesquisa realizada por Santos (2014, p. 44), em Maguari, também registra o maior número de informantes do sexo feminino, com 55%, e o masculino com 45%.

Os dados da raça em Maguari podem ser relacionados ao povo indígena já existente e ao processo de migração ocorrido na comunidade em tempos remotos, o que corrobora com pesquisas de Santos *et al.* (2014, p. 42), quando acenam que as comunidades residentes atualmente na Flona resultam da miscigenação do povo indígena Tapajós.

É importante o registro dos antigos habitantes da Floresta Nacional do Tapajós, e, segundo relato registrado no IBAMA/MMA (2004, p. 291),

[...] Estudos arqueológicos contemporâneos atestam que a foz do Rio Tapajós foi densamente habitada antes da chegada dos europeus ao Brasil, e aí viveu durante muitos anos o povo indígena tapajó (NIMUENDAJU, 2001). Persistem inúmeras lacunas sobre a origem, a organização social e abrangência deste povo. Todavia, a análise de registros históricos do século XIV ao século XX indica que o povo Tapajó tinha um núcleo de ocupação que atualmente corresponde à região do bairro de Aldeia, em Santarém, até a vila de Alter do Chão, estendendo-se 370 km acima do Rio Tapajós, chegando até Itaituba

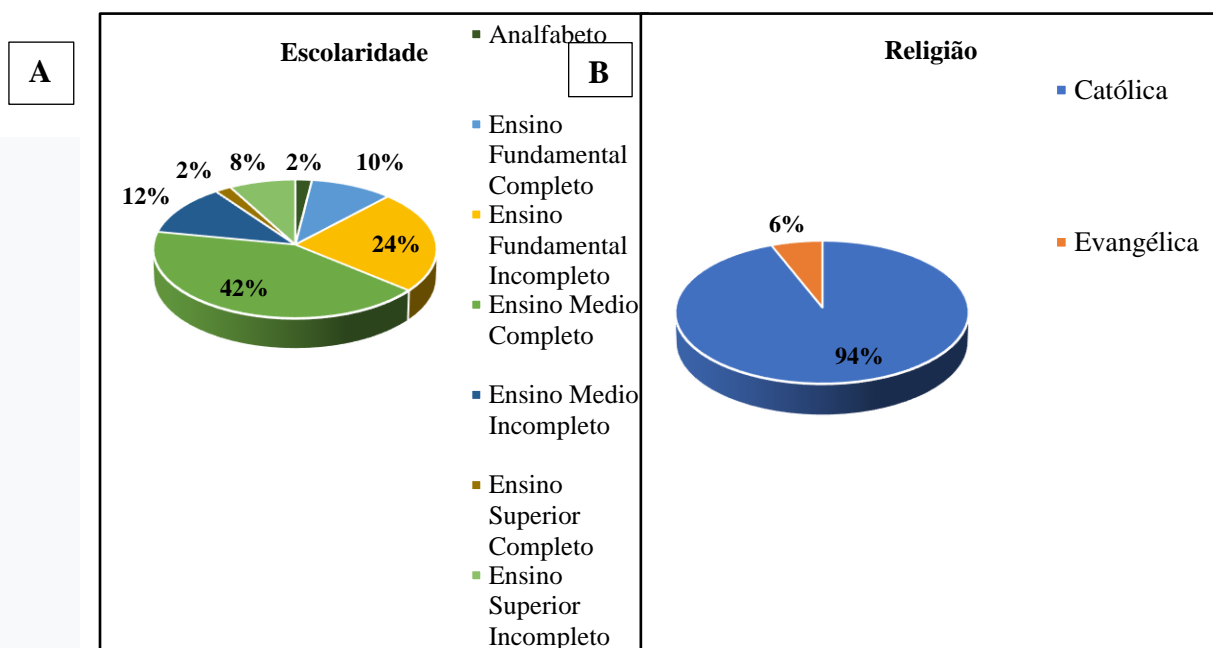
ECO-REBEL

(GUAPINDAIA, 1993). Assumindo esta hipótese, pode-se afirmar que o povo Tapajó está entre os mais antigos habitantes da área sobre a qual se assenta a Flona do Tapajós. [...]”.

Diante disso, os registros dos antigos habitantes e o processo de aculturação que se procedeu na região do Tapajós possibilitaram justificar os dados indígenas levantados quanto à identidade da raça na comunidade de Maguari.

No que diz respeito à escolaridade, registramos que 42% dos pesquisados possuem o ensino médio completo; 24% apresentam o ensino fundamental incompleto; 12% têm o ensino médio incompleto; 10%, o ensino fundamental completo; e 8%, o ensino superior incompleto. As menores percentagens representam os não alfabetizados e o ensino superior completo, com 2%, cada. A Figura 5A ilustra esses dados. Quanto à religião, sobressai a católica com 94%, em detrimento aos evangélicos, que aparece com 6% dos percentuais, conforme podemos visualizar na Figura 5B.

Figura 5 - A e B: resultados por escolaridade e religião



Fonte: Dados organizados pela pesquisadora (2019)

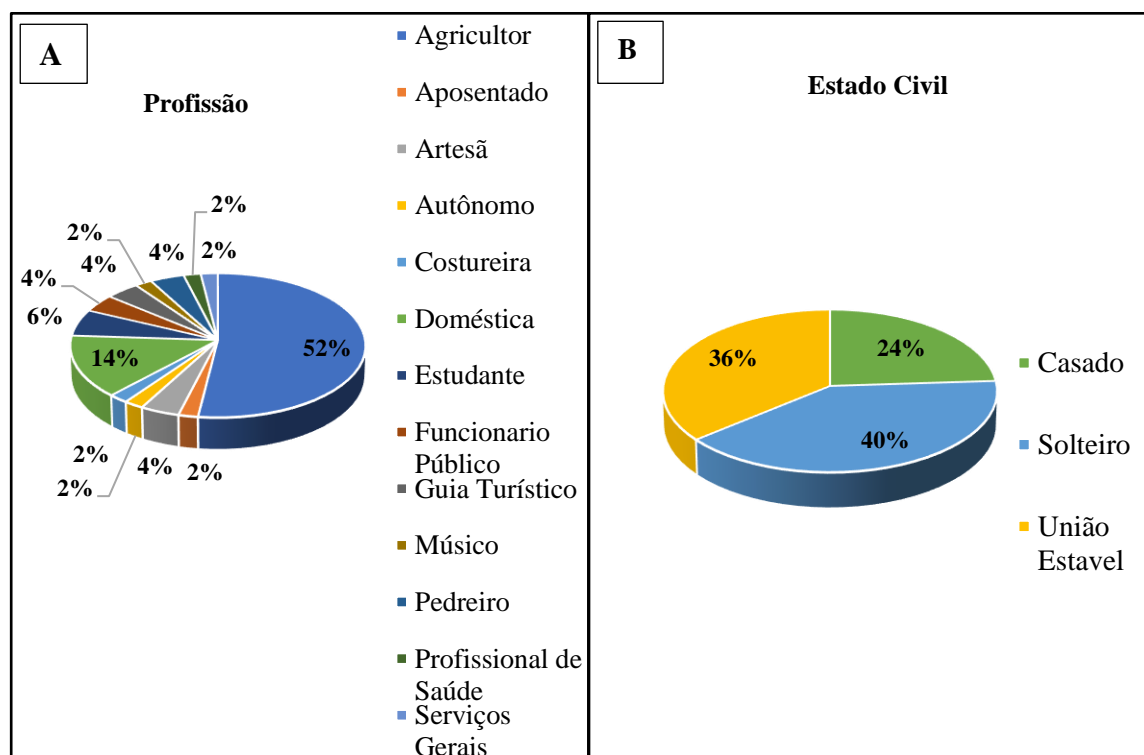
O dado “escolaridade” apresenta-se bem diversificado. Do total, apenas 42% dos entrevistados têm o ensino médio completo. Ao fazermos o comparativo com dados que norteiam a idade por faixa etária (Figura 3B) e escolarização (Figura 5A), observamos que o ensino médio completo se atribui aos mais jovens. A pesquisa de Santos (2014, p. 48) constatou que 63% já

ECO-REBEL

possuíam o ensino fundamental. Essa informação pode revelar que há uma continuação na educação dos jovens em Maguari, já que a maioria dos entrevistados por Santos (2014, p. 43) esteve na faixa compreendida entre 26 a 40 anos de idade, enfatizando os que trabalham.

Sobre a profissão, o maior percentual aplica-se aos agricultores (52%), seguido de doméstica 14% e estudante 6%. Já a classe de artesão, funcionário público, guia turístico e pedreiro concentra 4% cada uma, enquanto 2% corresponde à classe de aposentados, autônomo, costureira, músico, profissional da saúde e serviços gerais. A respeito do estado civil, sobressaem os solteiros com 40%, seguido de união estável 36% e apenas 24% são casados. Tais levantamentos podem ser vistos na Figura 6A e B.

Figura 6 - A e B: dados sobre profissão e estado civil



Fonte: Dados elaborados pela pesquisadora (2019)

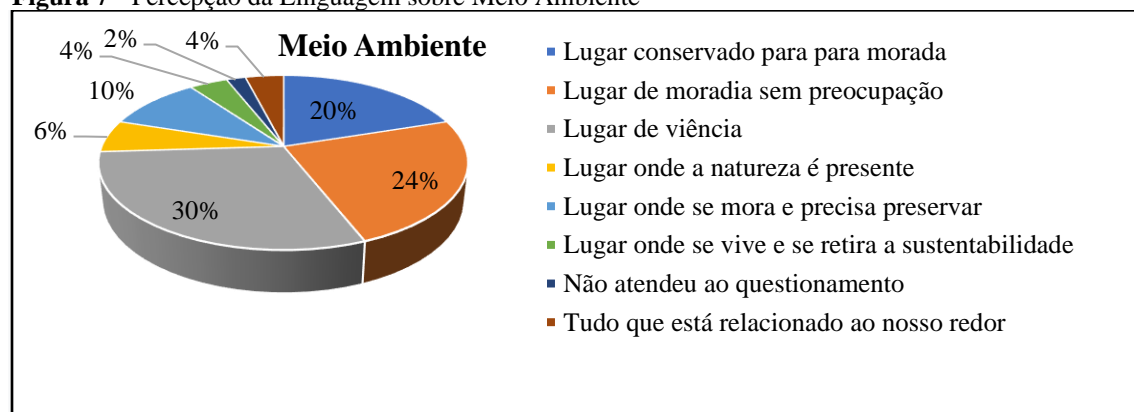
O maior percentual de agricultores sustenta-se na atividade predominante da comunidade que é a agricultura de subsistência, embora outras profissões também apareçam, mas com menores percentuais. Barros (2018, p. 76) afirma que no ano de 2016 realizou pesquisa em Maguari e, dos 26 entrevistados, 21 se declararam agricultor, o que leva a cremos que há anos a agricultura se estabelece como a maior atividade econômica na comunidade. Sobre a prevalência de 40% para

os solteiros (estado civil), podemos destacar que entre os entrevistados a maior incidência foi da classe jovem (faixa etária entre 20 a 25 anos). Já aqueles que declararam estar em união estável justificam-se por ainda não terem oportunidade de realizar o matrimônio oficialmente.

3.2 Relação entre linguagem e meio ambiente

As análises dos itens a seguir conduzem-se para a percepção da *linguagem ambiental* dos participantes, e que foram categorizadas da seguinte forma: meio ambiente, meio ambiente e cultura, desafios da população e meio ambiente, e meio ambiente natural e social. Perguntamos aos participantes o entendimento sobre meio ambiente e notamos que os diferentes enfoques atribuídos são resultantes daquilo que está ao alcance de suas observações e das experiências vividas e que se expressam no valor concreto de suas realidades, tido como “o lugar”, embora este lugar esteja sob distintos aspectos: a) como vivência 30%; b) sem preocupação 24%; c) conservado para moradia 20%; d) precisa-se de preservação 10%; e) natureza presente 6%; f) meio de sustentabilidade 4%; g) tudo o que está relacionado ao nosso redor com 4%; h) não atendeu ao questionamento 2%. Estes dados estão representados na Figura 7.

Figura 7 - Percepção da Linguagem sobre Meio Ambiente



Fonte: Dados organizados pela pesquisadora (2019)

É importante frisarmos que o conceito de lugar é polissêmico, mas o entendimento de lugar dos participantes significa o mundo deles, é onde realizam suas realidades e o convívio social. Santos (2008, p. 3014) salienta que cada lugar representa a sua maneira de ver o mundo. Dessa forma, Maguari é o mundo dos informantes, pois é ali que se processa a materialidade de contemplação de suas vidas e das vidas de suas famílias. Sobre a informação de 24% dos

ECO-REBEL

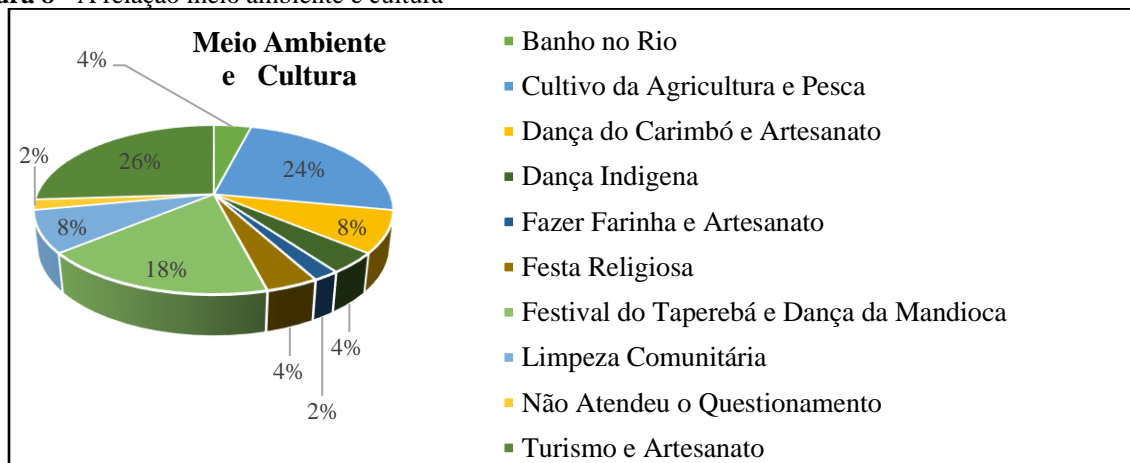
entrevistados que interpretam o lugar de morada como “sem preocupação”, observamos que se justifica pelo fato de haver fiscalização do ICMBio, que permite entradas de pessoas na Flona apenas com as devidas autorizações do órgão, fato este que garante a tranquilidade dos moradores. No tocante aos 4% dos informantes que entendem o meio ambiente (lugar) como tudo o que circunda os seres humanos, notamos aí que já percebem que meio ambiente não se vincula apenas ao meio físico natural, mas também ao meio social, onde acontecem as diferentes teias de relação de vida, um lugar associado ao trabalho diário e suas relações cotidianas, trabalho este calcado em técnicas rudimentares, mas que garantem o sustento das famílias.

Destacamos que a questão do meio ambiente é a tônica que está em voga em diferentes meios de comunicação, e nos discursos das arenas políticas das diferentes nações no Planeta, dado os inúmeros problemas ambientais e socioambientais que se têm vivido nas últimas décadas. De acordo com Reigota (2012, p. 34-35), o meio ambiente pode apresentar inúmeras definições, dependendo das fontes de consultas que se têm nas mãos, e cada ser humano pode ter seu próprio entendimento, cujas características estão influenciadas por seus interesses, pelas suas convicções e por seus conhecimentos científicos, políticos, filosóficos, religiosos, profissionais, dentre outros.

A respeito do meio ambiente associado à língua, podemos trazer a ecolinguística que, segundo Couto (2019, p. 11), está relacionada ao estudo das relações entre língua e meio ambiente, embora seja necessário definir o que se entende por língua, meio ambiente da língua, bem como por interações entre língua e seu meio ambiente. Entendemos, então, que a língua associada ao meio ambiente dos comunitários de Maguari se reveste da autoafirmação dos homens e mulheres amazônidas em seu ambiente natural, desencadeados a partir das relações interpessoais associando-se à sua própria cultura.

Para compreendermos a relação entre meio ambiente e cultura, para os informantes, indagamos: qual a relação do meio ambiente com a cultura local? Os dados expressam que os aspectos culturais se destacam da seguinte forma: a) turismo e artesanato, 26%; b) cultivo da agricultura e da pesca, 24%; c) festival do taperebá e dança da mandioca, 18%; c) dança do carimbó e artesanato, mais a limpeza comunitária, 8%; d) banho no rio, a dança indígena e a festa religiosa com 4% cada atividade; e) fazer farinha e artesanato 2%, e 2% não atenderam ao questionamento proposto. Estes percentuais podem ser vistos na Figura 8.

Figura 8 - A relação meio ambiente e cultura



Fonte: Dados organizados pela pesquisadora (2019)

Percebemos que a cultura relacionada ao meio ambiente em Maguari é representada de diversas formas, embora as mais acentuadas sejam o turismo e artesanato, 26%, o cultivo da agricultura e pesca, 24%, e festival do taperebá e dança da mandioca, 18%. Notamos aí uma relação com o viés da sustentabilidade, a partir dos recursos que a natureza disponibiliza para a manutenção da vida. Destacamos também a sustentabilidade como um conceito ligado ao desenvolvimento sustentável que vem ganhando destaque nas arenas políticas de diferentes governos do planeta, seja na esfera federal, estadual e municipal. Assim sendo, é cada vez mais importante que os seres humanos (re)pensem as atitudes frente a tantos consumismos dos recursos naturais existentes na Terra, morada da humanidade, para garantir a manutenção e o sustento da vida, necessitam, dessa forma, não utilizar os recursos naturais de forma inadequada, afinal nem todos estes recursos são considerados infinitos e podem vir à exaustão. À vista disso, todo cuidado com os recursos naturais é necessário para que futuras gerações possam usufruí-los, mesmo que estejamos atrelados ao sistema capitalista, no qual a cada dia há incentivos ao consumismo e o capital natural, muitas vezes, é utilizado sem precedentes a serviço de economias globalizadas e de grandes capitalistas.

A respeito da festa religiosa, do festival de taperebá e da dança da mandioca, estão ligados às datas comemorativas da sociedade e, normalmente, já fazem parte do calendário anual folclórico e religioso, atraindo pessoas circunvizinhas para reunirem-se junto aos atrativos. A dança, segundo Porpino (2012, p. 9), é uma manifestação cultural bastante significativa em nosso país. Na Amazônia, as músicas e as danças apresentam seu valor simbólico. O carimbó é um exemplo de arte musical popular da Amazônia. “Alinha-se, o carimbó entre bailados populares sem enredo

ECO-REBEL

verbal (...) que se estende por toda zona atlântica do Pará, salgado, com incidência ainda no Marajó e no baixo Amazonas” (LOUREIRO, 2015. p. 307). É certo que a dança e a música na região Amazônica, normalmente, expressam as raízes de seus antepassados aliadas às tradições do processo de miscigenação dos povos europeu, africano e indígena, sempre recheadas de fantasias, integrantes do folclore brasileiro, que se popularizam e são representadas pelas comunidades e escolas em épocas juninas, como a dança da mandioca e a do boto.

Um dado nos chama atenção, mesmo que a maioria dos indagados tenham se intitulado da raça indígena (40%, conforme Figura 4B), a tradição da dança indígena não se mantém entre os maiores percentuais levantados, aparecendo somente com 4% (Figura 8A), o que podemos entender como uma certa perda das tradições dos primeiros habitantes da comunidade. Sobre a cultura do povo, Larai (2001, p. 26) apresenta a contribuição de Kroeber [...]: “A cultura é o meio de adaptação aos diferentes ambientes ecológicos [...]”. Ainda sobre a relação do meio ambiente com a cultura local, a ação conjunta dos moradores, ou seja, o fazer a “limpeza comunitária”, comparece na linguagem dos informantes (8%, na Figura 8). Ressaltamos que o cuidado com o meio ambiente é dever e direito de todos, destacado na atual Carta Magna Brasileira em seu Artigo 225: “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”.

A questão dos rios, dentre outros recursos na Amazônia brasileira, tem uma significação importante para o Brasil, essencialmente para os amazônidas, pois, além de ser uma das fontes de seus sustentos, também serve como principal integração entre lugares, devido às dificuldades de rodovias que não oferecem condições apropriadas ao tráfego. Os rios amazônicos servem também como instrumento de lazer, como, por exemplo, “o banho no rio”, uma linguagem atribuída por 4% dos pesquisados (Figura 8), ação esta que representa um atrativo cultural, incorporado ao meio ambiente natural, no caso, o rio Tapajós com suas águas claras e transparentes, que se apresenta para o lazer com diferentes praias em distintos lugares circunvizinhos.

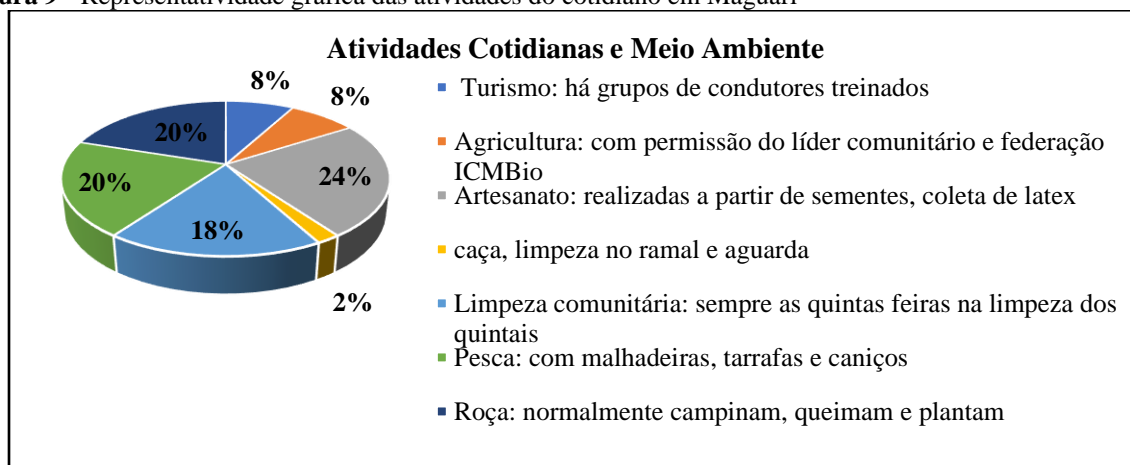
Quando perguntamos quais as atividades cotidianas praticadas no meio ambiente local, os resultados foram os seguintes: para 24% é o artesanato feito com sementes e de látex; para 20%, a pesca com instrumentos malhadeira, tarrafa e caniço; para 20% o roçado, que normalmente utilizam da prática de capina, da queimada e do plantio; para 18%, a limpeza comunitária, normalmente às quintas feiras; 8% estão vinculadas ao turismo com grupos treinados e 8% à

ECO-REBEL

agricultura, a partir da autorização do líder comunitário e ICMBio, e apenas 2% à caça em ramal, dados estes que podem ser vistos na Figura 9.

É notório que na Comunidade de Maguari as maiores rotinas se agregam à agriculturas associadas, a partir dos 20% dos dados levantados da roça, mais 8% das agriculturas utilizadas a partir das autorizações legais, que aglutinadas somam 28% das atividades. Estudos de Barros (2018, p. 80) registram que para 42% de 26 famílias entrevistadas em Maguari a agricultura circula como a principal atividade de geração econômica da comunidade. Santos (2014, p. 46) diz que é na agricultura “que a prática do pousio se conserva nas comunidades”, sendo que “primeiramente é realizada a queimada da área de plantio, e em seguida são retirados os tocos e faz-se um preparo do solo manual”; além de que “essa área é utilizada por um período de 5 a 10 anos e depois é deixada “descansando”. Durante o período de “descanso”, o agricultor abre um novo roçado e a área anterior regenera-se formando capoeiras”.

Figura 9 - Representatividade gráfica das atividades do cotidiano em Maguari



Fonte: Organizado pela pesquisadora (2019)

A prática das queimadas no processo da agricultura ainda é muito utilizada por parte dos agricultores na Amazônia brasileira, uma técnica artesanal, registrada por 20% dos informantes ao referir-se ao uso da roça. As queimadas deixam o solo desnudo, matam os nutrientes, afugentam as espécies que migram em busca de sobrevivência, além de causarem outras consequências danosas ao meio ambiente. Entendemos que os agricultores carecem de informações necessárias para evitar a prática da queima do solo, já que contribui para deixar este solo infértil e é um agravante ao meio ambiente. Sobre a atividade de turismo na Flona, vem ganhando expressividade o formato “turismo de base comunitária”. Em Maguari, um grupo de jovens, normalmente treinados, estão à disposição para atender aos visitantes, para mostrar os pontos turísticos da

ECO-REBEL

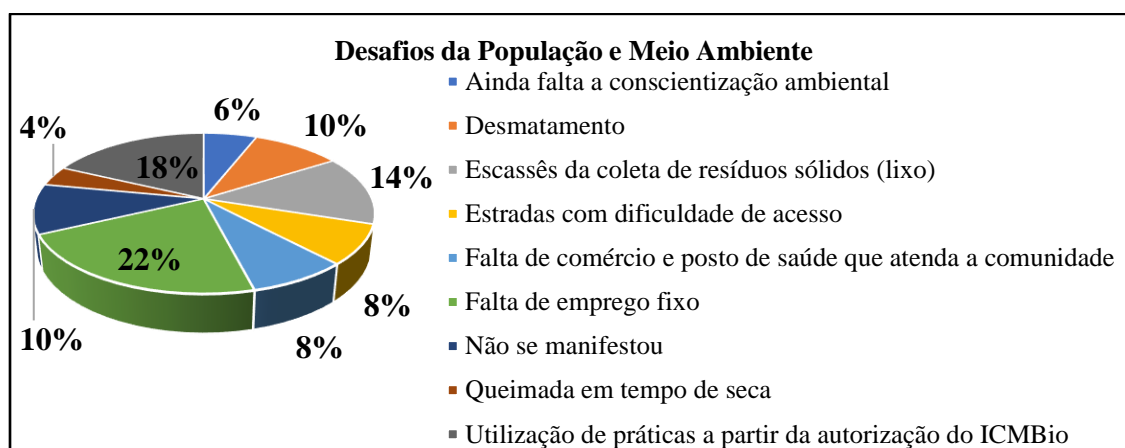
comunidade. Conforme o ICMbio/MMA (2019, p. 242), nas comunidades, o turismo de trilhas e praias está mais organizado nas três primeiras comunidades ao norte da UC (São Domingos, Maguari e Jamaraquá). Embora a modalidade de turismo praticada por estas comunidades da Flona do Tapajós seja de base comunitária, existem casos de pessoas que operam o turismo na região de forma autônoma, com apoio de operadores externos (principalmente de Alter do Chão), e que não beneficia as comunidades da Flona Tapajós. O exercício do artesanato também é uma prática rotineira dos moradores de Maguari, apontado na linguagem de 24% dos informantes da pesquisa e que, geralmente, é feito a partir de sementes e da extração do látex da seringueira - *Hevea brasiliensis*, os trabalhos manuais são transformados em diferentes artes, ainda de forma rústica, mais com uma beleza inigualável, colocadas à venda como forma de aglutinar a renda familiar.

Quanto à caça, esta é uma atividade que concentra esforços no sentido de buscar o sustento das famílias. Em áreas da Flona é permitida apenas para a sustentabilidade das famílias que ali residem. A pesca também é um dos recursos que garante a sobrevivência dos comunitários, feita a partir de instrumentos como a malhadeira, a tarrafa e caniço, que são lançados ao rio Tapajós e que permitem a aquisição de diferentes espécies de peixes e crustáceos, feitos no formato de cozido, assado e frito, um dos principais cardápios na mesa das famílias de Maguari. O pescador habitualmente fica atento à época da migração das espécies, para acentuar o movimento da pesca. A tarrafa, conforme Feitoza *et al.* (s/d, p. 1-2), “é um tipo de rede, seu tamanho é dado em ‘palmos’, ficando entre 12 e 16 palmos. [...]”.

Ao serem questionados sobre os maiores desafios enfrentados na Comunidade de Maguari, os integrantes da pesquisa destacaram a escassez de emprego fixo, 22%, e a necessidade de autorizações de práticas pelo ICMbio, 18%. Apontaram, ainda, a coleta de resíduos sólidos, 14%; o desmatamento, 10%; outros 10% não se manifestaram; estradas com dificuldades de acesso, insuficiência de comércio e posto de saúde, 8% cada, a não conscientização ambiental, 6%; e atividades de queimadas em época de seca 4%. Dados estes que podem ser visualizados na Figura 10. Embora a escassez de emprego fixo e as autorizações via prática do ICMbio estejam entre os maiores percentuais quanto a “desafios”, é sabido que atividades em Áreas de Conservação Ambiental estão respaldadas no Decreto nº 4.340, de 22 /08/2002, que regulamenta Artigos da Lei nº 9.985, de 18/07/200, e que precisam ser cumpridas.

ECO-REBEL

Figura 10 - Desafios encontrados pela população relacionados ao meio ambiente



Fonte: Organizado pela pesquisadora (2019)

Para a coleta de Resíduos Sólidos (RS), inferimos que a gestão comunitária precisa fomentar parcerias que promovam o exercício da educação ambiental, mas, para isso, deve passar, primeiramente, pelo ICMBio, pois é o órgão responsável pelas atividades da Flona. As ações de educação ambiental são necessárias em todo ambiente, onde as pessoas estejam presentes, no sentido de buscar soluções para tantos problemas ambientais, e a política dos 5 R's, que traduz o exercício de *repensar, reduzir, recusar, reutilizar e reciclar*, é um dos mecanismos que pode contribuir para superação dos RS existentes em Maguari, apontado por 14 % dos entrevistados. Muitos dos RS podem ser transformados em utensílios como fonte de sustentabilidade às famílias, a exemplo: vassouras, bancos, porta-lápis e lapiseiras, a partir de garrafas *pets*, agregados no formato de projetos à comunidade.

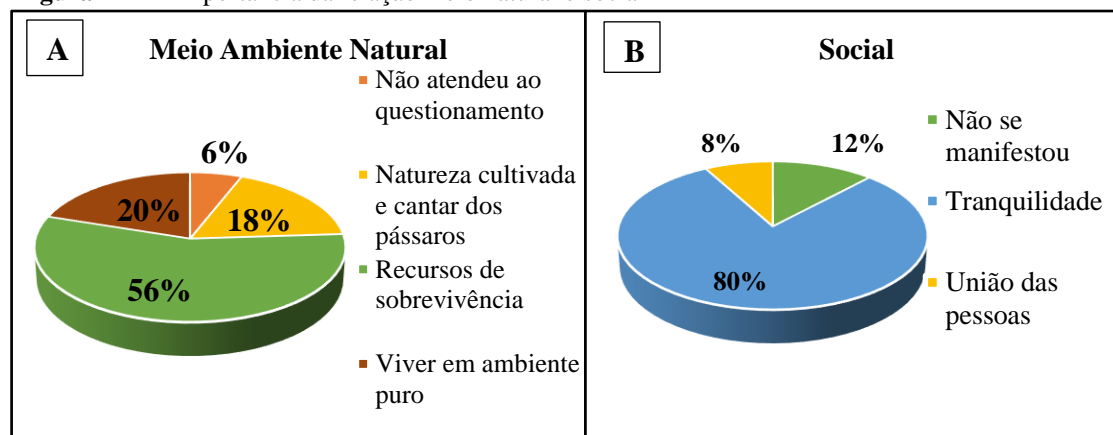
A Lei nº 12.305, de 2/08/2010, que trata da Política de Resíduos Sólidos no Brasil, em seu Artigo 8º, inciso VIII, trata do desenvolvimento da educação ambiental, considerada um dos instrumentos de sua política, bem como a Lei nº 9795 de 27/04/1999, que direciona a Política Nacional de Educação Ambiental em nosso país e assegura em seu Artigo 13, inciso IV, “a sensibilização da sociedade para a importância das unidades de conservação”. Além disso, atividades de educação ambiental podem ser o caminho para se atingir a conscientização ambiental dos seres humanos, já que 6% dos pesquisados acenaram que em Maguari ainda há escassez desta prática. A conscientização ambiental é importante no cotidiano da humanidade, visto que vivemos numa crise ambiental, cuja raiz é muito ligada ao modelo do sistema capitalista, que incentiva o consumismo das pessoas. Diante disso, precisamos ter a clareza de que os recursos que a natureza nos disponibiliza devem ser cuidados.

ECO-REBEL

Sobre práticas de desmatamento e queimadas, registramos que, na Amazônia brasileira, tais práticas têm sido nos últimos anos assunto constante na mídia em nosso país e na internacional. Trata-se de um desafio a ser superado pelas autoridades em diferentes escalas federal, estadual e municipal e pela própria comunidade. Em área de Flona, onde há autorizações para determinados fins, o desmatamento e as queimadas surgem como desafios, lembrados pelos 10% dos pesquisados quanto ao desmatamento e 4% às queimadas, o que inferimos que tais fatos precisam de mais investigações. Quanto às estradas em condições não apropriadas para se ter acesso à outras comunidades, compreendemos que as parcerias entre prefeitura, ICMBio e comunitários neste processo são bem pertinentes, já que as estradas muito podem facilitar a comunicação de pessoas próximas e precisam dar condições de acesso aos que ali residem. Os desafios identificados relacionados ao meio ambiente, por menor que seja, precisam ser superados, já que a relação meio natural e sociedade estão inteiramente entrelaçados.

Quanto ao levantamento sobre a importância do meio natural e do social, os dados revelaram, no que diz respeito ao meio ambiente natural, que 56% o compreendem como recursos de sobrevivência, 20%, vivências em ambiente puro, 18%, natureza cultivada, onde o cantar dos pássaros é presente e 6% não atenderam ao questionamento. Já para o meio ambiente social, 80% o interpretam como um lugar de tranquilidade, 12% não se manifestaram e 8% para a união das pessoas. Os dados podem ser visualizados na Figura 11A-B.

Figura 11 - A importância da relação meio natural e social



Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2019)

O meio natural, em uma área de conservação ambiental, garante recursos naturais como fonte de sobrevivência aos moradores, o que é expressado por 56% dos participantes indagados.

ECO-REBEL

Frisamos que, para tais recursos, precisa haver o exercício da sensibilidade e da conscientização ambiental das pessoas a utilizarem apenas o necessário as suas subsistências, garantindo, assim, que gerações futuras também possam usufruir destes recursos. É no ambiente natural que podemos encontrar um ambiente puro (20%), ouvir o cantar dos pássaros (18%), estar distante do ar poluído dos grandes centros urbanos, do estado de estresse, dentre outros elementos que afetam a qualidade de vida das pessoas.

Santos (2008, p. 235), ao se referir ao meio natural, afirma que:

Quando tudo era meio natural, o homem escolhia da natureza aquelas suas partes ou aspectos considerados fundamentais ao exercício da vida, valorizando, diferentemente, segundo os lugares e as culturas, essas condições naturais que constituíam a base material da existência do grupo.
Esse meio natural generalizado era utilizado pelo homem sem grandes transformações. [...].

Destacamos que o meio natural é a fonte de sustento das famílias em Maguari, enquanto o meio social é resultante das diferentes teias das interações humanas em que se processam. É a partir do meio social que as pessoas interagem com os outros nas diferentes atividades, seja nas relações de trabalho, de lazer, no econômico, dentre outras, e é compelido a residir com normas e regras impostas pela sociedade da qual fazem parte. Frisamos que os meios natural e social não são dissociáveis, estão inteiramente imbricados no convívio diários das pessoas, são importantes, pois são nestes ambientes que acontecem suas histórias de vida.

4 Conclusão

Destacamos a relevância desta pesquisa por compartilhar a linguagem ambiental de atores que integram uma comunidade da Flona do Tapajós, sendo, portanto, uma linguagem intrínseca ao ambiente natural vivenciada pelos informantes, que se expressa na forma da ação realizada a partir da agricultura, do artesanato, do turismo, da dança, do banho no rio, da religiosidade, do festival, da ajuda compartilhada, dentre outras, que se imbricam num processo cultural. Além disso, observamos que o meio ambiente aparece com maior intensidade na forma de “lugar”, um explicativo para vivência, para abrigo dos que ali residem, e que o conceito de meio ambiente ainda precisa ser ampliado pelos condicionantes que a sociedade vivencia no cotidiano, sob a ótica do aspecto educacional, cultural, político, econômico, religiosos, dentre outros, que integram o meio ambiente de forma local.

ECO-REBEL

No que tange à relação da cultura e meio ambiente, esta é explicada não pelas heranças dos antepassados dos moradores, mas sim a partir do movimento caracterizado pelo tempo presente do convívio social, que se expressa sob diferentes atividades, como no banho do rio, no ato de pescar, na união entre as pessoas, que se harmonizam no cotidiano da comunidade. Entendemos que a cultura é um fator indispensável às pessoas e que se processa nas relações coletivas em dado momento histórico. Percebemos que as atividades rotineiras da comunidade estão muito ligadas à questão da sobrevivência, no formato das práticas da agricultura, do artesanato, da pesca, do turismo, consideradas a base econômica para a subsistência das famílias.

À despeito dos desafios encontrados pelos moradores, notamos que ainda é necessário um trabalho, por menor que seja, para que se evitem os problemas, além de busca da sensibilidade ambiental com maior urgência, já que alguns moradores não atinaram para tal, com intuito de buscar uma total qualidade ao meio ambiente local. Ressaltamos para a importância do ambiente natural como fonte de sustentabilidade aos comunitários, a partir dos condicionantes da floresta e do rio, que proporcionam às famílias recursos sustentáveis e que precisam ser conservados e preservados, para que gerações futuras possam usufruí-las, enquanto o meio social ocorre nas relações sociais que agregam valores, regras para o convívio das pessoas na Flona.

Diante disso, observamos que o trabalho que realizamos pode muito contribuir para o conhecimento dos habitantes da Flona, bem como para os futuros estudos que tenham como objeto a Comunidade de Maguari, integrante da Floresta Nacional do Tapajós.

Referências

BRASIL. Constituição Federal Brasileira de 1988. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 22 set. 2019.

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de Julho de 2000. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm>. Acesso: 03 out. 2019.

BRASIL. Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4340.htm>. Acesso em 07 dez. 2019.

BRASIL. Lei nº 9795 de 27 de abril de 1999. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9795.htm>. Acesso 07 out. 2019.

BRASIL. Lei nº 12.305, de 2 de Agosto de 2010. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm>. Acesso em 07 out. 2019.

ECO-REBEL

BARROS, Márcio Júnior Benassuly. Território, Natureza e População Tradicionais na Amazônia: o caso da Comunidade de Maguari, Belterra Pará. In: BARROS, M. J. B. (Org.). **Floresta Nacional do Tapajós: Território, economia, gestão e manejo de recursos naturais na Amazônia.** Org. Márcio Júnior Benassuly Barros. Santarém, Pará: UFOPA, 2018.

COUTO, Hildo Honório do. **Linguística, ecologia e ecolinguística: contatos de línguas.** 2 ed. São Paulo: Contexto, 2019.

FEITOZA, Jéssica Daniela de Moraes; OLIVEIRA, Tiago Amaral de; BATISTA-LEITE, Luciana de Matos. Andrade. **Instrumentos de pesca utilizados pelos pescadores artesanais do município de Serra Talhada-PE.** S/d. Disponível em: <<http://www.eventosufrpe.com.br/jepex2009/cd/resumos/r0279-1.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2019.

GIL, Antônio Carlos; SILVA, Suely Percínio. Moreira. O método fenomenológico na pesquisa sobre empreendedorismo no Brasil. **Revista de Ciências da Administração**, vol. 17, núm. 41, Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, Brasil, 2015.

IBAMA/ MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Floresta Nacional do Tapajós.** Plano de Manejo I, Informações Gerais, 2004. Disponível em: <<http://www.terrabrasil.org.br/ecotecadigital/index.php/estantes/planos-manejo/976-floresta-nacional-do-tapajos-plano-de-manejo>>. Acesso. 01 nov. 2019.

ICMbio - MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Flona de Tapajós ganha relevância global na área de pesquisa.** 2012. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/ultimas-noticias/20-geral/2565-tapajos-ganha-relevancia-global-na-area-de-pesquisa>>. Acesso em 13 de jan. de 2019.

ICMbio/ MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Plano de Manejo-Floresta Nacional do Tapajós. **Diagnóstico**, Vol. 1, 2019. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/plano-de-manejo/plano_de_manejo_flona_do_tapaj%C3%B3s_2019_vol1.pdf>. Acesso em 13 out. 2019.

LARAI, Roque de Barros. **Cultura: uni conceito antropológico.** Rio de Janeiro.14. Zahar, Ed. 2001.

LOUREIRO, João de Jesus Paes. **Cultura Amazônica - Uma Poética do Imaginário.** 5ª. Edição. Manaus: Editora Valer, 2015.

PORPINO, Karenine de Oliveira. Dança e Currículo. In: **Dança na Escola: arte e ensino Ano XXII - Boletim 2 - Abril 2012.** Disponível em: <<http://www.ficms.com.br/web/biblioteca/Dan%E7a%20na%20Escola.pdf>>. Acesso em 03 out. 2019.

REIGOTA, Marcos. **O que é Educação Ambiental?** Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 2012.

ECO-REBEL

SANTOS, Grace Rente dos; BARBOSA FILHO, José; COELHO, Lucyanna. Moura. Avaliação da Gestão da Floresta Nacional do Tapajós, Belterra-PA, na Percepção dos Moradores da Comunidade Maguari. In: **Revista Uniara**, v.17, n. 2, dezembro 2014.

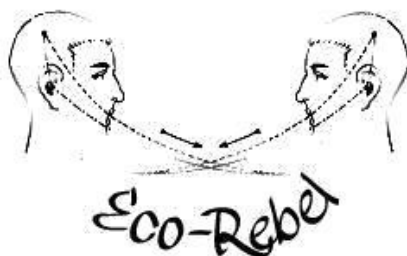
SANTOS, Grace Rente dos. **Avaliação da gestão da Floresta Nacional do Tapajós, Belterra-PA, na percepção dos moradores da comunidade Maguari - Manaus**, 2014. 93f. il. color. Dissertação (Mestrado) Pós-graduação em Ciências Florestais e Ambientais – Universidade Federal do Amazonas, 2014. Disponível em: <<https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/4433>>. Acesso: 27 set. 2019.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

TRAVASSOS, Edson. Gomes. **A prática da educação ambiental nas escolas**. Porto Alegre-RS: Mediações, 2004.

Aceito em 08/04/2021.

ECOLINGUÍSTICA: REVISTA BRASILEIRA DE
ECOLOGIA E LINGUAGEM (ECO-REBEL), V. 7, N. 2, 2021.



CHANGING PERSPECTIVES ON ADVOCATING FOR MOVING TOWARD PLANT-BASED FOODS: REFLECTIONS FROM TWO APPLIED LINGUISTS

George M Jacobs (Kampung Senang Charity and Education Foundation, Singapore)

Chau Meng Huat (Universiti Malaya, Malaysia)

Resumo: Este artigo apresenta reflexões sobre como a linguística aplicada e nós como cidadãos globalizados poderíamos defender questões de injustiça contra animais não humanos, além de um movimento na direção de alimentos com dietas alternativas. Ele começa recapitulando o percurso de um ativista em prol dos animais não humanos, Paul Shapiro. Como pode ser visto nas Palestras TED que ele proferiu, a atitude de Paul evoluiu. Inicialmente ele enfatizava argumentos éticos sobre porque os humanos deveriam ir na direção de alternativas aos alimentos tradicionalmente de base animal, tais como a carne, mariscos, leite e ovos. Em seguida, Paul alterou sua abordagem para enfatizar o desenvolvimento e a comercialização de alimentos com proteína alternativa, na expectativa de que o público não precise prejudicar nossos companheiros animais, mas usufruir mesmo assim o sabor de alimentos tradicionalmente baseados em animais. Pelo contrário, os humanos podem satisfazer seu desejo via alimentos com proteína alternativa, como hambúrgueres à base de planta e frangos com células cultivadas. O artigo examina também as críticas aos alimentos à base de proteína alternativa e as diferenças entre as perspectivas do bem-estar animal e do direito dos animais. Finalmente, o artigo fala do percurso dos dois autores do presente artigo com exemplos de projetos que temos desenvolvido como linguistas aplicados.

Palavras-chave: Linguística aplicada; Alimentos à base de plantas; Alimentos à base de proteína alternativa; Agricultura celular; animais não humanos; Bem-estar animal; Direitos dos animais.

Abstract: This article reflects on how we as global citizens and applied linguists might more effectively advocate for addressing issues of injustice to nonhuman animals, particularly a move toward alternative protein diets. It begins by recounting the journey of one activist for nonhuman animals, Paul Shapiro. As can be seen in a series of TED Talks he gave, Paul's stance evolved. Initially, he focused on ethical arguments for why humans should move toward alternatives to traditionally produced animal-based foods, such as meat, seafood, milk, and eggs. Then, Paul changed his approach to focus on the development and marketing of alternative protein foods, hoping that the public would no longer need to harm our fellow animals, while still enjoying the appeal of traditional animal-based foods. Instead, humans could satisfy their craving via alternative

ECO-REBEL

protein foods, such as plant-based burgers and cell-cultivated chicken. The article also examines criticisms of alternative protein foods and differences between animal welfare and animal rights perspectives. Finally, the article looks at the journeys of the two authors of the current article with examples of projects we have embarked on in our roles as applied linguists.

Keywords: Applied linguists; Plant-based foods; Cellular agriculture; Nonhuman animals; Alternative protein foods; Animal welfare; Animal rights.

Climate change and other human-induced disruptions to the environment are causing massive suffering for humans and other animals, and the scale and the injustice (YAKA, 2019) of that suffering will only grow as the climate crisis worsens the longer that our planet remains in the Anthropocene (STEFFEN, 2011), the geologic era in which humans are the main factor in altering climate. Is it too late to stop the damage? Has climate change become an unstoppable avalanche, tsunami, and Category 5 storm all in one? No one is sure, but as Ta-Nehisi Coates (2015) noted in regard to the area of racial justice, we need to try to do something to reverse injustice, whether our actions are effective or not, just to protect our own sanity. This article reflects on how we as global citizens and applied linguists might most effectively try.

The article begins by recounting the journey of one activist for nonhuman animals, Paul Shapiro, and his evolution from focusing his efforts mostly on ethical arguments for why humans should move toward plant-based diets to someone whose focus is now on alternative protein products, products that are equal to or better than traditional animal-based foods, such as meat, seafood, milk, and eggs. These products come from three main channels: plant foods designed to mimic meat; food made from cells of nonhuman animals, such as fishes and pigs, without harming the animals, i.e., clean meat or cultivated meat which grow meat outside of animals; and fermentation (Good Food Institute, 2020), such as the products of Quorn (<https://www.quorn.com>).

On a much smaller scale, the two authors of this article, both academics who work in Applied Linguistics and related fields, have followed a path similar to that of Paul Shapiro, i.e., they first emphasized ethical arguments to reduce demand for animal-based foods. Then, they decided that their efforts would save more nonhuman animals if they pivoted toward giving meat eaters the meat and other animal-based foods they want in ways that did much less harm to farmed animals. For example, one of the authors co-authored a cookbook on the processes and benefits of tempeh (TSENG et al., 2019), a fermented alternative protein food.

This article begins with more details on the aforementioned change in emphasis of Paul Shapiro. This section includes summaries of four TED Talks he did. Next, the article examines the evolution of organizations of animal advocates. Other topics discussed are criticisms of alternative protein foods and differences between animal welfare and animal rights perspectives. Then, the article looks at the journeys of the two authors of the current article before finally giving examples of projects the authors have embarked on in their roles as academics.

Paul Shapiro's Journey

Paul Shapiro grew up in the Washington, D.C. area in a family that ate meat, but also took in rescued animals, such as dogs. At age 13 in 1993, Paul went vegetarian and one month later, he went vegan. He also worked in animal protection organizations, and in 1995, formed an animal protection club, Compassion Over Killing (COK), at his secondary school. After secondary school, Paul earned a university degree in Peace Studies and Conflict Resolution. Under his leadership,

ECO-REBEL

COK went nationwide. [It recently rebranded as Animal Outlook [https://animaloutlook.org/about/]. From 2005 to 2016, Paul worked at the Humane Society of the U.S.A., focusing on animal agriculture. He tells this story in a podcast on the Sentience website (SHAPIRO, 2020)

Thus, for 20+ years, Paul did traditional animal advocacy work, focusing on what he has called the trifecta of reasons for moving away from animal-based food: (1) animal-based diets are bad for human health, (2) bad for the environment, and (3) horrendously cruel to our fellow animals (the ethics rationale). In 2017 and 2018, Paul did four TED Talks. By viewing these talks, we can see some of Paul's evolution from emphasizing ethics to relying mostly on food science. Here are summaries of those four talks.

TED Talk 1:

https://www.ted.com/talks/paul_shapiro_what_will_future_generations_think_of_our_treatment_of_animals

In this video, Paul wields the moral weapon, celebrating that humanity is expanding our circle of moral concern, using the example of changes in the status of women, such as gaining the right to vote. This is reminiscent of a quote from Nobel Peace Prize winner, Martin Luther King. Reverend King stated, "The arc of history is long and jagged but bends toward justice." Beginning at minute 12.38 in this TED Talk, Paul declares,

This circle of moral concern in our society never expands in a self-executing manner. It happens only because big people stand up for those with little power. And in the case of animals, it will happen only when kind and caring people organize to give a voice to those individuals who figuratively and literally have no voice.

Our generation can be the one that pushes that circle further outward to start considering the interests of those who currently have no consideration, giving our descendants the luxury of accepting what they will consider obvious to any contemporary in their time, that the animals of this world are not mere commodities who exist simply to serve us. Rather, they are our fellow creatures who deserve a so much kinder society than the one that we have given them so far.

TED Talk #2

https://www.ted.com/talks/paul_shapiro_are_we_doing_more_to_protect_aliens_in_space_than_animals_on_earth

The ethics hook Shapiro uses at the beginning of this TED Talk is the fact that NASA (The U.S. government's National Aeronautics and Space Administration), when preparing to send machines to Mars to gather data on our neighboring planet, was very careful that those machines carry no germs that might harm life on Mars. NASA wanted to be sure that its equipment did not do to Martian life what Europeans did about 400 years ago to the peoples of the Western Hemisphere: the Europeans brought diseases that killed millions of people.

Paul contrasts this concern for life on Mars, even though we don't know if this life actually exists, with our lack of concern for the animal life that we do know exists here on Earth. Factory farming is perhaps the worst manifestation of such lack of concern. A minor point in this talk is that NASA began experimenting with clean meat years ago, because if astronauts want to eat meat on long space voyages, they will have to grow it themselves. After all, that's what the science fiction astronauts do in Star Trek [https://www.livekindly.co/food-predictions-star-trek-vegan/]

ECO-REBEL

TED Talk #3

https://www.ted.com/talks/paul_shapiro_we_are_better_than_how_we_treat_animals

The hook here again uses ethics. Paul asks his audience to imagine two scenarios. (1) Thieves break into our home and destroy a painting of a pig. If caught, the thieves would likely be jailed. (2) In the second scenario, on a factory farm, employees notice a piglet who is not growing as fast as the others, thus rendering the piglet harmful to the factory's bottom line. They kill the pig (we'll spare you Paul's description of how this is done). However, unlike the thieves who destroyed the painting of a pig, the employees who killed a real pig have no fear of punishment. Paul goes on to quote Abraham Lincoln, a 19th century U.S. president, who said that most people can withstand adversity, but a better test of character takes place when people get power. The point, Paul maintains, is that we humans have great power over our fellow animals, and according to surveys of people in the U.S., we oppose cruelty to animals, yet our consumption practices, such as eating meat and eggs, cause tremendous cruelty to animals. Most of the rest of the talk graphically depicts other abuses to which we subject nonhuman animals, such as caging hens. Also in this TED Talk, Paul reaches for the environment argument. He requests the audience to imagine they are in a supermarket about to buy a package of chicken to cook for dinner and next to the meat aisle are one-gallon bottles of water. The audience are to imagine themselves opening these bottles and pouring all the water on the floor of the supermarket. Well, to equal all the water needed to produce that one package of chicken meat they plan to eat for dinner, they would have to empty one thousand bottles of water onto the floor. Paul ends this TED Talk on an optimistic note, citing ethics-inspired changes in our treatment of nonhumans.

TED Talk #4

https://www.ted.com/talks/paul_shapiro_clean_meat_the_clean_energy_of_food_jan_2018

It is only in this latest TED Talk that Paul shifts his approach, arguing that advocacy based on ethics will not bring about significant changes in our treatment of our fellow animals. The main engine of transformation will instead be science. He offers many examples in this talk and has since found more. These examples of the power of science, not ethics, for saving animals include:

(1) The ill-treatment of horses used in the 19th century for transportation was not ended by the spirited campaigns of animal activists but by the invention of the car. [Read a summary of a recent biography of a key figure in that 19th century movement to reform the treatment of horses (FREEBERG, 2020).

(2) Also in the 19th century, what saved the whales from being hunted into extinction for their oil were not kind-hearted appeals to protect these beautiful creatures but the harnessing of petroleum as a less expensive, more convenient alternative (KAISER, 2013). Now, in much of the world, whales are hunted only for photo-taking.

(3) In the 21st century, the common practice of using rennet from the stomachs of calves to make cheese has become much less common due to the development in laboratories of bacterial rennet (GARCIA-GOMEZ, 2020).

ECO-REBEL

Paul devotes most of this talk to examples of nascent clean meat, a.k.a., cultivated meat, companies. These efforts are described in much greater detail in Paul's New York Times best-selling book, *Clean Meat: How Growing Meat Without Animals Will Revolutionize Dinner and the World* (SHAPIRO, 2018). Paul does not just talk and write about clean meat. He founded a company called the Better Meat Co [<https://www.bettermeat.co>], which helps conventional meat companies make blended meat, combining plant foods with meat from our fellow animals. The blended meat concept is being used by some of the world's largest meat company. Despite his work to popularize blended meat, Paul remains a vegan and an adherent to the ethical arguments and the other two trifecta arguments, and his wife, Toni Okamoto (2018), is a major player in plant-based food advocacy via her cookbooks, such as *Plant-Based on a Budget*, as well as on social media and the web.

Paul's weekly newsletter trumpets pro-animal legal and social changes, as well as the successes of companies in the alternative protein spaces. He also includes cute animal videos, including ones featuring Toni and Paul's vegan dog Eddie. Last but not least, Paul hosts the Business for Good Podcast [<https://www.businessforgoodpodcast.com>] where he interviews people running businesses that are creating cutting edge ways of making the world a better place, often based on technology breakthroughs in the food space and elsewhere. For example, one guest's company collects solar energy, not from solar panels on the roofs of buildings, but from a film on the windows of those buildings.

Issues Faced By Animal Advocates

Centre for a Responsible Future (CRF) is an organization in Singapore that since 1999 has walked the path that Paul Shapiro travelled for many years. CRF also helps to advance the alternative protein space. For example, CRF has highlighted such Singapore-based companies as Sophie's Bionutrients, which uses fermentation technology to produce protein from micro-algae; ShioK Meats, which uses cultivated meat science to replace the need to grow marine species, such as prawns; Quorn, a pioneer in the use of fungi to reproduce meat; and Karana, which uses parts of the jackfruit plant to replace meat.

As usual with movements in which we humans take part, no consensus exists among those of us who encourage change toward diets that do not exploit animals. Next in the current article are some discussion points from different sides of various multifaceted issues. These points are raised not in the hope of everyone agreeing but in the hope of everyone understanding and respecting each others' views.

The Relative Ineffectiveness of the Growing Evidence against Animal Agriculture

Despite all the evidence for plant-based diets, only a very small minority (less than 5%) of people follow such diets, even in countries where the arguments for plant-based diets are relatively well-known. Furthermore, meat consumption continues to rise worldwide, although this is in part because rising income levels in countries in the Global South, such as India and Brazil, have unleashed formerly unmet demand for meat. Note: one estimate attributes 25% of the environmental impact of meat production to pet food (FLEMING, 2018). Thus, a significant proportion of animal agriculture, such as producing meat, eggs, and dairy from animals, is not for direct human consumption.

a. The first author remembers in 2006 when the United Nations issued its report, *Livestock's Long Shadow*, in which animal agriculture receives a large share of the blame for climate change and other forms of environmental destruction, he and his colleagues in Vegetarian Society (Singapore) – now CRF – thought that at long last, environmental organizations would come out for plant-

ECO-REBEL

based diets. The rising tide of climate change, such as melting icecaps, was being widely recognized as an existential threat to human life. Would governments and the public generally climb aboard the plant-based bandwagon. There has been some movement in that direction, but not so much.

b. In addition to environmental concerns, a second pillar of the why-drop-animal-based-foods trifecta is the health argument. Some animal advocates see this as our best-bet argument, as unlike the environmental and ethical legs of the trifecta, health offers the most selfish and most immediate reasons for diet change. Fortuitously, the chorus of researchers singing of the health benefits of forsaking animal-based foods grows louder with every passing year. Organizations such as NutritionFacts.org, Physicians Committee for Responsible Medicine, and Vegan Health make this research available to health professionals and the general public. Additionally, films such as *Game Changers*, released in 2019, have graphically demonstrated that people on plant-based diets, rather than being handicapped by nutrient deficiencies, are capable of amazing feats of strength and stamina.

c. As to the ethical leg of the trifecta, just as with the health leg, evidence continues to build that while all animal species are unique, including human animals, our cousins in the other species share with us the ability to learn and communicate, and to experience social ties, emotions, and pain. Whereas nonhuman animals were not that long ago portrayed as more like objects than the sentient beings, more and more studies now lay bare the injustice of not affording these beings the respect to which they are due. King (2017) is just one of the books that summarize this evidence.

d. To the trifecta to which Paul refers can be added at least two other research-based arguments for saying adios to animal-based foods. One, COVID-19 and so many other killer viruses, including bird flu, swine flu, and AIDS, are of zoonotic origins, meaning they originate in other animals and then spread to humans (GREGER, 2020). The processes involved in animal agriculture heighten the chance of more and perhaps deadlier pandemics. Two, the inefficiencies of animal agriculture in comparison with eating plants directly (rather than first feeding the plants to nonhuman animals) leave less food for the hundreds of millions of people without enough to eat. This problem, known as World Hunger (A Well-Fed World, 2020), leads to death and unrepairable physical and cognitive stunting. World Hunger is one manifestation of the larger issue of justice for humans on the bottom of the power ladder. These people include not only those suffering from hunger but also the indigenous people who lose their homes to satisfy the demand to increase the quantity of land devoted to animal agriculture, as well as those whose homes are being lost as sea levels rise due to climate change, and those thrust into dangerous, low-paid, and cruel work on factory farms and in slaughterhouses.

Criticism of Alternative Protein Foods

The products coming from the alternative protein space have been criticized for a number of reasons. While some of these reasons do have merit, others do not, and perhaps the best refutation of these criticisms derives from the saying “The perfect is the enemy of the good.”

a. Some critics point out that many of the foods emerging from the alternative protein space are not natural; eating them is similar to, the claim states, eating someone’s science experiment. In fact, in 2020, Lightlife Foods, a maker of plant-based and vegetarian foods, took out a full-page advertisement in the *New York Times*, criticizing Beyond Meat and Impossible Foods for using what Lightlife called “hyper-processed ingredients, unnecessary additives and fillers, and fake blood.” It is true that new foods, such as Beyond Meat and Impossible Foods, contain more ingredients than were found in foods eaten 75 years ago and that many of these ingredients were developed in labs, not grown on farms. However, contrast these foods with the modern animal-

ECO-REBEL

based foods which contain the antibiotics and the hormones fed to the unfortunate animals so that they grow quickly on factory farms. Modern production methods on factory farms also mean that products are contaminated with harmful pathogens such as salmonella (Mayo Clinic, [<https://www.mayoclinic.org/diseases-conditions/salmonella/symptoms-causes/syc-20355329>]).

This is not to mention the cholesterol, saturated fat, and lack of fiber and antioxidants in the products of animal agriculture.

Also, it is important to realize that this is an increasingly artificial world where even plant foods are becoming increasingly unnatural due to monocropping, artificial fertilizers, pesticides, hydroponics, and the disappearance of the family farm. The use of the methods of agri-business is justified by the need to feed everyone in the face of increasing population and rising expectations as to what and how much people eat. However, it should be kept in mind that the current target audience for the alternative protein foods are not health-conscious consumers of plant-based diets. Instead, these products are meant to appeal to the people for whom the trifecta proved insufficiently convincing.

b. Paul Shapiro and others talk about another trifecta, in addition to the three oft-cited reasons for moving away from animal-based diets. That trifecta are the criteria that protein alternatives must meet to convince people to switch. Just as people would not give up their horses for cars until cars had satisfied the criteria of convenience, experience, and cost, new foods must compete on the same fields. Animal-free foods have made substantial progress as to convenience, as they can be found in more and more supermarket shelves and on more and more restaurant menus. Furthermore, these foods provide an experience increasingly similar to meat-based foods as to taste, smell, look, and mouthfeel. The weak link so far has been cost, with new foods often costing at least twice as much as conventional foods. This can partly be attributed to the various subsidies given by governments to the producers of animal-based foods. Two other cost factors involve the smaller scale of production of nascent alternative protein companies and the heavy research budgets that necessarily burden these companies as they strive to improve their products. The hope is that future developments will lessen these costs.

c. Another issue that arises with alternative protein foods is whether or not they are 100% clean of ingredients of animal origin. With clean meat, the original state of the technology was that animal ingredients were normally used in two aspects of the production process. First, cells were harvested from living animals without harming the individuals from whom the cells were harvested. The harvested cells were then used to grow the clean meat. The hope is to create “immortal cells,” that is, cells that can divide innumerable times in a laboratory, thus making it unnecessary to harvest more. The second issue with creating clean meat is the medium in which the cells grow. For a time, this medium often contained fetal bovine serum, serum made from the blood of dead calves. Fortunately, progress is being made toward reducing or, even better, eliminating the use of animals in the creation of clean meat (WILDER, 2020).

A less scientifically daunting issue, but one that impacts all animal-free protein alternatives involves the other ingredients in dishes using protein alternatives. A simple example is when Swensen’s restaurant chain announced that they would provide Singapore customers with a plant-based patty option for their burgers, the first author went to a Swensen’s to give it a try, but he knew enough to ask before ordering about the ingredients in the bun, and it turned about that unlike the patty, the bun was not plant-based. This highlights the fact that the prime audience for protein alternatives are omnivores, and those wishing to eat a no-kill diet will still need to exercise caution.

Animal Rights or Animal Welfare

Another issue on which animal activists sometimes disagree could be termed animal rights vs animal welfare. Here are some examples.

a. Some very talented and dedicated animal activists have worked for years promoting changes to how chicken eggs are produced for human consumption. Perhaps the worst example of the cruelty that humans inflict on other animals is the use of battery cages (RSPCA Australia, 2018), in which between 4-9 hens are confined to a single cage, with less space per individual than that of a single A4 piece of paper. The hens cannot even spread their wings. Animal welfare advocates have made some progress in campaigning for “cage-free eggs.”

Of course, the hens in cage-free settings remain confined, without any chance of having a family, and once their egg production declines, the hens are sent for slaughter, just as happens to the hens in battery cages. Animal rights advocates call on people to stop eating any eggs. Animal welfare advocates are also fine with no one eating eggs; in fact, many of the animal welfare campaigners whom we know are themselves completely plant-based.

At the same time, alternative protein companies have developed substitute eggs. For example, Just (<https://www.ju.st>) offers an egg product made from mung beans that is claimed to have the same color, texture, and taste as eggs. However, even before that, people on plant-based diets would replace eggs with tofu colored, seasoned, and flavored with turmeric and other spices. Similarly, bananas and flaxseeds were two of the egg substitutes used in baking.

b. Another example of intermediate steps can be seen in campaigns such as Green Monday, Meatfree Monday, and Veggie Thursday which encourage people to reduce their consumption of animal-based foods. Do such campaigns reduce the killing and confinement of nonhuman animals, or do people who reduce consumption one or two days a week, “compensate” by eating more animal-based foods on other days? When advocacy groups endorse these reduction efforts, are they approving of the abuse of our fellow animals, because meat reducers are still meat eaters? The blended meat concept is somewhat similar to meatfree days, as people continue to eat meat but less of it. Alternative protein products promise the best of both worlds: people eat all the meat and other animal-based foods they wish while at the same time avoiding the damage done by animal agriculture.

c. Another type of effort that falls well short of the ideals of Animal Rights proponents are campaigns targeted at saving particular animals, such as campaigns to ban consumption of sharks fin (WWF, 2020), or reducing consumption of particular foods, such as faux gras. These efforts seem to favor certain animals, such as sharks, without addressing the fundamental point that our fellow animals are not here on the planet to meet the needs and to delight humans’ taste buds or otherwise entertain humans. Instead, these sentient beings have their own needs and interests.

The same issue arises with the protection of endangered species. The lives of the last members of a particular species are certainly important to them, but so too are the lives of the chickens whom we breed in their billions so that we can continue to eat their flesh and eggs. The difference between the last members of an endangered species and the same number of members of a species bred by humans may lie more with the interests of humans. By saving a species from extinction, we maintain species diversity, thus making life more interesting to humans, providing more animals to watch on the Discovery Channel. Also, saving species from extinction helps humans by maintaining balance in ecosystems, for example, the depletion of shark populations in the Atlantic Ocean has been thought to lead to increases in the populations of one of the sharks’ prey, cownose rays, which in turn might reduce populations of scallops, one of the rays’ prey (ZABARENKO, 2007). This was seen as bad, because humans make money from capturing and selling scallops.

ECO-REBEL

The dilemma lies in whether to go for the low hanging fruit, such as protecting animals whom, for whatever reason, advocates might be able to convince our fellow humans to protect, or should advocates take an Animal Rights position and argue for the protection of all of our fellow members of the animal kingdom? Is linking animal protection to human interests just another form of the same anthropocentric (human-centered) view that justifies us doing whatever we choose to animals, or is leading with human interests the smart way to win victories and build momentum? Again, alternative foods could lead to changes that make everyone happy. Plus, alternatives now exist not just for food but also for other products from animals. For instance, alternatives have long existed for products made from the fur of animals, and new companies are making leather in laboratories that substitutes for leather from cows, alligators, and ostriches.

Our Personal Perspectives and Reflections

To add personal perspectives of the co-authors of this article, when George originally went vegetarian in 1980, the key motivator was a book, *Diet for a Small Planet* (MOORE-LAPPÉ, 1971) that used the Justice argument, explaining that World Hunger, a problem plaguing hundreds of millions of people, was linked to meat eating. For the next 20 years, he was a silent vegetarian, not even telling people he was vegetarian unless they asked and not joining or even investigating organizations involved in animal protection. However, he was living in the U.S. during part of that time and while there, he volunteered with organizations that sought to change U.S. foreign policy to protect people in Third World countries. Through such organizations, he was exposed to human rights issues, including women's rights, minority people's rights, and workers' rights, which may explain his preference for linking animal issues with other issues, in what is now called an intersectional approach (DéCOUD, 2016). Intersectionality helps animal advocates to answer the accusation, "You animal advocates only care about animals; you don't care about people."

George became active in Vegetarian Society (Singapore) in 2002, and since then, he has been a leader in that and related organizations. Until 2019, he believed that the trifecta of reasons opposing animal-based foods (ABRISHAMI, 2016) was the best route; it was just a matter of choosing which of the three reasons best suited a particular event, organization, or individual, and of waiting to reach a tipping point in the number of plant-based eaters. When VSS started to work with alternative protein businesses, for example, in 2018 and 2019, organizing the Disruption in Food and Sustainability Summit, he was suspicious of companies, even vegan-led companies, working in the alternative protein space. He worried that they were not sincere, that replacing animal-based foods was, to these companies, just a smart play, a way to make money by hopping on a trend.

Now, he has changed his mind. He has little interest in people's motivations; he only cares about the impact of their companies' action. If they reduce consumption of animal-based foods, he does not care if they become rich in the process. In fact, he hopes that they do become rich, because that will attract others to the space, and maybe some of these newly-rich people will donate some of their riches to NGOs such as Centre for a Responsible Future, VSS's successor, and Kampung Senang Charity and Education Foundation, another organization for which he volunteers. The main reason he is not involved in companies in the alternative protein space is that he lacks the science and business skills needed, although maybe someday, some of his skills will appeal to such companies.

Meng Huat became vegetarian in 1991 at the very young age of 13 years. It was a personal choice, and the key motivation was to be kind to nonhuman animals based on the teachings of Buddhism (VAN TILBORGH, 2019), after he attended a few months of talks on Buddhism and the value of

ECO-REBEL

acts of compassion. He was the youngest of 12 siblings in his family and the first to become vegetarian, although a sister has since joined him.

For many years, Meng Huat has been aware of research in ecolinguistics but did not really explore and reflect on how vegetarians can (or should!) advocate for nonhuman animals via their academic work. He had always thought that dietary preference was an entirely individual affair, and one is not to impose one's ideals or views on to others. But increasingly, as he is exploring the meaning of his profession as an applied linguist for the world, he finds significance in his life by advocating for greater conscious awareness of issues that are of importance to this world, and this includes raising awareness of issues surrounding the treatment of nonhuman animals and addressing instances of injustice humans have created on this planet as a living place that is shared with nonhuman animals. Meng Huat took his baby steps toward this direction of animal activism with the guidance and support of George.

One project the two authors have recently collaborated on is a commentary (CHAU & JACOBS, 2021), which expressed the concern that the latest edition, the 7th edition, of the Publication Manual of the American Psychological Association (APA, 2020), advises that the use of the relative pronoun *who* should be restricted to humans, while *that* and *which* are to be used for nonhuman animals. The authors view this policy as a case of discrimination or more precisely, speciesism (i.e., “a belief of humans that all other species of animals are inferior and may therefore be used for human benefit without regard to the suffering inflicted”, *Collins English Dictionary*, 2018). The APA is a standard guide adopted by many professional journals and universities for their writers and students, and these (journals and universities) are platforms and places where students, professionals, and other scientists develop and express their worldviews, and at the same time have their practices and subconscious thinking shaped and “conditioned” in the process of their participating in a discourse of this kind created in journals and at universities.

This is where the main worry lies: adopting the APA's counsel, as many journals and universities already do, would mean, in this specific case, promoting and reinforcing a worldview that humans decide on how the planet earth is run and that nonhuman animals are subject to the decision making, wise or otherwise, just or otherwise, of humans. That is, it would signify and reaffirm the misleading and most unfortunate belief that the use of *who* is for the superior human species with *that* and *which* for the more object-like nonhuman animals. (Of course, it should be noted that in our experience, it is not uncommon for journal editors and tertiary lecturers to be ignorant of or ignore elements of the guidance provided by APA.)

It should also be noted that human society has no doubt been making slow but steady yet uneven advancement in redressing biases, as shown in the progressive changes championed by the APA to reduce bias in language in areas such as sex and disability. The goal of the commentary that we hope to publish is to promote greater bias-free practices in both academia and society that would include the selection of relative pronouns for use with nonhuman animals. We hope that our efforts are not confused with what some call “cancel culture” (THERIAULT, 2019). Wikipedia (2021) defined cancel culture as, “The cultural phenomenon of publicly shaming, rejecting, and ceasing to provide support to people, companies, stores, etc., deemed unacceptable, and calling on others to boycott them.” Although we have clearly stated our opinion on this matter as far back as Guilquin and Jacobs (2006), we seek to use collegial dialogue to persuade APA and others of the merits of our view.

We are also currently collaborating on a related project that explores this same issue through the eyes of one set of gatekeepers: the editors of academic journals. Along with a colleague, we sent an ethics-approved survey to more than 100 editors of a wide variety of academic journals in which

nonhuman animals might be mentioned. At this point, we are preparing to analyze the data we have collected.

Does changing the language used to refer to nonhuman animals have anything to do with moving toward plant-based foods, which is the focus of this article? We admit the link may not look obvious on the surface. While the concern raised appears to be a language issue, the whole argument is really a fundamental ethical issue that lies at the heart of how we treat nonhuman animals. Possibly when we begin to extend the use of *who* to refer to our fellow earthlings, the circle of moral and ethical concern in our society will expand accordingly, including a greater move toward plant-based diets. We have all learned about the butterfly effect, where small things can have non-linear impacts on greater, more complex systems. That is, small acts or changes, such as changing language use, can serve as catalysts that create bigger changes. It is a direction toward which we are striving.

Another study in which we are involved as applied linguists also has indirect yet real implications for the way that humans view our fellow animals. This study looks at Indonesian English teachers' view of meritocracy, i.e., the belief that success in academia, careers, and other areas of life should be based solely on people's ability to perform relevant tasks, e.g., lecturers should be promoted to professorships based on their publications, their research, their teaching, and other important aspects of their work. Promotion should not be based on such considerations as family ties, financial payments, or favors done for those in powerful positions in university or political hierarchies. Sandel (2020) and others, while supporting the general idea of meritocracy, have expressed serious concerns about the fairness with which the concept is applied in many societies. We hope to extend the critique of meritocracy beyond our species to look at the speciesism of how the concept is applied across animal species to justify humans' domination of our fellow animals. As de Waal (2016) put it in the title of one of his books, "Are we smart enough to know how smart animals are?"

Conclusion

If the best hope for reducing human purchases of animal-based foods lies in replacing those foods with more humanely produced foods created via a range of processes including fermentation, cell cultivation, and repurposing of plant foods, what role is left for organizations, such as Centre for a Responsible Future, that have long banged the three drums of health, environment, and ethical treatment of non-human animals? Perhaps, while companies such as Sophie's Bionutrients, Green Monday, Karana, and Turtletree Labs work on the supply side – as supply increases, prices will, we hope, fall – organizations such as Kampung Senang and CRF can work on the demand side. A similar view was expressed in 2021 by Kateman (2021) who takes a quote from an almost twenty-year-old book (SCULLY, 2002) on the cruelty of animal agriculture. In this quote, Scully praises clean meat, which was then mostly science fiction.

"Here's a technology designed to rehumanize us, putting mankind's brilliance and ingenuity in service to our gentler side. Gone, as this innovation reshapes the market, is any further claim of necessity for industrial animal farming, an enterprise that long ago slipped the boundaries of reasonable and conscientious practice . . ."

This ethical argument, as well as the health, environment, pandemic, and justice arguments deserve to be kept in the public's minds in order to speed adoption of protein alternatives, to garner greater government support, and to spur innovations in other areas related to these causes, such as justice issues. After all, animal agriculture is only one cause of each of these problems. For instance, even if we stop feeding plant foods to animals whom we later eat, that will not guarantee that this now-available food reaches people without enough food, because

ECO-REBEL

these people may still be too poor to create the “effective demand” (PETTINGER, 2018) needed for them to secure the food for themselves and their families.

A final point is one made by Paul Shapiro when he appeared on the Sentience Podcast: people are reluctant to condemn systems they are still part of. In other words, perhaps one reason why the large majority of people have not been dancing to the beat of any of the three drums that animal activists have been playing is that people resist criticizing their own actions, because people want to be logically consistent. The hope is that when our co-workers in the alternative protein space provide a wide range of products that are as good or better than conventional foods as to price, taste, and convenience, our arguments will suddenly make sense, thereby serving to further increase demand for alternatives, as well as to extend protections for nonhuman animals to other areas.

References

- A Well-Fed World. (2020). *Scarcity vs. distribution*. <http://awfw.org/scarcity-vs-distribution>
- ABRISHAMI, T. *Three reasons why you should be vegan*, 2016. <https://www.jhunewsletter.com/article/2016/04/three-reasons-why-you-should-be-vegan>
- American Psychological Association. *Publication manual of the American Psychological Association*. Author, 2020.
- COLLINS. (n.d.). Speciesism. In *Collins English Dictionary*. Retrieved March 11, 2021, from <https://www.collinsdictionary.com/dictionary/english/speciesism>
- CHAU, M. H.; JACOBS, G. M. Applied Linguistics, language guidelines, and inclusive practices: The case for the use of *who* with nonhuman animals. *International Journal of Applied Linguistics* 2021. <https://doi.org/10.1111/ijal.12357>
- COATES, T-N. *Between the world and me*. Penguin Random House, 2015.
- de WAAL, F. *Are we smart enough to know how smart animals are?* Grants, 2016.
- DÉCOUD, R. The migration to intersectional leadership in the animal rights movement, 2016. <https://www.animalsandsociety.org/human-animal-studies/sloth/sloth-volume-2-no-1-winter-2016/the-migration-to-intersectional-leadership-in-the-animal-rights-movement>
- FLEMING, A. (2018, June 26). Pet food is an environmental disaster: Are vegan dogs the answer? *The Guardian*, 2018. <https://www.theguardian.com/global/2018/jun/26/pet-food-is-an-environmental-disaster-are-vegan-dogs-the-answer>
- FREEBERG, E. *A traitor to his species: Henry Bergh and the birth of the animal rights movement*. Basic Books, 2020.
- GARCÍA-GÓMEZ, B.; VÁZQUEZ-ODÉRIZ, M. L.; MUÑOZ-FERREIRO, N.; ROMERO-RODRÍGUEZ, M. Á.; VÁZQUEZ, M. Novel cheese with vegetal rennet and microbial transglutaminase: Effect of storage on consumer acceptability, sensory and instrumental properties. *International Journal of Dairy Technology*. 2020. <https://doi.org/10.1111/1471-0307.12752>
- GILQUIN, G. ; JACOBS, G. M. Elephants who marry mice are very unusual: The use of the relative pronoun *who* with nonhuman animals. *Society & Animals* v. 14, n. 1, 2006, p. 79-105. <https://www.animalsandsociety.org/wp-content/uploads/2016/04/gilquin.pdf>
- Good Food Institute. (2020). *State of the Industry report: Fermentation: An introduction to a pillar of the alternative protein industry*. 2020. <https://www.gfi.org/files/fermentation/INN-Fermentation-SOTIR-2020-0910.pdf>
- GREGER, M. *Pandemics: History and prevention*. 2020, March 27. [Video]. <https://nutritionfacts.org/video/pandemics-history-prevention>

ECO-REBEL

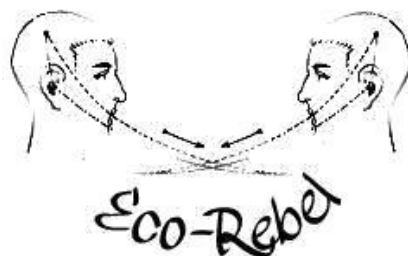
- KAISER, B. A. (2013). *Bioeconomic factors of natural resource transitions: The US sperm whale fishery of the 19th century* n. 116, 2013. IME Working Paper. <http://hdl.handle.net/10419/82803>
- KATEMAN, B. Once we have lab-grown meat, will we still need animal advocacy, 2021. <https://www.fastcompany.com/90599561/once-we-have-lab-grown-meat-will-we-still-need-animal-advocacy>
- KING, B. J. *Personalities on our plates*. University of Chicago Press, 2017.
- MARTINEZ, J. Lightlife targets beyond meat and impossible foods in a full-page New York Times ad: Here's their response. *VegNews* 2020, August 26. <https://vegnews.com/2020/8/lightlife-targets-beyond-meat-and-impossible-foods-in-a-full-page-new-york-times-ad-here-s-their-response>
- Mayo Clinic. *Salmonella infection*, 2021. <https://www.mayoclinic.org/diseases-conditions/salmonella/symptoms-causes/syc-20355329>
- MOORE-LAPPÉ, F. *Diet for a small planet: High protein, meatless cooking*. Ballantine, 1971.
- OKAMOTO, T. *Plant-Based on a budget*. BenBella Books, 2019.
- PETTINGER, T. *Effective demand*, 2018. <https://www.economicshelp.org/concepts/effective-demand>
- RSPCA Australia. *What exactly is a battery cage?* 2020. <https://www.rspca.org.au/blog/2018/what-exactly-battery-cage>
- SANDEL, M. J. *The tyranny of merit: What's become of the common good*. Farrer, Straus and Giroux, 2020.
- SCULLY, M. *Dominion: The power of man, the suffering of animals, and the call to mercy*. Macmillan, 2020.
- SHAPIRO, P. *Clean meat: How growing meat without animals will revolutionize dinner and the world*. Simon & Schuster, 2018.
- SHAPIRO, P. (2020, December 18). *Let's end humanity's war on the rest of the planet*, 2020, December 18. [audio podcast episode]. <https://sentientism.info/lets-end-humanitys-war-on-the-rest-of-the-planet-better-meat-ceo-animal-rights-hall-of-famer-paul-shapiro-new-sentientist-conversation>
- STEFFEN, W.; PERSSON, Å.; DEUTSCH, L.; ZALASIEWICZ, J.; WILLIAMS, M.; RICHARDSON, K., ...; SVEDIN, U. The anthropocene: From global change to planetary stewardship. *Ambio* v. 40, n. 7, 2011, p. 739-761. <http://dx.doi.org/10.1007/s13280-011-0185-x>
- THERIAULT, L. (2019). From cancel culture to changing culture. *University of Maine Racial Justice Collection*, 2019. https://digitalcommons.library.umaine.edu/racial_justice/170/
- van TILBORGH, A. J. *What does Buddhism say about vegetarianism?*, 2019. <https://medium.com/interfaith-now/what-does-buddhism-say-about-vegetarianism-7dcb2bc2a84>
- Vegetarian Resource Group. *How many adults in the U.S. are vegan?* 2020. <https://www.vrg.org/blog/2020/08/07/how-many-adults-in-the-u-s-are-vegan-how-many-adults-eat-vegetarian-when-eating-out-asks-the-vegetarian-resource-group-in-a-national-poll/>
- WHITNALL, T.; PITTS, N. *Meat consumption*, 2020. <https://www.agriculture.gov.au/abares/research-topics/agricultural-outlook/meat-consumption>

ECO-REBEL

- WILDER, A. Food tech news: New growth medium for cultured meat, Pepsi's plastic-free promise. *The Spoon* 2020. <https://thespoon.tech/food-tech-news-new-growth-medium-for-cultured-meat-pepsis-plastic-free-promise>
- WWF. Say #NOSHARKFIN, 2020. https://www.wwf.sg/get_involved/say_no_shark_fin
- YAKA, Ö. (2019). Rethinking justice: Struggles for environmental commons and the notion of socio-ecological justice. *Antipode* v. 51, n. 1, p. 353-372. <https://doi.org/10.1111/anti.12422>
- ZABARENKO, D. Overfishing of sharks makes scallops: Study, 2007. <https://www.reuters.com/article/us-sharks-overfishing-idUSN2919371720070329>

Aceito em 20/03/2021.

ECOLINGÜÍSTICA: REVISTA BRASILEIRA DE
ECOLOGIA E LINGUAGEM (ECO-REBEL), V. 7, N. 2, 2021.



LÍNGUA, COMUNIDADE E PLURICENTRISMO À LUZ DA ECOLINGUÍSTICA

Davi Albuquerque¹ (NELIM/ GEPLÉ)

Resumo: A Ecolinguística apresenta diversas teorias, ramificações, metodologias e faz interface com diversas áreas do conhecimento, sendo a Linguística e a Ecologia as principais. Porém, a Ecolinguística mesmo sendo elaborada como uma alternativa, bem como uma crítica a certas visões e práticas vigentes no mundo atual, tanto científicas, quanto socioeconômicas, ainda continua sendo mal-vista ou desconhecida por parte dos pesquisadores. No presente artigo, emprega-se a Linguística Ecolinguística por diversos fatores, sendo o principal: essa vertente possuir relação íntima com a Ecologia Biológica. Para não haver críticas ou equívocos, faz-se necessário uma introdução explicativa a respeito da disciplina, deixando claro os seguintes aspectos da Ecolinguística: a definição, os níveis de atuação e a terminologia, o que será feito na seção (1). Na seção seguinte, em (2), serão apontados os conceitos de língua, interação e comunidade de fala dentro da Ecolinguística. Na seção (3), serão apresentadas as noções de pluricentrismo e acentrismo também sob uma perspectiva da Ecolinguística, sendo que ambos estão relacionados com a interação e a comunidade de fala. Finalmente, na seção (4), serão tecidas algumas considerações finais a respeito da Ecolinguística como uma nova maneira de estudar as línguas, de se encarar as ciências e de se enxergar o mundo, ou seja, esta disciplina possui muito a

¹ Doutor em Linguística pela Universidade de Brasília (UnB). Membro do NELIM (Núcleo de Estudos de Ecolinguística e Imaginário), da Universidade Federal de Goiás (UFG), e do GEPLÉ (Grupo de Estudos de Linguística Ecolinguística), da Universidade de Brasília (UnB).

ser desenvolvido ainda, por ser relativamente recente, bem como a contribuir para a comunidade científica e para nossa sociedade.

Palavras-chave: Ecolinguística; Linguística Ecológica; Comunidade de fala; Pluricentrismo.

Abstract: Ecolinguistics presents several theories, ramifications, methodologies and interfaces with different areas of knowledge, being Linguistics and Ecology the main ones. However, Ecolinguistics, even being elaborated as an alternative and as a critique of certain current scientific and socioeconomic views and practices in the world, is still poorly regarded or unknown by researchers. In the present article, we use Ecosystem Linguistics for several factors, the main one being: this aspect has a close relationship with Biological Ecology. In order to avoid criticism or misunderstanding, an explanatory introduction about this discipline is necessary, making clear the following aspects of Ecolinguistics: the definition, the levels of action and the terminology, which will be done in section (1). In the next section, in (2), the concepts of language, interaction and speech community within Ecolinguistics will be pointed out. In section (3), the notions of pluricentrism and accentrism will also be presented from an Ecolinguistic perspective, both of which are related to interaction and the speech community. Finally, in section (4), some concluding remarks about Ecolinguistics will be withdrawn as a new way of studying languages, facing the sciences and seeing the world. In other words, this discipline has much to be developed, but it has also the potential of contributing to the scientific community and our society.

Keywords: Ecolinguistics; Ecosystemic Linguistics; Speech Community; Pluricentrism.

Introdução

A Ecolinguística é uma disciplina que traz uma visão ecológica para os estudos da linguagem. Ela representa uma nova maneira de se olhar um objeto de pesquisa, seguindo a proposta dos sistemas complexos, inserindo-se, assim, num novo paradigma para as ciências, o paradigma ecológico, sendo considerada de natureza multidisciplinar (COUTO, 2013, 2015). O filósofo da linguagem Finke (2017) chega a afirmar que a abordagem ecológica para os estudos da linguagem é precursora duma nova era para as ciências, uma era transdisciplinar.

É possível afirmar que o surgimento da Ecolinguística data da década de 1970, com o linguista Einar Haugen, que a definiu como o estudo das relações entre língua e meio ambiente (HAUGEN, 1972). Essa definição, bem como a abordagem ecolinguística, vem sendo refinada por seus

ECO-REBEL

praticantes nas últimas décadas. Desde seu surgimento até início da década de 1990, ela foi considerada uma subárea da Linguística, relacionada ao contato de línguas ou à sociolinguística ou à Linguística Aplicada. Atualmente, há um consenso entre os seus praticantes de que a Ecolinguística é uma ciência independente, sendo de caráter multidisciplinar (COUTO, 2013, 2015), por ser formada a partir de várias disciplinas, podendo fazer uso de diferentes suportes teórico-metodológicos (ALBUQUERQUE, 2015; COUTO, 2018), ou até mesmo transdisciplinar (FINKE, 2014, 2017).

De acordo com o que foi apresentado e será exposto detalhadamente abaixo, a Ecolinguística apresenta diversas teorias, ramificações, metodologias e faz interface com diversas áreas do conhecimento, sendo a Linguística e a Ecologia as principais. Porém, a Ecolinguística mesmo sendo elaborada como uma alternativa, bem como uma crítica a certas visões e práticas vigentes no mundo atual, tanto científicas, quanto socioeconômicas, ainda continua sendo mal vista ou desconhecida por parte dos pesquisadores. Entre as visões e práticas mais criticadas pelos ecolinguistas estão: a visão de mundo atual de nossa sociedade, principalmente relacionadas à globalização e seus malefícios aos indivíduos, a grupos de indivíduos e a todas as espécies; a destruição de todo tipo de diversidade (linguística, cultural, étnica, religiosa, biológica etc.); desvalorização da vida e do meio ambiente; a ênfase apenas nos aspectos econômicos da vida em sociedade, em detrimento das demais relações humanas, animais e ambientais.

Há um consenso entre os ecolinguistas a respeito da existência de diferentes teorias ecolinguísticas, sendo que estas apresentam concepções ou enfocam partes distintas de seu objeto de estudo e possuem metodologias específicas. As principais teorias/ modelos ecolinguísticas que podemos citar são: o modelo gravitacional (CALVET, 1999, 2016b); a gramática pragmo-ecológica (MAKKAI, 1993, 2015, 2016); a teoria do sistema-língua-mundo (TRAMPE, 1990, 1996, 2016); a linguística ecossistêmica (COUTO, 2013, 2015, 2016); a linguística dialética, ou ecolinguística dialética (BANG; DØØR, 2007, 2015); unificação das teorias do sistema-língua-mundo e da ecolinguística dialética (BANG; TRAMPE, 2014).

No presente artigo, emprega-se a Linguística Ecossistêmica (doravante LE) por diversos fatores, entre eles: essa vertente da Ecolinguística possui relação íntima com a Ecologia Biológica, ou seja, encara a língua, a comunidade e as interações como elementos naturais dentro de um ecossistema; as ideias ecológicas não são utilizadas de maneira metafórica, conforme se infere da afirmação

ECO-REBEL

anterior; a LE vem ganhando um espaço significativo no Brasil nos últimos anos²; a LE possui teoria e metodologia bem claras, assim como diversos estudos de caso e aplicações.

Desta maneira, além desta introdução explicativa a respeito da disciplina, é necessário deixar claro os seguintes aspectos da Ecolinguística: a definição, os níveis de atuação e a terminologia, o que será feito na seção (1). Na seção seguinte (2), serão apontados os conceitos de língua, interação e comunidade de fala dentro da Ecolinguística, sendo que a interação é um conceito central e que é a partir dele que se desenvolvem todos os outros, bem como os estudos ecolinguísticos. Na seção (3), serão apresentadas as noções de pluricentrismo e acentrismo também sob uma perspectiva da Ecolinguística, sendo que ambos estão relacionados com a interação e a comunidade de fala. Finalmente, na seção (4), serão tecidas algumas considerações finais a respeito da Ecolinguística como uma nova maneira de estudar as línguas, de se encarar as ciências e de se enxergar o mundo, ou seja, esta disciplina possui muito a ser desenvolvido ainda, por ser relativamente recente, bem como a contribuir para a comunidade científica e para nossa sociedade.

1. Ecolinguística: aspectos teóricos e terminológicos

A Ecolinguística está relacionada com a Ecologia Biológica, que estuda as redes de interações entre os organismos dentro dum ecossistema (ODUM, 1971, p. 8). Já o ecossistema consiste nas interações entre os organismos (os indivíduos) numa determinada área, levando em consideração seu meio ambiente (o mundo). Essas interações podem se dar tanto entre indivíduo e mundo, quanto entre indivíduos.

A Ecolinguística encara a língua como interação, procurando estudar como ela se dá dentro de um ecossistema específico, observando principalmente a tríade língua (L), povo (P) e território (T) dos quais derivam três ecossistemas, a saber: o Ecossistema Natural da Língua, Ecossistema Mental da Língua e o Ecossistema Social da Língua, bem como um Ecossistema Integral da Língua, que une os três ecossistemas linguísticos anteriores (COUTO, 2013, 2015). Além disso, a Ecolinguística estuda as interações comunicativas, analisando os aspectos ecológicos e sistêmicos destas, por meio da chamada ecologia das interações comunicativas.

Na atualidade, faz-se necessária a modificação da visão de mundo perniciososa que nossa sociedade apresenta e a urgência de se cuidar do meio ambiente, sendo que este é apenas um dos três grandes

² Sobre uma retrospectiva da Ecolinguística no Brasil na última década, bem como um balanço de seus projetos, resultados e contribuições, ver Araújo (2017) e Couto (2017).

níveis em que a Ecolinguística procura atuar (FILL; PENZ, 2017, p. 441). As características mais criticadas por ecolinguistas dessa visão são aquelas relacionadas à globalização e seus malefícios a indivíduos, a grupos de indivíduos e a todas as espécies, como: destruição de todo tipo de diversidade (linguística, cultural, étnica, religiosa, biológica etc.); desvalorização da vida e do meio ambiente; ênfase apenas nos aspectos econômicos da vida em sociedade, em detrimento das demais relações humanas, animais e ambientais.

De acordo com Fill e Penz (2017, p. 442), esses três níveis de atuação da Ecolinguística são: 1 – a diversidade linguística e todas as áreas afins; 2 – as relações ‘língua-discurso-meio ambiente’; 3 – a Ecolinguística como uma ciência transdisciplinar.

Fill e Mühlhäusler (2001, p. 1) separam também três subáreas da Ecolinguística que estão de acordo com os três níveis de atuação da disciplina, citados anteriormente. Estas três áreas são: a ‘Ecolinguística Crítica’ (estuda os usos da língua em relação ao meio ambiente), ‘Língua e Meio Ambiente’ (estuda as relações entre língua e o meio ambiente natural em que ela está inserida) e ‘Linguística como Metáfora’ (a ecologia é utilizada apenas de maneira metafórica para explicar fenômenos linguísticos, principalmente em contato de línguas).

Finalmente, consideramos importante reduzir a abrangência do termo ‘ecolinguística’, bem como dos termos afins, delimitando cada um deles. Isto já foi feito por alguns ecolinguistas, porém alguns deles acabam por oferecer significados próprios, fazendo, assim, com que haja mais confusão. Com isso, adotamos aqui a proposta de Couto (2007, p. 42) que traduziu para a língua portuguesa os termos existentes e definiu-os, de acordo com seu modelo teórico e também os manuais de Ecolinguística já publicados, oferecendo o que há de consenso entre os praticantes dessa disciplina.

2. Língua, interação e comunidade de fala

Nos principais manuais de Ecolinguística, como Fill e Mühlhäusler (2001) e Fill e Penz (2017), é possível perceber duas concepções sobre as relações entre língua e meio ambiente. A primeira, iniciada por Haugen (1972), trata metaforicamente dos conceitos ecológicos nos estudos da linguagem, enquanto a segunda, em que Halliday (2001 [1990]) faz o percurso contrário, chama atenção do impacto das línguas sobre as temáticas do meio ambiente. Há ainda uma terceira abordagem, que é a teoria do sistema-língua-mundo (TRAMPE, 1990, 1996, 2016), bem como a LE (COUTO, 2013, 2015, 2016b), a qual foi influenciada pela teoria anterior. Nesta abordagem,

ECO-REBEL

há uma visão ecológica sobre o mundo e, da mesma maneira, a linguagem é encarada como um fenômeno ecológico, ou seja, há o ecossistema linguístico e nele “a língua (L) são as interações verbais que se dão entre os membros da população ou povo (P) e entre eles e o mundo ou território (T), exatamente como na ecologia biológica” (COUTO, 2015, p. 42).

Em Albuquerque (2017), há sugestões de estudos de caso de acordo com a LE que esclarecem o leitor sobre a aplicação dessa teoria, bem como seu suporte metodológico. Partindo do conceito de ‘dinâmica das línguas’ do funcionalismo e expandindo-o para um estudo ecolinguístico de natureza holística, tendo a parte leste da ilha de Timor como ecossistema linguístico, Albuquerque (2017, p. 195) aponta os seguintes aspectos teóricos relacionados à dinâmica das línguas em sua acepção do funcionalismo:

- Atos de interação comunicativa (AIC) e a ecologia da interação comunicativa (EIC);
- Regras interacionais e regras sistêmicas;
- Ecologia do contato de línguas;
- Pluricentrismo e acentrismo linguístico;
- Linguodiversidade.

O autor acrescenta que “a listagem acima não foi elaborada de maneira arbitrária, mas partindo dos temas mais discutidos em direção aos menos abordados até o momento nos estudos ecolinguísticos, bem como do particular ao universal” (ALBUQUERQUE, 2017, p. 195). Ainda em Albuquerque (2017, p. 196), seguindo a proposta da multimetodologia em Ecolinguística, elabora uma lista “para o estudo de dinâmica das línguas no âmbito da Linguística Ecossistêmica”, chamando atenção para o fato de que “alguns pontos já foram bem estudados dentro da Ecolinguística (como os pontos 1 e 2) ou de outra disciplina, como a Linguística Descritiva, a Sociolinguística ou o Funcionalismo (3 e 4)” mas que “há outros que até o momento não estão bem delimitados ou estudados, encontrando-se abertos para pesquisas futuras” (ALBUQUERQUE, 2017, p. 196).

Entre os elementos da metodologia e coleta de dados, o autor destaca alguns como: o trabalho de campo ecolinguístico³; a observação e a interação com a comunidade (AIC e regras interacionais);

³ Sobre a noção de ‘trabalho de campo ecolinguístico’, ver Nash (2013) e Albuquerque (2015). A ideia de pesquisar um ecossistema linguístico reduzido e delimitado é para que o pesquisador consiga abordar de maneira holística todas as interações que ocorrem dentro do ecossistema estudado. Este procedimento metodológico da Ecolinguística é chamado de ‘minimalismo empírico’ e também se encontra explicado nas

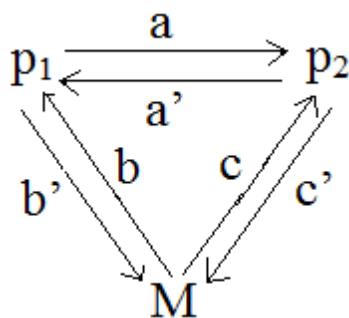
e o conhecimento acadêmico (levantamento bibliográfico, interdisciplinaridade) e ecológico da comunidade estudada (convivência).

Além da proposta metodológica listada acima, Albuquerque (2017, p. 197) também elabora uma lista com os principais pontos para uma análise ecolinguística, sendo que é possível observar, interpretar e analisar de acordo com uma abordagem ecolinguística as interações (familiares, com a comunidade e com o pesquisador); a influência da escolarização, da mídia e da presença estrangeira; a coexistência de diferentes sistemas dentro do ecossistema e a descrição deles. Esses assuntos estão relacionados com a sociolinguística, multilinguismo, contato de línguas, descrição linguística etc.

Vale lembrar que temos dois tipos de interação: a interação indivíduo-mundo, que consiste no processo de significação, de referência, de denotação, de denominação, entre outros; a interação indivíduo-indivíduo, que é a comunicação, referida dentro da Ecolinguística como interação comunicativa.

A Ecolinguística encara o fenômeno da linguagem como uma série de interações e inter-relações que estão conectadas umas com as outras, fazendo com que o estudo de uma parte separada (um único fenômeno linguístico específico) seja visto como uma abstração que, além de não se relacionar com o objeto de estudo como um todo, não está de acordo com a realidade, que é a língua em uso por seus falantes. A fig.1 abaixo representa a perspectiva com que o ecolinguista observa a interação comunicativa dentro do ecossistema:

Fig. 1 A interação comunicativa (COUTO, 2015, p. 51)



duas referências citadas.

ECO-REBEL

Os indivíduos mínimos necessários para a interação consistem num par, duas pessoas (p_1) e (p_2), sendo o primeiro o falante, enquanto o segundo, o ouvinte, no primeiro momento da interação (do segundo em diante os papéis se invertem). A interação ocorre com o falante fazendo uma solicitação (a) ao ouvinte que a atende (a'), porém para um estudo ecológico da interação comunicativa deve-se levar em consideração também as interações que cada indivíduo tem com o mundo (M), que são distintas para cada pessoa, por isso (b) e (b') para (p_1) e (c) e (c') para (p_2). Vale enfatizar que é aqui que ocorrem os processos de significação e referência; a eficácia do processo comunicativo depende da proximidade entre (b) e (c): quanto mais distantes, pior será a comunicação entre os indivíduos. Para finalizar, é preciso ressaltar que elas dependem das regras interacionais, que serão comentadas abaixo, e das regras sistêmicas, que são o sistema ou a gramática.

Para Garner (2014, p. 115), as regras, de acordo com uma visão ecolinguística, não são um conjunto de fatos estáticos. As regras são processos temporais e emergentes regidos pela 'formulação' e 'implementação', sendo que o primeiro se preocupa com o estudo da estabilização das regras, enquanto o segundo com sua aplicação e os conhecimentos necessários para os falantes empregá-las. Assim, a gramática e o dicionário são vistos como 'formulários', um conjunto específico de fórmulas. Por isso, a preocupação maior do linguista não deve ser com descrever um recorte estático do que seria a regra, pois tal trabalho não descreve a realidade das regras, tampouco compreende os processos que a formaram. O foco do ecolinguista seria descrever os processos emergentes, principalmente baseado nos sistemas complexos, tanto da formação das regras, quanto das escalas temporais de seu emprego pelos falantes (URYU; STEFFENSEN; KRAMSCH, 2014; BASTARDAS-BOADA, 2017).

A Ecolinguística não descarta a importância da gramática e do dicionário, já que ambos são importantes para manter a visão externa que o falante tem de sua língua, das regras e, por último, da estabilidade e possibilidade de suas interações. De maneira distinta, a visão interna das regras é que foca na interação, principalmente na comunicação por meio da língua, fazendo uso de antecipações, criatividade e sociabilidade (GARNER, 2004, 2014, 2015).

Tal visão está em concordância com a teoria sistema-língua-mundo e a LE, ao separar a endoecologia (visão interna) e a exoecologia linguísticas (visão externa), bem como com o fato de encarar a língua como interação comunicativa, ou seja, como a própria comunicação, sendo um traço psicológico, social, natural e cultural de nossa espécie.

ECO-REBEL

Para Couto (2015, 2016b), as regras que importam na interação são aquelas que são vistas pelo falante como ‘regularidades’, e não as que são ‘regulamento’. Ademais, Couto (2015, 2016b) afirma que as regras vistas como ‘regularidades’ são as regras da interação, ou regras interacionais. Albuquerque (2020) explica que para Couto (2015, 2016b) na LE destacam-se “os três ecossistemas (natural, mental e social) e suas convergências no ecossistema integral, os Atos de Interações Comunicativa (AIC) e da comunhão”, assim como “a língua só existe por causa das interações, ou seja, os AICs, nasce e mantém-se por causa destes, e morre na ausência de interações”, pois “para se conhecer uma língua, seus ecossistemas e sua comunidade de fala, deve-se estudar a Ecologia das Interações Comunicativas (EIC)”. Para Couto (2016b) os elementos da EIC são:

(...) **ecologia da interação comunicativa** (EIC) em que os AICs ocorrem consta de: a) cenário; b) falante e ouvinte; c) **regras interacionais** e **regras sistêmicas**; e d) circunstantes, ou seja, aquilo/aquele(s) de que o falante fala e/ou está/estão com o ouvinte e/ou de que ele fala. Vale dizer, além dos componentes linguísticos, há os paralinguísticos e os extralinguísticos (proxêmicos, cinésicos etc.) (COUTO, 2016b, p. 233, grifos do autor).

Até o momento, é possível afirmar a existência de dezoito regras interacionais, que se referem a elementos naturais e culturais básicas efetuadas pelos falantes para ocorrer a interação indivíduo-indivíduo, a saber: falante e ouvinte devem estar próximos; devem olhar um para o outro; falar em tom mediano etc. As regras que são ‘regulamento’ são as chamadas regras gramaticais, ou regras sistêmicas, estas consistem em apenas um subconjunto dentro do grande conjunto das regras interacionais⁴.

Ademais, o que pode se inferir das regras interacionais é o chamado fluxo interlocucional, que consiste na cooperação mútua entre F e O, enquanto um fala o outro, escuta, e ao ocorrer a troca de turno F vira O e O vira F, podendo ser representado da seguinte maneira: $F_1 > O_2$; $O_1 < F_2$. O fluxo interlocucional é obrigatório para que se tenha e mantenha um AIC.

Conforme já foi afirmado, a base epistemológica da Ecolinguística é o ecossistema, com isso se faz necessário defini-lo no âmbito desta disciplina. O ecossistema na Ecologia equivale ao ecossistema linguístico que, por sua vez, é reconhecido facilmente tanto pelos linguistas, como pelos falantes e a comunidade. Assim, o ecossistema linguístico é o ecossistema integral da língua

⁴ As regras interacionais se encontram no anexo deste texto.

ECO-REBEL

e, portanto, é a comunidade que pode ser observada pelo pesquisador em duas diferentes perspectivas, a saber: a da comunidade de fala e a da comunidade de língua.

A comunidade de fala na Ecolinguística está para o ecossistema linguístico, pois se trata de um território (T) em que vivem um grupo de pessoas (P), interagindo por meio de características específicas (L) daquele grupo e local. Seguem as palavras de Couto (2016a, p. 53-54), em que, além de chamar atenção para diferentes tipos de comunidade de fala, explica as bases ecológicas desse conceito ecolinguístico:

(...) a comunidade de fala é o ecossistema linguístico por excelência, pois se aproxima mais do ecossistema biológico do que a comunidade de língua, uma vez que é delimitada pelo observador, como no caso da Fazenda, cuja separação das fazendas vizinhas é apenas uma cerca de arame farpado. O linguista ecossistêmico pode delimitar até mesmo o par falante-ouvinte, engajados em um diálogo, como uma comunidade de fala, caso em que seria uma **comunidade de fala mínima**. Ela seria equivalente à célula. Tanto que algumas teorias linguísticas a equiparam à célula, não ao átomo, considerando o diálogo a “célula mínima da comunicação” (...)

Assim, o conceito de comunidade de fala na Ecolinguística, por estar relacionado com sua base epistemológica, também fornece subsídios para sua metodologia, já que é a partir da comunidade de fala que o ecolinguista fará a delimitação, o recorte e a observação de seu objeto de estudo, lembrando que tal processo está relacionado com o trabalho de campo ecolinguístico e o minimalismo empírico. No entanto, é preciso deixar claro que na Ecolinguística o conceito de comunidade de fala difere do empregado pela sociolinguística, já que para esta o foco principal é o comportamento do grupo em relação à variedade linguística (LABOV, 1972). Mesmo com o desenvolvimento das teorias sociolinguísticas, como a da ‘rede social’ (MILROY, 2004) e da ‘comunidade de prática’ (MEYERHOFF, 2004), bem como trabalhos de linguistas que questionaram a definição de Labov e inseriram outros componentes, principalmente sobre o papel do indivíduo na variação e mudança linguísticas, como Romaine (1980) e Gumperz (1996), ainda assim na sociolinguística o enfoque principal se dá no estudo das relações entre o falante e/ou o grupo diante da língua/ norma/ variação no âmbito de alguns aspectos ou práticas sociais específicas.

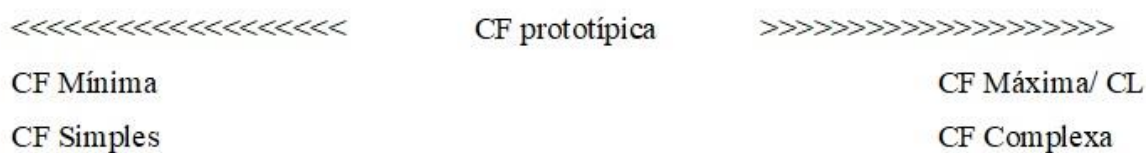
Para a Ecolinguística, o conceito de comunidade de fala enfatiza o indivíduo, as interações entre os indivíduos e o ecossistema em que ocorrem essas interações⁵. Assim, a comunidade de fala,

⁵ De acordo com Mufwene e Vigouroux (2017, p. 87), o conceito de ‘comunidade de práticas’ estaria ainda mais em consonância com uma abordagem ecológica pelo fato de se preocupar mais com os indivíduos e

ECO-REBEL

além de ser distinta do conceito sociolinguístico, pode ser distribuída num *continuum* que num extremo se encontra a ‘comunidade de fala mínima’ (o par falante-ouvinte, grupos étnicos pequenos, povoados, comunidades isoladas), bem como o de ‘comunidade de fala simples’ (grupos monolíngues ou monodialetais), enquanto no outro extremo estão respectivamente a ‘comunidade de fala máxima’ (equivale à comunidade de língua) e a ‘comunidade de fala complexa’ (grupos multilíngues ou multidialetais).

Fig. 2 *Continuum* de Comunidade de Fala (Fonte: autor)



Com o que foi afirmado, pode-se inferir o conceito de ‘comunidade de língua’ na Ecolinguística. Nesta disciplina, enquanto a comunidade de fala é a interação, a comunicação, a língua em uso, ou seja, a língua, a comunidade de língua está para o sistema linguístico, sendo na realidade uma abstração. Em outras palavras, é o ecossistema linguístico visto da perspectiva do sistema (COUTO, 2016a, p. 53). Desta maneira, não possui um território (T) fixo ou o possui um muito amplo; o mesmo pode ser dito das pessoas (P), o que faz com que as interações comunicativas (L) sejam multidialetais, o que corresponde à comunidade de fala máxima e complexa. Na Ecologia Biológica, a comunidade de língua equivale ao bioma, possuindo uma área extensa, mais ou menos delimitada, com algumas características reconhecidas, zonas limítrofes marcando sua transição para outro bioma, entre outros traços.

Na prática, as consequências, bem como as diferenças, nos estudos de caso na Ecolinguística são notáveis, além dos exemplos mencionados anteriormente sobre o estudo do ecossistema linguístico de Timor-Leste (ALBUQUERQUE, 2014, 2017), podemos trazer outros, como: o de Schmaltz Neto (2017) e outro recente do ecolinguista já citado anteriormente, Albuquerque (2020). O estudo de Schmaltz Neto (2017) considera como comunidade de fala o povoado Vale do Amanhecer, no interior do estado de Goiás, que se caracteriza como um bairro Planaltina voltado para práticas religiosas. Schmaltz Neto (2017) delimita seu ecossistema linguístico e sua comunidade de fala,

seus comportamentos linguísticos durante as interações.

que neste caso é maior do que a de Uryu, Steffensen e Kramersch (2014), para estudar como se dão as interações entre os indivíduos, as hierarquias religiosas, a importância da vestimenta e dos gestos nas interações, e os elementos espiritual-religiosos que envolvem tais interações. Finalmente, em Albuquerque (2020), o autor analisa a interação entre um professor estrangeiro e um aluno leste-timorense dentro e fora de sala de aula, considerando como comunidade de fala a chamada ‘comunidade de fala mínima’, que se trata somente do par falante-ouvinte, mínimo necessário para um diálogo. Neste estudo, o autor estuda como a mudança de ecossistema influencia as escolhas linguísticas e até o tipo de interação entre os indivíduos.

3. Pluricentrismo ou acentrismo como nova base epistemológica

A proposta do pluricentrismo de Clyne (1992) está em consonância com a Ecolinguística, principalmente por causa da necessidade de delimitação de um habitat linguístico para sua definição e pelo fato de não considerar apenas um centro linguístico. Por isso, nesta seção, discorreremos a respeito dela e também do acentrismo que se trata de uma proposta semelhante à do pluricentrismo, porém no lugar de se estudar a língua sob a perspectiva de vários centros, elimina-se a noção de centro em favor dos conceitos de rede e processos.

Além de os conceitos de rede e processo para os estudos linguísticos ser uma nova contribuição, o emprego da proposta do pluricentrismo serve do mesmo modo para uma simplificação terminológica, já que não se faz necessário o emprego da rica terminologia linguística para denominar os diferentes tipos ou status das línguas, como: língua culta, língua padrão, língua estatal, língua crioula, língua de herança etc.

No âmbito da Ecolinguística, esses estudos ocorrem na exoecologia linguística, pois se preocupam com as relações da língua com os elementos extralinguísticos, ou seja, o mundo. Como eles possuem mais ligações com aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos, eles estão mais para o ecossistema social da língua, mas não deixam de apresentar traços que façam parte ora do ecossistema natural da língua, ora do ecossistema mental da língua, mesmo que apenas ocasionalmente. Vale lembrar que a Ecolinguística não ignora ou descarta os conhecimentos alcançados pela sociolinguística, ao contrário, pelo seu caráter multidisciplinar, ou transdisciplinar conforme já foi apontado, leva em consideração e até incorpora certos aspectos dessa área.

As concepções normativas sobre as línguas, juntamente com ideologias políticas, românticas etc., no decorrer da história, forneceram as ideias de ‘certo x errado’, língua padrão, língua estatal,

ECO-REBEL

língua oficial, norma, entre outras. De maneira semelhante, mesmo com o desenvolvimento da Linguística Moderna no século XX, vindo a analisar os equívocos e/ou imprecisões desses termos, acabou por trazer à tona uma nova terminologia, como ‘pidgin’, ‘crioulo’, ‘língua reestruturada’, ‘língua mista’, ‘segunda língua’, ‘língua de trabalho’, ‘língua de herança’ etc., que segundo alguns linguistas, também apresentam uma carga de imprecisão e até erros, o que não contribui para o status científico da Linguística. A Ecolinguística pode contribuir e até oferecer subsídios para a solução desse e de outros temas controversos.

A mentalidade que perpassa toda essa terminologia pode ser resumida ao monocentrismo ou eurocentrismo, em que se considera, de maneira explícita ou implícita, a existência de um centro único falante da língua, em sua variedade ‘boa’, ‘correta’, ‘pura’ etc., enquanto as demais variedades são consideradas ‘erradas’, ‘menores’ ou para não ser atribuído estes termos pejorativos a Linguística tradicional fornece alternativas, conforme mencionados acima, o que não deixa de atribuir um prestígio/ status diferente a essas variedades fora do centro.

O pluricentrismo vai em direção exatamente oposta ao que foi comentado anteriormente, pois não há somente um centro (linguístico), mas vários. Aplicando esse conceito aos estudos linguísticos, o pesquisador passa a encarar as línguas de maneira multifacetada e estando consciente da existência de diferentes centros e normas. Batoréo (2014, p. 4) explica a aplicação do pluricentrismo ao português, ou seja, encarar a língua portuguesa como língua pluricêntrica:

(...) cada uma das variedades do Português, independentemente do *status* que lhe é atribuído oficialmente (língua nacional, língua oficial, língua segunda etc.) pode apresentar as suas especificidades ao nível sintático, semântico, fonológico e/ ou lexical, o que pode até chegar a criar dificuldades de intercompreensão entre os falantes de variantes diferentes. A problemática que recentemente tem vindo a ser trazida à tona das discussões (...) tem sido muito diversificada, procurando enfrentar os velhos tabus linguísticos e culturais da Língua Portuguesa, tais como o do Português percebido como um bloco monolítico único, indivisível e resistente aos ventos da história e do tempo, superiormente uno, apesar da diversidade visível.

Assim, o pluricentrismo é um dos desenvolvimentos teóricos da Linguística que procura superar os equívocos e limitações citados no decorrer deste texto, principalmente na visão monocêntrica/ eurocêntrica, ao submeter a pesquisa das demais variedades linguísticas distantes do centro europeu como algo exótico, além de equivocada e limitadora, podemos afirmar que isso é até preconceituoso. Ao adotar os conceitos do pluricentrismo linguístico, a Ecolinguística enriquece seu suporte teórico-metodológico.

ECO-REBEL

De acordo com o que apresentamos sobre a Ecolinguística, a base epistemológica desta disciplina é o ‘ecossistema’ e a visão da língua é a ‘interação’, bem como as ‘regras’, sejam as ‘regras interacionais’ ou as ‘regras sistêmicas’ (gramaticais), existem apenas para possibilitar a ‘interação’. Assim, a perspectiva que o ecolinguista tem da interação, ou seja, da língua dentro do ecossistema, é uma perspectiva de redes e processos. Com isso, sabe-se que as redes não apresentam um centro e o ecolinguista não precisa ficar limitado ao estudo de fenômenos linguísticos ou estruturas específicas; ao invés disso, ele pode focar nas diferentes variedades da língua estudada, observando detalhadamente as interações dentro de um ecossistema ou comparando-as com ecossistema distintos, e que, pensando na língua portuguesa, o pesquisador pode investigar alguma variedade específica do português sem submetê-la ao Português Europeu como base ou pode comparar de maneira diversificada as diferentes variedades do português (BATORÉO; CASADINHO, 2009).

Vale lembrar que a proposta do pluricentrismo, e de redes e processos, além de estarem em consonância com a Ecolinguística também o estão com as ciências de sistemas complexos, conforme já discutido anteriormente, principalmente as ciências cognitivas. O que mostra que tanto o conceito de ‘pluricentrismo’ da Linguística, como vários aspectos da Linguística Cognitiva estão em harmonia com a Ecolinguística. Desta maneira, as pesquisas atuais do pluricentrismo estão relacionadas com a Linguística Cognitiva e, segundo Silva (2018, p. 840), se preocupam com três questões fundamentais, enfatizando os aspectos da ‘variação do significado’ e do ‘significado da variação’. Segue a descrição dessas três questões:

A primeira é a relação entre variação linguística nacional, cultura e cognição. (...) o tópico central de investigação é a *variação do significado* em línguas pluricêntricas e a questão fundamental é saber como é que a variação linguística nacional afeta o significado. (...)
A segunda questão (...) é saber como é que se correlacionam as dimensões conceptual e social da variação nacional e que métodos são necessários para descrever a interação entre significado conceptual e fatores variacionistas.
(...) a terceira questão incide no *significado da variação* ou representação cognitiva da variação linguística nacional (...) é saber como os falantes percebem, categorizam e avaliam a variação linguística nacional.

Finalmente, alguns ecolinguistas têm observado que o ‘pluricentrismo’ não deixa de estar relacionado, ou ter como base, a ideia de ‘centro’, mesmo que se considere mais de um, e permanecer com essa perspectiva de centro(s) linguístico(s) não está plenamente de acordo com a visão ecológica de mundo da Ecolinguística, tampouco com as ciências de sistema complexos, em

ECO-REBEL

que se encaixam as visões de redes e processos. De acordo com Couto (2015, p. 58), estaria em harmonia com essas visões o acentrismo, ou seja, a ausência de centros:

(...) o investigador pode considerar qualquer ponto da rede como o ‘centro’ *hic et nunc*.
(...) Na linguagem, essa visão vale não só para o domínio total da comunidade de língua, mas para o interior de cada país também, isto é, para o dialetalismo. Qualquer lugarejo, por menor que seja, pode ser considerado pelo observador, momentaneamente, o ‘centro’ da comunidade linguística portuguesa.

Com isso, é possível afirmar que a Ecolinguística oferece uma nova base epistemológica para os estudos linguísticos, além de estar relacionada e considerar os avanços de outras disciplinas, como a Biologia, a Psicologia, as Ciências Cognitivas etc. Essa base epistemológica, bem como teórico-metodológica, baseia-se no ecossistema, nas interações e no pluri- e acentrismo. Por meio deste, reduz-se a necessidade e, ocasionalmente, a imprecisão do emprego excessivo de termos para se referir às línguas de acordo com suas características sócio-históricas; expande-se e desenvolve-se a pesquisa em Linguística, já que são levadas em consideração como centros qualquer comunidade que o observador desejar investigar e, da mesma maneira, as interações dentro desta comunidade são estudadas de uma maneira inovadora.

A pesquisa em Ecolinguística se apresenta como inovadora, além de oferecer uma nova base epistemológica para a Linguística, conforme comentamos anteriormente e procuramos expor de maneira clara no decorrer deste trabalho, por fornecer ao pesquisador: um novo aporte teórico, o da abordagem ecológica, que não descarta os avanços já alcançados pelas demais teorias e áreas da Linguística; uma nova metodologia para a pesquisa em Linguística; uma nova maneira de se encarar ‘língua’ e de se observar os fenômenos linguísticos, que são as interações no ecossistema; maneiras distintas de se interpretar os dados coletados, seguindo também uma visão ecológica.

A aplicação para estudos de caso do pluricentrismo e do acentrismo em Ecolinguística ainda se encontra em estágio inicial, já que foi levantada e debatida apenas oralmente em discussões que surgiram a partir do ano de 2012 em diferentes eventos de Ecolinguística, sendo formalizada somente com a publicação de Couto (2016a), porém alguns ecolinguistas que estiveram presentes nesses eventos e participaram dessas discussões já colocaram algumas dessas ideias em prática. Podemos retomar aqui como um exemplo de estudo de caso a pesquisa de Albuquerque (2014, 2017) sobre o ecossistema linguístico de Timor-Leste, particularmente sobre a presença da língua portuguesa neste ecossistema linguística específico. De acordo com o que já foi resumido

anteriormente sobre o estudo de caso elaborado por Albuquerque (2017), o autor aplicou o conceito de acentrismo linguístico em sua pesquisa ecolinguística, pois ao estudar a língua portuguesa no ecossistema de Timor-Leste, o autor se preocupou com: a aquisição, o bilinguismo e o multilinguismo dentro do ecossistema; os diferentes tipos de interações (entre familiares, entre amigos, entre os diferentes membros do ecossistema, entre o pesquisador e os membros da comunidade e entre os membros da comunidade e pessoas de fora); elementos que causam impacto no ecossistema (escolarização, mídias, política e presença oficial de estrangeiros; descrição linguística dos elementos do português dentro do ecossistema linguístico local; e a coexistência de diferentes ‘espécies’ linguísticas dentro do ecossistema (as interações entre o português, o inglês, outras línguas estrangeiras e as línguas locais). Com a retomada desse estudo de caso, fica claro que Albuquerque (2014, 2017) encarou a língua portuguesa no ecossistema linguístico local de Timor-Leste como uma língua acêntrica, já que não considerou nenhuma norma linguística prévia como padrão, tampouco comparou o português em Timor-Leste com o português falado em outros lugares; apresentou uma visão ecológica e holística da presença da língua portuguesa em Timor-Leste ao procurar investigar vários aspectos das interações dessa língua no interior do ecossistema.

4. Considerações finais

Neste trabalho apresentamos a perspectiva ecolinguística como uma nova base epistemológica para os estudos da linguagem. Vimos que se trata de uma disciplina recente, apresentando diferentes propostas teóricas e metodológicas, porém todas têm a base comum, como: relacionar os estudos linguísticos com a Biologia, a Ecologia e as disciplinas afins; a presença do ecossistema e das interações; a complexidade dessas interações; a necessidade de uma visão de mundo distinta, baseada na Ecofilosofia e na Ecologia.

A Ecolinguística ainda é criticada por alguns linguistas (principalmente pela existência de diferentes teorias, não ter uma metodologia clara e objeto de estudo bem definido), porém nos últimos anos os simpatizantes e praticantes desta área vêm respondendo a tais críticas e resolvendo esses problemas, de acordo com o que foi apresentado na seção (1).

Finalmente, a contribuição epistemológica, bem como teórica, metodológica e ontológica, da Ecolinguística vem a ser: a base para a pesquisa/ investigação que parte do ecossistema e das interações que se dão dentro dele; a proposta distinta para a investigação dessas interações, enfatizando as regras interacionais; a visão diversificada a respeito de conceitos tradicionais da

ECO-REBEL

Linguística, especialmente língua, comunidade, gramática e regras, conforme foi discutido na seção (2); a adoção dos procedimentos das ciências de sistemas complexos e cognitivas, como rede, processos e sistemas adaptativos; o emprego de avanços significativos das áreas linguísticas, como a Sociolinguística, a Linguística Aplicada, entre outras, a exemplo do pluricentrismo que assume uma perspectiva específica dentro da Ecolinguística e também é expandido, sofrendo modificações para a pesquisa e visão ecolinguística, por isso o conceito de acentrismo, discutido na seção (3).

Estamos conscientes das limitações da Ecolinguística, sendo as principais delas o fato de ser uma disciplina recente, com diferentes modelos teóricos, sendo que alguns não possuem relações com outros, bem como a necessidade do refinamento de alguns conceitos e de um número reduzido de investigações e estudos de caso publicados. Assim, é necessário um maior número de pesquisas para se verificar a aplicabilidade e os resultados desta nova abordagem para os estudos da linguagem. Da mesma maneira, com o aumento de pesquisas e divulgações dos resultados, é possível aumentar também o debate científico, o que refinaria e desenvolveria certos conceitos ecolinguísticos, o que é um passo importante que já vem sendo dado nos últimos anos, mas que deve ser cada vez mais ampliado para se firmar essa disciplina. Por isso, consideramos importante contribuir para tal debate, discutindo as contribuições epistemológicas desta abordagem para a Linguística e para os linguistas, já que esta nova disciplina aos poucos vem sendo praticada e ganha espaço no Brasil.

Referências

- ALBUQUERQUE, D. B. *A língua portuguesa em Timor-Leste: uma abordagem ecolinguística*. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade de Brasília, Brasília, 2014.
- _____. Palavras iniciais sobre a metodologia em ecolinguística. *Via Litterae*, v. 7, n. 1, p. 131-142, 2015.
- _____. A ecolinguística e a dinâmica das línguas em Timor-Leste. In: COUTO, E. K. N. *et al.* (org.). *Linguística Ecolinguística - 10 Anos de Ecolinguística no Brasil*. Campinas-SP: Pontes Editora, 2017. p. 191-204.
- _____. A ecologia da interação comunicativa: metodologia e análise. *ECO-REBEL – Revista Brasileira de Ecologia e Linguagem*, v.6, n.1, p.124–154, 2020.

ECO-REBEL

- ARAÚJO, G. P. 10 anos de ecolinguística no Brasil: percurso de sua afirmação como área dos estudos linguísticos em nosso país. In: COUTO, E. K. N. *et al.* (org.). *Linguística Ecolinguística - 10 Anos de Ecolinguística no Brasil*. Campinas-SP: Pontes Editora, 2017. p. 65-82.
- BANG, J. C.; DØØR, J. *Language, Ecology and Society*. A Dialectical Approach. Londres: Continuum, 2007.
- _____. Ecolinguística: um enquadramento conceitual. *ECO-REBEL – Revista Brasileira de Ecologia e Linguagem*, v.1, n.2, p. 74-93, 2015.
- BANG, J. C.; TRAMPE, W. Aspects of an ecological theory of language. *Language Sciences*, v. 41, p. 83-92, 2014.
- BASTARDAS-BOADA, A. The Ecology of Language Contact. Minority and Majority Languages. FILL, A.; PENZ, H. (ed.). *The Routledge Handbook of Ecolinguistics*. Londres: Routledge, 2017. p. 26-39.
- BATORÉO, H. J. Que gramática(s) temos para estudar o Português língua pluricêntrica? *Revista Diadorim*, v. 16, p. 1-15, 2014.
- BATORÉO, H. J.; CASADINHO, M. O Português – uma língua pluricêntrica. O Caso de Timor-Leste. *Revista Portuguesa de Humanidades*, v. 13, n. 01, p. 63-79, 2009.
- CALVET, L-J. *Pour une écologie des langues du monde*. Paris: Plon, 1999.
- _____. Quels fondements pour une écologie des langues?. *ECO-REBEL – Revista Brasileira de Ecologia e Linguagem*, v.2, n.2, p. 19-35, 2016.
- CLYNE, M. Pluricentric languages. Introduction. In: CLYNE, M. (ed.). *Pluricentric Languages: differing norms in different nations*. Berlin: Mouton de Gruyter, 1992. p. 1-10.
- COUTO, H. H. *Ecolinguística*. Estudo das relações entre língua e meio ambiente. Brasília: Thesaurus, 2007.
- _____. O que vem a ser ecolinguística, afinal? *Cadernos de Linguagem & Sociedade*, v. 14, n. 1, p. 275-313, 2013.
- _____. Linguística ecossistêmica. *ECO-REBEL – Revista Brasileira de Ecologia e Linguagem*, v. 01, n. 01, p. 47-81, 2015.
- _____. Comunidade de fala revisitada. *ECO-REBEL – Revista Brasileira de Ecologia e Linguagem*, v. 02, n. 02, p. 49-72, 2016a.

ECO-REBEL

- _____. Linguística ecossistêmica. In: COUTO, H. H. et al. (org.) *O paradigma ecológico para as ciências da linguagem: ensaios clássicos e contemporâneos*. Goiânia: Editora da UFG, 2016b. p. 209-262.
- _____. A metodologia na linguística ecossistêmica. *ECO-REBEL – Revista Brasileira de Ecologia e Linguagem*, v. 04, n. 02, p. 18-33, 2018.
- COUTO, E. K. N. Dez anos de ecolinguística no Brasil: inovações e reinterpretações. In: COUTO, E. K. N. et al. (org.). *Linguística Ecossistêmica - 10 Anos de Ecolinguística no Brasil*. Campinas-SP: Pontes Editora, 2017. p. 45-64.
- FILL, A; MÜHLHÄUSLER, P. Introduction. In: FILL, A; MÜHLHÄUSLER, P. (ed.). *The ecolinguistics reader*. Language, Ecology and Environment. Londres: Continuum, 2001. p. 1-9.
- FILL, A.; PENZ; H. Ecolinguistics in the 21st Century. New Orientations and Future Directions. In: FILL, A.; PENZ; H. (ed.). *The Routledge Handbook of Ecolinguistics*. Londres: Routledge, 2017. p. 437-443.
- FINKE, P. The ecology of science and its consequences for the ecology of language. *Language Sciences*, v. 41, p. 71-82, 2014.
- _____. Transdisciplinary Linguistics. Ecolinguistics as a Pacemaker into a New Scientific Age. In: FILL, A.; PENZ; H. (ed.). *The Routledge Handbook of Ecolinguistics*. Londres: Routledge, 2017. p. 406-419.
- GARNER, M. *Language: An Ecological View*. Oxford: Peter Lang, 2004.
- _____. Language rules and language ecology. *Language Sciences*, v. 41, p. 111-121, 2014.
- _____. Ecologia da língua como teoria linguística. *ECO-REBEL – Revista Brasileira de Ecologia e Linguagem*, v.1, n.2, p. 55-68, 2015.
- GUMPERZ, J. J. Introduction to part IV. In: GUMPERZ, J. J.; LEVINSON, S. C. (Ed.). *Rethinking linguistic relativity*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. p. 359-373.
- HALLIDAY, M. A. K. New ways of meaning: The challenge of applied linguistics. In: FILL, A; MÜHLHÄUSLER, P. (ed.). *The ecolinguistics reader*. Language, Ecology and Environment. Londres: Continuum, 2001 [1990]. p. 175-202.
- HAUGEN, E. *The Ecology of language*. Stanford: Stanford University Press, 1972.
- LABOV, W. *Sociolinguistic patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.
- MAKKAI, A. *Ecolinguistics. ¿Toward a New **Paradigm** for the Science of Language?* Londres: Pinter Publishers Ltd., 1993.

ECO-REBEL

- _____. Porque ****Ecolinguística****. *ECO-REBEL – Revista Brasileira de Ecologia e Linguagem*, v. 1, n.1, p. 22-37, 2015.
- _____. Da gramática pragmo-ecológica à ecolinguística (1973-1993). *ECO-REBEL – Revista Brasileira de Ecologia e Linguagem*, v.2, n.2, p. 44-48, 2016.
- MEYERHOFF, M. Communities of practice. In: CHAMBERS, J. K.; TRUDGILL, P.; SCHILLINGESTES, N. (Ed.). *Handbook of variation and change*. Oxford: Blackwell, 2004. p. 526-548.
- MILROY, L. Social networks: communities of practice. In: CHAMBERS, J. K.; TRUDGILL, P.; SCHILLINGESTES, N. (eds.). *Handbook of variation and change*. Oxford: Blackwell, 2004, p. 549-572.
- MÜHLHÄUSLER, P. *Language of environment, environment of language: a course in ecolinguistics*. Londres: Battlebridge, 2003.
- _____. Pensando ecologicamente. *ECO-REBEL – Revista Brasileira de Ecologia e Linguagem*, v.2, n.1, p. 71-74, 2016.
- _____. Ecologia das línguas. *ECO-REBEL – Revista Brasileira de Ecologia e Linguagem*, v.3, n.2, p. 85-88, 2017.
- MUFWENE, S. *The ecology of language evolution*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- _____. *Language Evolution. Contact, Competition and Change*. Londres: Continuum, 2008.
- MUFWENE, S.; VIGOUROUX, C. Individuals, populations, and timespace. Perspectives on the ecology of language revisited. *Language Ecology*, v.1, n.1, p.75-102, 2017.
- NASH, J. *Insular Toponymies*. Pristine Place-naming on Norfolk Island, South Pacific and Dudley Peninsula, Kangaroo Island. Amsterdam: John Benjamins Publishing, 2013.
- ODUM, E. P. *Fundamentals of Ecology*. Philadelphia: W. B. Saunders Company, 1971.
- ROMAINE, S. What is a speech community? In: *Sociolinguistic. Variation in speech communities*. London: Edward Arnold, 1980. p. 13-24.
- SCHMALTZ NETO, G. F. *Vale do Amanhecer como comunidade de fala: Uma visão ecolinguística*. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade de Brasília, Brasília, 2017.
- SILVA, A. S. Variação linguística e pluricentrismo: novos conceitos e descrições. *Actas do XIII Congresso Internacional de Linguística Xeral*. Vigo: 2018. p. 838-845.

ECO-REBEL

SILVA, A. S.; TORRES, A.; GONÇALVES, M. (Orgs.) *Línguas Pluricêntricas. Variação Lingüística e Dimensões Sociocognitivas*. Braga: Aletheia, 2011.

TRAMPE, W. *Ökologische Linguistik. Grundlagen einer ökologischen Wissenschafts- und Sprachtheorie*. Opladen: Westdeutscher Verlag, 1990.

_____. Ökosysteme und Sprache-Welt-Systeme, in: FILL, A. (ed.). *Sprachökologie und Ökolinquistik*. Tübingen: Stauffenberg, 1996. p. 59-75.

_____. Sobre o papel da linguagem nos sistemas ecológicos antropogênicos. *ECO-REBEL – Revista Brasileira de Ecologia e Linguagem*, v.2, n.1, p.39-56, 2016.

URYU, M.; STEFFENSEN, S.; KRAMSCH, C. The ecology of intercultural interaction: timescales, temporal ranges and identity dynamics. *Language Sciences*, v.41, n.1, p. 41-59, 2014.

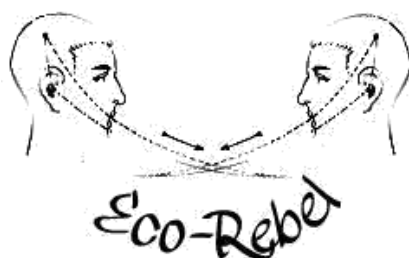
Aceito em 25/07/2021.

ECO-REBEL

ANEXO

Regras interacionais

- 1) Falante e ouvinte ficam próximos um do outro; a distância varia de uma cultura para outra ou conforme as circunstâncias.
- 2) Falante e ouvinte ficam de frente um para o outro.
- 3) Falante e ouvinte devem olhar para o rosto um do outro, se possível para os olhos.
- 4) Falante deve falar em um tom de voz mediano: alto demais será agressivo; baixo demais, inaudível.
- 5) A uma solicitação deve corresponder uma satisfação.
- 6) Tanto solicitação quanto satisfação devem ser formuladas em um tom cooperativo, harmonioso, solidário, com delicadeza.
- 7) A solicitação deve ser precedida de algum tipo de pré-solicitação (*por favor, oi* etc.).
- 8) A tomada de turno: enquanto um fala, o outro ouve.
- 9) Se o assunto da interação for sério, falante e ouvinte devem aparentar um ar de seriedade, sem ser sisudo, carrancudo; se for leve, um ar de leveza, com expressão facial de simpatia (leve sorriso, se possível); a inversão dessas aparências pode parecer antipática, não receptiva etc.
- 10) Falante e ouvinte devem manter-se atentos, “ligados” durante a interação, sem distrações, olhares para os lados.
- 11) Durante a interação, o falante e ouvinte de vez em quando devem sinalizar que estão atentos, sobretudo na interação telefônica, que ainda “estão na linha”.
- 12) Em geral, é quem iniciou a interação que toma a iniciativa de encerrá-la; o contrário pode ser tido como não cooperativo, não harmonioso.
- 13) Adaptação mútua: o falante deve expressar-se como acha que o ouvinte entenderá e o ouvinte interpretará o que o falante disse como acha que é o que ele quis dizer.
- 14) Conhecimento comunitário compartilhado.
- 15) Conhecimento compartilhado apenas pelos dois interlocutores.
- 16) Dados da ecologia da interação comunicativa (tudo do espaço-tempo dos interlocutores).
- 17) O encerramento da interação comunicativa não deve ser feito bruscamente, mas com algum tipo de preparação; quem desejar encerrá-la deve sinalizar essa intenção (*tá bom, tá, é isso* etc.).
- 18) Regras sistêmicas (a ‘gramática’: há tantas regras sistêmicas quantas forem as regras gramaticais).



RESENHA

Bastardas-Boada, Albert. *From Language Shift to Language Revitalization and Sustainability: A Complexity Approach to Linguistic Ecology*. Barcelona: Universitat de Barcelona, 2019.

Resenhado por Pere Comellas (Grup d'Estudi de Llengües Amenaçades, Universitat de Barcelona).

Em 1996, o professor Albert Bastardas-Boada publicou um livro intitulado *Ecologia de les llengües: medi, contactes i dinàmica sociolingüística*. Tratava-se de uma contribuição pioneira e original à abordagem ecológica dos fenômenos de contato linguístico feita da perspectiva de um especialista que ao mesmo tempo é falante de uma língua minorizada, o catalão.

O livro teve um impacto muito considerável no meio acadêmico ibérico. Disse que foi pioneiro porque nessa altura a abordagem ecolinguística —apesar de atrair uma certa atenção e interesse no espaço catalão e de ter algum ilustre precedente— era quase uma novidade no nosso meio acadêmico. Mas sobretudo foi original porque propunha repensar as bases epistemológicas da própria disciplina sociolingüística. Bastardas perguntava-se pelos fundamentos, pela validade do paradigma hegemônico baseado na superespecialização e na separação entre o sujeito (supostamente exterior, independente, objetivo) e o objeto de estudo. Enquanto que as ciências físicas tinham praticamente um século de experiência na reflexão sobre o problema do observador e o papel do sujeito na construção do conhecimento, as ciências sociais e humanas pareciam ainda imersas num paradigma positivista e analítico, pareciam funcionar com a metáfora do mundo como uma máquina. Mais de vinte anos depois, o prof. Bastardas-Boada republica esse livro numa edição revisada e traduzido para o inglês, com a convicção de que aquela linha de pensamento e de pesquisa, devidamente atualizada e com novas incorporações epistêmicas e teóricas, faz hoje o mesmo sentido ou ainda mais do que naquela altura.

Na nova versão, o termo «ecologia» não aparece no título, mas no subtítulo, que também incorpora uma palavra-chave fundamental no pensamento do autor: a complexidade. Com efeito, nos últimos anos o prof. Bastardas-Boada vem trabalhando na linha da teoria da complexidade (para a qual propõe um neologismo, a *complèxica*, para evitar a ambiguidade e a polissemia de «complexidade» ou «complexo»), uma área multidisciplinar herdeira de várias tradições científicas como a cibernética, a teoria de sistemas, a ecologia, a física teórica, a abordagem humanística de Edgar Morin ou a sociologia de Norbert Elias, e que incorpora tendências recentes como a teoria de redes, a modelização computacional ou os

sistemas adaptativos complexos. Essa linha, porém, não representa nenhuma ruptura com respeito ao trabalho anterior, pelo contrário, trata-se do desenvolvimento dos mesmos princípios teóricos de 1996: «The book was originally conceived from an ecological and holistic viewpoint, which we prefer nowadays to call a *complexity* or *complexical* approach» (p. 15).

O novo livro apresenta duas partes bem diferenciadas, e só a primeira delas é uma tradução e atualização do anterior trabalho, enquanto que a segunda retoma textos publicados em diferentes fontes, todos posteriores a 2002, a maioria também originais em catalão e agora traduzidos. No prefácio, o autor enquadra sua pesquisa dos últimos anos estabelecendo esse vínculo com a abordagem teórica que escolheu mais de duas décadas atrás e que se revelou frutífera. Na introdução, define seu objetivo básico: contribuir para a compreensão dos fenômenos de contato linguístico de uma perspectiva geral e integrada, mas fundamentalmente focada na Europa Ocidental e particularmente no caso catalão. É um olhar que vai continuamente das realidades mais próximas às considerações mais abstratas. Bastardas propõe a metáfora da música e da partitura orquestral, «which enables us to visualize different planes of the same unitary phenomenon and which exists sequentially, that is, in time». (p. 32).

Já no primeiro capítulo apresenta-se com algum pormenor a orientação teórica, baseada na crítica aos paradigmas científicos positivistas tradicionais e numa abordagem inspirada em disciplinas como a física. Segundo Bastardas, nenhuma ciência pode ignorar o complexo cérebro-mente e seu papel no conhecimento, muito menos as ciências sociais, nas quais o observador e o fenômeno observado são da mesma natureza, nas que «two minds, or sets of minds, intervene» (p. 37). Do mesmo modo, a análise é substituída pelo contexto e a interação (o ecossistema), a causalidade linear pela circular, e a reificação pelo fluxo dinâmico. Conceitos que, obviamente, desenvolvem um conceito de língua muito longe da ideia de «código».

O capítulo 2 constitui uma aplicação dessas ideias ao contato linguístico. O texto estrutura-se em níveis: a importância do cérebro-mente na representação da realidade, a construção social da mente e a importância da interação, o fenômeno cultural, e a estrutura política e de poder, com frequentes exemplos relacionados com a conduta e as representações linguísticas, sobretudo do âmbito catalão. O capítulo seguinte entra no estudo das dinâmicas do contato linguístico. O autor apresenta os modelos prototípicos de planificação linguística e standardização, com as suas etapas: seleção de variedade(s), codificação, extensão da competência e do uso, elaboração funcional, e finalmente aceitação e avaliação. Talvez o mais interessante desta parte seja que abundam nela referências bibliográficas pouco habituais, isto é, não anglófonas (uma característica, aliás, comum no trabalho todo).

A seguir, o livro analisa os cenários fundamentais resultado de um ecossistema linguístico complexo em que o contato é a regra e onde o poder político projeta gerir a conduta linguística das pessoas. Um primeiro cenário é o da adaptação mútua, comum quando a diversidade que o Estado pretende nivelar é pouca. O conflito entre a variedade vernácula e a standardizada (sejam ou não consideradas línguas distintas) pode resultar numa convergência e num abandono da primeira em favor da segunda. Uma segunda possibilidade é a diglósica, isto é, a distribuição de funções entre duas variedades (geralmente identificadas como a mesma língua, apesar da distância estrutural e até da mútua incompreensão), de forma que toda a população ou a maior parte dela usa ambas em função do contexto comunicativo, o que gera uma certa estabilidade.

A terceira possibilidade é a substituição linguística, e traz um período de bilinguização, hierarquização das variedades presentes privilegiando o padrão, difusão de ideologias linguísticas que estigmatizam os vernáculos enquanto relacionam o padrão com valores positivos como a modernização, a coesão social ou a comunicação, e finalmente renúncia à

transmissão linguística intergeracional seguido do abandono da língua. Nesse processo, o poder político dispõe de poderosos instrumentos como o controle das comunicações institucionais, a educação generalizada ou a legislação. Em troca, as comunidades linguísticas divergentes contam com certa capacidade de resistência, maior quanto mais autoestima coletiva e mais engajamento das próprias elites.

O capítulo fecha com a análise dos cenários de contato provocados não pelos poderes políticos de um estado moderno, mas pelos movimentos migratórios. Bastardas apresenta o esquema prototípico das três gerações no processo de perda da própria variedade das pessoas migrantes, segundo a qual os netos dessas pessoas geralmente são perfeitamente assimilados à comunidade linguística receptora, apesar de grandes diferenças nessa dinâmica em função do contexto, com fatores como a demolinguística (tamanho do grupo linguístico migrante e distribuição no território de destino), a presença da língua nas comunicações institucionais (por exemplo, a integração linguística de um migrante francófono será muito distinta em Marrocos, onde existe uma elite falante de francês, que nos Estados Unidos), o prestígio (o inglês ou o chinês têm maiores probabilidades de transmissão e sobrevivência em situação de migração do que o galês ou o quéchua) e as normas sociais (em França a ideologia do padrão é mais forte do que na Suíça). O outro cenário, inverso, é a minorização da língua autóctone, como aconteceu em casos de colonização e/ou de migrações intraestatais de grupos politicamente hegemônicos no estado.

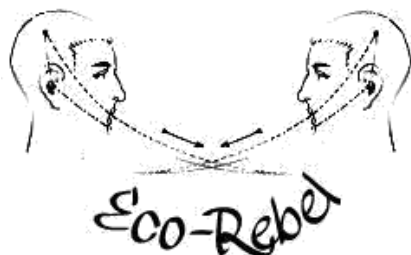
O quarto capítulo estuda os processos de revitalização linguística, isto é, as tentativas de reverter uma dinâmica substituidora. Seguindo a terminologia mais comum na sociolinguística catalã — herdeira do quadro teórico proposto por Lluís V. Aracil na década de sessenta do século XX —, Bastardas usa o conceito de «normalização», que distingue claramente de «standardização» (de fato, a normalização habitualmente inclui uma standardização) e que o autor define como o «intentional social macro-process which, starting from a situation of language subordination, seeks recovery of functions and speakers for subordinate code X, with the aim of impeding, stopping or reversing language shift and of fully ensuring the future stability and continuity of cultural community x» (p. 175). O livro propõe três cenários prototípicos de resolução de um conflito linguístico provocado pelo projeto homogeneizador de um estado-nação que inclui grupos etnolinguísticos diversos: assimilação, autonomia ou separação. Que uma comunidade siga um ou outro caminho vai depender de muitos fatores, sendo um deles um aparente paradoxo: a própria pressão assimiladora do estado com frequência gera uma reação, visto que “A state not only creates its own nation, but in reaction to this event, can readily promote, albeit involuntarily, the creation of other national (id)entities within the state” (p. 173). Outros fatores fundamentais que condicionam o processo são o grau de soberania política da comunidade; a situação sociolinguística de partida; a composição demolinguística, e o grau de reconhecimento dos direitos linguísticos da população de língua dominante.

O capítulo final da primeira parte do livro dedica-se especificamente ao caso catalão. Bastardas revisa as fases históricas da situação sociolinguística dos territórios historicamente catalanófonos durante o século XX. A perseguição política do catalão, a bilinguização generalizada durante esse período, a forte presença de migrantes hispanófonos ou o hábito de acomodação ao espanhol dos catalanofalantes logo que percebem um interlocutor não nativo são elementos importantes na situação atual da língua. O livro também oferece alguns dados diferenciais nas distintas áreas (a Catalunha, o País Valenciano, as Ilhas Baleares, a faixa catalanófona do Aragão e o território catalanófono de administração francesa) e avalia brevemente as opções de futuro, que têm a ver também com contextos muito mais alargados do que os da própria comunidade, como são fundamentalmente, para o caso, o europeu e até o mundial, num contexto de globalização.

A segunda parte do livro apresenta cinco textos independentes, mas muito inter-relacionados. O primeiro explora as possibilidades teóricas que as ciências biológicas podem aportar a uma socioecologia (que inclui uma linguoecologia), ao tempo que adverte sobre os perigos da adoção acrítica de conceitos de outras disciplinas, como aconteceu precisamente com a biologia. O segundo texto (traduzido do original catalão, como a primeira parte do livro) aborda a aparentemente contraditória necessidade das comunidades de preservar a própria especificidade cultural e linguística no quadro de uma globalização que interconecta a humanidade toda. Bastardas apresenta aqui uma proposta que vai além do pensamento dicotômico tradicional excludente (preservação versus intercomunicação; tradição ou modernidade) para conseguirmos pensar de forma inclusiva. Pergunta-se por que o bilinguismo social provoca geralmente a substituição e, através de uma interpretação da diglossia de Fergusson (talvez um pouco idealizada), propõe como política linguística mundial o princípio de subsidiariedade: é preciso conseguir sociedades políglotas com funções linguísticas rigorosamente reservadas às variedades locais: “Equalitarian coexistence must be based on the correct distribution of functions, using the principle of ‘subsidiarity’, which would introduce the norm that everything that can be done by local languages, does not need to be performed by a more general code of intercommunication” (p. 287). O terceiro texto segue nessa mesma direção, no intuito de oferecer chaves para uma ordem linguística mundial guiada pelo conceito de sustentabilidade linguística.

O quarto texto é formado por excertos do livro *Language and identity policies in the ‘glocal’ age: New processes, effects, and principles of organization* (cujo texto completo está disponível na rede em inglês e em catalão), que retoma as questões colocadas nos textos anteriores sobre a base do mesmo problema central: como harmonizar a globalização — com as necessidades de intercomunicação que implica e os ingentes movimentos populacionais que impulsiona — e a preservação das identidades culturais num quadro de justiça e igualdade universal. Finalmente, o último texto — mais uma vez, uma tradução do original catalão — volta ao início do livro, isto é, às questões epistemológicas: trata-se de uma apresentação da complexa, da que já falamos no início da resenha.

Bastardas é provavelmente o mais original e imaginativo dos sociolinguistas catalães, ou talvez seria mais exato dizer dos cientistas sociais, visto que sua orientação teórica ultrapassa com muita frequência as fronteiras disciplinares. O livro que agora apresenta em inglês constitui uma excelente amostra do seu trabalho de décadas em torno da dinâmica linguística. Seu olhar, ao mesmo tempo local e universal, enriquece sem dúvida a perspectiva sobre todas essas questões que muitas vezes prescindem do pensamento surgido precisamente de falantes de línguas minorizadas. O autor, certamente, faz propostas com a vista posta no âmbito linguístico e sociopolítico ocidental, e provavelmente muito do que escreve dificilmente diz respeito, por exemplo, às comunidades linguísticas indígenas do Brasil. Mesmo assim, acho que os textos contêm ideias e intuições absolutamente aproveitáveis para qualquer leitor, profissional da matéria ou não, interessado nas dinâmicas socioecolinguísticas, como diria o autor.



RESENHA

COUTO, Hildo Honório do. *A linguagem rural da região de Major Porto, município de Patos de Minas (MG): uma visão linguístico-ecossistêmica*. 1 ed. Campinas: Pontes editores, 2021.

Resenhado por Mario Luis Monachesi Gaio (Laboratório de Pesquisas em Contato Linguístico da Universidade Federal Fluminense– LABPEC-UFF)

Quando fui convidado pelo prof. Hildo para resenhar "A linguagem rural da região de Major Porto, município de Patos de Minas (MG)" não podia imaginar o quão agradável seria. A leitura dessa obra é prazerosa, instigante e muitas vezes emocionante, e isso é notável num trabalho eminentemente científico.

As emoções já começam no prólogo da Prof.^a Dra. Teresa Moure, da Universidade de Santiago de Compostela, na Galiza. Ela nos conta sobre a utópica cidade de Libertária, onde "não existem relógios nem festas de aniversário porque ninguém deseja impor um ritmo à passagem dos minutos". Aliás, "em Libertária ninguém fala inglês; talvez porque lá morem apenas pessoas caladas, concentradas em escutarem a terra". Não me estendo, espero que este pequeno trecho sirva como aperitivo.

Passando à obra propriamente dita, faço uma breve, mas importante, observação inicial. Há uma clara e manifesta marcação de posição da Linguística Ecolinguística (doravante LE) no âmbito dos estudos linguísticos, sobretudo em contraposição à Sociolinguística Variacionista e ao Gerativismo. Embora possa aparentar um certo tom crítico a essas outras vertentes, na verdade o que há é a intenção de apontar as diferenças que as separam e delimitar o território de estudo e investigação da LE. O prof. Hildo salienta em diversos momentos que a abordagem presente neste livro observa a linguagem de Major Porto e a linguagem rural em geral pelo que elas efetivamente têm, e não pelo que a linguagem urbana e estatal têm e ela não, que é a visão da Sociolinguística Variacionista.

Pela importância dada à necessidade humana de nomear as coisas, quase todos os capítulos tratam de questões lexicais, mas o livro aborda outros planos da língua também. Embora o livro seja composto por trabalhos já publicados separadamente, e aqui revistos e atualizados em formato de livro, recomendo a leitura na sua ordem normal para que se compreenda o seu todo de forma abrangente. A seguir, relato minhas impressões sobre cada capítulo.

O capítulo 1 – Bases teóricas – é autoexplicativo. O autor apresenta suas premissas e o arcabouço teórico da LE, o ramo brasileiro da Ecolinguística. Como menciona o prof. Hildo, "alguns capítulos podem parecer um tanto técnicos para o leigo" (p. 18). Porém, como ele mesmo crê e eu endosso, o leigo, com algum esforço e com atenção às bases teóricas, compreenderá bastante bem o conteúdo de livro.

O livro começa efetivamente no capítulo 2 – A comunidade de fala da Fazenda Capivarinha, que me é particularmente caro e sobre o qual me sinto bem à vontade para comentar. Publicado em 2016 com o título de "A comunidade de fala da Fazenda do Zé Artino" (<https://meioambienteelinguagem.blogspot.com/2016/02/a-comunidade-de-fala-fazenda-do-ze.html>), o texto foi revisto, ampliado e republicado na revista *ECO-REBEL* no mesmo ano sob o novo título de "Comunidade de fala revisitada" (<https://periodicos.unb.br/index.php/erbel/article/view/9690/8558>). Ambos os textos foram de fundamental importância para os meus estudos de doutoramento porque me fizeram enxergar que a comunidade de fala por mim estudada na época, urbana e de imigração, seria muito mais bem aproveitada se fosse analisada sob os preceitos da LE e seu arcabouço teórico.

A introdução a esse capítulo já apresenta um importante preceito da LE, a diferença entre Comunidade de Fala (CF) e Comunidade de Língua (CL) e, conseqüentemente, a definição que a LE apresenta para CF, em oposição a CL. Este é o objeto do capítulo.

Após a apresentação da CF da Fazenda (do Zé Artino, mas frequentemente chamada somente de Fazenda), o autor explicita os componentes da tríade básica do Ecosistema Linguístico, quais sejam seu Território, sua População e sua Língua. A partir desse ponto, o prof. Hildo mostra como se chega a uma efetiva interação comunicativa a partir do primeiro passo necessário, a comunhão, um encontro de pessoas com uma mínima vontade de interagir comunicativamente. Aproveita esse conceito para também falar sobre desconunhão, conceito oposto, que acontece quando há um encontro de pessoas, mas não há interesse na interação. O passo que segue a comunhão é a comunicação, ou seja, as pessoas tentam se falar umas com as outras. É a interação organismo-organismo da Ecologia. Posteriormente, fala-se da interação pessoa-mundo, que é chamada significação. É o passo seguinte à comunicação, uma vez que as pessoas, para interagirem comunicativamente, precisam de referências. Tudo isso é apresentado com exemplificações da linguagem típica da CF Fazenda, com ditados, provérbios, dísticos e historietas narradas e conhecidas pelos habitantes da localidade.

Já no fim do capítulo, o prof. Hildo disserta sobre as inter-relações entre esses três tipos de interação – Comunhão, Comunicação, Significação – para apresentar o conceito de Ecosistema Cultural, que é mais abrangente do que o Ecosistema Linguístico uma vez que engloba elementos culturais não abrangidos pela Língua.

O capítulo 3 – Nomes de lugares: a microtoponímia na interação pessoa-pessoa e pessoa-mundo – discute a toponímia da região onde se situava a CF da Fazenda. Diz-se MICROtoponímia por, justamente, se tratar de uma área relativamente pequena e de interesse semântico apenas dos habitantes da localidade. É a microtoponímia local que dá referência geográfica aos habitantes da região onde localiza a Fazenda. O capítulo é muito importante para reflexão, pois a partir dessa identificação microtoponímica o leitor pode abstrair e entender a sua própria CF e os nomes dados às suas referências de localização, mesmo em ambientes urbanos. Quando criança, meus amigos e eu costumávamos brincar em uma rua onde havia um barranco alto e íngreme, mas que era escalável com pequenas aberturas cavadas na sua terra argilosa. Pois aquele local passou a ser chamado por nós de "escalamento". Esse termo só fazia sentido para a nossa CF, cujos membros eram alguns garotos na pré-adolescência. Havia outras referências mais transparentes, como por exemplo "terreno baldio", que para qualquer outro falante de variedades da língua portuguesa tem sentido genérico, mas para nós era um único terreno que nos dava referência geográfica bem específica.

A microtoponímia apresentada aqui pelo autor é bem específica da CF da Fazenda, mas vai além: há diversos elementos de hidronímia, fitonímia, zoonímia e antroponímia, o

que enriquece muito o capítulo (e o livro como um todo). Para não me estender muito, exemplifico a importância desse capítulo.

Como sabemos, na LE a CF pode ser delimitada pelo investigador, de acordo com o que pretende investigar. No núcleo familiar da Fazenda há uma CF e essa tem suas referências de localização que fazem sentido somente entre seus membros. Assim, uma pequena árvore que se destaca é denominada pela CF de *arvinha*, e isso basta para se saber do que se trata. Não há necessidade de outra especificação. Quando a CF delimitada é ampliada, passando a incluir outros moradores da região, há maior necessidade de especificação das referências geográficas porque pode haver mais elementos similares. Por exemplo, nessa região há mais de um córrego. Assim, para que haja entendimento, a CF os discrimina com referências conhecidas por todos. Mesmo sem ter nomes, os córregos eram identificados por outras referências: *nosso corguinho*, *corgo da Capivarinha*, *corgo dos batata*, *corgo dos Miguel* são topônimos criados pelos membros da CF e perfeitamente compreendidos, mas para um indivíduo externo à CF não é suficiente como referência, da mesma forma que o termo *corgo sozinho* não dá conta de satisfazer as necessidades comunicativas da CF do núcleo familiar da Fazenda.

Como a CF da Fazenda não existe mais, essa microtoponímia não faz mais sentido pelos atuais habitantes da região, mesmo ainda existindo.

O capítulo 4 – Nomes de pessoas: apelidos – estende a compreensão da identificação das pessoas dentro de uma CF. O nome de registro de um indivíduo interessa à CL e nem sempre corresponde ao nome de identificação desses mesmos indivíduos dentro de uma CF. Os apelidos são a forma como os membros de uma CF identificam as pessoas, são bem mais específicos do que o nome de registro e é sobre isso que o prof. Hildo discorre neste capítulo.

Muitos apelidos são dados por profissões ou características físicas pessoais. Também, podem ser dados pela relação filial, geralmente o pai (Zé DO Artino, Fulano DO Beltrano). Foi exatamente dessa maneira que surgiram os sobrenomes familiares ao longo do tempo. A necessidade de identificar as pessoas para além de seus nomes de batismo inspirou a ideia de associá-las aos seus ofícios, à sua origem, a seus pais ou mães. Há outros motivos para a apelidação, um deles a simples redução de um nome longo a algo mais simples, por assim dizer, como é o caso de José para Zé e Francisco para Chico. Em outras palavras, o que quero salientar é que, mais uma vez, a forma como a LE enxerga as variedades linguísticas demonstra seu caráter holístico, pois o que normalmente é visto como uma lacuna (ou pobreza) em variedades rurais não passa de um processo usado em toda e qualquer língua, seja ela mais ou menos prestigiada. Toda língua nomeia seres e coisas e quando há necessidade de especificação, os falantes são suficientemente criativos para encontrar meios de fazê-lo. No fim das contas, o sobrenome oficial surge a partir da criatividade do falante comum por uma necessidade linguística. Gramaticalmente, o sobrenome é um adjunto adnominal.

Dos nomes das pessoas passamos aos nomes de animais domésticos, o tema do capítulo 5, que, embora trate principalmente da onomástica relativa aos animais da fazenda, é importante fonte esclarecedora da relação entre a ecologia e a LE. Como aponta o autor, existem dois tipos de ecossistemas na ecologia, a sociedade biológica e a comunidade biológica. O primeiro consiste em seres vivos da mesma espécie e o segundo (biocenose) é "formado por seres vivos de diversas espécies que coabitam determinado território". Como se percebe, ecossistema da Fazenda é do segundo tipo. Os humanos interagem com os animais de forma bastante diferente das interações entre humanos.

Neste capítulo há mais perguntas do que respostas, pois parece não haver lógica nos nomes dados aos animais, e nem há motivos aparentes para que alguns tipos de animais não tenham nomes específicos, como galinhas e porcos. Porém, compreende-se que, sendo a

economia da Fazenda baseada praticamente no gado leiteiro, todas as muitas vacas sejam identificadas por nomes próprios.

Saltamos para os nomes de plantas e etnomedicina, assunto do capítulo 6. Aqui o autor apresenta a cultura popular que emerge dos ecossistemas linguísticos, que, lembremos, é parte dos ecossistemas culturais. É uma versão reelaborada de parte de outra publicação do mesmo autor, de 2007¹.

O prof. Hildo discorre sobre uma classificação, elaborada por ele mesmo, de diversas plantas locais. O grande interesse desse capítulo, a meu ver, é a evidência da relação entre língua e meio ambiente, a partir do momento em que se observa que "só recebem nomes as plantas com as quais os membros da comunidade local interagem de alguma forma, portanto, têm necessidade de falar sobre elas". Em outras palavras, é a manifestação da interação organismo-habitat do ecossistema biológico, que no ecossistema linguístico se dá pelas referências ao que há no território, e que mostram que os humanos talvez tenham um modo próprio de classificá-las em úteis ou inúteis, sendo as primeiras aquelas que têm algum interesse para a comunidade local, mesmo que esse interesse seja negativo, como as plantas venenosas.

Como mencionamos, o capítulo também trata da etnomedicina. Para isso, o autor lista uma série de plantas e suas propriedades curativas, algumas delas bem conhecidas em outros lugares do Brasil e outras conhecidas somente na localidade. Por fim, e apenas por conta da relação medicinal, o autor menciona brevemente alguns tratamentos curativos de origem animal. Para mim, particularmente, a citação da banha de galinha como remédio para gripe, a partir de um levantamento feito em uma comunidade do interior da Bahia chamou a atenção. Pela segunda vez na minha vida me deparei com esse elemento de origem animal relacionado a um uso não culinário. Meu pai, um grande observador do comportamento humano sem nenhum vínculo formal com pesquisas científicas, sempre que via alguém com os cabelos excessivamente engomados (na época se usava um produto chamado glostora, uma marca de brilhantina, o avô do gel) falava que essa pessoa tinha passado banha de galinha sem sal. Era uma crítica jocosa a quem tinha mal usado um produto que ainda por cima era de baixa qualidade.

O capítulo 7 deixa o léxico e parte para a análise da comunicação humano-animal numa fazenda de Major Porto. Afirma o autor que esse tema, a interação humano-animal, é pouco ou nada explorado no Brasil. Certamente a LE é a disciplina adequada para estudos desse gênero, até pelo seu caráter multimetodológico e multidisciplinar.

Antes de entrar no tópico, o prof. Hildo traça um breve panorama da economia local e observa que a fazenda onde foram colhidos os dados, próxima à comunidade denominada Capelinha do Chumbo, está, nesse sentido, mais próxima à Idade Média do que à contemporânea. Ele nos mostra que não houve avanço tecnológico e produtivo na região, as famílias continuam a trabalhar para a própria subsistência, mais de 400 anos depois do fim daquele período histórico, no qual toda a produção não era encarada como mercadoria, não havia troca, escambo ou similar.

O autor descreve os tipos de sons e expressões usadas para cada animal que fazia parte do ecossistema da fazenda, incluindo os passarinhos, mesmo que não fossem estes exatamente domésticos. Essas formas de comunicação são classificadas em cinco² tipos, a saber: chamamento; afugentamento; estímulo; ordem de parar; ordem de "segurar" (o carro de boi). Com base nos sons, entonação e na classificação, o prof. Hildo aborda o tema sob diferentes perspectivas e salienta que "o fato mais importante é que os humanos são **a parte**

¹ COUTO, Hildo Honório do. *Ecolinguística: estudo das relações entre língua e meio ambiente*. Brasília: Thesaurus, 2007

² O texto cita seis tipos de mensagens, mas há apenas cinco listadas. Trata-se possivelmente de falha da revisão.

ativa da interação" (grifo meu), ou seja, a comunicação humano-animal é assimétrica. Como esse tipo de comunicação surgiu a partir das necessidades humanas, os animais sempre foram parte dos meios de produção, instrumentos de apoio para que se obtivesse os produtos de suas necessidades.

No capítulo 8 – A memória e a existência da comunidade – há uma mudança de foco. Seu próprio título já mostra a que veio: o ecossistema mental da língua. Após um breve histórico da cronologia político-administrativa da localidade, o autor perpassa tudo aquilo que faz parte de um ecossistema linguístico-cultural. Com isso, nos faz perceber que ecossistemas se transformam ao longo do tempo. Por óbvio, acontece com os ecossistemas linguísticos também. Os apelidos dados às pessoas da comunidade, os topônimos, os nomes dos animais, das plantas, tudo isso faz sentido em uma determinada época, mas tende a não significar nada para os novos ocupantes do território, uma vez que a sua memória não estará mais ligada ao que houve no passado. Como mencionado pelo autor, "apelidos são parte da identidade das comunidades de fala" (p. 113). Vale dizer que uma CF constituída na década de 40 do século XX não é a mesma na década de 10 do século XXI. Elementos culturais que podem ser transmitidos entre gerações podem ser mantidos, tais como as experiências medicinais e culinárias de certas plantas da região, mas as referências geográficas e toponomásticas se perdem.

A respeito de mudança de território e à guisa de ilustração, retomo o comentário do prof. Hildo na introdução ao livro, acerca de "uma linguagem e uma cultura que estão desaparecendo no bojo do processo de nivelamento que está tomando conta do mundo inteiro" (p. 17) e dou um exemplo pessoal, acontecido pouco mais de 10 anos atrás, quando construíram o primeiro grande Shopping Center na cidade onde moro. Uma colega de trabalho comentou que dentro do Shopping nem parecia que ela estava na mesma cidade, numa crítica à paisagem urbana local e aos hábitos e costumes da população. Eu dei razão a ela, mas por um viés diametralmente oposto à sua intenção. Não parecia mesmo, parecia com qualquer outro lugar do mundo. Os Shopping Centers não têm identidade local, são territórios pasteurizados. Seja no Rio de Janeiro, em São Paulo, Belo Horizonte, Nova York, Buenos Aires, Londres, Juiz de Fora ou Patos de Minas eles são desesperadoramente iguais, até mesmo na toponímia!! Piso 1, piso 2, praça de alimentação, Lojas, salas de cinema, quiosques... Até a pipoca do cinema é insossamente igual.

Repito mais uma vez o prof. Hildo: não se trata de saudosismo. É mera observação da realidade. O presente que o autor nos dá com esse livro tão gostoso de ler nos ajuda a enxergar melhor essas realidades, uma espécie de imperialismo cultural a que estamos submetidos, seja do estrangeiro para o Brasil, ou dentro do próprio país, das grandes metrópoles para o interior.

Aspectos culturais locais vão perdendo suas características em nome de uma modernidade nem sempre natural. É evidente que as CF mudam ao longo do tempo e como aponta o autor nesse capítulo, a tratada por ele já não existe mais. Entretanto, pressões e imposições econômicas às vezes mudam um território de forma tão drástica que nem mesmo as pessoas que ainda estão em vida reconhecem mais o lugar como antes.

O Capítulo 9 – Narrativas orais – é um trabalho acadêmico por si só. É precioso porque fornece arcabouço teórico para diversas pesquisas que explorem narrativas como objeto. O seu grande objetivo é mostrar que as falas espontâneas, sobretudo na linguagem rural, não são caóticas como podem parecer. Ao contrário, apresentam organização na forma e no modo como são produzidas porque a elas subjaz uma organização formal pelo fato de que os interlocutores têm conhecimento da linguagem de sua comunidade e esse conhecimento inclui a capacidade comunicativa.

Trata-se basicamente de um estudo de caso e a própria estrutura do capítulo, dividida em subcapítulos, já demonstra que é um trabalho bem completo e suficientemente profundo

para o seu objetivo geral e, como já disse, pode servir de base teórica para investigações de qualquer natureza, desde que tenham as narrativas como objeto. Como se trata de uma pesquisa sobre "estrutura" (ou organização narrativa, como prefere justamente o autor)³, há comparações interessantes com os estudos de Gramática Gerativa e uma marcação de posição da LE nesse sentido.

As narrativas são analisadas sob o ponto de vista da LE, mas antes de encerrar o capítulo, o autor apresenta ao leitor a ADE – Análise do Discurso Ecolinguística e mostra como essas narrativas poderiam ser também estudadas sob essa perspectiva. É um enriquecimento ao trabalho como um todo que o torna ainda mais interessante como fonte teórica de investigações outras.

Chama a atenção que a morfossintaxe nas narrativas se assemelha muito ao modo de falar da zona rural da minha cidade, distante mais de 600 Km de Patos de Minas, embora estejam no mesmo estado, Minas Gerais. Isso evidencia dois fatos: a língua rural brasileira tem grande semelhança, como bem observado pelo prof. Hildo na página 54; a divisão política de municípios, estados e países é arbitrária e não necessariamente se importa com as afinidades culturais e linguísticas das sociedades para determinar onde começam e terminam.

As mininarrativas dadas como exemplo poderiam ter sido contadas na zona rural próxima de onde vivo, salvo naturalmente as peculiaridades do território, que tornam os ecossistemas linguísticos únicos. O que quero frisar é a semelhança da organização da narrativa da língua falada.

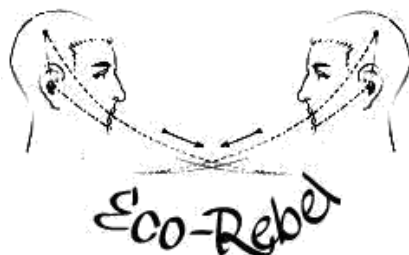
Para encerrar, o capítulo 10 – Conclusões – apresenta um resumo bem sucinto de tudo o que foi falado nos nove capítulos anteriores.

Como bem se nota nesse livro, o território é fundamental para a existência de uma CF e esse território tem características próprias, intrínsecas a ele, que servem de referência para os membros de uma CF interagir comunicativamente. Quando essas referências desaparecem, ou mudam drasticamente, a tendência é a CF desaparecer também, pela igualmente drástica transformação da sua linguagem. Sem referências, a língua passa por um processo de pasteurização, tendendo a igualar-se e a perder suas peculiaridades em favor da língua majoritária, que se impõe geralmente pela mídia. Assim, "carteira de identidade" vira "RG" e o aberto "rolé" se transforma no fechado "rolê", mesmo na minha variedade. Quarenta anos atrás, ninguém na minha cidade sabia o que era um RG, posso garantir. São exemplos simples, mas que têm relação direta com um fenômeno linguístico muito criticado por todas as parcelas da sociedade: a interferência de estrangeirismos na língua. Porém, pouco ou nada se fala da interferência de estrangeirismos intralinguísticos nas diversas variedades da mesma língua.

O epílogo, de autoria do prof. Pere Comellas-Casanova, da *Universitat de Barcelona, Catalunya*, nos brinda com um texto em catalão no qual reafirma que "*aquest llibre no és un exercici de nostàlgia (...) perquè la nostàlgia és el contrari de l'enfocament ecolinguístic i diversòfil en què es basa*", isto é, não se trata de uma obra de propósito saudosista porque a nostalgia é estanque e a ecolinguística celebra a diversidade.

Encerro essa resenha com uma forte recomendação e um convite à leitura do livro. Toda e qualquer pessoa interessada em estudos de linguagem de qualquer vertente, mas mais especialmente aquelas que adotaram a Ecolinguística e a LE como linha de pesquisa devem ler essa obra tão apaixonante.

³ A LE preconiza a expressão "organização da narrativa" em vez de "estrutura narrativa". Cf. p. 127 do livro.



RESENHA

COUTO, Elza Kioko N. N. do Couto; FERNANDES, Eliane M. da Fonseca. *Análise do discurso ecossistêmica: teoria e prática**. Brasília: Universidade de Brasília / Pós-graduação em Linguística, 2021, 79p., ISBN 978-65-994624-0-5. E-book disponível em: <http://www.ecoling.unb.br/images/ADE.pdf>

Resenhado por Zilda Dourado (UEG- Câmpus Sudoeste – sede em Quirinópolis)

O livro *Análise do discurso ecossistêmica: teoria e prática* tem como principal objetivo sistematizar os principais conceitos da análise do discurso ecossistêmica (doravante ADE). Essa nova teoria do discurso era conhecida como análise do discurso ecológica, porém o seu nome foi atualizado para análise do discurso ecossistêmica, em conformidade com a linguística ecossistêmica, versão brasileira da ecolinguística. A partir dessa mudança, a presente obra está dividida em duas partes, intituladas de “Análise do discurso ecossistêmica: teoria” e “Análise do discurso ecossistêmica: prática”. A primeira apresenta o construto teórico da ADE e a segunda, a sua aplicação analítica em textos diversos. Essa estrutura da obra introduz o analista aos preceitos ecológicos de estudo da linguagem e do discurso.

A primeira parte “Análise do discurso ecossistêmica: teoria” consta de cinco capítulos: “Ecologia e ecosofia”, “Linguística ecossistêmica (LE): uma breve apresentação”, “Análise do discurso ecossistêmica (ADE)”, “Categorias de análise” e “Metodologia”. Esses capítulos apresentam o objetivo da ADE, sua filiação à Linguística ecossistêmica, a base filosófica da ADE, as categorias de análise e a metodologia para um estudo do discurso pautado na ADE. A leitura dessa parte do livro dá todos os recursos necessários para o pesquisador iniciar os seus estudos de discurso, em conformidade com a ADE.

De acordo com as autoras Elza do Couto e Eliane Fernandes, o principal objetivo da ADE é “descrever e analisar a construção de sentidos gerados por sujeitos que empregam linguagens (face a face, virtual ou potencial) dentro de contextos ecossistêmicos interacionais de comunicação (meios ambientes natural, mental, e social”. Esse objetivo demonstra a preocupação da ADE em ser uma teoria do discurso vinculada a um engajamento ecológico no combate aos desequilíbrios de ordem natural, mental e social presentes nos ecossistemas. Essa preocupação faz com que o analista se insira no interior dos ecossistemas para observar e traçar meios de alcançar o equilíbrio interno entre os seres vivos. A ADE lança um olhar ecológico e ecolinguístico para a comunicação humana com

o intuito de analisar a construção de sentidos dos sujeitos em interação dentro de um ecossistema linguístico.

Essa inserção em um ecossistema linguístico vincula a ADE à teoria da linguística ecossistêmica, vertente da ecolinguística no Brasil. Por isso as duas teorias compartilham a mesma concepção de linguagem, a de que a língua/linguagem são fenômenos biopsicossociais dinamizados no interior das inter-relações entre língua, povo e território, isto é, dentro de ecossistema linguístico. Este é formado pela integração dos ecossistemas natural, mental e social, de modo que a interação comunicativa é uma interação submetida às regras sistêmicas e às regras interacionais da linguagem humana. Desse complexo de interações no ecossistema linguístico emerge o texto/discurso. Segundo Couto & Fernandes, os sujeitos produzem sentidos de dimensão natural, mental e social ao se envolverem em uma interação comunicativa. Portanto, para a ADE, a língua/linguagem é uma interação comunicativa, a partir da qual os sujeitos produzem sentidos, materializados em textos/discursos que apresentam dimensões advindas do espaço, das relações sociais e da ecoideologia. Dessa maneira, a ADE apresenta uma concepção de língua, de texto e de discurso, além de desenvolver a dinamização dos sentidos na comunicação humana.

Em vista disso, a ADE também apresenta uma vertente filosófica, a sua base de compreensão dos modos de vida e de observação dos ecossistemas. Trata-se da ecosofia, também conhecida como ecologia profunda, segundo Arne Naess, e da ecoética, segundo Capra & Mattei (2018). Essas teorias são o eixo de sustentação da ADE como uma teoria do discurso ecologicamente engajada na busca pelo equilíbrio dos ecossistemas. Couto e Fernandes afirmam que o analista da ADE desenvolve as suas análises com a postura de combater o sofrimento e defender a ideologia da vida, partindo da premissa de que todos os seres vivos têm o direito à própria existência e à proteção contra todos os tipos de violência. Isto posto, a ADE exige do analista uma responsabilidade no exercício da ciência para a prática de uma ética ecossistêmica, construída a partir de uma predisposição individual para possibilitar a harmonia das inter-relações no interior do ecossistema.

Seguindo esses pressupostos teóricos, Couto & Fernandes apresentam as categorias de análise da ADE. Primeiramente, as autoras enfatizam que todos os conceitos desenvolvidos pela linguística ecossistêmica podem ser mobilizados para um estudo do discurso orientado pela ADE. Isso se justifica pela concepção de linguagem empregada pela teoria e pela compreensão de que os sentidos funcionam como uma rede, porque estão interconectados e interdependentes no interior do ecossistema integral da língua.

Em segundo lugar, as autoras retomam e detalham os conceitos de texto e de discurso, que são tomados em conjunto, porque o texto é um evento de comunicação da interação e o discurso é constituinte dessa comunicação, o que direciona o olhar analítico para o processo de produção do discurso em seus valores sociais e culturais, todos esses circundantes do texto. Também é importante destacar a ressalva das autoras sobre o que a ADE entende como social. Trata-se de um conjunto de valores sociais, históricos e culturais interconectados.

A ADE tem a comunhão e a ideologia da vida como categorias de análise. Couto & Fernandes explicam a comunhão como uma relação ecológica harmônica que sustenta uma benevolência compartilhada promotora da comunicação. A comunhão é o pré-requisito de

toda e qualquer interação comunicativa. Logo, uma quebra da comunhão gera desarmonia e é aqui que o analista desenvolve o seu estudo com o objetivo de defender a vida.

Em conformidade com Couto & Fernandes, a defesa da vida é a aplicação prática da ideologia da vida. Esta, por sua vez, é um conjunto de visões ecológicas responsáveis por favorecer a manutenção do bem-estar e do equilíbrio do meio ambiente. Desse modo, cabe ao analista fazer proposições em favor da defesa da vida, a partir do seu estudo ecossistêmico.

Além das categorias de análise, a metodologia da ADE também é essencialmente ecológica. Couto & Fernandes afirmam que a ADE mobiliza a ecometodologia, sustentada pela visão ecológica de mundo. Dessa maneira, o analista precisa mobilizar o método de focalização, segundo Garner (2004). Esse método parte do ecossistema integral da língua, de modo que o analista veja as dimensões sociais, mentais e naturais do seu objeto, integrados de maneira holística. A partir daí, ele delimita o que será analisado em seu objeto. Também é possível escolher outras teorias para auxiliá-lo em seus estudos, pois a ecometodologia é multimetodológica e multidisciplinar, como se vê na parte II do livro, dedicada à aplicação da ADE.

Vimos que a segunda parte se intitula “Análise do discurso ecossistêmica: prática” e que ela contém seis capítulos dedicados a análise de fenômenos linguísticos: “A quebra da harmonia dos moradores de rua”, “Um desenho e uma narrativa”, “Um dia calmo”, “A memória da carência em entrevistas de meninos de rua”, “Uma vela para Dario”, “A tentação e o desejo em relação aos ecossistemas”. Essas análises demonstram como desenvolver a metodologia da ADE e a aplicação de suas categorias de análise em textos verbais e não-verbais. Tal exposição é importante para que o leitor compreenda a proposta da ADE e se motive a analisar discursos diversos com essa nova teoria.

A primeira análise “A quebra da harmonia dos moradores de rua” é a dos dados obtidos a partir das entrevistas desenvolvidas por Elza Kioko N.N. do Couto com meninos de rua da cidade de São Paulo. A segunda análise “Um desenho e uma narrativa” é de um desenho e de uma narrativa, obtido por meio do teste dos nove arquétipos, o AT9, desenvolvido por Yves Durand. Aqui, essa análise estabelece um diálogo analítico com a teoria da antropologia do imaginário de Gilbert Durand. A terceira análise “Um dia calmo” é dedicada exclusivamente à narrativa homônima que acompanhou o desenho do AT-9 da análise anterior. Nessa parte há um diálogo com as funções ideacional, interpessoal e textual de Michel Halliday. A quarta análise “A memória da carência em entrevistas de meninos de rua” discute a memória e a sua relação com o discurso, mais uma vez dialogando com a teoria da antropologia do imaginário de Gilbert Durand. A quinta análise “Uma vela para Dario” é do conto literário de Dalton Trevisan “Uma vela para Dario”. Já a sexta análise “A tentação e o desejo em relação aos ecossistemas” é sobre uma charge do adolescente Laerte. Nessa aplicação há a discussão sobre o desejo e a tentação nos ecossistemas.

Essas análises permitem ao leitor compreender o que é a análise do discurso ecossistêmica (ADE) e como desenvolver uma análise nessa perspectiva teórica. Tal como Couto & Fernandes afirmam no livro, a ADE pode estudar textos verbais e/ou não-verbais. A partir dessas materialidades, o analista descreve e analisa os contextos ecossistêmicos naturais, mentais e ou sociais. Essa análise direciona para a elaboração de proposições capazes de fomentar a defesa da vida e a manutenção dos ecossistemas.

Por fim, o estudo sistemático apresentado pela obra *Análise do discurso ecossistêmica (ADE): teoria e prática* é inovador porque demonstra como o discurso é dinâmico tanto em seu processo de construção na comunicação quanto em suas possibilidades de análise. Além disso, a ADE é uma teoria consoante com a atualidade, em que as discussões sobre a relação do ser humano com o seu ambiente estão ocupando os espaços acadêmicos e os espaços midiáticos. Por tudo isso, a leitura desse livro é altamente recomendada para os estudantes do curso de Letras, pesquisadores das teorias do discurso e demais interessados nas relações entre linguagem e meio ambiente.

Referências

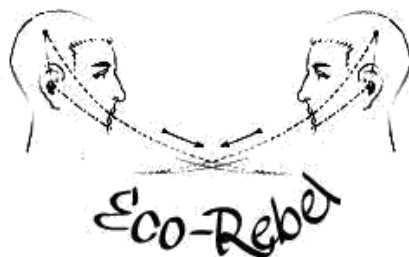
CAPRA, Fritjof. MATTEI, Ugo. *A revolução ecojurídica*. São Paulo: Cultrix, 2018.
GARNER, Mark. *Language: an ecological view*. Londres: Continuum, 2004.

*NdaR. Este livro foi resenhado também em:

-*Boletim do GEPL* n. 6, 2021, p. 8-10: <http://www.ecoling.unb.br/images/n621.pdf>

-Revista chilena *Árboles y rizomas*: <https://www.revistas.usach.cl/ojs/index.php/rizomas>

ECOLINGÜÍSTICA: REVISTA BRASILEIRA DE
ECOLOGIA E LINGUAGEM (ECO-REBEL), v. 7, n. 2, 2021.



RESENHA

WOHLLEBEN, Peter. *A vida secreta das árvores*. Tradução de Petê Rissatti. Rio de Janeiro: Sextante, 2017, 180p. Disponível em: <http://www.ecoagri.com.br/web/wp-content/uploads/A-Vida-Secreta-Das-%C3%81rvores-Peter-Wohlleben.pdf>

Resenhado por Gilberto Paulino de Araújo (UFT-Arraias)

A obra *A vida secreta das árvores* (título original em alemão: *Das geheime Leben der Bäume*), escrita pelo engenheiro florestal Peter Wohlleben, certamente dispensa apresentações depois de chegar ao expressivo número de um milhão de livros vendidos em 2017 (primeira publicação em 25 de maio de 2015).

De qualquer modo, consideramos mais que significativo e propício o momento para estabelecermos um “novo” diálogo com a obra. Primeiramente, porque no dia 22 de maio comemoramos o Dia Internacional da Biodiversidade e no próximo dia 05 de junho o Dia Mundial do Meio Ambiente. Em segundo lugar, pela própria relevância do tema para os dias atuais. Dito de outro modo, mesmo após décadas de discussões, conferências, avanços e retrocessos, a vida/a biodiversidade na Terra continua a ser ameaçada.

A temática também ganhou novos horizontes ao considerarmos que o princípio ecológico da biodiversidade nos possibilitou enxergar para além da diversidade biológica, isto é, pensar o conceito em sua inter-relação com a diversidade cultural, linguística, religiosa, de gênero, saberes, etnias etc. A diversidade que nos compõe e nos integra à imensa rede de vida do planeta/universo também nos caracteriza como seres humanos multiculturais e por natureza plurais.

Outro aspecto que vale a pena destacar é o fato de o título da obra mencionar “vida secreta”. Assumo nesse momento a primeira pessoa do singular para destacar que nunca me causou estranhamento pensar na capacidade de comunicação das plantas. Pelo menos do ponto de vista do diálogo entre seres humanos e plantas. Minha mãe sempre conversou com

suas roseiras, samambaias, pés de manga que encontrava pela rua e outras árvores no campo. Não é algo diferente para minha sogra e para minha esposa que agem naturalmente do mesmo modo. O cumprimento “bom dia!” e “como vocês estão?” para as plantas sempre foi algo comum no cotidiano familiar. Sem dúvida o “saber cuidar” tem fonte feminina/materna e a escuta sensível é também refletida nessas inter-relações ser humano-plantas. Os povos indígenas e tantas outras comunidades tradicionais possuem laços culturais de intimidade com a natureza, assim o diálogo e o respeito permanente aos outros seres fazem parte de suas tradições, ritos e vivências diárias.

Por outro lado, teremos como foco na obra a comunicação intraespecífica, planta-planta, algo que já vem sendo discutido (não necessariamente com consenso) pelos biólogos desde o final do século XIX. Em sua atuação como engenheiro florestal, Peter Wohlleben conheceu muito bem o caráter utilitário das árvores: “Todos os dias eu avaliava centenas de abetos, faias, carvalhos e pinheiros para saber se podiam ir para a serraria e descobrir seu valor de mercado [...]” (p. 5 do prólogo). Todavia, sua percepção sofreu mudanças ao estabelecer novas formas de se relacionar com as plantas:

Mais tarde, também passei a cuidar das áreas de reserva e a administrar funerais naturais – prática em que as cinzas do corpo humano são enterradas em urnas biodegradáveis ao pé das árvores. Conversando com muitos visitantes, mudei minha forma de enxergar a floresta. As árvores tortas, retorcidas, que antes eu considerava de menor valor, deixavam os visitantes fascinados. Aprendi com eles a não prestar atenção só nos troncos e em sua qualidade, mas também em raízes anormais, padrões de crescimento diferentes e camadas de musgo na casca das árvores. (p. 5).

Ao estabelecer novas formas de ver e interagir com o ambiente natural, Wohlleben passou a sistematicamente observar/estudar o comportamento das árvores, e assim, a obra *A vida secreta das árvores* nos revela não somente como elas se comunicam, mas também como se organizam socialmente. Tudo isso pode ser visto e conferido nos 36 capítulos que compõem o livro.

De maneira resumida, seguem alguns aspectos discutidos ao longo da obra que revelam o complexo nível de organização social das plantas. Logo no início, o autor nos mostra a *cooperação* existente entre as árvores por meio da rede subterrânea de raízes, citando inclusive investigações de pesquisadores em Harz (cadeia de montanhas ao norte da Alemanha), cujas descobertas revelaram que “a maioria dos indivíduos de uma espécie e de uma população é interligada por um sistema entremeado de raízes” (p. 8). Vale salientar que essa cooperação entre as espécies não acontece de maneira aleatória: “É normal que elas

troquem nutrientes e ajudem as vizinhas em casos de emergência, e isso nos faz concluir que as florestas são superorganismos – formações semelhantes, por exemplo, a um formigueiro” (p. 8).

Mais adiante, Wohlleben ressalta que, embora as árvores não possam se comunicar verbalmente, elas interagem umas com as outras por meio de odores que exalam. “Dessa forma, temos uma linguagem aromática secreta, que as árvores demonstraram também ter” (p. 11). Como exemplo, cita que as acácias africanas exalam uma espécie de gás de alerta que é percebido por outras árvores da mesma espécie para que se protejam de certo perigo, no caso, as girafas (ou outros herbívoros) que se alimentam de suas folhas. O autor afirma que tal fenômeno também acontece em outras florestas (e com outras espécies).

Outra forma de estabelecer a comunicação é por meio dos fungos que se encontram nas raízes, funcionando como uma densa rede de transmissão de mensagens de uma árvore para outra. Nas palavras do autor: “Ao longo dos séculos, um único fungo pode se estender por muitos quilômetros quadrados e criar uma rede capaz de ligar florestas inteiras. Ele ajuda a trocar notícias sobre insetos, secas e outros perigos” (p. 14).

Esta troca de informações entre as árvores não se limita ao mecanismo de defesa, tendo em vista que as flores também podem exalar aromas como forma de “agradar”/atrair insetos, como as abelhas, a fim de possibilitar a polinização – e estas recebem como recompensa o néctar dessas plantas. Assim, “as árvores se comunicam por meios olfativos, visuais e elétricos (para isso se valem de espécie de célula nervosa nas pontas das raízes)” (p. 15).

Curiosamente, o autor nos faz pensar numa série de questões, dentre elas, como seres silenciosos como as árvores poderiam se comunicar por meio de sons? Vale a pena conferir os argumentos e estudos compartilhados por Wohlleben. De qualquer forma, o alerta é para a possibilidade de troca de informações por meio de ondas sonoras, assunto este em que a ciência tem um longo caminho de estudos pela frente.

A respeito da preocupação com a reprodução e manutenção das espécies, as árvores possuem estratégias de florescimento em intervalos específicos (de acordo com as estações, anualmente etc.), conforme as necessidades de cada uma delas. Isto é, “elas entram em sincronia se vão florescer na primavera seguinte ou esperar mais um ou dois anos” (p. 20). Isso também acontece em interação com os animais que irão se alimentar de seus frutos e dispersar suas sementes.

Peter Wohlleben faz menção ao termo “educação” para se referir à preocupação que as árvores mães têm com o crescimento e amadurecimento de suas filhas. Isso quer dizer

que embora as árvores jovens possam crescer rapidamente, as árvores adultas cobrem as mudas com suas copas de modo a controlar a quantidade de luz disponível para as folhas e sobre o solo. Isso funciona como uma forma de controlar o desenvolvimento e fornecer por meio das raízes os nutrientes na quantidade adequada para que as árvores jovens possam, no momento certo, assumir o lugar das árvores mais velhas após o findar de seu ciclo de vida.

Outro ponto diz respeito ao processo de aprendizagem desenvolvido pelas árvores por meio de sua adaptação aos diferentes ecossistemas ou, até mesmo, intempéries da natureza. Tal aspecto está longe de caracterizar consenso entre os cientistas, uma vez que surge a seguinte questão: onde e como as árvores/plantas armazenam o conhecimento adquirido se estas não têm cérebro para guardar as informações e gerir seus processos? Em busca de tal resposta, o autor faz referência ao estudo de uma pesquisadora australiana, Dr^a Monica Gagliano, que desenvolveu uma pesquisa com uma planta popularmente conhecida como mimosa ou dormideira. A investigação demonstrou que essa planta respondeu a estímulos que a fizeram modificar seu comportamento como forma de aprendizagem e não como uma ação estritamente mecânica.

Wohlleben aborda outros desafios enfrentados pelas árvores em sua batalha pela vida, seja por se encontrarem em ambientes extremos, seja pelos contextos de disputas entre espécies, a exemplo da faia e do carvalho, sendo que o último passa por dificuldades ao compartilhar de ambientes em que a primeira se adaptou melhor, como é o caso de florestas da Europa Central. Demonstra vários exemplos de como as árvores se comportam (nesse caso as suas raízes) ao se depararem com substâncias tóxicas, rochas impenetráveis, áreas excessivamente úmidas etc., deixando claro que estas analisam e realizam mudanças para se afastarem dessas áreas críticas.

Diante disso, o autor reafirma que, embora a maioria dos botânicos seja cética em relação a um local de processamento de inteligência, memória e emoções por parte das árvores, há estudos (como a pesquisa do Instituto de Botânica Celular e Molecular da Universidade de Bonn) que revelam como as pontas das raízes possuem estruturas semelhantes às do cérebro, sendo responsáveis por conduzir impulsos elétricos e conterem sistemas e moléculas muito parecidos com os presentes em animais.

Afinal, a distinção entre planta e animal é arbitrária e se baseia na forma como o organismo se alimenta: enquanto uma realiza fotossíntese, o outro come seres vivos. No fim das contas, a única diferença além dessa diz respeito ao tempo de processamento de informações e sua conversão em ações. Mas isso basta para considerarmos os seres lentos menos valiosos do que os rápidos? Às vezes imagino que teríamos mais consideração pelas

árvores e por outros vegetais se tivéssemos certeza de que em muitos aspectos eles são semelhantes a animais (p. 63).

Sem dúvida as árvores apresentam muitos comportamentos que precisam ser estudados e melhor compreendidos por nós, seres humanos. São muitas as incertezas que pairam sobre a organização social e a complexa rede de comunicação das árvores. De qualquer forma, é inegável o serviço generosamente prestado por estes seres vivos a todos nós e demais espécies da natureza. O ar que respiramos, a água que bebemos, a abundância de alimentos fornecidos para alimentação, tudo isso mantém uma intrínseca relação com o modo de vida e presença das árvores.

Para nós, sobretudo ecologistas, talvez cause estranhamento o fato de Peter Wohlleben afirmar que “[...] na floresta predomina a lei do mais forte. Cada espécie deseja a própria sobrevivência e, para isso, toma das outras tudo de que precisa. Basicamente, todos são impiedosos, e as florestas só não entram em colapso porque contam com mecanismos de proteção contra excessos [...]” (p. 83). Podemos inferir que o autor pretende desfazer a visão romantizada de que o equilíbrio perfeito pressupõe apenas harmonia entre as espécies. Nós seres humanos, somos a prova real de que não conseguimos desenvolver relações harmônicas nem entre os representantes da mesma espécie. Por outro lado, ao mencionar que as florestas possuem maneiras de conter os excessos, isso demonstra que a fonte do equilíbrio ecológico se encontra no uso ou retirada somente do que é necessário para a sobrevivência. Ou seja, a matriz do desequilíbrio ambiental é sem dúvida *o excesso*, a demasiada exploração da natureza, marca registrada dos seres humanos.

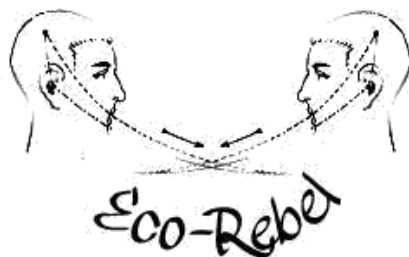
Há muitos outros exemplos, citados pelo autor, que nos remetem aos modos de vida das árvores (em comunidade ou como espécimes que se encontram sozinhas, fora de seu habitat natural) e os reflexos oriundos desses diferentes contextos em que elas se encontram. O autor também revela os efeitos das mudanças climáticas que têm ocasionado alterações nos ecossistemas locais e exigido das árvores o estabelecimento de novas formas de lidar com tais alterações a fim de evitar danos à sua sobrevivência. Além disso, os efeitos da globalização, responsáveis pelo transporte de insetos vivos e fungos que podem colocar em risco as espécies nativas. Outro fator diz respeito à introdução de espécies imigrantes, que acabam tendo a ajuda humana para se estabelecerem em novos territórios com fins comerciais.

Em suma, “o fator decisivo para garantir a solidez do ecossistema das florestas nativas frente a essas mudanças é permanecer inalterados. Quanto mais intacta a

comunidade e mais equilibrado o microclima, mais dificuldade os invasores estrangeiros encontrarão para se fixar na floresta” (p. 152).

A leitura de *A vida secreta das árvores* é recomendada a todos aqueles que desejam (re)pensar o modo de se relacionar com os outros seres vivos, sobretudo as árvores, de modo a não mais enxergá-las de maneira utilitarista. O único modo de não mais considerar *secreta* a forma de viver/de se comunicar das árvores é nos (re)conectarmos com a natureza, preservar a biodiversidade e respeitar todas as formas de vida.

ECOLINGUÍSTICA: REVISTA BRASILEIRA DE
ECOLOGIA E LINGUAGEM (ECO-REBEL), v. 7, n. 2, 2021.



MINIRRESENHAS

Os Organizadores

Anthony Nanson. *Storytelling and Ecology: Empathy, Enchantment and Emergence in the Use of Oral Narratives*. Londres: Bloomsbury, 2021 (Série: Bloomsbury Advances in Ecolinguistics).

Minirresenhado por Hildo Honório do Couto (UnB/GEPL)

Este é o segundo livro da série Bloomsbury Advances in Ecolinguistics (o primeiro foi *TESOL and Sustainability: English Language Teaching in the Anthropocene Era*, organizado por Jason Goulah & John Katunich, Londres: Bloomsbury, 2020). Como se lê na página da editora, “este livro ressignifica o contar histórias neste momento de emergência ecológica. Nanson desvela os processos de montar histórias para ilustrar como os contadores de histórias integram diferentes formas de conhecimento abrindo caminho para a exploração de caminhadas, emoções e aspirações pelos próprios ouvintes”. Continua afirmando que “o reconhecimento, no contexto do mundo ambiental de que somos uma espécie contadora de histórias, não meramente processadora de dados, é um dos desenvolvimentos mais significativos no âmbito do movimento ambiental. Histórias mudam vidas, expectativas e são também grandes entretenimentos”.

“Associando a atual crise ecológica com as condições atuais de alienação e desilusão da sociedade moderna, este livro investiga a capacidade de contar histórias oralmente a fim de reconectar as pessoas com o mundo natural, provocar encantamento e renovar a experiência delas com a natureza, o lugar e a própria existência no mundo. Anthony Nanson apresenta uma análise profunda de como um ecossistema diversificado de narrativas orais e a dinâmica da atividade de contá-las podem catalisar diferentes tipos de conversação e motivação, ajudando-nos a oferecer resistência ao discurso de poderosos interesses. Análises detalhadas de narrativas tradicionais, de acontecimentos reais e ficcionais, mostram como a linguagem de narrativas faladas pode envolver paisagens, criaturas e experiências com o encantamento e ser mediadora entre a consciência do mundo interno e o mundo externo da ecologia e da comunidade. Este estudo sobre contar narrativas orais ecocrítica e ecolinguisticamente pioneiro possibilita uma visão de como compartilhar histórias na presença física de cada um abre espaço para mudanças e nossas relações com o mundo ecológico ao nosso redor. Anthony Nanson é um contador de histórias e escritor profissional. Seus livros incluem *Deep Time* (2015), *Words of Re-enchantment* (2011), *Exotic Excursions* (2008) e *Storytelling for a Greener World* (coeditor, 2014)”.

Eis o Sumário do livro:

Introduction

1. Storytelling and ecology: Reconnecting people and nature through oral narratives

ECO - REBEL

2. Storytelling as a means of conversation about ecology and sustainability
3. Time, desire and consequence in ecological stories
4. Composting snakes and dragons: Ecological enchantment of local landscapes
5. The listening place: The space of transformative stillness
6. Supernatural ecology and the transcendence of normative expectation

Notes

Bibliography

Index.

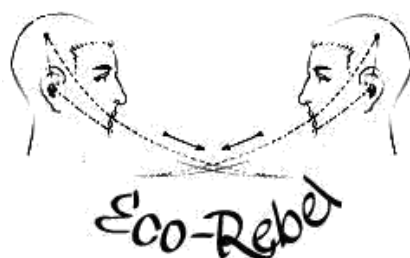
No momento o livro está disponível apenas em capa dura. Os dados sobre ele estão aqui:

<https://www.bloomsbury.com/uk/storytelling-and-ecology-9781350114920>

No endereço a seguir, encontram-se o Sumário e a Introdução.

<https://bloomsburycp3.codemantra.com/viewer/60c1f79d52faff0001578d62>

ECOLINGUÍSTICA: REVISTA BRASILEIRA DE
ECOLOGIA E LINGUAGEM (ECO-REBEL), v. 7, n. 2, 2021.



ENTREVISTA COM ECOLINGUISTAS

Ecolinguística em um Contexto Internacional: Uma Entrevista com Arran Stibbe.

Por Guowen Huang, Universidade Agrícola do Sul da China (flshgw@scau.edu.cn)

Introdução

Recentemente, tem havido um crescente interesse pelo estudo de questões ecolinguísticas na China; e estudiosos chineses abordam a área de muitas perspectivas diferentes, incluindo a ecologia da linguagem, análise ecológica do discurso e estudos de eco-tradução. Como esperado, o livro recém-publicado *Ecolinguistics: language, ecology and the stories we live by* (Routledge, 2015) de Arran Stibbe está se tornando popular na China e sua tradução em chinês será publicada pela Foreign Language Teaching and Research Press ainda este ano (2016). Nesse contexto, uma revista dedicada à ecologia na China, *Journal of Poyang Lake*, deve ter uma coluna especial em uma próxima edição sobre a pesquisa de Arran em ecolinguística.

Eu (Guowen Huang) estou dirigindo o projeto que traduz o livro de Arran e produzindo a coluna especial para *Journal of Poyang Lake*. Sou Diretor do Centro de Ecolinguística da South China Agricultural University (SCAU), China, bem como reitor da Faculdade de Estudos Estrangeiros da SCAU. Eu já desenvolvi uma quantidade significativa de pesquisas em linguística sistêmico-funcional e tenho ensinado e pesquisado ecolinguística a partir da perspectiva da análise ecológica do discurso. Estou organizando o primeiro simpósio sobre ecolinguística na China, a ser realizado de 25 a 27 de novembro de 2016 na SCAU, em Guangzhou, evento que já conta com mais de 200 resumos/participantes, incluindo mais de 30 acadêmicos ecolinguísticos de fora da China.

Este trabalho consiste em uma entrevista com Arran Stibbe. As perguntas e respostas da entrevista dizem respeito a questões de ecolinguística em geral e estudos ecolinguísticos em um contexto internacional. Arran é professor de linguística ecológica na Universidade de Gloucestershire, Reino Unido, autor de *Ecolinguistics: language, ecology and the stories we live by* (Routledge, 2015), *Animals Erased: discourse, ecology and reconnection with nature* (Wesleyan University Press, 2012) e organizador de *The Handbook of Sustainability Literacy* (Green Books, 2009). Ele tem formação tanto em linguística quanto em ecologia humana, e ministra uma variedade de cursos, incluindo ecolinguística, ecocrítica, ética e linguagem, comunicação para liderança, análise do discurso e linguagem e identidade.

A entrevista

-Guowen: Obrigado por aceitar o convite para esta entrevista.

-Arran: Obrigado, fiquei feliz com o convite. Gostaria de parabenizá-lo pelo excelente trabalho que você está realizando para levar a ecolinguística para a China e seu trabalho anterior com linguística sistêmico-funcional. Acho que você está desempenhando um importante papel no desenvolvimento da ecolinguística como uma disciplina internacional capaz de se haver com alguns dos desafios que a humanidade está enfrentando.

-Guowen: Sim. Como você eu reconheço a importância da ecolinguística e estou fazendo o que posso para promovê-la.

-Guowen: Começando as perguntas, entendo que você se formou em diferentes universidades em ecologia humana, linguística, processamento da fala e de linguagem natural bem como engenharia de sistemas por computador. Eu creio que essa bagagem o ajude muito a lidar com questões ecolinguísticas. Na verdade, não há muitas pessoas na área que tenham tido a sorte de ter conhecimento e metodologia de pesquisa nessas áreas. Portanto, minha pergunta é: como uma pessoa que só foi treinada em linguística pode se sair bem nos estudos ecolinguísticos?

-Arran: É um problema porque nossas instituições educacionais são muito segregadas em disciplinas distintas. Acho que os ecolinguistas têm um papel importante a desempenhar, fornecendo uma ponte entre os especialistas em linguagem e os especialistas em ecologia. Já fiz palestras para cientistas ambientais, cientistas veterinários, ecologistas e especialistas em estudos animais, nas quais mostrei a importância da dimensão linguística em seu trabalho e aponte para um conjunto de ferramentas que podem usar para analisar a linguagem. Também dei palestras para linguistas e especialistas em estudos de mídia, arte, estudos culturais e literatura, nas quais me concentrei nas questões ecológicas que a humanidade enfrenta e como a análise crítica de palavras e imagens pode ajudar a resolver essas questões. Eu próprio tenho cuidado com o tipo de linguagem que uso; por exemplo, quando estou me dirigindo a um público de não linguistas, falo sobre as 'histórias da vida cotidiana' em vez de 'discursos hegemônicos'. E quando estou com linguistas, falo sobre os 'sistemas naturais dos quais dependemos para nossa sobrevivência', em vez de 'provedores ecossistêmicos de serviços'. Em meu livro de ecolinguística, tentei manter um equilíbrio a fim de que pudesse ser atraente para ecologistas e linguistas sem que nenhum dos grupos se sentisse privilegiado.

Em geral, há um grande problema devido ao fato de os departamentos universitários se especializarem separadamente em ecologia, linguística, sociologia ou psicologia, enquanto as questões que enfrentamos hoje têm dimensões psicológicas, sociais, linguísticas e ecológicas entrelaçadas. Os ecolinguistas precisam estudar diferentes áreas da vida por conta própria e usar sua perspectiva multidisciplinar para apresentar aos outros formas mais integradoras de analisar o mundo.

-Guowen: Por falar em integração, em seus escritos posso ver que você aceita pressupostos teóricos da linguística cognitiva, linguística sistêmico-funcional, análise crítica do discurso e outras abordagens para o estudo das ciências sociais em geral e dos estudos da linguagem em particular. Isso significa que você acredita que não se pode fazer ecolinguística adequadamente dentro de um único arcabouço teórico? Você prefere uma abordagem integradora? Você acha que a ecolinguística deve ser estudada reunindo diferentes pressupostos teóricos e metodologias?

-Arran: Eu acho que a linguagem é complexa e multifacetada e há pesquisadores que se concentraram em áreas específicas para um estudo aprofundado. Existem teorias detalhadas

em estudos de metáfora, enquadre, avaliação, modalidade, movimentos de conversação, retórica e gramática, para citar apenas alguns. Cada um pode ser útil dependendo de que dados estão sendo examinados e para qual propósito; às vezes é útil combinar teorias compatíveis.

O que tento fazer é reunir as abordagens mais úteis em uma caixa de ferramentas prática baseado em uma perspectiva teórica consistente. Portanto, no livro *Ecolinguistics*, o arcabouço é baseado em *histórias* que existem nas mentes dos indivíduos (ou seja, são esquemas cognitivos). Elas são também compartilhadas em uma sociedade onde se tornam *histórias com as quais convivemos* (ou seja, cognição social). As histórias se manifestam em padrões particulares de escolhas linguísticas (ou seja, discursos). E o mais importante, elas têm um impacto na forma como tratamos o mundo. Em poucas palavras, eu diria que a teoria é: 'As histórias influenciam a forma como pensamos, falamos e agimos e, para abordar as questões ecológicas, precisamos mudar as histórias pelas quais vivemos'. Eu adaptei teorias de identidade, avaliação, facticidade, modalidade e apagamento para caber dentro desta estrutura geral e, no futuro, pode ser que eu incorpore na estrutura outras maneiras de analisar a linguagem, por exemplo, análise narrativa.

Portanto, de modo geral, eu diria que a ecolinguística pode se basear nas teorias linguísticas mais úteis e reuni-las, adaptando-as se necessário, para formar um arcabouço teoricamente consistente com ferramentas eficazes na prática. Para um estudo específico, um arcabouço teórico como a gramática sistêmico-funcional poderia ser aplicado de maneira útil e apropriada, mas eu gostaria de ver a ecolinguística em geral se beneficiando dos estudos mais úteis e detalhados de todos os aspectos da linguagem.

-Guowen: Embora muitos ecolinguistas entendam que não são apenas os humanos cujo bem-estar e vidas estão sendo ameaçados em grande número, mas também os animais, que são mantidos em condições desumanas e abatidos aos bilhões, você acha que é igualmente importante chamar a atenção das pessoas para melhorar a vida de humanos e animais ou um é mais importante do que o outro?

-Arran: Com certeza. Minha própria filosofia ecológica pessoal (ecosofia) é que o bem-estar humano é um imperativo ético. O objetivo é melhorar o bem-estar dos humanos e de outros seres vivos de forma a proteger os sistemas ecológicos dos quais todos dependemos. De uma perspectiva pragmática, as políticas que prejudicam os humanos provavelmente não serão aceitas de qualquer maneira, então o caminho mais eficaz é aquele que beneficia as pessoas, outras espécies e os sistemas dos quais a vida depende. Reconheço, no entanto, que existem outras filosofias ecológicas. Para alguns, apenas os interesses humanos importam e o meio ambiente é importante apenas para fornecer recursos aos humanos e absorver resíduos. Para outros, o dano e o sofrimento que os humanos infligirem uns aos outros e a outras criaturas são tão devastadores que seria melhor trabalhar por um mundo sem nós, humanos. Acho que cada ecolinguista precisa abordar seu objeto de estudo usando sua própria ecosofia individual para julgar as histórias pelas quais vivemos.

-Guowen: Você acha que a ecolinguística está se tornando mais reconhecida na linguística de ponta?

-Arran: Em 2004, quando comecei a *Ecolinguistics Association* (na época chamada de 'Centre for Language and Ecology') havia cinco membros, incluindo eu próprio. Acabei de verificar que agora (2016) temos 420 membros de países de todo o mundo. Ainda não são muitos, mas estão aumentando o tempo todo. Alguns anos atrás, fui convidado a escrever um capítulo sobre ecolinguística para o *Blackwell Handbook of Language and*

Globalization, depois para *Contemporary Critical Discourse Studies*, da Bloomsbury, para *The International Encyclopedia of Language and Social Interaction* e, em seguida, para *Routledge Handbook of Critical Discourse Analysis*. Além disso, a revista *Critical Discourse Studies* também me convidou para escrever um artigo especial sobre ecolinguística. Todas elas são publicações de prestígio. Curiosamente, a apresentação principal de Isabela e Norman Fairclough na conferência CADAAD no mês passado foi sobre *fracking*. Eu posso ver um reconhecimento crescente dentro da linguística dominante de que as questões ecológicas são importantes para o futuro da vida na terra e têm uma dimensão linguística que pode ser analisada. Eu espero que daqui a alguns anos não seja mais necessário ter uma subdisciplina 'ecolinguística' porque todos os linguistas de ponta verão os humanos como inseridos nas sociedades e no mundo natural mais amplo.

-Guowen: Eu li seu artigo (em coautoria com Richard Alexander, 2014), mas, mesmo assim gostaria de fazer duas perguntas: Quais são as principais diferenças entre a análise crítica do discurso e a análise ecológica do discurso? E qual é o papel da análise de discurso positiva na ecolinguística?

-Arran: A análise de discurso crítica tende a se concentrar na opressão de um grupo de humanos por outro grupo de humanos. Ao analisar textos, os analistas esperam revelar os mecanismos linguísticos de opressão para que o grupo oprimido possa resistir. A ecolinguística vai além e examina as relações não apenas entre grupos de humanos, mas também entre os humanos e o mundo mais que humano. Portanto, concentra-se em uma gama mais ampla de grupos 'oprimidos', incluindo humanos, animais, futuras gerações de humanos e animais, plantas, florestas e os sistemas ecológicos mais amplos dos quais toda a vida depende para sobreviver. Na ecolinguística, as ideologias são julgadas não apenas por critérios sociais, mas por critérios ecológicos (uma ecosofia).

Parte do papel da ecolinguística é resistir às histórias que sustentam uma sociedade desigual e ecologicamente destrutiva, mas uma parte igualmente importante é a busca por novas histórias com que conviver. A análise do discurso positiva envolve olhar para as culturas ao redor do mundo em busca de formas positivas de linguagem que estimulem o respeito e o cuidado com o mundo natural.

-Guowen: Você pode dar alguns exemplos de análise de discurso positiva para ilustrar isso?

-Arran: Quando eu estava trabalhando no Japão, percebi que a cultura tradicional japonesa tem ideias sobre as relações humanas com a natureza que podem ser muito úteis para lidar com a alienação e separação contemporâneas do mundo natural. Analisei a poesia haikai para descobrir as técnicas linguísticas que comunicavam histórias muito diferentes do ambientalismo ocidental ou dos documentários sobre a natureza. Por exemplo, havia maneiras de usar a linguagem no haikai que sugerem atenção e cuidado para com a natureza comum - um sapo ou uma flor à beira da estrada, por exemplo. Isso é muito diferente do ambientalismo, que vê o mundo em termos de recursos para exploração humana, ou de documentários sobre a natureza que elogiam apenas grandes aspectos dramáticos da natureza que as pessoas dificilmente encontrarão em suas vidas cotidianas. Também analisei a animação japonesa, revelando as histórias que ela conta com sutileza por meio do uso da linguagem e das imagens, e apontei como elas podem ser úteis na educação ambiental. Desde então, analisei a literatura sobre a natureza no Reino Unido (o gênero *New Nature Writing*) e os discursos dos índios americanos, sempre procurando maneiras positivas de falar sobre o mundo que forneçam novas histórias para pelas quais viver. Um exemplo bem conhecido é o seguinte, atribuído ao Chefe Seattle:

A humanidade não teceu a teia da vida. Nós não passamos de um fio dentro dela. O que quer que fizermos nessa teia, fazemo-lo a nós mesmos. Todas as coisas estão ligadas. Todas as coisas se conectam.

Essa metáfora mostra a história de que os humanos são parte da natureza e dependem dela para sobreviver, o que é uma importante história alternativa para uma cultura que vê a natureza como uma máquina ou recurso separado dos humanos.

Outra coisa que fiz e que é completamente diferente foi analisar discursos econômicos positivos, como a felicidade nacional bruta no Butão ou o discurso da New Economics Foundation. Estou procurando alternativas para a história mais comum e perigosa de todas, a de que o crescimento econômico é o objetivo principal da sociedade. Por meio da pesquisa, estou descobrindo maneiras úteis de usar a linguagem que contam diferentes histórias sobre o objetivo da sociedade. É um tipo de pesquisa mais interessante e gratificante para fazer ou ler - gostaria que houvesse mais dela!

-Guowen: Em seu livro de 2015 (*Ecolinguistics: language, ecology and the stories we live by*), você delineou e ilustrou o conceito de ecosofia e afirmou que diferentes ecolinguistas terão suas próprias ecosofias que usam para analisar histórias e linguagem. Como os ecolinguistas de diferentes lugares do mundo, com ideologias diferentes, podem compartilhar os pressupostos e princípios gerais na pesquisa de questões ecolinguísticas?

-Arran: Na minha visão da ecolinguística, os ecolinguistas usam a análise linguística para revelar histórias dominantes, julgar essas histórias de acordo com sua própria ecosofia e contribuir para a busca de novas histórias para viver. É claro, pesquisadores em diferentes partes do mundo (ou na mesma parte!) têm ecosofias diferentes, mas todos estão envolvidos no mesmo esforço ecolinguístico de julgar discursos contra princípios ecológicos. Não há garantia de que uma determinada ecosofia será útil, mas a razão pela qual eu promovo a ecolinguística é que acho que temos mais probabilidade de proteger os sistemas ecológicos dos quais a vida depende *se os levamos em consideração em nossa análise*.

-Guowen: Há cerca de 18 anos, Alwin Fill (1998) identificou duas abordagens para o estudo da ecolinguística (ou seja, a abordagem de Haugen e a abordagem de Halliday). Que abordagens atuais da ecolinguística você diria que existem?

-Arran: Eu diria que há um número crescente de formas de investigação acadêmica que se autodenominam 'ecolinguística', mas que às vezes são completamente diferentes, em vez de serem 'abordagens' da mesma coisa. Alguns estão preocupados principalmente com a preservação de línguas raras (na analogia de que línguas raras são como espécies raras); alguns estão preocupados com melhorar o ensino de línguas (na analogia de que o ambiente linguístico dos alunos é como um ambiente natural). Depois, há abordagens que seguem Halliday e se preocupam com os sistemas ecológicos dos quais a vida depende e com o impacto que a linguagem tem sobre esses sistemas. Minha abordagem segue claramente Halliday. Tem havido tentativas de mostrar algum tipo de semelhança entre as diferentes formas de ecolinguística; por exemplo, que salvar línguas raras pode beneficiar a biodiversidade por causa do conhecimento ecológico embutido nas línguas. Mas, para mim, se um estudo é apenas sobre aprendizagem de línguas, contato com a língua ou como salvar uma língua em particular, e não menciona o mundo mais do que humano, então é um trabalho de sociolinguística ao invés de ecolinguística.

-Guowen: O que então você diria que é a essência da 'ecolinguística'?

-Arran: Para mim, o *insight* central da ecolinguística é que os humanos vivem não apenas dentro das sociedades, mas também dentro dos ecossistemas maiores que são necessários para sua existência. Eu diria que nos primeiros momentos, a linguística chomskyana se concentrou na linguagem no cérebro, mas negligenciou o fato de que os humanos existem dentro das sociedades. A sociolinguística apareceu e reconheceu a incorporação social dos humanos, mas negligenciou a incorporação ecológica das sociedades. A ecolinguística reconhece que as sociedades humanas fazem parte de ecossistemas mais amplos e mostra o impacto que a linguagem pode ter nesses ecossistemas, por meio de sua influência no comportamento humano. Isso é importante, pois nossa sobrevivência depende de como tratamos os ecossistemas dos quais fazemos parte. Também é mais preciso considerar os humanos como parte dos sistemas que sustentam nossas vidas minuto a minuto, em vez de tentar artificialmente considerar os humanos isoladamente. A ecolinguística tem o potencial de chamar a atenção para essa incorporação ecológica vital da mesma forma que a ecopsicologia, o ecocriticismo, a comunicação ambiental e o ecofeminismo fazem em outras áreas.

-Guowen: Eu sei que sua direção atual é no sentido de aplicar a ecolinguística além do mundo acadêmico de maneiras que envolvam diretamente professores, crianças, cientistas e cidadãos. Você pode nos contar o que você fez (ou tem feito) nesse sentido?

-Arran: Isso é essencial, pois para mim o principal objetivo da ecolinguística é fazer uma diferença real para o mundo, em vez de apenas compartilhar ideias acadêmicas com outros acadêmicos. Isso é algo que eu quero fazer mais no futuro, mas já fiz algumas coisas.

Em primeiro lugar, como mencionei, dei palestras para cientistas ambientais, cientistas veterinários e ecologistas sobre o uso da linguagem de maneiras que podem encorajar as pessoas a respeitar e cuidar do mundo natural. Mais especificamente, participei de um grupo de trabalho do PNUMA sobre avaliações de ecossistemas. Já critiquei a linguagem das avaliações de ecossistemas no passado por tratar o mundo natural como um estoque de recursos, em vez de encontrar qualquer valor nele. Portanto, fiquei satisfeito por estar em uma posição em que poderia trabalhar diretamente com os redatores dos relatórios para influenciar o discurso (ou pelo menos tentar).

Em segundo lugar, há o treinamento prático em comunicação para liderança que ofereço aos meus alunos, onde trabalho em estreita colaboração com eles na expressão de uma visão ética e na comunicação de formas que desafiem as histórias que vivemos e abram caminhos para novas histórias. Recentemente, dei uma palestra para funcionários de uma empresa educacional, usando a ecolinguística para ajudá-los a refletir sobre os rumos e a estratégia de comunicação de sua empresa. Vale a pena citar o retorno que eles deram depois:

O workshop de meio dia para nossa organização foi baseado no trabalho e na pesquisa do Dr. Stibbe sobre ecolinguística. A apresentação foi acessível, positiva e estimulante. O impacto na equipe foi predominantemente uma mudança significativa na atitude em relação ao uso da linguagem, bem como a obtenção de uma visão mais profunda de como qualquer narrativa inclui um mundo de significados. A pesquisa que o Dr. Stibbe fez ao longo dos anos, tão apropriadamente representada em sua noção de 'as histórias pelas quais vivemos', representa uma nova perspectiva sobre a linguagem. Depois do workshop com Dr. Stibbe nossa equipe de comunicação e os envolvidos nas consequências externas em particular aplicaram ativamente uma abordagem mais consciente para a criação de narrativas

autênticas. Em nossa linha de trabalho, a comunicação, precisão e transparência são vitais. Só por essa razão, estou verdadeiramente grato ao Dr. Stibbe por compartilhar a pesquisa e as boas práticas com nossa organização.

Tenho trabalhado também em um projeto da União Europeia que está criando materiais para professores usarem em toda a Europa para integrar a educação para a sustentabilidade em suas aulas. Isso é empolgante porque os materiais que estou produzindo apresentam a ecolinguística aos alunos e professores, mas fazem isso por meio de uma narrativa pessoal no campo em todos os climas e protegendo áreas verdes locais do desenvolvimento. Quanto a mim, estou usando a ecolinguística para ajudar a moldar como estou escrevendo sobre o mundo natural (por exemplo, tornando a natureza comum vívida por meio de palavras e fotografias), ao mesmo tempo que introduzo os alunos nos princípios da ecolinguística.

-Guowen: Como seu livro *Ecolinguistics: language, ecology and the stories we live by* foi traduzido para o chinês e publicado na China, o que você gostaria de dizer aos leitores chineses de ecolinguística?

-Arran: Eu diria que as questões ecológicas na China são de grande importância, tanto dentro do país quanto para o mundo. A China já tirou um número significativo de pessoas da pobreza e há muitos mais para tirar. No entanto, e ao mesmo tempo, o país sofreu com a poluição e os efeitos das mudanças climáticas devido à rápida industrialização. A China precisará encontrar caminhos de desenvolvimento que sejam decididamente diferentes dos caminhos poluentes, exploradores e, em última análise, insustentáveis dos países industriais ocidentais. Vejo que há um desejo real de fazer isso na China e tudo depende das histórias que sustentam a sociedade. A ecolinguística, como forma de examinar as histórias pelas quais vivemos e contribuir para novas histórias a serem vividas, tem o potencial de fazer a diferença. O que é particularmente empolgante sobre a ecolinguística na China é que a cultura tradicional chinesa (por exemplo, taoísmo, budismo chan e confucionismo) pode ser uma fonte de novas histórias para se viver. Eu encorajo fortemente os ecolinguistas chineses a 'cavar onde estão' e reviver formas tradicionais de pensar e falar sobre o mundo natural, adaptando-as para se ajustarem às condições atuais do mundo que enfrentamos.

-Guowen: Você poderia dar alguns exemplos de ideias tradicionais chinesas que podem ser úteis?

-Arran: Bem, há o princípio de *wu wei* (não ação) no taoísmo que é tão belamente explicado por Zhuangzi; os ciclos e equilíbrio dos elementos; os escritores e pintores Shan Shui; os textos de Mengzi sobre confucionismo; e algumas ideias maravilhosas (e formas de expressão) do *Dao De Jing*. Encontrei muitos textos inspiradores quando estava fazendo meu doutorado, que exploravam metáforas de saúde e doença na cultura ocidental e chinesa. Naquela época, comparei as metáforas ocidentais de luta contra uma doença com as metáforas chinesas de restauração do equilíbrio e da harmonia, algo que também é relevante para as questões ecológicas.

-Guowen: Você fala chinês?

-Arran: Não, infelizmente. Trabalhei com traduções e explicações de falantes nativos, embora mais tarde tenha aprendido a falar japonês e feito pesquisas sobre as formas japonesas de representar o mundo natural.

-Guowen: Há cerca de 12 anos, você fundou o Centre for Language and Ecology, que mais tarde se tornou a Ecolinguistics Association. Como você vai fortalecer essa associação em termos de infraestrutura de estudos ecolinguísticos em todo o mundo? A associação se tornará uma organização em um futuro próximo, cujo comitê terá o papel de organizar conferências internacionais e lidar com outras questões relevantes?

-Arran: A Ecolinguistics Association conta com uma revista *online*, *Language & Ecology*, uma bibliografia ecolinguística e uma lista de mala direta para anúncios e consultas sobre ecolinguística. É gratuito e administrado por voluntários. O número de membros tem aumentado constantemente ao longo dos anos e chega a 420 (em 2016). Recentemente, temos visto um aumento no número de artigos submetidos à revista, o que sem dúvida se deve à editora Amy Free, que está fazendo um trabalho maravilhoso. Espero que no futuro haja mais artigos de alta qualidade e, com sorte, passar para uma revista totalmente parecerada por pares e indexada.

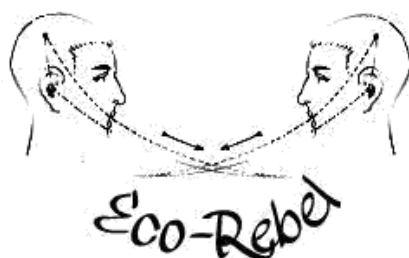
O que teve início recentemente foram os Círculos de Ecolinguística - pequenos grupos locais de pesquisadores e estudantes realizando reuniões para discutir ecolinguística e tendo seus próprios *blogs* para compartilhar ideias. Espero que mais grupos sejam formados e compartilhem seus *blogs* com a Associação. Atualmente, as conferências internacionais são organizadas pela universidade onde estão sendo realizadas e anunciadas no *site* da Ecolinguistics Association. Com o tempo, à medida que o número de sócios aumentar e houver mais voluntários para contribuir com a associação, poderemos tentar desempenhar um papel mais proeminente, mas vejo isso como um aumento em vez de um salto repentino. Nesse ínterim, se alguém quiser criar organizações que possam contribuir para a promoção da ecolinguística internacionalmente, a Associação terá o prazer de cooperar e compartilhar recursos. Também espero que a Associação seja parceira na realização de um curso *online* de ecolinguística com vídeos ilustrando todos os principais aspectos da ecolinguística.

-Guowen: Alguma observação final?

-Arran: Eu gostaria apenas de desejar sucesso em seus esforços para levar a ecolinguística à China e espero que outras pessoas que estejam lendo isso em outras partes do mundo possam fazer algo semelhante. Obrigado por perguntas tão interessantes e instigantes!

-Guowen: Muito obrigado.

Traduzido do inglês por Ubirajara Moreira Fernandes.



OBITUÁRIO

Por Hildo Honório do Couto

Pierre François Georges Guisan

É com grande pesar que venho informar o falecimento de Pierre François Georges Guisan, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, no dia 10 de agosto de 2021. Ele nasceu em 17 de maio de 1948, em Lausanne, Suíça. Começou os estudos universitários em Ciências Sociais em Zurique, mas parece que não os terminou. Veio para o Brasil ainda jovem e conseguiu a cidadania brasileira. Começou a dar aulas na Aliança Francesa, de que se tornou diretor em Campo Grande. Ele permaneceu aí até 1992. O contato com o ensino de língua despertou seu interesse pela área de Letras, graduando-se em Letras Português-Francês em 1987 na UERJ. Sob a orientação de Jürgen Heye, concluiu o Mestrado em 1991 e o Doutorado em 1998, ambas na UFRJ. Eu participei da defesa do Doutorado. Mais tarde participei também da banca para acesso à categoria de Professor Titular em 28 de agosto de 2018.

A atuação de Pierre na área dos estudos de linguagem compreende língua francesa e francofonia, língua e identidade, línguas crioulas, línguas e culturas em contato, sociolinguística e representações linguísticas. Além da produção nessas áreas, teve um papel importante na divulgação da ecolinguística na UFRJ. Ele coorientou a dissertação de Mestrado de Wesley Alves de Araújo (Turgimão: o intérprete, a palavra e a ressignificação de ambos, UFRJ, 2020), e a de Pedrita Mynssen da Fonseca Castro Mello (*Alsácia e Martinica: Um estudo comparativo-quantitativo de duas ecologias de língua*, UFRJ, 2020), ambas em coorientação com Sônia Cristina Reis. Ambas incluem a ecolinguística em suas bases teóricas.

Que Pierre era não apenas simpatizante da ecolinguística, mas que também a conhecia bem, mostram dois fatos adicionais. O primeiro é o artigo em coautoria com sua ex-aluna Pedrita Mynssen Mello (*Alsácia e Martinica: Os contatos que originaram o atual cenário linguístico francês*. *Revista de Letras*, v. 37, n. 2, 2018, p. 256-269), disponível em <http://www.periodicos.ufc.br/revletras/article/view/58959>

O segundo é seu artigo “Língua, cultura, religião e nação no mundo e no Brasil”, publicado em *ECO-REBEL* v. 1, n. 2, p. 104-126, 2015.

Além de tudo disso, ele era membro do Conselho Editorial da Série “Linguagem, Falantes e Contexto”, coleção de e-books do site de Linguística Ecolinguística: www.ecoling.unb.br Pierre orientou uma tese de doutorado declaradamente em ecolinguística. Trata-se de *Redes de contato de povos e de línguas na Amazônia no contexto migratório venezuelano*, de Maria Ivone Alves da Silva, defendida no Programa de Pós-Graduação em Letras Neolatinas da UFRJ em 2021. Sobre essa tese, há um fato curioso. Por sugestão da orientanda, o Pierre me

ECO - REBEL

convidou para ser coorientador, usando as seguintes palavras: “Eu vou te fazer uma proposta indecente”. Isso se deve ao fato de ele ter uma fina ironia, não uma ironia maldosa, mas do tipo que provoca empatia com o ouvinte. Ele falava sempre com um leve sorriso nos lábios. Pierre parece que não tinha inimigos.

Pierre foi orientador também de Luiz Carlos Balga Rodrigues, que é simpatizante da ecolinguística. Tanto que já chegou a ofertar a disciplina na UFRJ. Enfim, Pierre fez alunos de Graduação e Pós-Graduação se interessarem pela disciplina. Mas, a orientação mais decididamente ecolinguística é a da dissertação de Mestrado de Wesley Alves de Araújo e da tese de Maria Ivone Alves da Silva, da UFRR.

Por tudo que acabamos de ver, o falecimento de Pierre Guisan representa uma grande perda para a ecolinguística na UFRJ e no Brasil e para a linguística em geral, além, é claro, para seus familiares, amigos e colegas.

Agradeço a colaboração de Maria Ivone Alves da Silva (UFRR), Mario Luiz Monachesi Gaio (LABPEC-UFF) e Luiz Carlos Balga Rodrigues (UFRJ) pelas informações que me permitiram compor o presente texto em homenagem ao nosso amigo comum Pierre François Georges Guisan.

ECOLINGUÍSTICA: REVISTA BRASILEIRA DE
ECOLOGIA E LINGUAGEM (ECO-REBEL), v. 7, n. 2, 2021.